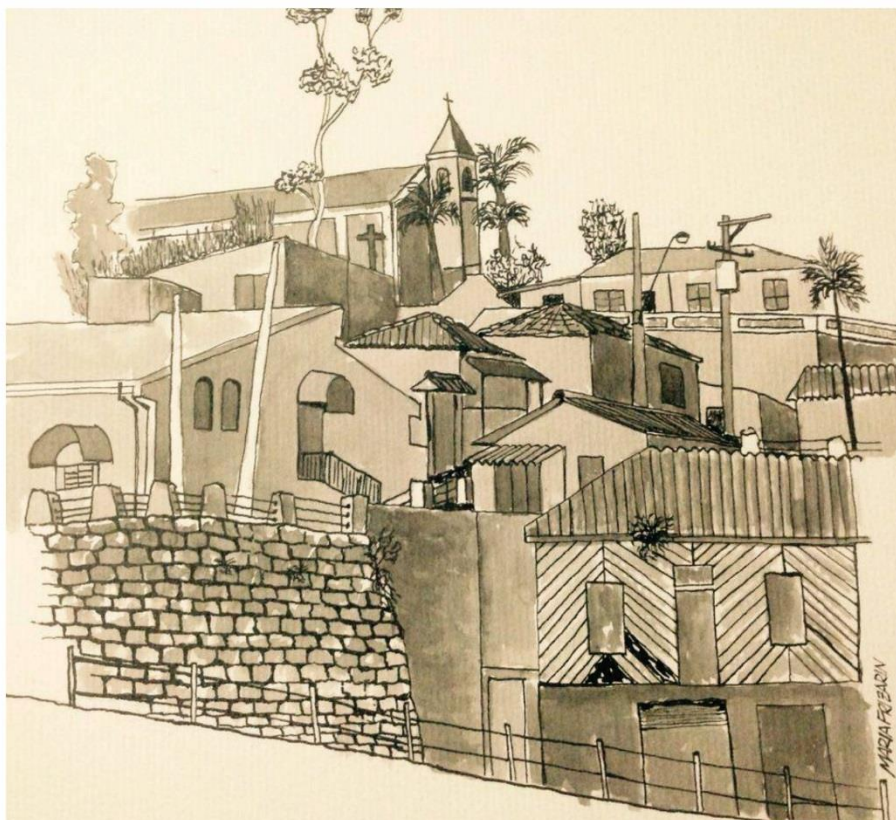




UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

THIAGO DE MORAES DOS PASSOS

**HABITANDO O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO:
OS CURADORES DA VILA DE PARANAPIACABA, SANTO ANDRÉ, SP**



Presidente Prudente
2016



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

THIAGO DE MORAES DOS PASSOS

**HABITANDO O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO:
OS CURADORES DA VILA DE PARANAPIACABA, SANTO ANDRÉ, SP**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente da UNESP, para obtenção do Título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico.

Orientadora: Prof. Dra. Neide Barrocá Faccio

Presidente Prudente
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Passos, Thiago de Moraes dos.

P324h Habitando o Patrimônio Arquitetônico: os curadores de Paranapiacaba,
Santo André, SP / Thiago de Moraes dos Passos – Presidente Prudente: [s.n],
2016

240 f. : il

Orientador: Neide Barrocá Faccio

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
Ciências e Tecnologia

Inclui bibliografia

1. Geografia. 2. Paranapiacaba. 3. Paisagem. I. Passos, Thiago de
Moraes dos. II. Faccio, Neide Barrocá. III. Universidade Estadual Paulista.
Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO:

AUTOR: THIAGO DE MORAES DOS PASSOS

ORIENTADORA: NEIDE BARROCA FACCIO

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em GEOGRAFIA,
área: PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO pela Comissão Examinadora:



Profa. Dra. NEIDE BARROCA FACCIO
Departamento de Planejamento Urbanismo e Ambiente / FCT/UNESP/Presidente Prudente (SP)



Prof. Dr. NECIO TURRA NETO
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia



Pós Doc JEAN ITALO DE ARAÚJO CABRERA
FCT/UNESP

Presidente Prudente, 25 de novembro de 2016.



*À minha companheira Camila,
Contigo o caminho fez mais sentido.
As tristezas foram suportáveis
E as alegrias engarrafadas.
Sou grato por compartilharmos
um mesmo tempo e espaço de existência.
Amo-te.*

*A meu avô, Domingos,
Ainda caminho sobre o chão sólido que construístes:
Caminhamos, caímos, nos perdemos. Mas chão de terra batida
aguenta o peso do mundo. Cá estamos meu avô-pai.*

*In memoriam de minha avó Lourdes, que me ensinou a suprema
arte de enrubescer de raiva; chorar de felicidade; gargalhar
alto até não cabermos em nós.
Tua intensidade nos faz muita falta.*

AGRADECIMENTOS

Há quinze anos, um amigo contou-me que havia um lugar incrível, com matas e cachoeiras, e que poderíamos acampar por lá, ficar alguns dias entre amigos. Disse a ele, que até então, nunca havia acampado ou feito alguma trilha. Ele insistiu, emprestou-me uma mochila cargueira, chamou mais três amigos, Luís, Bolacha e Fernando. Pegamos o trem em Carapicuíba – inúmeras baldeações – para a estação do Brás. De lá, um trem com destino a Rio Grande da Serra. De Mauá em diante, da janela do trem, olhava a paisagem mudar, parecia que estávamos voltando no tempo, aquelas estações singelamente antigas eram charmosas. Descendo na estação final, tomamos um ônibus, que nos levou, em meio à neblina, para uma Vila fantasmagórica, rodeada por serra e mata. O cenário fascinou-me.

Antes de adentrarmos a mata, li em alguma placa – Paranapiacaba. Seguimos. Voltei incontáveis vezes, nunca permanecia na vila, sempre acampava na mata. Mas andava por entre as ruas demoradamente, antes de sumir em meio à Serra. Eu não sabia naquela época, mas aquela pequena vila incrustada na Serra do Mar despertaria em mim um fascínio pela Geografia. Obrigado, Daniel, serei sempre grato por ter me mostrado esse caminho que, por algum tempo eu havia até mesmo perdido, mas como diz Tolkien: “podemos encontrar o que perdemos, mas nunca o que abandonamos”. Eu nunca abandonei o meu amor pelo conhecimento geográfico. Isto me leva ao presente: à gratidão.

A gratidão “é um segundo prazer, que prolonga um primeiro, como eco da alegria, a alegria sentida, como uma felicidade a mais para um mais de felicidade” (COMTE-SPONVILLE, 2009, 145).

Assim, sou grato a um número incontável de pessoas que passaram por minha vida e deixaram um pouco de si mesmas comigo. Mas, especificamente, para esse momento, algumas pessoas e instituições foram fundamentais. A saber:

À FCT/UNESP, que nos últimos sete anos tem sido “um lugar”, uma segunda casa.

Ao CNPQ, sem o qual, não seria possível a realização dos trabalhos nos moldes apresentados.

Ao IPHAN e seus funcionários que me auxiliaram nas pesquisas iniciais. À Prefeitura de Santo André (especialmente ao Leandro, Ingo e Sidinei) por todo apoio quando requisitado.

À professora Neide, por todo apoio e paciência ao longo de todo meu processo formativo – como acadêmico e ser humano. Espelho-me no seu profissionalismo,

bondade e comprometimento ético para traçar meu caminho. Sou grato pela amizade, bons conselhos e pelos puxões de orelha. Obrigado por tudo.

Ao Professor Barone, por contribuir substancialmente com o presente trabalho, principalmente por ter introduzido leituras sobre pesquisa qualitativas ainda em 2013, quando participei da equipe de resgate da cultura imaterial da Aldeia Índia Vanuíre. Muito obrigado.

Aos professores Nécio e Eliseu pelas orientações em suas respectivas disciplinas na pós-graduação.

Aos professores Isabel e Mariano pela amizade e contribuição nas discussões sobre a Vila de Paranapiacaba.

Ao Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem e a todos os seus membros, uma verdadeira família: Fernando Favarelli, Saulo, Marcel, Laís e Bia. Os melhores veteranos! Receberam-me muito bem no laboratório e sempre me ensinaram muito. À Julia, Alceu e Cintia, uma grata surpresa conhece-los. Compartilhamos um peculiar gosto pelas coisas mais inquietantes da ciência geográfica/arqueológica. Isso me deixa feliz. À Graza, por todo apoio, obrigado! À Larissa Losada, sou grato por todas as ideias que trocamos sobre patrimônio arquitetônico e, também, sobre como fazer ciência fora da caixinha. E a tantos outros que passaram pelo LAG, mas que neste período da dissertação não tive tanto contato ou ainda não os conhecia. Todos estão em meus pensamentos, obrigado!

Em especial, agradeço a Eduardo (um irmão mais novo e um ótimo conselheiro (rs), Paulinha (ajudou-me em momentos difíceis dissertação, obrigado), Brendão (de uma generosidade sem igual, obrigado meu amigo); Gustavo (você sempre se manteve a disposição. Gratidão!) Larissa Figueiredo (ficamos desesperados juntos, boa parte do tempo e me ajudou muito na fase de qualificação), vocês contribuíram diretamente para a conclusão desse trabalho. Sempre é muito bom compartilhar a mesma “casa-laboratório” com vocês.

Um agradecimento especial à Maria, cujo os desenhos, fotos e figuras estão presentes neste trabalho. Você captou a essência mágica da vila e a traduziu em arte. Você é uma grade profissional e uma ótima amiga!!!

Diana e Barbara. O fio do tempo até se perde de tantas horas a fio de conversas. É incrível conviver com vocês e compartilhar a mesma sintonia com as coisas que encantam na vida, de inúmeras geografias e arqueologias, que são poetizadas diariamente no laboratório e versadas nas palavras soltas. Às vezes, é bem verdade, põe-nos a flor

da pele, com olhos mareados com a realidade triste que estas ciências despem, fardando-nos, com uma espécie de missão. Cabe-nos, porém, caminhar e equilibrar o peso e a leveza. Sou grato por ter-lhes como companhia nesse caminho. Aprendo diariamente com vocês.

À Juliana (Ju) pela amizade e pelas inúmeras trocas de ideias sobre a arqueologia. Aprendo muito contigo e me espelho muito em ti. Sou grato por ter me ensinado as artimanhas da docência, nunca as esquecerei. Sou muito grato a ti Ju, que me mostrou como despertar nos alunos “a dor da lucidez. Sem limites. Sem piedade.” (Adolfo Aristarain – lugares comuns).

Ao grande Hiuri, pela sua generosidade latente, sempre compartilhando suas descobertas e mostrando-me o valor do comprometimento e obstinação para com o conhecimento. Muito obrigado, amigo.

Ao Alisson, obrigado por tudo. De todos, você foi a pessoa mais presente no processo de confecção desta dissertação. Leu meus textos, acompanhou-me aos bares quando as coisas não iam muito bem. Você é um grande amigo. Obrigado.

Gabriel (calabresa) por simplesmente ser esse grande amigo. Mas, também, por ter sido você que me incutiste a amar o conceito de paisagem na geografia. Esse trabalho é uma forma de lhe agradecer por todos os momentos trancafiados em casa discutindo teorias mil sobre mil coisas diferentes. Cresci muito somente por compartilhar contigo loucos ideais. Axé, irmão

Ao David, poeta-louco, com quem travei sessões de devaneios épicos. Cuja contribuição a esse trabalho é imensurável. Companheiro no caminho do saber, grande amigo. Foste tu, que me ensinaste a apreender a paisagem como quem faz um Hai-kai: com a profundidade de um “*kire*” e a sensibilidade temporal e poética do “*Kigo*”. Obrigado Billy.

Ao André “mellon” tenho-te como irmão. Obrigado por fazer parte deste caminho e por toda as horas de conversa acalentadoras nos momentos difíceis. Desejo-te sempre que “*Nai anar kaluva tielyanna*”. [A frase está em Quenya rs]

À republica Marãey e seus membros. Gostaria de agradecer à Juniele; Riti; Alexandre, pela paciência que tiveram comigo durante todos esses anos. À Nany, cuja intuição já me livrou de muitas enrascadas. Seus conselhos puseram-me em caminhos mais suaves, obrigado. Michele, minha irmãzinha, gratidão por tudo – inclusive por aquele treino/sabatina pré-banca, cuja as perguntas eu não consegui responder até hoje (rs), você é uma amiga incrível. Pitty, tu chegaste quando esta dissertação já estava pronta,

mas não posso deixar de agradecer por tudo. Não é todo dia que aparecem pessoas de luz em nossas vidas que possamos considerar de forma tão amorosa, obrigado por tudo. Obrigado a todas e todos, vocês são família e amo vocês!

Aos moradores de Paranapiacaba, mais especificamente àqueles que doaram seu tempo e paciência para me receber e ensinar-me, mesmo quando eu não sabia ao certo o que queria apreender: Pedro, Tony, Regina, Chistou, Célia, Zé da Cabra; Evanir e Grilo. À família do melhor da Café da Vila: Paulo, Elis e Caio. Ao Rony, por me receber sempre tão bem em seu bar (um ótimo ponto de encontro, lá no Morro). Sou grato também aos casais iluminados Cecé e Isac e Val e Sandro, vocês foram uma verdadeira família durante esse tempo de campo. Guardarei sempre a lembrança das noites ao som da viola no Largo dos Padeiros. Obrigado a todos e todas por me receberem.

Por fim, minha família, meu pai, Edmilson e minha mãe, Maria de Fátima, não há palavras possíveis ou cabíveis nestas folhas para descrever minha gratidão a vocês. Amo vocês. Aos meus irmãos, Anderson e Priscila. Com vocês, sempre foi tudo mais divertido, abrigado!

RESUMO

A pesquisa em tela trata da paisagem da Vila de Paranapiacaba, que está localizada a aproximadamente 50 km da capital paulista, no Município de Santo André, São Paulo. Paranapiacaba é considerada patrimônio ambiental, histórico, tecnológico e arquitetônico, tendo sua origem ligada à instalação do sistema funicular inglês na região, em meados do século XIX. Trata-se de um conjunto arquitetônico tombado nas instâncias municipal, estadual e federal e indicado para pertencer ao Patrimônio Mundial pela UNESCO. Todas essas características fazem com que a experiência de seu habitar seja peculiar, sobretudo no que concerne às particularidades do tombamento, dos bens imóveis (a casa, o conjunto) e móveis (artefatos), pelos órgãos de proteção que visam à preservação e manutenção do patrimônio cultural. Por essa razão, o trabalho em tela tem como objetivo apresentar a experiência vivida dos moradores junto à paisagem. Acreditamos que a natureza intrínseca do habitar complica-se, ainda mais, quando a casa é “tombada”. Como, então, o fenômeno da paisagem se apresenta nessa circunstância? Esse fenômeno, que amalgama a expressão do patrimônio habitado, eleva exponencialmente a experiência vivida na casa. As ações foram realizadas em colaboração com os moradores, poder público e órgãos de proteção ao patrimônio cultural. Por tratar-se de um complexo sítio histórico, arquitetônico e tecnológico, de contexto ferroviário, com poucas intervenções de trabalhos arqueológicos, muitos dos vestígios materiais estão de posse dos moradores, que realizam, eles próprios, a curadoria de seus achados. Esses objetos jazem espalhados pela vila, seja nos quintais das casas, nos “lixões”, nas ruas e em outras dependências e/ou instalações da SPR (São Paulo Railway). Com o tempo, os moradores passaram a guardar esses objetos em suas casas, incorporando-os ao seu mobiliário doméstico. Sabendo das implicações implícitas em tal fenômeno, articulamos os diversos sujeitos sociais envolvidos, procurando, de forma dialógica e transversal, realizar atuações no âmbito da educação patrimonial. As reflexões aqui levantadas dizem respeito aos processos relacionados às ressignificações dos artefatos arqueológicos. Tomamos tal situação como contextual, cuja prática é uma forma de fortalecer identidades, por meio de novas narrativas, que se canalizam na cultura material.

Palavras-chaves: Paranapiacaba; Paisagem; Habitar; Geografia Humanista

ABSTRACT

This work deals with the landscape of the village of Paranapiacaba, which is located approximately 50 km from the city of São Paulo, in the city of Santo André, São Paulo. Paranapiacaba is considered an environmental, historical, technological and architectural patrimony, having its origin linked to the installation of the English funicular system in the region, in the middle of the 19th century. It is an architectural complex registered in the municipal, state and federal instances and indicated to be listed as one of the UNESCO Cultural World Heritage sites. All these characteristics make the experience of its dwelling peculiar, especially concerning the particularities of its heritage listing, its real estate (the house, the set) and its movable property (artifacts), by the protective organs that aim at the preservation and maintenance of the cultural heritage. For this reason, this work aims to present the experience lived by the residents along with the landscape. We believe that the intrinsic nature of dwelling becomes even more complicated when the house is a "heritage listed place." How, then, does the phenomenon of landscape present itself in this circumstance? This phenomenon, which amalgamates the expression of the inhabited patrimony, exponentially increases the experience lived in the house. The actions were carried out in collaboration with residents, public authorities and organs of protection of cultural heritage. As it is a complex historical, architectural and technological site, with a railway context, with few interventions of archaeological works, many of the material remains are in the possession of the residents, who curate their findings by themselves. These objects lie scattered throughout the village, either in the backyards of houses, in the garbage dumps, on the streets and in other facilities of the SPR (São Paulo Railway). Over time, residents began to store these objects in their homes, incorporating them into their home furnishings. Knowing the implications implicit in this phenomenon, we articulated the various social subjects involved, seeking, in a dialogical and transversal way, to perform actions in the area of heritage education. The reflections raised here refer to the processes related to the re-significances of the archaeological artifacts. We take this situation as contextual, whose practice is a way of strengthening identities, through new narratives, which are channeled into the material culture.

Keywords: Paranapiacaba; Landscape; Dwelling; Humanist Geography

ÍNDICE DE FIGURA

Figura 1.	Localização de Paranapiacaba dentro da grande São Paulo, região do ABCD.	24
Figura 2.	Composição dos principais caminhos de São Paulo no período colonial.	30
Figura 3.	Área da parte urbana de Paranapiacaba	32
Figura 4.	Esquema dos planos inclinados e do cruzamento das linhas férreas.	35
Figura 5.	Perfil esquemático do sistema funicular da Serra Nova.	38
Figura 6.	Área que delimitação da ZEIPP	57
Figura 7.	Divisão dos setores de planejamento urbano.	59
Figura 8.	Divisão das áreas de uso no setor da parte baixa	62
Figura 9.	Desenho do Morro visto da passarela. Destaque para a Igreja de Bom Jesus de Paranapiacaba.	119
Figura 10.	Folder de inauguração do Projeto Ateliê-residência.	145
Figura 11.	Gustave Courbet (1819-1877) L'Atelier du peintre	153
Figura 12.	Ilustração do exterior da casa do Tony, com destaque para o alpendre, típico da Rua da Varanda Velha, Vila Velha.	156
Figura 13.	Ilustração da chaminé de uma das casas da vila. A confluência de elementos arquitetônicos com a natureza incorporada elucida o conceito da casa como reunião de vida – uma temporalidade da paisagem.	162
Figura 14.	Ilustração do vagão abandonado na Rua da Estação, Vila Velha.	165
Figura 15.	Localização dos sítios arqueológicos, onde os moradores recolhem objetos para compor as suas coleções.	175
Figura 16.	Origem dos objetos arqueológicos encontrados nas residências dos moradores de Paranapiacaba.	177
Figura 17.	Origem dos objetos arqueológicos encontrados nas residências dos moradores de Paranapiacaba	178

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1.	Acampamento no Alto da Serra em 1860.	36
Foto 2.	Rua Varanda Velha, localizada na Vila Velha. À direita observa-se uma residência e à esquerda uma antiga oficina, hoje uma mercearia	37
Foto 3.	Vista Panorâmica de Paranapiacaba.	43
Foto 4.	Casa que faz frente para a janela do quarto. Rua Rodrigo Quaresma.	106
Foto 5.	Vista para a Igreja de Bom Jesus de Paranapiacaba. Rua Rodrigo Quaresma.	107
Foto 6	Interior da Casa vista da cozinha em direção a sala.	108
Foto 7	Interior da casa do Pedro.	110
Foto 8	Vista para a Parte Baixa do alpendre da Casa.	112
Foto 9	Vista da casa da lateral esquerda tomando como referência o portão de entrada. Andaime para realização dos trabalhos e as telhas francesas empilhadas ao lado. No horizonte a vista para parte baixa.	122
Foto 10	Pedro mostrando os pequenos detalhes construtivos que atestam o “tempo” da casa. Um protetor de tomada da SPR na parede do anexo da casa.	123
Foto 11	Lona utilizada para cobrir algumas partes do teto.	125
Foto 12	Anexo, à esquerda, antigo viveiro de pássaros.	126
Foto 13	Exemplar de gaiola e documentos de Alfredo Gomes da Silva. Termo de autorização de caça com Gaiolas e carteira de membro do Clube União Lira Serrano.	127
Foto 14	Sinalizador caseiro, feito, provavelmente, por Alfredo Gomes da Silva, antigos proprietários da casa.	128
Foto 15	Casa do Zé e da Célia. Vila Martin Smith.	139
Foto 16	Vista da Casa pelo quintal. Vê-se a pequena marcenaria acoplada ao anexo maior que, por sua vez, funde-se à casa principal.	139
Foto 17	Anexo externo da casa do Zé	140
Foto 18	Ateliê-residência Cia da terra.	146
Foto 19	Ateliê-residência Cia da terra.	147
Foto 20	Ateliê-residência Tony Gonzagto.	148
Foto 21	Ateliê Sons e Tons da Terra.	148
Foto 22	Ateliê Sons e Tons da Terra.	149
Foto 23	Ateliê-residência Pau-D’arco	149

Foto 24	Ateliê-residência Pau-D'arco. Baú em confecção.	150
Foto 25	Ateliê-residência. Vila Velha. Rua Varanda Velha, Paranapiacaba	158
Foto 26	Rua Varanda Velha, Vila Velha, Paranapiacaba.	1159
Foto 27	Parede pintada com tinta artesanal a base de pigmentos da terra. Ateliê do Tony.	160
Foto 28	Parede pintada com tinta artesanal à base de pigmentos de terra.	161
Foto 29	Tony Gonzagto junto a sua obra	163
Foto 30	Trabalhos de artes plásticas no jardim do Ateliê-residência do Tony.	164
Foto 31	Interior da casa do Tony, a sala: quadros pintados por ele; esculturas; trabalho em papel e cerâmica. Seus livros estão espalhados nesse espaço.	167
Foto 32	Tony sentado à porta. Garrafas artesanais de elixir da antiga farmácia do Sr. Genofre, em Paranapiacaba. Da esquerda para direita: copo medidor, garrafa de água inglesa (perfumaria) e garrafa de tônico (o copo medidor pertence a essa garrafa).	168
Foto 33	Peças em vidro da farmácia do Sr. Genofre. Frasco de vidro e tampa de plástico da Companhia Francisco Giffoni, sediada no Rio de Janeiro, RJ.	173
Foto 34	Peças em vidro da farmácia do Sr. Genofre. Frasco de vidro e tampa de plástico da Companhia Francisco Giffoni, sediada no Rio de Janeiro, RJ.	174
Foto 35	Coleção de frascos de vidro da antiga farmácia do Senhor Genofre e artefatos da ferrovia da SPR, pertencente a morador da Vila de Paranapiacaba.	176
Foto 36	Frasco de Elixir de Nogueira (Chimia Pharmaceutico) sediada em Pelotas, RS, da coleção particular de João da Silva Silveira	176
Foto 37	Artefatos variados, de contexto histórico, compondo uma coleção doméstica.	177
Foto 38	Placa da SPR utilizada nos porões das casas da Vila Martin Smith (Vila Nova). Paranapiacaba, SP.	180
Foto 39	Coleção de louças de um morador da Vila de Paranapiacaba.	181
Foto 40	Morador que participou dos trabalhos de campo na área da Arqueologia de Paranapiacaba, expondo sua coleção.	182
Foto 41	Louça inglesa (J&G Meakin Hanley, England), produzida no período de 1851 – 1968. Coleção doméstica.	183
Foto 42	Ferro à brasa, encontrado nas dependências da casa do morador Expedito Pedro. A peça compõe adorno dentro do mobiliário doméstico	184
Foto 43	Pedro mostrando um “farolete” artesanal feito por um antigo ferroviário que morou na sua atual casa	185
Foto 44	Coleção de tijolos da SPR, compondo o acervo doméstico	186

- Foto 45** Suporte de barris, encontrado nas proximidades da residência e 187
que passou pelo processo de reutilização, do tipo reciclagem. De
suporte passou a ser utilizado como banco.
- Foto 46** Coleção de louça de um dos moradores de Paranapiacaba. Os 188
artefatos foram encontrados nos fundos de sua casa.
- Foto 47** Armário de mostruário da antiga farmácia de Paranapiacaba, 189
atualmente utilizado para expor objetos antigos encontrados na
Vila.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	As características e a base fenomenológica da pesquisa qualitativa	70
Quadro 2	Tipos de observação participante	71
Quadro 3	Tijolos, segundo suas inscrições.	185

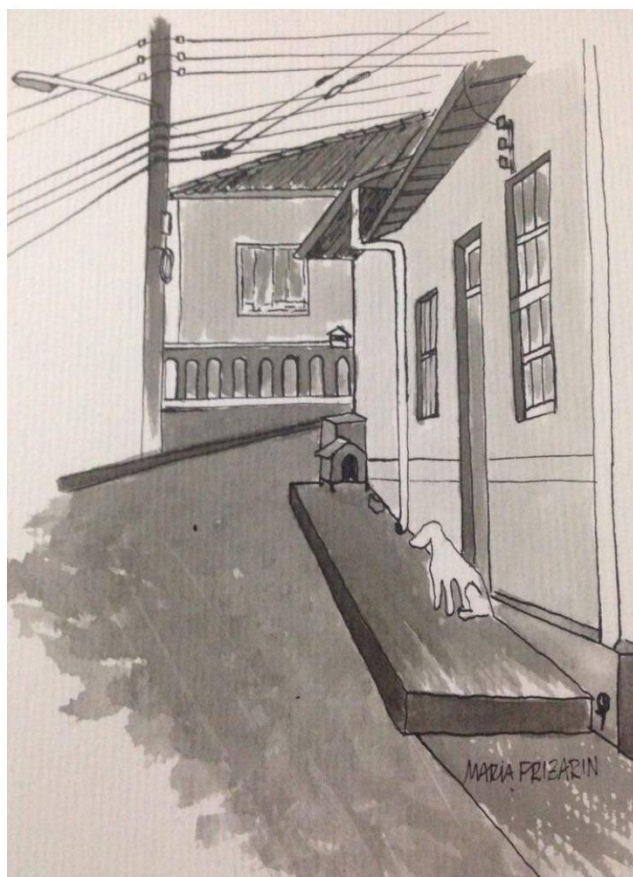
ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO I- A VILA FERROVIÁRIA DE PARANAPIACABA.....	27
1.1 De Piaçaguera aos campos de Piratininga: dos Peabiru aos caminhos de ferro.....	28
1.2 A Ferrovia.....	31
1.3 Política de proteção do patrimônio cultural de Paranapiacaba: CONDEPHAAT, IPHAN e CONDEPHAAPASA	44
1.4 Gestão do patrimônio cultural.....	51
1.5 Implantação da Lei de Zonas especiais de interesse do Patrimônio de Paranapiacaba (ZEIPP).....	57
1.6 ZEIPP e os usos residências.....	57
CAPÍTULO II- PESQUISA QUALITATIVA EM GEOGRAFIA HUMANISTA.....	64
2.1 Pesquisa Qualitativa.....	65
2.1.1 Observação participante.....	71
2.1.2 Pesquisa-ação.....	75
2.2 Diário de campo como uma metodologia.....	83
2.2.1 A escrita do Trabalho de Campo	85
2.2.2 A “escrita de si”; “Askesis” e “Hypomnemata.....	87
2.2.3 O discurso e a constituição de si.....	88
2.2.4 Indissociabilidade entre o sujeito e o objeto: reflexões.....	92
2.2.5 Corpo-sujeito e narrativas.....	94
2.3 Fundamentos do habitar e do construir: a casa.....	97
2.4. A casa: ensaios sobre a geograficidade.....	101
2.5 Habitando a paisagem: a casa e o mundo.....	102
CAPÍTULO III- DIÁRIO DE CAMPO.....	104
3.1 Muito prazer.....	105
3.2 Biografia do sujeito e “biografia da casa”: as tramas que se inter cruzam.....	118
3.3 Casas fechadas: o adentrar como ser “aceito”.....	130
3.3.1 Zé da Cabra.....	136
3.4 Um estudo de caso: o Projeto dos Ateliê-residência e a resignificação das coleções domésticas.....	144
3.5 Habitando o Ateliê-residência: o imaginário, espírito do lugar e concepções vicárias.....	151
3.5.1 O Ateliê-residência Tony Gonzagto: paisagens habitadas.....	156
CAPITULO IV - CURADORES DE PARANAPIACABA.....	170
4.1 Plano municipal cultural, Santo André, SP.....	171
4.2 Coleções domésticas possíveis de serem musealizadas na Vila de Paranapiacaba.....	172

CONSIDERAÇÕES.....	191
REFERÊNCIAS.....	200

APÊNDICES

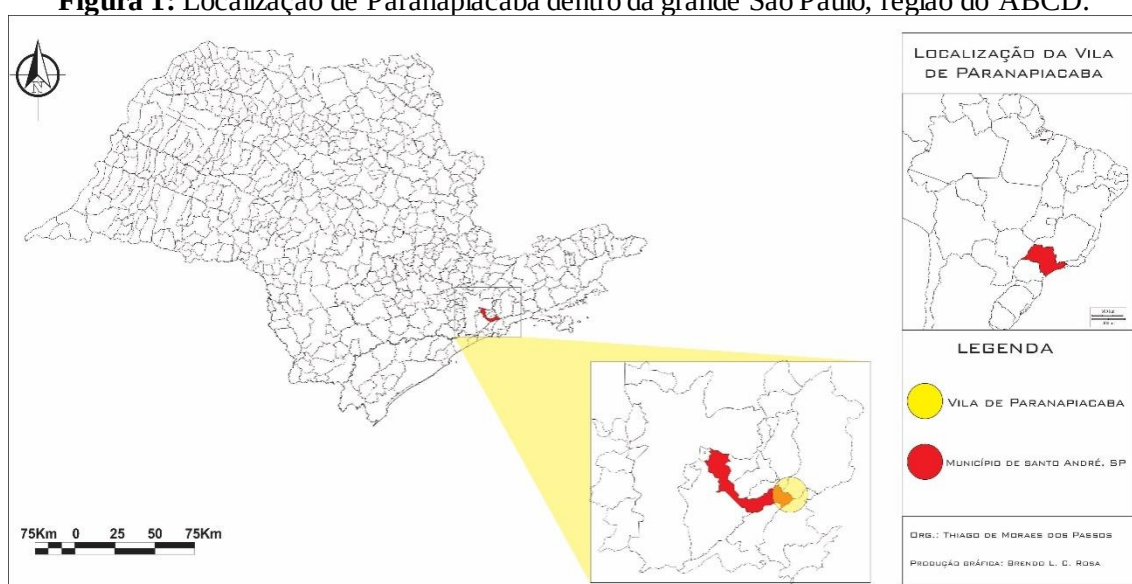
- 1 Ações realizadas na Vila de Paranapiacaba: educação patrimonial
- 2 Termo de consentimento de uso das entrevistas



INTRODUÇÃO

A pesquisa em tela¹ trata da paisagem da Vila de Paranapiacaba, que está localizada a aproximadamente 50 km da capital paulista, no Município de Santo André, São Paulo (**Figura 1**). Paranapiacaba é considerada patrimônio ambiental, histórico, tecnológico e arquitetônico, tendo sua origem ligada à instalação do sistema funicular inglês na região, em meados do século XIX. Trata-se de um conjunto arquitetônico tombado nas instâncias municipal, estadual e federal e indicado para pertencer ao Patrimônio Mundial pela UNESCO (MINAMI, 1996).

Figura 1: Localização de Paranapiacaba dentro da grande São Paulo, região do ABCD.



Produção gráfica: Brendro Rosa. Organizado pelo autor (2016).

Todas essas características fazem com que a experiência de seu habitar seja peculiar, sobretudo no que concerne às particularidades do tombamento, dos bens imóveis (a casa, o conjunto) e móveis (artefatos), pelos órgãos de proteção que visam à preservação e manutenção do patrimônio cultural. Por essa razão, o trabalho em tela tem como objetivo apresentar a experiência vivida dos moradores junto à paisagem.

¹ Cabe destacar a importância do trabalho: “PEREIRA, et al. Programa de prospecção e monitoramento arqueológico da parte baixa da Vila de Paranapiacaba, Santo André São Paulo, Relatório Final, IPHAN, 2016 realizado no ano de 2016”, ligado ao restauro da Vila – PAC – cidades históricas, do qual fizemos parte da equipe de arqueologia. Graças a este trabalho, pudemos dar continuidade a imersão em campo na Vila e muitos dos insights são provenientes desta época.

O trabalho é apresentado em quatro partes: no **Capítulo I**, onde apresentamos o levantamento histórico da Vila de Paranapiacaba, com um recorte historiográfico do período oitocentista até os dias de hoje.

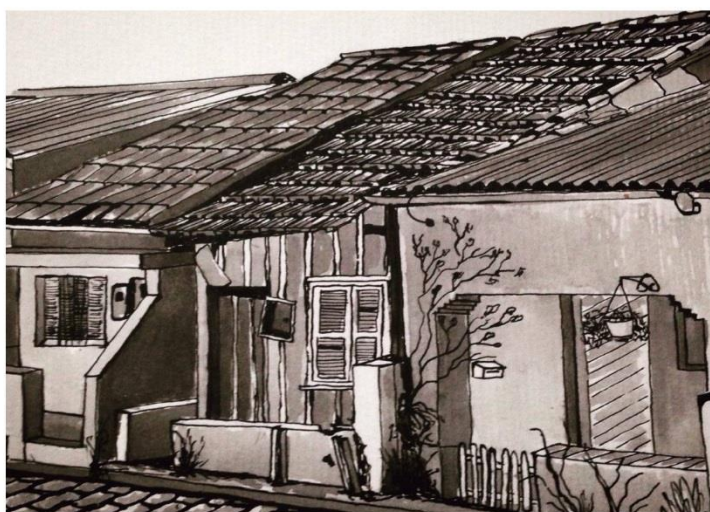
No **Capítulo II**, apresentamos os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa: conceituação metodológica; pesquisa qualitativa em Geografia Humanista; pesquisa participante (participante-como observador); pesquisa colaborativa no campo da educação patrimonial. Apresentamos, também, o diário de campo como metodologia de pesquisa, bem como os aspectos teóricos do escopo do trabalho: conceitos de habitar e de paisagem.

No **Capítulo III**, está o Diário de Campo: as narrativas da experiência vivida dos sujeitos da pesquisa – que inclui o próprio pesquisador, em duas casas da Vila de Paranapiacaba. A primeira encontra-se no Morro (parte Alta da Vila de Paranapiacaba); a segunda experiência de habitar deu-se em um dos ateliês-residência existentes na vila. Tomamos essa última como estudo de caso que engloba as várias esferas do habitar: dimensão íntima e a dimensão pública, uma vez que o Programa Ateliê-residência faz parte de um projeto Municipal para o uso sustentável da vila.

Acreditamos que a natureza intrínseca de um fazer artístico na casa torna-se mais complexo, quando essa casa abriga a dupla função do habitar: a morada e o ateliê. Tal condição complica-se, ainda mais, quando a casa é “tombada”. Como, então, o fenômeno da paisagem se apresenta nessa circunstância? Entendemos paisagem como “um escape para toda a terra, uma janela sobre as possibilidades ilimitadas: um horizonte. Não uma linha fixa, mas um movimento, um impulso” (DARDEL, 2011, p. 31) Pelo dinamismo assim conceituado, frequentemente a paisagem confronta-se com a realidade rígida do tombamento. Esse fenômeno, que amalgama a expressão criativa dos ateliês-residência e o patrimônio habitado, eleva exponencialmente a experiência vivida na casa. A presente pesquisa deter-se-á sobre esses aspectos relativos ao patrimônio arquitetônico habitado e à paisagem como fenômeno intrínseco dessa experiência vivida (em seu âmbito cotidiano) (DARDEL, 2011; BACHELARD, 2008; HEIDEGGER, 2012; INGOLD, 2012).

No **Capítulo IV** e no **Apêndice 1**, apresentamos as ações realizadas em colaboração com os moradores, poder público e órgãos de proteção ao patrimônio cultural. Por tratar-se de um complexo sítio histórico, arquitetônico e tecnológico, de contexto ferroviário, com poucas intervenções de trabalhos arqueológicos, muitos dos vestígios materiais estão de posse dos moradores, que realizam, eles próprios, a curadoria

de seus achados. Esses objetos jazem espalhados pela vila, seja nos quintais das casas, nos “lixões”, nas ruas e em outras dependências e/ou instalações da SPR (São Paulo Railway). Com o tempo, os moradores passaram a guardar esses objetos em suas casas, incorporando-os ao seu mobiliário doméstico. Sabendo das implicações implícitas em tal fenômeno, articulamos os diversos sujeitos sociais envolvidos, procurando, de forma dialógica e transversal, realizar atuações no âmbito da educação patrimonial. As reflexões aqui levantadas dizem respeito aos processos relacionados às ressignificações dos artefatos arqueológicos. Tomamos tal situação como contextual, cuja prática é uma forma de fortalecer identidades, por meio de novas narrativas, que se canalizam na cultura material.



CAPÍTULO I: A VILA FERROVIÁRIA DE PARANAPIACABA

1.1 De Piaçaguera aos campos de Piratininga: dos Peabiru aos caminhos de ferro

Desde o início da ocupação do território paulista, umas das maiores preocupações dos colonizadores foi superar a barreira da Serra do Mar para, então, chegar aos rincões do planalto paulista. Poucos eram os caminhos conhecidos, na maioria traçados pelos povos indígenas, em suas migrações entre as aldeias, abrindo passagens em diversos pontos do território (PRADO, 1939; ELLIS JR, 1939; FRANCO, 1940).

No século XVI, rotas destacavam-se por seu valor estratégico, partindo das margens do Rio Paraná em direção às cabeceiras do Rio Tibagi, tripartindo-se em direções distintas. A primeira seguia ao sul, para os campos de Curitiba. A segunda tinha como destino Cananéia. A terceira rumava sentido nordeste, embrenhando-se na direção dos campos de Piratininga² (FRANCO, 1940). Esses caminhos, denominados “apés”, tornariam possíveis os contatos entre o povo litorâneo e os dos campos do Piratininga, no planalto (FRANCO, 1940).

Sabe-se que Martim Afonso³ realizou numerosas campanhas junto aos seus pares vicentinos para a conquista do planalto “Piratiningano”. Segundo Ellis Jr (1939), para o sucesso dessa empreitada, “era importante atravessar a muralha de Paranapiacaba, esse colosso granítico vestido da luxuriante vegetação da mata virgem tropical” (ELLIS JR. 1939, p. 34).

João Ramalho⁴, personagem icônico do bandeirantismo quinhentista, foi o primeiro branco a aparecer, além da Serra do Mar, nos campos de Piratininga (FRANCO, 1940). “O pioneiro da cobiça”, nos termos de Franco (1940), ligava-se por parentesco ao chefe Tibiriçá, pois era casado com uma de suas filhas. A bibliografia o aponta como a peça-chave na empreitada das expedições desse primeiro ciclo de ocupação do território

² “Na interpretação de Afonso de Freitas, fundamentado na leitura das cartas de datas de terra distribuídas durante o quinhentismo e o seiscentismo, Piratininga era, ao contrário, uma região bem delimitada, de localização precisa, a nor-noroeste da Vila de São Paulo e contígua ao Guaré” (CAMPOS, 2006, p. 17).

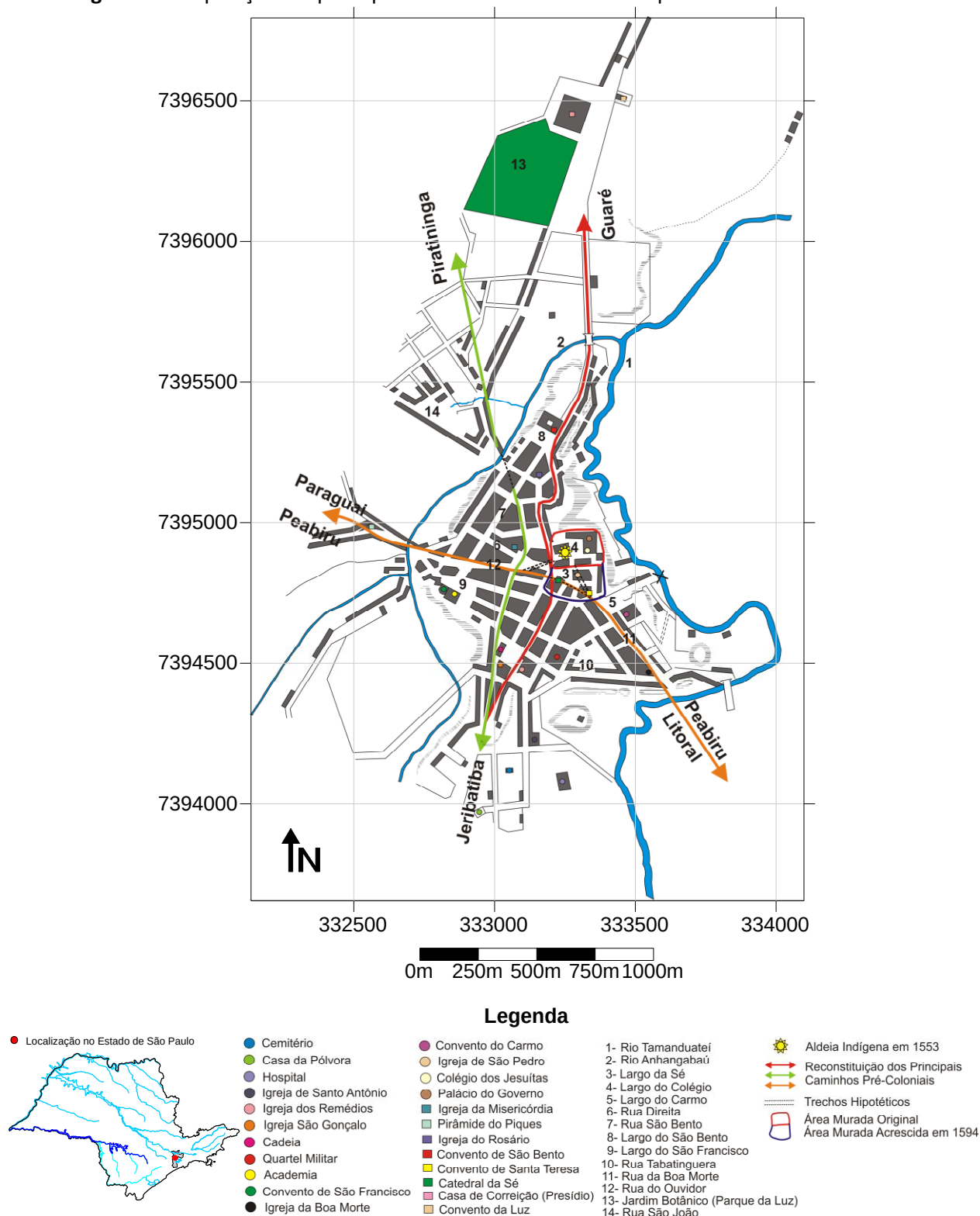
³ A mando de Dom João III, Martim Affonso de Sousa instalou-se na faixa litorânea para firmar território para a coroa portuguesa. Fundou “a primeira colônia portuguesa da América meridional, consagrando-lhe a primitiva denominação São Vicente e, transpondo depois, a Serra de Paranapiacaba, seguindo o caminho velho de Piaçaguera, elevou outra, em outubro de 1532, nove léguas pelo interior, nos campos de Piratininga” (FRANCO, 1940, p. 16).

⁴ “João Ramalho parece ter sido náufrago das primeiras armadas [...] Martin Afonso de Sousa lhe concederia uma sesmaria na Ilha de Guaibe [...] nos limites, na borda do campo, que era o limiar dos sertões desconhecidos, havia João Ramalho se estabelecido, erguendo uma ermida sob invocação de Santo André que, em 1553, o governador Thomé de Sousa elevou à categoria de vila. Ali viveu maritalmente com a filha do cacique Tibiriçá, da Aldeia Piratininga [...] na Vila de Santo André, exerceu cargo de capitão e vereador, entre 1553 e 1558. Em 1560, por ordem do governador Mem de Sá passou a casa dos padres de São Paulo de Piratininga” (FRANCO, 1940, p.19).

paulista (século XVI). O caminho dos tupiniquins, que também é umas das rotas do Peabiru, (**Figura 1**), importantíssimo para a narrativa que se segue, receberia outras denominações: caminho de Paranapiacaba e caminho de Piaçaguera dentre outros⁵.

⁵ Após um segmento hoje obliterado, nas imediações da Praça da Sé, o Peabiru reaparecia na Rua do Carmo, virava à esquerda na Rua Tabatinguera, descia ao antigo leito do Tamanduateí e, a partir daí, orientava-se pelo traçado do primeiro caminho do mar, a hoje chamada Trilha dos Tupiniquins. Passando por Santo André da Borda do Campo, elevada à vila em 1553 e por Paranapiacaba, fazia a descida da serra pelo Vale do Rio Mogi, até atingir na Baixada Santista o ponto conhecido por Piaçaguera Velha [...] chegou-se à conclusão de que a Trilha dos Tupiniquins, ao transpor o Rio Tamanduateí, acompanhava o trajeto do antigo caminho da Mooca (Rua da Mooca). Depois, continuava pela Rua do Oratório, pela Avenida Vila Ema e por trechos da Avenida Sapopemba, já fora dos limites do município, até atingir a Cidade de Ribeirão Pires. O Peabiru compunha-se, portanto, dentro da atual área urbana de São Paulo, de dois importantes caminhos quinhentistas da vila paulistana, que chegavam do sertão: um vindo do Oeste, e o que seguia para o litoral, em direção a leste (CAMPOS, 2006, p. 10).

Figura 2: Composição dos principais caminhos de São Paulo no período colonial.



Fonte: Di Baco (2016).

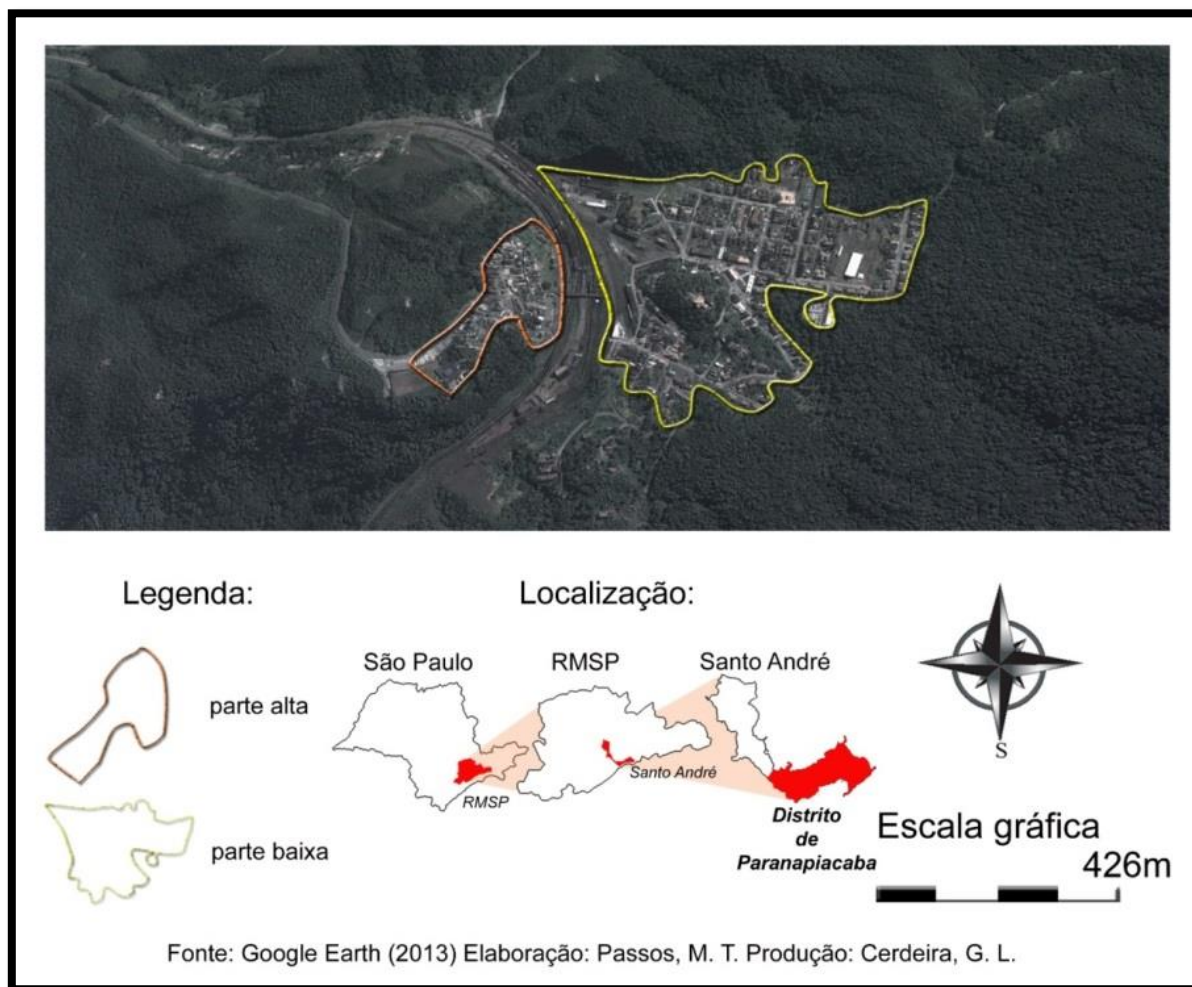
Esse caminho protagonizou inúmeros episódios da história do Estado de São Paulo, pois por quase 300 anos foi umas das sendas mais viáveis para a penetração do Leste litorâneo para Oeste. O caminho em si iniciava-se nas cercanias de São Vicente, transcorria por uma área de alagamento até chegar ao sopé da Serra do Mar. De lá, subia até a nascente do rio Tamanduateí e seguia até o córrego do Anhangabaú. Nesse ponto, diz-se que se localizava a aldeia do índio Tibiriçá, nos campos de Piratininga. Ainda podia-se adentrar o Tietê e seguir rio acima. E nessas cercanias seria, então, eleita a terra propícia para a fundação do Colégio (FARRÃO, FERREIRA, 2010).

1.2 A Ferrovia

"É o alto da serra. Em frente, a alguns decâmetros, abre-se, rasga-se um vão, uma clareira enorme por onde se enxerga um horizonte remotíssimo, um acinzentamento [Sic] confuso de serras e céu, que assombra que amesquinha a imaginação. Começam aí os planos inclinados..." (trecho de "A Carne" - Júlio Ribeiro - Romance de 1888).

A Vila Ferroviária de Paranapiacaba está localizada a aproximadamente 50 km da capital paulista, no Município de Santo André, cidade pertencente ao grande ABC, região metropolitana de São Paulo (**Figura 2**). Hoje, a vila é considerada um patrimônio arquitetônico, tecnológico e natural e tem uma história impar não só no âmbito nacional, mas também no contexto internacional (MINAMI, 1999). Não por acaso, Paranapiacaba concorre, atualmente, ao título de Patrimônio Mundial pela Unesco.

Figura 3: Área da parte urbana de Paranapiacaba.



O fator motriz desse empreendimento ferroviário em plena Serra do Mar de São Paulo esteve ligado à necessidade de escoar a produção das “principais regiões produtoras de café ao seu terminal exportador, o porto de Santos” (MINAMI, 1996, p. 114). O café, principal produto de exportação da época, assegurava a economia brasileira. “Este, gradativamente, ganhou espaço como um bem de grande valor comercial e possibilitou o surgimento, da ‘single-enterprise’ ferroviária⁶” (MINAMI, 1996, p. 115).

⁶ Na região da Nova Inglaterra, nos Estados Unidos, no século XIX, a economia da industrialização propiciou o surgimento de “factory town”, ou seja, aglomerados urbanos projetados e produzidos pela indústria com características modelares e por isso denominados “model company town”. Este era gerenciado por um tipo de organização denominada “single-enterprise”, empreendimento que se caracteriza pela exploração de uma única atividade que, no caso da região da nova Inglaterra, era uma atividade industrial de tecelagem, fição, e mineração (MINAMI, 1996, 114).

“Os primeiros levantamentos para a construção de uma estrada de ferro ligando o Porto de Santos ao planalto tiveram início em 1835, mas foi somente a partir de 1850, que Barão de Mauá, empenhou-se na construção desta via” (PASSARELLI, 1989, p. 7).

Os esforços de Mauá para a construção de Santos-Jundiaí iniciaram-se quando lei geral do império concedia vantajosas condições de lucro aos investidores (Lei Cochrane de 1852). Em 1855, uma nova lei provincial estimulou, ainda mais, a realização do empreendimento e, no dia 26 de abril de 1856, o decreto imperial nº 1759 concedeu à recém-criada firma inglesa “São Paulo Railway Company Ltd” o privilégio de construção da estrada de ferro Santos Jundiaí e o prazo de 90 anos para sua exploração. (PASSARELLI, 1989, p. 8)

Como Passarelli (1989) escreve, “a Vila de Paranapiacaba nasceu e se desenvolveu com a antiga São Paulo Railway Co.” (PASSARELLI, 1989, p. 5). As obras iniciaram-se em 1860 e ficaram a cargo do Engenheiro Daniel M. Fox, especialista em ferrovias em regiões serranas (PASSARELLI, 1989). Para superar as dificuldades de um empreendimento ferroviário na Serra do Mar, a São Paulo Railway (SPR) utilizou o sistema funicular de tecnologia de ponta (PASSARELLI, 1989; MINAMI, 1996). O local escolhido pelos engenheiros da São Paulo Railway (SPR) fez uma sobreposição à antiga rota de João Ramalho, que se iniciava em Piaçaguera (lugar onde foi implantado o primeiro plano inclinado do sistema funicular) e tinha como destino o planalto paulista. Esse caminho, como já destacamos, era conhecido, também, como a trilha dos Tupiniquins.

Segundo Lavander Jr e Mendes (2005), “o traçado da ferrovia seguiu o mesmo delineamento da antiga trilha tupiniquim, pelo Vale do Rio Mogi” (LAVANDER JR, MENDES, 2005, p. 10). Os engenheiros e funcionários da SPR depararam-se com as mesmas dificuldades que outrora bandeirantes e padres jesuítas quinhentistas, seiscentistas e setecentistas enfrentaram e relataram em suas crônicas. Por essa razão, fazia-se necessário utilizar tecnologia especializada para superação da acentuada declividade da Serra do mar: o Sistema Funicular de Tração por cabos foi a opção cabível.

Este sistema funicular foi utilizado nas minas de carvão do norte da Inglaterra, onde quatro máquinas fixas tracionavam e movimentavam cabos de aço de duas pontas, os “tail-end”, que eram presos nos “serra-breques” para realizar o movimento de subida pelos planos inclinados da serra. (PASSARELLI, 1989, p. 8)

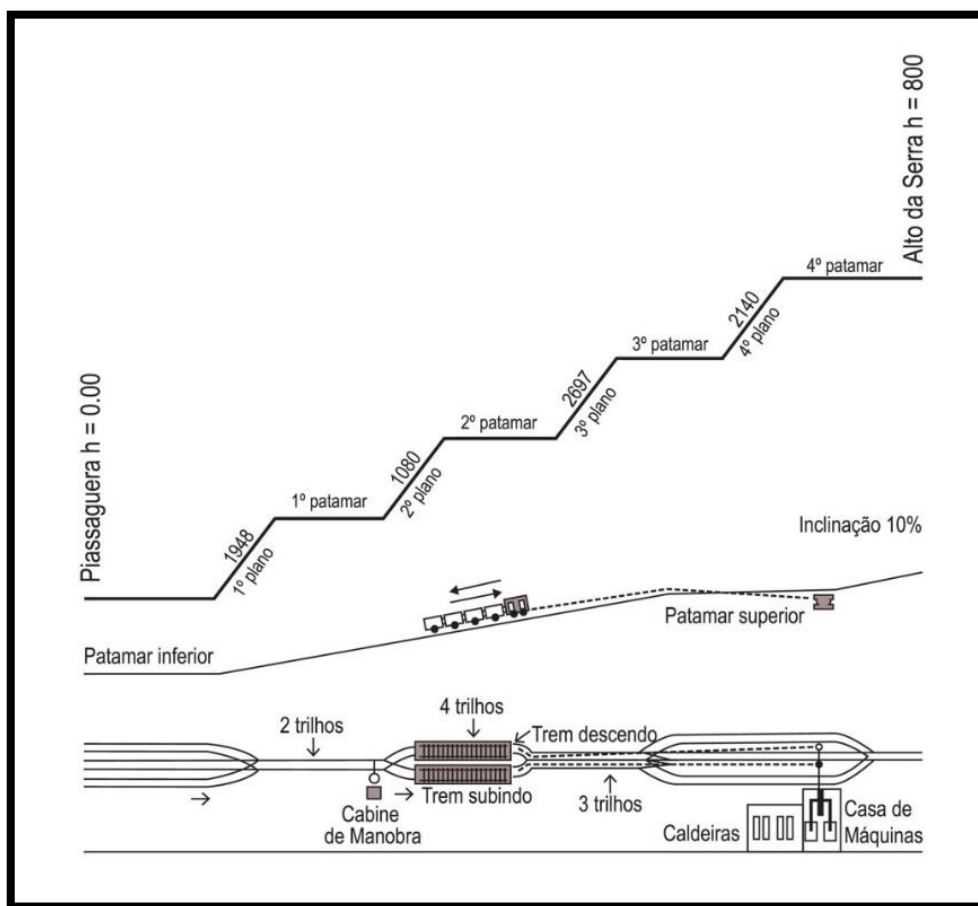
Pelo ‘tail-end’, os trens eram puxados e tracionados por uma máquina a vapor fixa “com carga máxima de 60 toneladas numa extremidade e 30 na outra, em direção ao litoral” (CRUZ, 2007, p. 58). Cruz (2007) descreve o locobreque ou Serra-Breque como sendo um carro que “era acoplado às composições por meio de um dispositivo engatado em uma extremidade do cabo” (CRUZ, 2007, p. 58). A **Figura 3** apresenta um modelo simplificado dessa tecnologia.

Enquanto uma “composição iniciava a subida pelo recolhimento do cabo esticado, outra começava a descer fazendo a operação inversa, ambas no mesmo plano inclinado. Exatamente na metade do plano, a via férrea bifurcava-se para permitir o cruzamento dos trens” (CRUZ, 2007, p. 58).

De uma extremidade a outra – Alto da Serra (atual Paranapiacaba) a Piaçaguera, a operação do sistema funicular dava-se de forma sincronizada quanto ao posicionamento dos trens, indo de um patamar inferior ao superior (MINAMI, 1996; CRUZ, 2007).

O movimento era dado aos trens por meio de quatro máquinas fixas implantadas na Serra [...] por meio de roldanas, subterraneamente colocadas, passavam os cabos da casa de máquinas para os planos, onde se desenrolavam por sobre polias, 4800 no total, com diâmetro de 0,225m nas curvas e 0,304m nas tangentes. (CRUZ, 2007, p. 60)

Figura 4: Esquema dos planos inclinados e do cruzamento das linhas férreas.



Segundo Passarelli (1989), o desafio maior para o término desse empreendimento consistiu na superação do grande desnível da Serra do Mar, de fato uma barreira natural quase insuperável. Os fatores climáticos e pedológicos, as chuvas torrenciais constantes e o solo frágil, foram fatores a serem enfrentados por um “grande número de operários abrigados em conjuntos de casas precárias de pau-a-pique e sapé em meio às árvores da Mata Atlântica” (PASSARELLI, 1989, p. 3).

Esses primeiros acampamentos precários, que deram início à ocupação da Serra, tinham o caráter provisório. Com a inauguração da ferrovia, houve a necessidade de manter os trabalhadores no local, para complementar as obras, ainda não totalmente acabadas da serra, bem como para manter a então inaugurada ferrovia, no ano de 1867 (PASSARELLI, 1989; MINAMI, 1996).

A fixação desses operários demandou a construção da estação do Alto da Serra, realizada entre os anos de 1867 e 1868 (PASSARELLI, 1989, p. 8). O acampamento

(Foto 1) localizava-se em um vale contornado por morros cuja primeira alcunha ficou conhecida como Alto da Serra (PASSARELI 1989; CRUZ, 2013). Ab’Saber (1985) descreve essa paisagem como uma forma de alvéolo colinoso entre um colar de pequenas serranias seguidas pelo paredão da Serra do Mar (AB’SABER, 1985).

Foto 1: Acampamento no Alto da Serra em 1860.



Fonte: Museu de Santo André (2015).

Segundo Cruz (2013), a escolha do local estava ligada à topologia menos acidentada em relação à região, um platô em meio à Serra (CRUZ, 2013).

Esse primeiro acampamento ficou conhecido, posteriormente, como Vila Velha, constituindo a “primeira fase de ocupação inglesa, no local, com data, aproximada, de 1860 a 62 [...] A Vila Velha é onde estão localizados os mais antigos depósitos da empresa (a maioria já demolido ou reformado)” (SANTOS, 1990, p. 19).

Como característica notória, “as casas da Vila Velha não tinham recuos de frente, localizados, portanto, nas testadas dos lotes que a empresa dividia e distribuía aos

trabalhadores” (SANTOS, 1980, p. 19). Essa característica é perceptível, atualmente, bem como os edifícios foram destinados aos funcionários ligados às atividades burocráticas (SANTOS 1980; CRUZ, 2007).

A condição estrutural do primeiro acampamento apresentava calçamentos precários, que dificultavam a circulação dos transeuntes. A distribuição das moradias na Vila Velha foi feita de forma desordenada, com um eixo principal (Rua Direita), que dá acesso aos depósitos e oficinas, sem arruamento (SANTOS, 1980).

A Vila Velha, por ser o primeiro núcleo de ocupação em Paranapiacaba, “é o lugar onde as residências mais se aproximam das oficinas e casas de máquinas de empresas ferroviárias; sendo que algumas residências chegam a dar fundo de lote para as oficinas” (SANTOS, 1980, p. 19), fato esse ainda perceptível na paisagem (**Foto 2**).

Foto 2: Rua Varanda Velha, localizada na Vila Velha. À direita observa-se uma residência e à esquerda uma antiga oficina, hoje uma mercearia



Fonte: o autor (2015).

Ainda, “dessa observação, presume-se que isso tenha sido feito de forma a facilitar o acesso dos trabalhadores para as oficinas, diminuindo assim o percurso e mantendo uma inter-relação de ambiente e espaço, trabalho e moradia” (SANTOS, 1980, p. 19 - 21).

Com a construção da segunda obra de subida e descida da serra, o núcleo original estendeu-se para as áreas vizinhas ao longo do vale⁷. Porém, essa expansão urbana junto à outra porção do vale, em continuidade ao núcleo original de 1867, teve um controle mais rígido e planejado, dando início à implantação de um modelo urbano projetado, possivelmente o primeiro existente no Brasil, ligado à atividade ferroviária (MINAMI, 1996).

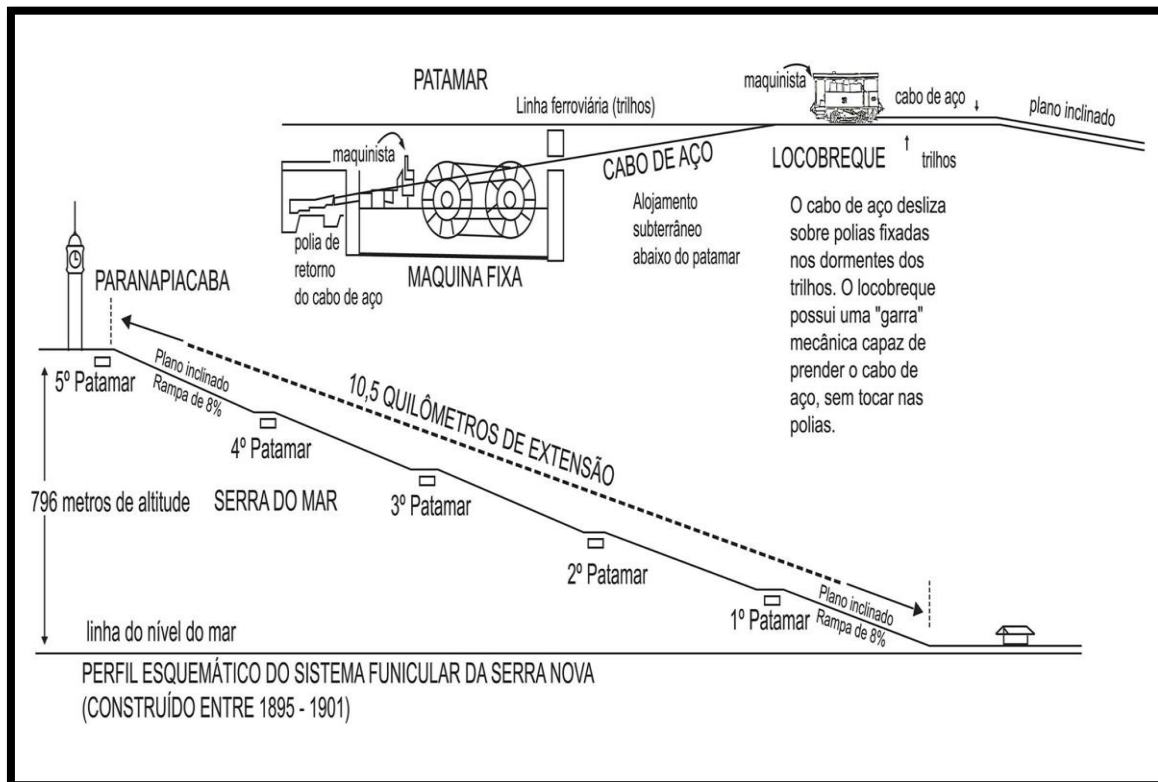
Por causa da rápida expansão econômica da região planaltina, o escoamento da produção do café foi tornando-se insuficiente, necessitando de novas alternativas, resolvidas a partir da construção do segundo sistema funicular ou serra nova. Este executava suas operações em cinco planos inclinados por meio de cabos de aço contínuos que tracionavam as composições movidas por cinco máquinas fixas, assentadas nos patamares. Basicamente, o funcionamento do segundo sistema funicular se dava da seguinte forma: no plano inclinado, trilhos permitiam que duas composições trafegassem, ao mesmo tempo, em sentidos contrários, e no meio de cada par de trilhos havia um cabo de aço assentado por diversas polias. Esse cabo de aço, saindo da primeira casa de máquinas localizada sempre num patamar superior, descia através do plano inclinado, no meio dos trilhos, dando uma volta no volante da segunda casa de máquinas. Daí subia no meio dos outros trilhos, refazendo o percurso em sentido inverso, ou seja, subindo de volta até a primeira casa de máquinas. Para a circulação das composições usava-se uma locomotiva de pequeno porte denominada “locobreque”, que era dotada de um mecanismo de sapatas em sua parte de baixo, entre rodas, que tracionava os cabos de aço. (MINAMI, 1996, 115)

A **Figura 5** apresenta o perfil esquemático do sistema funicular da Serra Nova. Pode-se observar o funcionamento da máquina fixa na tração dos carros pelos patamares da serra.

O núcleo original, denominado Vila Velha, não comportou a vinda de mais moradores, tendo sido criada a Vila Nova ou Vila Martin Smith. Isso se deve à qualidade de organização da empresa “single-enterprise” que, “centrada na atividade ferroviária de transporte do café, dispôs-se a investir num empreendimento de modelo urbano, após a construção da segunda funicular” (MINAMI, 1996, 116-117).

⁷ “Pelo decreto número 126, de 18 de novembro de 1891, o Governo Federal autorizou a São Paulo Railway Co. a realizar a duplicação de sua linha que foi iniciada em 1896 e terminada em 1901 [...] No trecho da Serra do Mar, foram construídos os novos planos inclinados da Serra, ou simplesmente, a Serra Nova, compreendendo cinco planos inclinados com rampa de 8% e extensão total de 10, 5 quilômetros” (PASSARELLI, 1989, p.11).

Figura 5: Perfil esquemático do sistema funicular da Serra Nova.



Fonte: Adaptado de Santos (1980).

Segundo Santos (1980), “a Vila Nova foi a área planejada de Paranapiacaba [...] o pátio usado pela ferrovia iria ser ampliado com mais trilhos para as manobras e tráfegos das locomotivas [...]” (SANTOS 1980, p. 25).

O objetivo principal da instalação desse núcleo urbano planejado era, *a priori*, ter espaço adequado para receber um número maior de funcionários, necessários para a manutenção da ferrovia e para as residências dos trabalhadores (PASSARELLI, 1989; SANTOS, 1990; MINAMI, 1996).

Com a ampliação e sofisticação tecnológica da ferrovia, advinda da sua duplicação, “era preciso ampliar o número de trabalhadores que teriam diferentes funções no pátio, nas oficinas, nas máquinas, ou seja, em setores específicos da empresa” (SANTOS, 1980, p. 25).

No que concerne à Arquitetura, as residências construídas eram, em sua maioria, de madeira sobre alvenaria, “as paredes de vedação e a estrutura foram levantadas em madeira (sendo algumas de Pinho de Riga). Essa foi a solução técnica para o conforto térmico do ambiente interno, devido ao alto índice de umidade do solo da região” (SANTOS, 1990, p. 25).

Portanto, esse novo conjunto, projetado pela companhia, formava um sistema disciplinarmente organizado mediante técnica de aglomeração disposta hierarquicamente e conforme o arranjo que definia o desenho das habitações. Isso vinha a reforçar o aspecto britânico das construções já existentes, que eram arquitetonicamente diferenciadas pela utilização de sistema construtivo em madeira, a maioria pinho-de--riga, trazia novidades quanto ao sistema construtivo, pois as habitações possuíam uma tipologia pré-definida. (MINAMI, 1996, 117)

Outra característica marcante no padrão construtivo da Vila Martin Smith é a sua morfologia hierárquica. Segundo Passarelli (1989), as edificações da vila apresentavam “uma extrema hierarquia na forma de habitar que se expressa no tamanho da casa e do lote, na localização do banheiro, dentro ou fora da residência, definindo, assim, para cada padrão de edifício, uma categoria diferente de funcionário” (PASSARELLI, 1989, p.12).

As tipologias na Vila Martin Smith eram uma forma de distinção hierárquica das habitações. É possível distinguir cinco categorias de tipologia: A, B, C, D e E. Algumas residências, entretanto, não possuem classificação. É o caso, por exemplo, de casarões isolados do alto escalão e alguns barracões para funcionários solteiros (CRUZ, 2007). Assim, as diferentes funções exercidas pelos funcionários da ferrovia, tais como “engenheiros, maquinistas, foguistas e ajudantes conviviam em um único espaço urbano, residindo, porém, em casas de projetos diferenciados” (PASSARELLI, 1989, p.12).

A influência da revolução industrial inglesa do século XIX figurava em todos os conjuntos de casas. Suas chaminés, colunas de ferro, mãos francesas, inclinações de telhado denotavam as linhas clássicas do “victorian style” inglês. Em vez da adaptação às cores locais, ocorria o inverso: a paisagem natural é que incorporava o tipo de construção, dando como resultado características específicas impares, única encontrada no Brasil. Finalizando, podemos dizer que este aglomerado *sui generis* urbano em solo brasileiro comporta soluções construtivas que tinham traços comuns a existente na “Model Company Town” norte-americana: tanto pela origem, administração e período, quanto pelo sistema construtivo e material. Ambos, a Vila Martin Smith e a “Model Company Town” eram de um mesmo agente gestor: “a single-enterprise”. (MINAMI, 1996, p. 116)

Do exposto até o momento, apresentamos duas das três fases da Vila de Paranapiacaba, pois, segundo Santos (1980), há uma divisão de três núcleos: Vila Velha; Vila Martin Smith (Vila Nova); parte alta (Vila dos Aposentados) (SANTOS 1980). Essa terceira etapa de ocupação tem sua origem ligada à intencionalidade de abrigar a classe de trabalhadores aposentados pela “São Paulo Railway” (SANTOS, 1980, p. 30).

A Parte Alta, ou Morro, como também é denominada, contrasta com a Vila Inglesa, pois sua Arquitetura e traçado urbano trazem as marcas de uma ocupação tipicamente portuguesa (PASSARELLI, 1989; SANTOS, 1980; MINAMI, 1996; CRUZ, 2007). Nas “ruas estreitas foram erguidas unidades de pequena frente, edificadas junto ao alinhamento e, devido à acentuada declividade da área, foi necessária a execução de muitos cortes no terreno” (PASSARELLI, 1989, 12).

A ocupação da área do ‘Morro’ data de 1860, quando Bento Rodrigues da Silva, o “ponteiro”, como ficou conhecido, atraído pela notícia da construção da ferrovia pelos ingleses, ergueu um rancho de pau-a-pique no morro, onde hoje se encontra a Rua Rodrigues Quaresma (PASSARELLI, 1989).

As construções, em geral, surgiram com uso híbrido entre moradia e comércio, sendo esse núcleo “o único centro de abastecimento da população” (SOUZA, 1990, p. 13). Em sua maioria, as casas são geminadas e, na maior parte, fazem frente ao pátio ferroviário (PASSARELLI, 1989).

Santos (1980) define a parte alta como uma “área de espaço mais dinâmico e também a que mais se descaracteriza com o tempo” (SANTOS, 1980, p. 13). Isso ocorre, em parte, pelo fato de a Parte Alta nunca ter pertencido à ferrovia. Diferente da Parte Baixa, a Parte Alta desde o início teve liberdade construtiva e decorativa; as fachadas das casas são um bom exemplo, pois foram pintadas pelos próprios moradores, com “as cores que chamam a atenção de qualquer indivíduo que esteja passando por elas” (SANTOS, 1980, p. 13).

É na Parte Alta que se encontra a igreja (até então, Capela do Bom Jesus) e o cemitério. Os terrenos foram doados, na época, pelo próprio Bento Rodrigues da Silva, que também se incumbia de delimitar parcelas da gleba que a ele foram concedidas, na Parte Alta, sobretudo, para comerciantes. A ocupação da Parte Alta ocorre concomitantemente com a inauguração da ferrovia em 1867 (PASSARELLI, 1989; SANTOS, 1980).

Contudo,

Contrastando com a limpeza e a arrumação da Vila planejada dos ingleses, o Morro sofria de total falta de infraestrutura. Somente a capela e o Club Recreativo Flor da Serra possuíam luz elétrica, enquanto que o restante do Morro vivia às escuras [...] a maior parte das famílias aloja-se em verdadeiros cortiços, sem ar, sem luz, entre paredes a ressumar humidade. As casas escatela-se umas sobre a outras, e as

paredes meias comprometem a intimidade do lar. (MARTIN *apud* PASSARELLI, 1989, p. 10)

Com o passar dos anos, ficou evidente a desigualdade de infraestrutura entre esses dois núcleos urbanos. As marcas da ação do tempo são mais perceptíveis no Sítio Histórico da Parte Alta da Vila de Paranapiacaba.

A Vila Velha, a Vila Nova e a Parte Alta compõem o complexo sítio histórico de Paranapiacaba, que, do final do século XIX e até o início do século XX manteve o *status* de uma vila próspera. Com o tempo, ocorreram mudanças significativas na Vila de Paranapiacaba. Em 1907, foi criado o Distrito de Paz de Paranapiacaba (PASSARELLI, 1989; SANTOS, 1980). O início do século XX foi marcado por intensa atividade sociocultural que, segundo Passarelli (1989), perdurou até meados de anos de 1940. Em 1907, foi criado o Distrito de Paz de Paranapiacaba (PASSARELLI, 1989; SANTOS, 1980). Em 1934, foram introduzidas as primeiras “locomotivas de tração diesel-elétrica nos trechos do planalto e da baixada santista. Em 1944, foi iniciada a implantação do projeto de eletrificação de suas linhas no trecho de São Paulo a Jundiaí” (PASSARELLI, 1989, p. 16). Essas adequações tecnológicas constituíram um marco para a época e refletiram positivamente na economia local (SANTOS, 1980).

Outro episódio salutar a ser citado foi a mudança, em 1945, do nome da estação do Alto da Serra para Paranapiacaba. Segundo Passarelli (1989), foi então que, definitivamente, o nome da Vila, Parte Alta e Parte Baixa, deixa de ser Alto da Serra e passa a ser denominada oficialmente como Paranapiacaba (PASSARELLI, 1989).

Em 1946, a São Paulo Railway Co. foi encampada pela União e, em 1956, passou a ser administrada pela rede ferroviária federal S. A. RFFSA, um marco, pois finda aí a presença inglesa na Vila de Paranapiacaba (PASSARELLI, 1989; MINAMI, 1996) (**Foto 3**).

Foto 3: Vista Panorâmica de Paranapiacaba.



Fonte: Acervo de Eduardo Pin.

O período de 1946 a 1956 é apontado nas referências como marco do abandono da vila e da deterioração do patrimônio da ferrovia, apesar de ter havido algumas iniciativas com intenção de continuar a manutenção e melhoria tecnológica da estrada de ferro (PASSARELLI, 1989; MINAMI, 1996), como consta no seguinte trecho:

Logo ao assumir a administração da Estrada de Ferro Santos - Jundiaí deu prosseguimento à modernização do sistema ferroviário iniciado pelos ingleses, inaugurando, em 1950, a eletrificação no trecho entre São Paulo e Jundiaí e, posteriormente, estendendo-se até Paranapiacaba. Também os vagões de madeira para passageiro foram substituídos pelos de aço inoxidável, importados dos Estados Unidos. No ano de 1956, foi criada a Rede Ferroviária Federal S.A – RAFFSA – empresa vinculada ao ministério de transporte, que passou a administrar o transporte ferroviário e o patrimônio da antiga estrada “inglesa”. (PASSARELLI, 1989, p. 19)

As melhorias no pátio ferroviário iniciadas pela RFFSA entre as décadas de 1950 e 1980 ocorreram no quadro econômico, social e de infraestrutura no país, com destaque

para a região Leste do Estado de São Paulo, como a instalação das indústrias automobilísticas, construções de rodovias, instalação de indústrias petroquímicas na região do ABC e da Baixada Santista (PASSARELLI, 1989; SANTOS, 1980; MINAMI, 1996).

1.3 Política de proteção do patrimônio cultural de Paranapiacaba: CONDEPHAAT, IPHAN e CONDEPHAAPASA

O ano de 1946 está enraizado no imaginário coletivo de uma parcela dos moradores da Vila de Paranapiacaba. Essa data é o marco do fim do período da concessão inglesa da ferrovia. Moradores e autores relacionam esse ano com o início do abandono e descaso do local. Marca, também, o fim do “legado” da administração Inglesa na Vila de Paranapiacaba, numa espécie de analogia entre causa-efeito (PASSARELLI, 1989; SOUZA, 1980; ALAMINO, 2011).

Essa relação tem uma conotação um tanto quanto perigosa, pois dá a entender que todo o processo de deterioração do patrimônio ferroviário estaria ligado à saída dos ingleses da administração da ferrovia, quando, na verdade, a realidade que a Vila de Paranapiacaba viria presenciar estaria ligada a uma complexa conjuntura político--administrativa de âmbito nacional.

Segundo Brum (1999), o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) objetivava, na época, aplicar 26,6% dos investimentos na área dos transportes. Estava previsto nesse plano de metas, o reequipamento das estradas de ferro e a construção de novas ferrovias para o escoamento das exportações, como de fato foi feito, em certa medida. Contudo, como aponta Matos (1974), a maior parte desse montante destinado ao transporte dirigiu-se para a construção e pavimentação das estradas de rodagem no Brasil (MATOS, 1974; BRUM, 1999). As estradas de ferro brasileiras deixariam de ter grande expressão para o escoamento das produções do país, para atuarem de forma coadjuvante nesse novo cenário, que ora se engendrava (ALAMINO, 2011).

Dando continuidade à política de construir estradas iniciadas por Washington Luiz na década de 1930, Juscelino Kubitschek abriu as portas do país às multinacionais automobilísticas na década de 1950,

começando assim um longo processo de sucateamento da malha ferroviária, com desativação de trechos considerados “poucos lucrativos”, degradação do material rodante e precarização dos serviços oferecidos aos passageiros. Este inclui a degradação da ferrovia Santos-Jundiaí, onde as manutenções de vários trechos deixaram de ocorrer com a mesma frequência, vagões da antiga SPR foram abandonados a céu aberto em terrenos da vila de Paranapiacaba, a decadência da malha ferroviária foi sentida violentamente pela vila ferroviária. (ALAMINO, 2011, p. 4)

Quando a Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA) incorporou os bens da extinta SPR, em 1957, quando a ferrovia passa a ser denominada Estrada de Ferro Santos--Jundiaí, o projeto brasileiro de rodovias já estava em andamento. A RFFSA, claramente, não tinha interesse nas residências da vila, focando sua atenção na estrutura do pátio ferroviária (PASSARELLI, 1989; MORETTO NETO, 2005; ALAMINO, 2011).

O cenário de descaso e abandono com o transporte ferroviário em favor dos investimentos rodoviários – marco governamental do Presidente Juscelino – sempre teve contornos contraditórios com a realidade, pois, com os avanços econômicos do período e o crescente investimento rodoviário, foi necessária a instalação de um novo Sistema Ferroviário por sobre o traçado da Serra Velha. Os primeiros levantamentos para essa empreitada iniciaram-se em 1960 com a construção do Sistema Cremalheira--aderência⁸, inaugurada em 1974 (ALAMINO, 2011, MINAMI, 1996).

Outro marco a salientar, refere-se a um processo de demissões compulsórias dos antigos trabalhadores da SPR ocorrido neste período. A história ferroviária – que compreendemos como história operária, ligada ao período de concessão inglesa – esfacelava-se. Inúmeros trabalhadores que habitavam a Vila tiveram que deixar suas casas em busca de novas oportunidades, haja vista que, com o recém-inaugurado Sistema Cremalheira-aderência, a RFFSA volta-se completamente para transporte de mercadorias para exportação. Essa mudança de prioridade viria a culminar na extinção completa do transporte de passageiros na Vila. Seus moradores presenciaram, pouco a pouco, a Vila Ferroviária deixar de possuir trem de transporte humano (PASSARELLI, 1986; ALAMINO 2011).

⁸ A cremalheira-aderência foi construída com tecnologia japonesa. Trata-se de um sistema de tração, parecido com as operações de escadas rolantes, engrenagens que se juntam e se ajustam às locomotivas, que, além de rodas convencionais, possuem uma terceira roda dentada, no meio da composição, que se ajusta à cremalheira (MINAMI, 2003).

Esse quadro, que perdurou durante quase duas décadas, chamou a atenção de indivíduos e órgãos que tinham interesse na preservação do patrimônio ferroviário. Os autores referem-se à década de 1970 como o marco das ações que viriam a culminar nos futuros processos de tombamento (PASSARELLI, 1989).

Para Passarelli (1989), essas ações iniciaram-se, com maior vigor, em 1977, quando o então vereador de Santo André, José Mendes Botelho, articulou-se com o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAT) para iniciar o processo de tombamento da Vila de Paranapiacaba, atendendo ao apelo dos moradores e das entidades envolvidas com Paranapiacaba no nível estadual (PASSARELLI, 1989). O tombamento da Vila de Paranapiacaba ocorreu uma década depois dos primeiros esforços, por meio da Resolução 37, de 30 de setembro de 1987 (PASSARELLI, 1989).

Destaca-se a década de 1970, quando, nas palavras de Passarelli (1989), a Vila “sofre o golpe fatal. Pressionada a atender à crescente demanda de transporte de carga das indústrias instaladas ao longo da linha férrea, a Rede Ferroviária inaugurou em 1974 um novo sistema de transposição da Serra do Mar” (PASSARELLI, 1989, p. 19).

Essas mudanças, advindas da modernização do transporte, vieram a provocar a “desativação parcial do Sistema Funicular da Serra Nova que passou a operar com dois trens diários para passageiros. Com isso, muitos dos antigos funcionários da estrada de ferro foram dispensados ou aposentados e a Parte Baixa recebeu novos moradores” (PASSARELLI, 1989, p. 20).

No ano de 1981, a serra Nova foi finalmente desativada. As inúmeras residências do trecho da Serra foram demolidas e a antiga estação sofreu um incêndio, de causas até hoje não esclarecidas. Dos tempos antigos, restou apenas o famoso relógio, transferido para a nova plataforma dos trens suburbanos em 1979 [...] algumas unidades da via férrea e ao início da descida da serra também foram demolidas para dar lugar ao pátio de manobras de maiores proporções e para subestação de energia elétrica que passou a alimentar a vila e o novo sistema de cremalheira. (PASSARELLI, 1989, p. 20)

Na década de “1980, divulgou-se, na imprensa, uma série de denúncias sobre os efeitos da poluição do polo petroquímico de Cubatão sobre a reserva biológica de Paranapiacaba” (PASSARELLI, 1989, p. 21). Iniciava-se, concomitantemente, um movimento ‘Pró-Paranapiacaba’, que culminaria com a organização de moradores e

simpatizantes na luta pela preservação da Vila. Esse movimento embrionário viria a ser fundamental nos processos de preservação da Vila junto aos órgãos de proteção do patrimônio.

Sobre as ações precedentes do processo de tombamento da vila pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), podemos destacar a formação de uma comissão organizada para debater as questões atinentes à preservação dos bens herdados da SPR, em 1982. A comissão, posteriormente denominada “Movimento Pró-Paranapiacaba”, visava encontrar alternativas de preservação para os bens da ferrovia, uma vez que a RFFSA vinha deflagrando um processo de demolição por entre os patamares da Serra, que, caso não fosse interrompido, inevitavelmente alcançaria as casas da Vila (PASSARELLI, 1989).

O Movimento Pró-Paranapiacaba teve atuação basilar nesse período de fragilidade em que se encontrava o patrimônio ferroviário da Santos-Jundiaí. Em 1983, houve outro ponto importante para barrar a depredação de Paranapiacaba. Ocorreu, nesse ano, o primeiro simpósio Pró-Paranapiacaba, que objetivou construir uma proposta de preservação da Vila e formas de utilização do seu potencial turístico (PASSARELLI, 1989). É salutar frisar que, desde os primórdios das discussões sobre o destino da Vila de Paranapiacaba, sempre esteve presente o ideário de potência turística.

Segundo Passarelli (1989), em resposta a esse primeiro encontro, a Prefeitura Municipal de Santo André declarou a Vila e seu entorno como uma área de proteção ambiental e de interesse de preservação por meio da portaria número 1.730, de Setembro de 1983 (PASSARELLI, 1989; PMSA, 2015). Em 1985, ocorreu o segundo Encontro do Movimento Pró-Paranapiacaba, que culminou na publicação da Portaria 312, de 30 de maio de 1985, ligada à pasta do Ministério de Transportes. Essa portaria destaca a importância da preservação do Sistema Funicular, especificamente do quarto e quinto patamares da serra (PASSARELLI, 1989). Sabe-se que,

junto à necessidade do Ministério do Transporte, veio a determinação de restauro do trecho da Serra Nova entre o 4º e 5º patamares e de seis edifícios de uso comum: o castelinho, o Lira, o Mercado, a Pensão dos solteiros, a Delegacia e o SENAI. (PASSARELLI, 1989, p. 24)

Contudo, os esforços não foram suficientes para assegurar o que, provavelmente, seria um ponto estratégico na luta pela preservação dos imóveis, que consistia na sua

aquisição pelos moradores. Em meados de 1985, a RFFSA, alegando a falta de um plano de proteção eficiente, suspendeu as vendas daqueles imóveis para os habitantes da Vila (PASSARELLI, 1989).

No ano seguinte, como proposta do então presidente do CONDEPHAAT, Dr. Modesto Carvalhosa, a elaboração do plano foi encaminhada para a EMPLASA que, para tanto, reuniu todo o material já desenvolvido pela comissão Especial Pró - Paranapiacaba dando, assim, continuidade aos trabalhos [...]. Em 30 de setembro de 1986, em comemoração ao dia do ferroviário, a Rede Ferroviária entregou ao público o sistema ferroviário entre o 4º e o 5º patamares e o castelinho, que passou a abrigar o centro de preservação da história de Paranapiacaba. Ambos os equipamentos, recuperados com a orientação do Programa PRESERVE passaram a ser operados pela A.B.P.F. (PASSARELLI, 1989, p. 25)

A atenção dos meios de comunicação, dos especialistas e técnicos ligados aos órgãos competentes e da sociedade civil, naquele período, engendrou todas as demais ações que fazem com que a Vila, hoje, seja protagonista no que diz respeito à complexa e burocrática tarefa de gestão do patrimônio cultural. As obras recentes de revitalização e o tombamento do CONDEPHAAT não foram suficientes para dar seguimento orgânico aos projetos organizados naquele momento. Para Passarelli (1989):

O tombamento da vila e seu entorno foi bastante festejado devido a possibilidade de se utilizar os recursos da Lei Federal 7505 – Lei Sarney – para restauração da vila, no entanto, o Plano de Preservação e Revitalização da Vila apresentava, apenas, diretrizes gerais de atuação em toda a área, era necessário, ainda, ser realizado todo o detalhamento do Plano para sua implantação. Ao mesmo tempo, a comissão especial não conseguiu reunir todos os seus membros para o detalhamento do plano. (PASSARELLI, 1989, p. 25)

O tombamento efetuado pelo CONDEPHAAT ⁹ foi antecedido pela implementação da Resolução 40/85, referente à lei que tombou a Serra do Mar de Paranapiacaba e o Parque Estadual da Serra do Mar (CONDEPHAAT, 2016). A compreensão a que o CONDEPHAAT chegou, foi a de que a Vila de Paranapiacaba possui elementos inerentes à ação humana que são indissociavelmente integrados ao

⁹ Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 276, p. 71, 18/07/1988.

ambiente biótico do entorno, construindo-se em alvo de um tombamento pertinente e avançado para a época (ALAMINO, 2011).

No Brasil, foi somente a partir da segunda metade do século XIX que se iniciou a implantação da maior parte das estradas de ferro, construídas basicamente com recursos ingleses. Paranapiacaba é um núcleo com características urbanísticas e arquitetônicas peculiares, marcadas por influências inglesas. A Parte Alta de Paranapiacaba, tão antiga quanto o núcleo ferroviário, se desenvolveu, ao longo do tempo, prestando serviços à população local, configurando-se como um exemplo de implantação autônoma em contraposição à parte baixa, residencial, destinada aos funcionários da ferrovia. O tombamento incluiu, além da Vila Ferroviária, a Parte Alta, ferrovia e acervo, paisagem envoltória, representativa do conjunto serrano da Serra do Mar, onde se encontram as bacias de drenagem formadoras do Rio Mogi e Rio Grande da Serra ou Jurubatuba, além das cabeceiras que abastecem o núcleo urbano. A área tombada situa-se entre as coordenadas UTM 7.372,00-7368,00 km N e 363,00-370,00 km E. (CONDEPHAAT, 2016)

Alamino (2011) escreve que “a base do tombamento foram as recomendações do Conselho da Europa¹⁰ que se orienta a partir do conceito de paisagem cultural” (ALAMINO, 2011, p. 5).

De fato, a recomendação do Conselho da Europa, em seu anexo número R (91) 13, elenca cinco princípios para a salvaguarda e valorização do patrimônio arquitetônico do século XX: I identificação do patrimônio; II proteção de elementos mais significantes do patrimônio; III gestão e conservação do patrimônio; IV sensibilização dos responsáveis da administração e do público e V perspectiva de uma indispensável cooperação europeia (CONSELHO DA EUROPA, 1991).

O segundo princípio coloca:

a necessidade de conceder estatuto de proteção, não apenas às obras dos criadores mais reputados de um período ou estilo arquitetônico, mas também aos testemunhos menos conhecidos, mas representativos da arquitetura e da história de um determinado período; – a importância de incluir, entre os fatores de seleção, quer os aspectos estéticos, quer a contribuição das obras no âmbito da história das técnicas construtivas e o desenvolvimento dos aspectos políticos, culturais, econômicos e sociais; – **o indispensável alargamento da proteção ao conjunto das**

¹⁰ O objetivo do conselho da Europa é o de realizar uma união entre os estados membros para salvaguardar e promover as ideias e princípios baseados no respeito dos direitos das pessoas, da democracia e dos Estados de direito, que constituem o seu patrimônio comum (IPHAN, 2016).

componentes do meio envolvente construído, englobando, não apenas as construções independentes, mas também as estruturas produzidas em série, nomeadamente, loteamentos, grandes conjuntos edificados e cidades novas, bem como os espaços e arranjos em áreas públicas; – a necessidade de estender a proteção às decorações exteriores e interiores bem como aos equipamentos e mobiliário concebidos em simultâneo com a arquitetura e conferindo significado à criação arquitetônica. (CONSELHO DA EUROPA, 1991, p. 2, grifo nosso)

O tombamento do CONDEPHAAT compreendeu todo o entorno, como reservas biológicas, Vila Velha, Vila Martin Smith e a Parte Alta, seguindo a recomendação do Conselho da Europa. A desarticulação de políticas públicas, principalmente no que concerne ao planejamento e repasse de verba entre os níveis Estadual e Federal, gerou desigualdade no repasse dentro do território da vila, afetando, também, a noção de sentimento de pertença e identidade com o patrimônio cultural entre os moradores.

Quinze anos mais tarde, a Vila foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional (IPHAN) e no ano seguinte, 2003, pelo Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André - SP (CONDEPHAAPASA). O tombamento do IPHAN, iniciado em 1985 e finalizado em 2002, contemplou os bens imóveis ligados à ferrovia, justificando o valor histórico do conjunto. Manteve-se a denominação da Vila Ferroviária de Paranapiacaba, no livro do tombamento histórico (MORETTO NETO, 2005; ALAMINO, 2011; FIGUEIREDO, 2011).

Sobre o perímetro, o tombamento circunscreveu-se, predominantemente, às instalações que têm relação direta com a ferrovia e, portanto, estão excluídas a Parte Alta e toda a área natural envoltória da vila (ALAMINO, 2011). Na perspectiva adotada para o processo de tombamento (processo nº 1. 252 – T- 87), exclui-se tudo o que não tem relação direta com os planos inclinados e com a parte construtiva da Vila pela SPR.

A restrita área de proteção do conjunto tombado pelo IPHAN, tomando como parâmetro o tombamento realizado pelo CONDEPHAAT, pode ser considerado um ponto retrógrado, pois não considera os componentes do meio envolvente construído que, mesmo indiretamente, são partes constituintes do complexo ferroviário de Paranapiacaba. Por exemplo, como dizer que o Morro/parte Alta não se configura como componente englobante da história da Vila, sendo que esse sítio histórico tem origem indissociável da sua contraparte “inglesa”? Todavia, sabe-se que, do momento em que houve “o

tombamento do IPHAN, todos os projetos que visam alterar os bens integrantes do conjunto tombado na esfera federal, assim como aqueles relacionados à sua vizinhança, ficam sujeitos ao exame e à aprovação por parte do instituto”. (ALAMINO, 2011, p. 7)

Em 2003, deu-se o tombamento em nível municipal. Contudo, o processo data de 1996, mais especificamente de 17 de dezembro de 1996 (Processo número 56616/96/5), com homologação em 7 de julho de 2003. Notoriamente, a abrangência da área de proteção supera os tombamentos de âmbito Federal e Estadual. O CONDEPHAPASA inclui toda área urbana da Vila, ou seja, diferente do IPHAN, inclui a Parte Alta/Morro. Ainda, a Vila Velha, Vila Martin Smith, Parque Natural Municipal, Nascentes de Paranapiacaba, além da linha férrea, em toda sua completude, que abarca as ruínas das pontes da Serra Velha e da Máquina Fixa do 4º patamar (MORETTO, 2005; ALAMINO, 2011; FIGUEIREDO, 2011; 2012, 2013; PMSA, 2015).

1.4 Gestão do patrimônio cultural

A aquisição do patrimônio de Paranapiacaba realizada pela Prefeitura de Santo André em 2001, junto com o tombamento nas instâncias Federal e Municipal (respectivamente 2002 e 2003), são marcos de uma mudança administrativa na gestão do patrimônio cultural da Vila, mudanças essas que foram sentidas pelos moradores na época.

Segundo Figueiredo (2011), a Prefeitura adotou, como proposta administrativa, um “modelo de gestão municipal descentralizada, articulando as políticas de desenvolvimento urbano, econômico e social, com a preservação do patrimônio cultural, conservação ambiental, turismo sustentável e participação cidadã” (FIGUEIREDO, 2011, p. 62-63).

Nesse início, inúmeras ações endógenas foram implantadas com a finalidade de promover a inserção dos moradores nas atividades turísticas: Ateliês-residência; Bed and Breakfast; Fog e Fogão; Entreposto Cultural e Espaço Gastronômico (MORETTO NETO, 2005; FIGUEIREDO 2011, 2012, 2013).

A partir de 2002, com a compra da Vila pela Prefeitura, foi possível dar início ao paradigmático programa de Gestão do Desenvolvimento Local

Sustentável de Paranapiacaba, intensificando o processo de recuperação desse precioso patrimônio brasileiro, compreendido e gerido como paisagem cultural. (FIGUEIREDO, 2011, p. 63)

De início, fez-se necessário encontrar uma alternativa para gerir o patrimônio da Vila aquém das medidas e dos conceitos anteriormente adotados pelas três instâncias de proteção ao patrimônio, que tombaram os bens imóveis da Vila de maneiras distintas.

A Prefeitura Municipal de Santo André (PMSA), a fim de gerir o complexo patrimônio da Vila de Paranapiacaba, buscou no “conceito de paisagem cultural, utilizado pelo Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, desde 1992 e sistematizado pela Recomendação R(95) do Conselho da Europa em 1995” (FIGUEIREDO, 2011, p. 63), uma alternativa para englobar os ideais de desenvolvimento sustentável, turismo e proteção do patrimônio cultural da Vila como um todo, incluindo as áreas de mananciais e a Mata Atlântica circundante.

Isso significou ir além das normativas que os órgãos de proteção brasileiros (IPHAN, CONDEPHAAT e CONDEPHAPASA) tinham adotado, até então. Essa atitude serviu, sobretudo, para ampliar sobremaneira o conceito de patrimônio cultural na “medida em que reúne, articula e integra conceitos e objetos de diversos campos disciplinares e, por essa razão, torna bastante complexa a gestão do patrimônio, requerendo a revisão, adaptação e a reformulação das políticas de preservação vigentes” (FIGUEIREDO, 2011, p. 63).

Esse período de “reconhecimento” entre o recém-distrito de Paranapiacaba e a Prefeitura Municipal de Santo André (PMSA) exigiu um esforço considerável de ambas as partes para criar laços de identidade e pertencimento. Em Figueiredo (2011), podemos ver quão delicada e controvertida pode ser essa aproximação. Para ele, esse processo foi

um grande desafio, mas também um dos objetivos da administração municipal, foi criar o sentimento de “pertencimento” e identidade dos cerca de 7 mil moradores da região dos mananciais andreenses em relação à cidade de Santo André, pois, era comum, por questão de proximidade, recorrerem a municípios mais próximos como Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires e Mauá, para atendimento de suas necessidades e uso de serviços públicos. (FIGUEIREDO, 2011, p. 69, grifo nosso)

Vê-se que, mesmo a proposta da PMSA sendo considerada avançada para época – e continua a ser um modelo de vanguarda na gestão do Patrimônio – percebe-se a reprodução da postura típica do poder público que carrega em si grande carga de

pretensão. Reproduz-se o discurso dos PCHs¹¹ da década de 1970, no sentido de formar uma identidade que vem da externalidade para interioridade.

Assim, com intento de “criar um sentimento de pertencimento”, tornou-se base do programa da década de 1990 “Viva Cidade”, para incluir a Vila de Paranapiacaba como bairro pertencente a Santo André.

O programa visou descentralizar a administração para atender à demanda de territórios longínquos da área central, tais como o bairro do Parque Andreense, nas imediações da Represa Billings e na Vila de Paranapiacaba (FIGUEIREDO, 2011, 2012, 2013, 2014).

Com essa descentralização houve, concomitantemente, uma reestruturação da Subprefeitura em Departamento de “Meio Ambiente”, “Desenvolvimento Social”, “Infraestrutura”, “Paranapiacaba” e “Administrativo”. Cada Departamento foi subdividido em gerências para a coordenação do trabalho em áreas temáticas (FIGUEIREDO, 2011). Ressalta-se, aqui, a importância do Departamento de Paranapiacaba (DP), pois esse exclusivamente estava ligado às questões atinentes “à gestão da paisagem cultural de Paranapiacaba e à implantação do programa de desenvolvimento local” (FIGUEIREDO, 2011, p. 69).

Nesse contexto, nasceram as iniciativas voltadas para a realidade da Vila Ferroviária. O Departamento de Paranapiacaba foi composto por três gerências: 1) Turismo; 2) Recursos Naturais e 3) Patrimônio e Projetos (MORETTO NETO, 2005; FIGUEIREDO 2011; 2012).

Pode-se dizer que essa estrutura administrativa foi a responsável pela origem do Programa Ateliê-residência, que, assim como os outros serviços (alimentação e hospedagem), visavam à integração dos moradores nesses projetos para gerar renda com os produtos turísticos e para que haja atrativos para a demanda de turistas.

O projeto de turismo proposto teve como objetivo a promoção do turismo de base comunitária, onde a comunidade local estivesse inserida na rotina da visita pública, na convivência com o turista, nas atividades e produtos turísticos. No entanto, este projeto foi implantado paulatinamente, com planejamento e em etapas, com o objetivo de incluir a comunidade moradora e evitar possíveis impactos

¹¹ “O Programa de Cidades Históricas (PCH) foi implementado no início da década de 1970 pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Miniplan) com vistas à recuperação das cidades históricas da região Nordeste do Brasil. Além disso, buscava a descentralização da política de preservação cultural por meio de sua execução pelos Estados, aplicando recursos significativos nessa área.” (IPHAN, 2016, p. 1).

negativos ou indesejáveis sobre o patrimônio, o meio ambiente e sobre a vida e qualidade de vida da população local. (FIGUEIREDO, 2011, p. 71)

Segundo Figueiredo, “desde 2001, o projeto foi estruturado em três etapas: a primeira de implantação, a segunda de qualificação e a terceira de formalização dos empreendimentos e empreendedores” (FIGUEIREDO, 2011, p. 71).

O objetivo principal da primeira etapa, que se desenvolveu de 2001 a 2004, foi a implantação da atividade turística, com criação de infraestrutura de recepção, alimentação, hotelaria, serviços e produtos turísticos, praticamente inexistentes na Vila naquele momento. (FIGUEIREDO, 2011, p. 71).

Para organizar os programas de turismo, foi utilizada “a metodologia do planejamento estratégico situacional e foram elaborados planos específicos para o desenvolvimento turístico de Paranapiacaba” (FIGUEIREDO, 2011, p. 71).

Aplica-se a metodologia criada pelo economista chileno Carlos Matus, na década de 70, cuja ideia consiste em pensar a estratégia de planejamento de forma adaptável à realidade local, com a flexibilidade necessária para superar as adversidades, lidando com a complexidade dos problemas sociais existentes de forma assistida e, quando for necessário, mediante uma situação inesperada, o plano estratégico situacional é ajustado (MATUS, 1993)

No ano de 2003, o “Plano Patrimônio” elaborado pela Prefeitura com o apoio dos técnicos da subprefeitura, entrou em vigor. Reforçou-se o ideário da Vila como um polo turístico em potencial.

Por meio de um prévio diagnóstico, verificam-se as potencialidades não só do lugar, mas também, a vocação dos moradores a certas atividades comerciais – comércio, hospedagem, arte. Destacam-se o exemplo dos ateliês-residência, que, dentre os programas, foi o que mais aclamou o lado vocacional dos participantes. Diz-se que a Vila sempre foi refúgio de artistas de todas as artes.

Programas de incentivos surgiram, visando à fixação dos moradores como uma estratégia de preservação do sítio histórico. Essa estratégia de médio prazo visava à autonomia econômica da Vila, tornando-a sustentável. Esses programas são: Portas Abertas, Fog & Fogão, Bed and Breakfast e o Atelier-Residência. Segundo Moretto Neto

(2005) e Figueiredo (2011), os quais estimularam os moradores a deixar suas casas de portas abertas para a prestação de serviços turísticos. Houve, em contrapartida, a concessão de 70% de desconto nas prestações dos imóveis (MORETTO NETO, 2005; FIGUEIREDO, 2011, 2012, 2013). Entenda-se por prestação a taxa paga (tal como um aluguel) para usufruto do imóvel na condição de permissionário.

1.5 Implantação da Lei de Zonas especiais de interesse do Patrimônio de Paranapiacaba (ZEIPP)

A ZEIPP (Zona Especial de Interesse do Patrimônio de Paranapiacaba) configura-se como um marco substancial no que tange à gestão pública do patrimônio cultural. A sua implantação deu base sólida para o que havia sido feito até então. Segundo Figueiredo (2012) a ZEIPP “foi criada e demarcada em 2004 pelo Plano Diretor de Santo André (Lei número 8.696/04) e regulamentada em 2007, pela Lei Específica número 9.018/07” (FIGUEIREDO, 2012, p. 13).

A natureza específica do Sítio Histórico de Paranapiacaba tornou a experiência de elaboração da ZEIPP um laborioso desafio, cujo objetivo consistia em articular e atender todas as prerrogativas dos mais diversos órgãos dos três níveis de poder: Federal (IPHAN), Estadual (CONDEPHAAT) e Municipal (CONDEPHAPASA), além da legislação ambiental das três esferas do poder (MORETTO NETO 2005; FIGUEIREDO, 2012, 2013).

Esse complexo desafio exigiu a resolução de três grandes questões: a construção de um novo arranjo institucional vertical que articulasse os três níveis de governo no tocante à política de patrimônio; a construção da interdisciplinaridade, com a finalidade de compor uma única lei que disciplinasse e integrasse as políticas de preservação, planejamento urbano, meio ambiente e desenvolvimento; e, por fim, a constituição de um novo arcabouço jurídico que atendesse a todas essas questões. Soma-se ainda a esses desafios a busca pela participação qualificada da comunidade envolvida. Assim, o primeiro passo para o início do processo de elaboração da lei foi promover a participação dos diversos atores e instituições: prefeitura; os órgãos de preservação (IPHAN, CONDEPHAAT e COMDEPHAAPASA); os conselhos municipais de política urbana e meio ambiente; universidades; entidades de classe e a comunidade local. (FIGUEIREDO, 2012, p. 13)

Ainda sobre a etapa de elaboração da ZEIPP, organizou-se na ocasião uma comissão abrangente em sua diversidade, contando com atores sociais de vários segmentos: gestores, pesquisadores e moradores. A comissão foi denominada “Comissão da ZEIPP” (MORETTO NETO, 2005; ALAMINO, 2011; FIGUEIREDO, 2011, 2012, 2013).

Segundo Figueiredo (2012), a Comissão foi “composta por 34 membros, sendo 50% representantes da comunidade residente na vila. A lei foi elaborada em oito meses, de novembro de 2005 a julho de 2006, com o método do planejamento estratégico situacional” (FIGUEIREDO, 2011, p. 14).

Figueiredo (2012) é enfática quando relata as dificuldades encontradas para superar as divergências conceituais e pragmáticas dos tombamentos realizados pelos órgãos de proteção do patrimônio cultural. O primeiro obstáculo referia-se aos diferentes perímetros do tombamento, enquanto o CONDEPHAAT abrangia todas as partes da vila: Parte Baixa, Morro e Rabique¹². O IPHAN, por exemplo, restringia-se à porção da Parte Baixa da Vila de Paranapiacaba (FIGUEIREDO, 2012).

Outra questão relevante é que os tombamentos no Brasil recorrentemente não estabelecem diretrizes para a preservação, restringindo-se apenas a uma descrição e justificativa da relevância cultural e, no máximo, à fixação de níveis de tombamento para as áreas envoltórias dos bens, como observado no caso de São Paulo. A ausência de diretrizes pré-estabelecidas e pactuadas entre os órgãos levam frequentemente a orientações distintas, antitéticas e até personalizadas quando da aprovação de projetos de intervenção, configurando uma atuação pouco objetiva, sem critérios e nada institucionalizada. Por outro lado, no debate conjunto com os órgãos de preservação afloraram problemas de ordem conceitual. A complexidade, a confusão e os conflitos em torno dos conceitos praticados na área do patrimônio era tamanha que foi necessária a pactuação de uma carta patrimonial para Paranapiacaba referenciada, obviamente, nas premissas e diretrizes das cartas internacionais e nacionais, mas atendendo às especificidades relativas à preservação de um conjunto urbano, patrimônio industrial ferroviário, inserido em área de conservação ambiental e compreendido como paisagem cultural. (FIGUEIREDO, 2012, p. 14)

¹² Segundo o Art. 10. O Setor do Rabique caracteriza-se por uma ocupação urbana orgânica e espontânea em área de alta declividade, de urbanização precária, de difícil acesso entre a linha férrea e a Rodovia Estadual Adib Chammas (SP-122), com risco iminente de deslizamentos de terra e atropelamentos, configurando-se em um setor impróprio à urbanização (PMSA, 2007).

1.6 ZEIPP e os usos residenciais

A ZEIPP (**Figura 6**) constitui-se de sete títulos: preservação, conservação, restauração, reparação, manutenção, adaptação e atualização tecnológica. Constitui-se também de diretrizes norteadoras para o desenvolvimento sustentável da vila (ZEIPP, 2007).

Figura 6: Área que delimitação da ZEIPP.



Fonte: ZEIPP (2007).

De maneira geral, a ZEIPP é organizada de forma a conciliar o turismo e a preservação do patrimônio cultural. O turismo é o vetor escolhido *a priori* para impulsionar o desenvolvimento sustentável na Vila de Paranapiacaba. Nesse modelo, o bem-estar da população depende do sucesso ou não do plano de gestão.

A conciliação entre turismo, patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável é uma herança do extinto “Programa para as Cidades Históricas (PCH)”¹³ que, na Região

¹³ “O Programa começa a ser delineado por meio da criação de um grupo de trabalho pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Miniplan), em dezembro de 1972, constituído por membros dos Ministérios da Educação e Cultura; Indústria e Comércio do Interior e do próprio Planejamento. O objetivo

Sudeste foi implantado em 1977. O PCH foi uma proposta com o objetivo de promover o engajamento “dentro de uma perspectiva de política integrada, possibilitando maior eficiência aos investimentos públicos” (CORRÊA, 2014, p. 2). Esse programa adotou uma postura em que o turismo seria o vetor motriz para o desenvolvimento local dos sítios históricos e, como consequência, acreditava-se que a renda gerada por meio do turismo seria aplicada para fins de preservação dos patrimônios culturais.

Porém, a proposta da ZEIPP somente se assemelha aos PCHs, pois, no que tange à abrangência conceitual, o PCH visava “essencialmente à recuperação física dos monumentos, não constituindo uma visão global e compreensiva dos sítios históricos, do que é patrimônio cultural” (CORRÊA, 2014, p. 4).

A ZEIPP, por outro lado, adota uma concepção mais abrangente de sítio histórico, que não se circunscreve apenas ao monumento (**Figura 7**). No Artigo 4º, parágrafo único, “compreende-se por Vila de Paranapiacaba todo o aglomerado urbano e o ambiente natural que compreende os setores da Parte Alta, da Parte Baixa, do Rabique e da Ferrovia” (ZEIPP, 2007, p. 4).

A ZEIPP, por meio do turismo, visa ao desenvolvimento local sustentável e à gestão democrática e participativa. Assim, desenvolvimento sustentável é entendido como o “desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando garantir o uso e ocupação racional do ambiente natural e edificado, bem como a qualidade de vida para os presentes e futuras gerações” (ZEIPP, 2007, p. 4).

A gestão democrática e participativa visava incorporar “a participação da comunidade local, da sociedade andreense, dos órgãos de defesa do patrimônio e do Conselho Municipal de Política Urbana em sua formulação e execução” (ZEIPP, 2014, p. 4).

foi o de formular, em versão preliminar, o Programa de Reconstrução das Cidades Barrocas do Nordeste, com vistas a recuperar cidades coloniais de relevante interesse histórico e artístico, e a possibilidade dessas cidades, integradas em roteiros turísticos, atraírem investimentos à Região Nordeste” (CORRÊA, 2014, p. 2).

Figura 7: divisão dos setores de planejamento urbano.



Fonte: ZEIPP (2007).

No que diz respeito à moradia, primou-se pela garantia do uso habitacional do patrimônio arquitetônico, de forma que as residências fossem compatíveis com essa finalidade. Essa postura contribuiu para que os moradores das casas da Vila de Paranapiacaba tivessem condições mínimas para manter-se e fazer usufruto do patrimônio arquitetônico de forma sustentável. Por esse motivo, uma série de medidas foi acrescida à lei, tais como: condições para a mobilidade urbana, qualificação para hotelaria, empreendedorismo e carpintaria (PMSA, 2007).

A Vila também foi zoneada entre Área Predominantemente Residencial e Área Predominantemente Comercial. A Área Predominantemente Residencial apresenta duas categorias: 1) de uso não residencial e 2) misto. Essas categorias são permitidas até atingir 20% dos lotes. Na Área Predominantemente Comercial, o uso não residencial é permitido até de 60% dos lotes. Dessa maneira, o zoneamento garante uma mistura de uso nas zonas, evitando a existência de zonas de uso exclusivo e o desconforto pela proximidade de usos incompatíveis (ZEIPP, 2007, FIGUEIREDO, 2012, 2013, 2014).

Para o uso residencial, ainda fixa o correspondente a 50% dos imóveis públicos da Parte Baixa (cerca de 170 imóveis). Ou seja, garante em lei a manutenção do uso residencial. Foram redefinidos também os parâmetros de ocupação dos lotes e seus limites, as taxas de permeabilidade, os níveis de incomodidade por emissão sonora e as

diretrizes para a preservação das edificações e sistema viário, com o objetivo de salvaguardar o conjunto edificado e as relações urbanas que caracterizam a paisagem da vila (ZEIPP, 2007, FIGUEIREDO, 2012, 2013, 2014).

Os moradores tiveram que se adequar às restrições no uso dos imóveis. Na condição de permissionário, o morador tem restrições para exercer atividade de benfeitorias que alterem as estruturas das casas ou, de alguma forma, altere ou desrespeite a relação entre área construída e espaços livres e assim venha a desconfigurar o padrão urbanístico da vila. Há de se preservar a relação entre os recuos, o corpo principal da edificação, o quintal, o sanitário ao fundo do lote e a viela sanitária ao meio da quadra. Isto é, para os imóveis que têm originalmente os banheiros fora da casa, por exemplo, só é permitida a ampliação, desde que essa não junte o corpo principal do imóvel ao anexo do sanitário ao fundo e não ocupe os recuos frontais e laterais (ZEIPP, 2007; FIGUEIREDO, 2012, 2013).

Vale esclarecer que o projeto original das casas dispõe de sanitários externos à edificação. Na fase da administração da Rede Ferroviária Federal houve uma adaptação dos sanitários no interior dos imóveis em madeira. Estes são atualmente utilizados pelos moradores e foram funcionalmente mantidos na lei, com sugestões de melhorias construtivas, exceto nos *Exemplares de Tipologias Residenciais*. (FIGUEIREDO, 2013, p. 13-14, grifo do autor)

Um dos pontos mais controversos entre os moradores e as diretrizes da ZEIPP, diz respeito a algumas estruturas proibidas, tais como as coberturas para automóveis; assim, 70% dos imóveis da Vila não as possuem. Outra questão importante a se ressaltar é a presença de anexos (assim denominados pelos moradores), que não fazem parte da arquitetura original da vila, mas que estão presentes em boa parte dos imóveis.

Existe uma grande resistência por parte dos moradores quanto à iminente retirada dessas estruturas, uma vez que algumas são usadas há anos como é o caso dos ateliês-residência, oficinas e restaurante. Sobressaem-se outras características da paisagem que não devem ser alteradas: as cores das casas – uma questão de ordem funcional, uma vez que as tintas protegem as estruturas das intempéries do clima da vila. Para as casas de madeira a cor deve ser marrom, a mesma que é utilizada desde a gestão da RFFSA. Já as casas de alvenaria devem obedecer ao critério de serem mais claras, alternando-se entre branco, creme ou amarelo (ZEIPP, 2007; FIGUEIREDO, 2012, 2013, 2014).

Quanto à finalidade das moradias, o artigo 38 estipula que área de uso predominante para residências sejam permitidos: I residencial; II não residencial e misto, somente até o estoque máximo de 20% dos lotes disponíveis nessa área; III não residencial dos tipos hotelaria e comércio de arte e artesanato; IV não residenciais dos tipos restaurante, doçaria, lanchonete, café e bar diurno, somente nos lotes com frente para as Vias de Acesso Liberado (ZEIPP, 2007).

Quanto às áreas de uso predominante comercial, o artigo 39, prevê os usos: “I residencial e misto; II não residencial permitido pela legislação ambiental vigente, até o estoque máximo de 60% dos lotes disponíveis nesta área; III não residencial do tipo borracharia, somente na Travessa dos Canudos (ZEIPP, 2007).

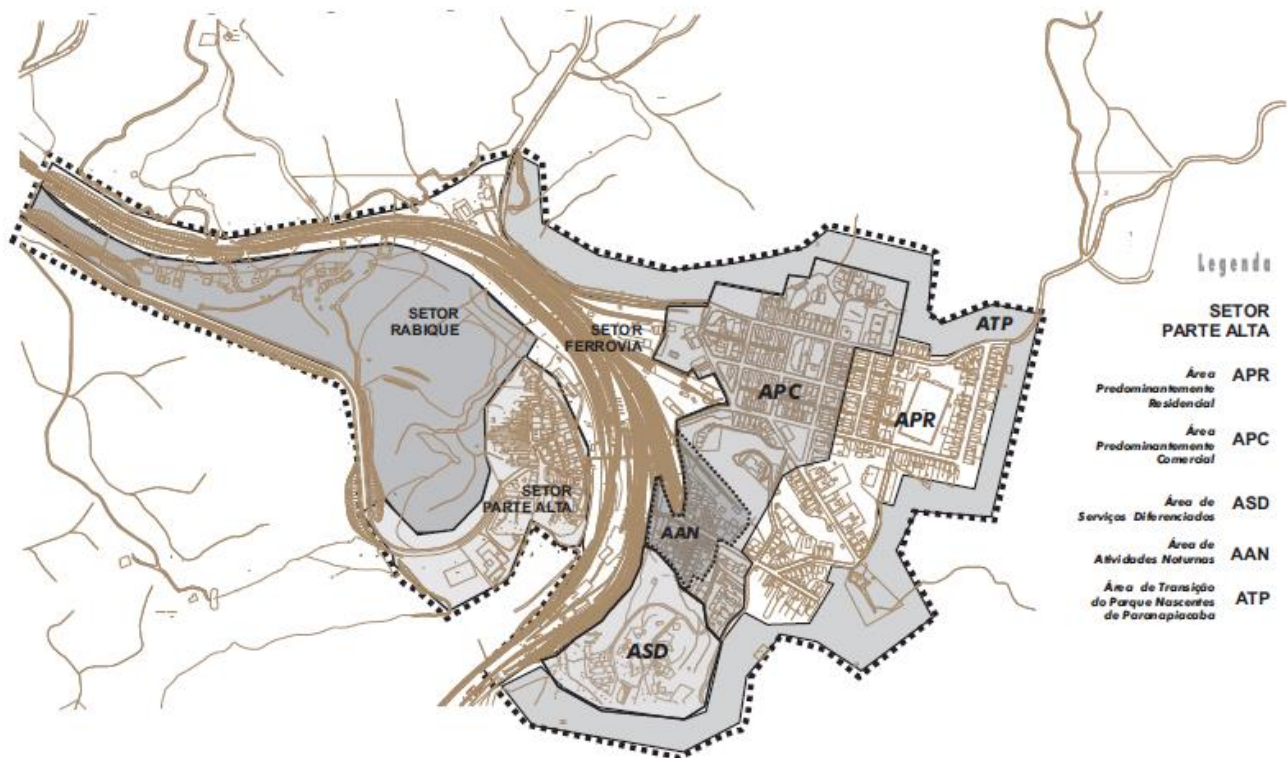
O artigo 41, por sua vez, estipula que, para as áreas dentro do perímetro de Serviços Diferenciados, são permitidos os seguintes usos: I não residencial dos tipos hotelaria, arte, artesanato, alimentação, tais como restaurantes, lanchonetes, café, doçarias e similares; II não residencial dos tipos de prestação de serviços especiais relacionados ao condicionamento ou relaxamento físico e mental ou ao retiro espiritual, tais como, *spas*, massagens, clínica médica, psicológica, psiquiátrica, medicina ou tratamentos alternativos e III misto (ZEIPP, 2007).

O artigo 42 delimita os tipos de ocupação permissíveis nas áreas de atividades noturnas: I residencial e misto; II não residencial dos tipos comércio e serviços relacionados ao turismo, lazer e alimentação (ZEIPP, 2007).

Notar-se-á que o uso misto – como o caso dos ateliês-residência está distribuído em diferentes áreas do zoneamento da vila, com a exceção da utilização mista entre residência e hotelaria, no caso da zona de atividades noturnas (**Figura 7**).

O não cumprimento dessas normativas acarreta em penalidades, pretendendo, assim, um estímulo à preservação do patrimônio arquitetônico. Primou-se, também, para que houvesse medidas para uma boa relação na vizinhança. Para esse efeito, foi realizado o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), bem como a outorga onerosa do direito de construir; a assistência técnica gratuita para fins de preservação e conservação; incentivos e benefícios fiscais; incentivos para benfeitorias nos bens imóveis; a cessão de imóveis públicos e a doação de bens imóveis em pagamento de dívidas (MORETTO NETO, 2005; ZEIPP, 2007; FIGUEIREDO, 2011, 2012, 2013).

Figura 8: Divisão das áreas de uso no setor da parte baixa.



Fonte: PMSA (2007).

Visando incentivar a conservação dos imóveis e ter controle sobre a ação dos usuários, foram concedidos descontos na contraprestação aos permissionários que investissem na manutenção dos imóveis, desde que estas fossem realizadas com autorização e supervisão da Prefeitura, conjuntamente com os órgãos de preservação. Este procedimento foi institucionalizado pela ZEIPP. Para os moradores da Parte Alta, onde os imóveis são privados, há a possibilidade de descontos no IPTU. (FIGUEIREDO, 2013, p.16)

Ainda, segundo Figueiredo (2013), em 2008 estabeleceu-se um novo instrumento complementar à ZEIPP, que visava à democratização da gestão, que ficou conhecido como “Fórum de Paranapiacaba (regulamentado em 2008), reunindo representantes da Prefeitura, dos órgãos de preservação e da comunidade local, no debate permanente das questões relativas ao desenvolvimento sustentável e à preservação da Vila” (FIGUEIREDO, 2013, p.16).

Assim, a ZEIPP pode ser considerada o “plano estratégico” de Paranapiacaba, ou seja, é o principal instrumento de orientação das políticas e gestão territorial, conciliando o desenvolvimento urbano e econômico da atividade turística, com a conservação e sustentabilidade do patrimônio edificado, natural e imaterial da vila ferroviária, garantindo também a permanência e qualidade de vida do morador [...] No que tange especificamente à integração entre políticas, a ZEIPP, apresenta avanços tanto no campo conceitual quanto na gestão. A Vila recebeu, através de uma única lei, um conjunto de diretrizes, instrumentos e parâmetros urbanísticos, ambientais e culturais específicos à sua realidade, articulados entre si e, em sua maioria, autoaplicáveis, contribuindo para a institucionalização de uma política, parcialmente em curso, bem como orientações e articulações mais adequadas ao desenvolvimento e à preservação. (FIGUEIREDO, 2013, p.16-17)

Embora seja uma experiência pontual, esse caso revela como uma lei municipal pode, mais que orientar, pactuar a integração horizontal das políticas setoriais, bem como a articulação vertical entre os órgãos responsáveis nas três esferas de governo. Contudo, há que se ressaltar que modelos, por mais pioneiros e vanguardistas que sejam, ainda são modelos e a realidade é muito mais complexa.

A variável que ora se apresenta é a variável humana, isso significa, em outras palavras, que há muito para avançar quando as premissas postas são as do desenvolvimento sustentável. Boaventura de Souza Santos, em uma fala na cúpula dos povos (2012), já nos alertava para a conotação ambígua do desenvolvimento sustentável, quando nos sugere que trabalhemos com uma ideia mais voltada para “envolvimento sustentável” quando, então, o vetor motriz para o bem-estar deixaria de ser as estruturas e passaria a ser o domínio humano.

Mas, inegavelmente, o modelo de gestão aplicado na Vila de Paranapiacaba está à frente no que tange à comparação com outros sítios históricos brasileiros. Figueiredo (2013) aponta para o reconhecimento já existente dessa experiência inovadora por órgãos nacionais, tais com o IPHAN e o Ministério das Cidades, bem como instituições internacionais, como o Programa World Heritage Studies da Brandenburg University of Technology e o Laboratório Internacional de Paisagens Culturais da Universidade Politécnica da Catalunha (FIGUEIREDO, 2013).



CAPÍTULO II: PESQUISA QUALITATIVA EM GEOGRAFIA HUMANISTA

A imersão na área de pesquisa é uma atitude que causa estranhamento no pesquisador e nos sujeitos. Embrenhar-se nos domínios dos sujeitos sociais de cujo cotidiano não partilhamos não é algo que se dá de maneira amainada. É um processo rígido, que exige tempo e paciência para tornar-se fluido e natural. A expectativa criada na etapa de preparação do campo, com as leituras, reflexões sobre o aporte teórico e metodológico, o cuidado com a logística necessária para a permanência do pesquisador na realidade que ora penetra, constitui-se de um grupo de variáveis difíceis de dar cabo. Em campo, não raro, as coisas saem de controle, quando o pesquisador percebe que aqueles contatos firmados anteriormente para uma entrevista e o convite de pernoite constituíram-se meras atividades cordiais. No lugar e junto das pessoas, muitas vezes o pesquisador sente-se desamparado, pois a situação não é a esperada. O que parecia fácil, torna-se, então, complicado.

Dessa “metamorfose” surgem os primeiros tópicos da pesquisa participativa: a entrada do pesquisador na vida das pessoas, rejeição, estranhamento, alianças, aceitação (mesmo que parcial). Todos esses componentes da ordem da experiência direta são necessários para a apreensão do “mundo vivido” e para o universo único das experiências intersubjetivas das pessoas para com o mundo.

A apresentação metodológica deve ser honesta, no sentido de abertura das experiências reais do pesquisador diante dos previstos e dos imprevistos. Narra-se a trama do ser-no-mundo, estando inserido nela, a partir do momento de imersão. Quebra--se a dicotomia sujeito e objeto e as narrativas de vida se entrecruzam. Muito do que vi e vivi na Vila de Paranapiacaba estará presente neste trabalho. Sob a tutela da ética, estará resguardada na memória do pesquisador e confiada às páginas do diário de campo a outra parte do que vi e vivi na Vila de Paranapiacaba.

No mais, dotados de animo imersivo, guiamos o relato na mais profícua equidade com o questionamento kafkiano: “o que aconteceu comigo?” (KAFKA, 2007, p. 7). A narrativa que se seguirá procura responder essa questão, amparada em uma bibliografia interdisciplinar. O caminho metodológico adotado foi a observação participante para, a partir desse caminho, chegar a uma compreensão mais ampla da topologia do ser com a casa, ou seja, o ser com o mundo (HEIDEGGER, 2001).

2.1 Pesquisa Qualitativa

[...] a geografia humanista traz uma lufada de frescor a uma disciplina que a estatística tinha um tanto ressecado. Fala do homem, das suas fantasias, dos seus sonhos, o que o encanta, dos poemas nos quais se reconhece. Cooperações frutuosas realizam-se com os psicólogos, os pintores, os artistas, romancistas, semióticos, todas as categorias até então ignorados. (CLAVALL, 2011, p. 239)

A importância da abordagem qualitativa na Geografia foi resgatada nas décadas de 1970 e de 1980. Esse resgate deu-se a partir da necessidade de superar uma crise paradigmática que extravasava o universo acadêmico/científico para o plano social, econômico e político. O modelo positivista quantitativo já não dava conta da realidade, pois existia a necessidade de olhar elementos mais humanos e menos numéricos do mundo (HOLZER, 1999; PESSOA, 2012).

A pesquisa qualitativa não é homogênea, pois existe mais de uma opção de enfoque qualitativo. Tampouco é concordante, pois os enfoques, muitas vezes, se baseiam em concepções metodológicas distintas. Por essa razão, escreve Triviños (2008), “podemos distinguir dois tipos de enfoque na pesquisa qualitativa, que correspondem a concepções ontológicas e gnosiológicas específicas, de compreender e analisar a realidade” (TRIVINÓS, 2008, p. 117). O enfoque desta pesquisa é subjetivista-compreensivista.

Os enfoques subjetivistas-compreensivistas, como suporte nas ideias de Scheiermacher, Weber, Dilthey e também Jaspers, Heidegger, Marcel, Husserl e ainda Sartre, que privilegiam os aspectos conscienciais subjetivos dos atores percepção, processos de conscientização, de compreensão do contexto cultural, da realidade a-histórica, de relevância dos fenômenos pelos significados que eles têm para o sujeito (para o ator). **Os enfoques crítico-participativos** com visão histórico-estrutural – dialética da realidade social que parte da necessidade de conhecer através de percepção, reflexão e intuição a realidade para transformá-la em processos contextuais e dinâmicos complexos Marx, Engels, Gramsci, Adorno, Horkheimer, Markuse, Fromm, Habermas. (TRIVINÓS, 2008, p. 117. Grifo nosso)

A opção pelo enfoque qualitativo nas ciências humanas, mais especificamente na Geografia, começa a ganhar certo destaque e, concomitantemente, mais trabalhos e publicações vêm contribuir com a evolução das técnicas que compõem as diversas metodologias engajadas nos sujeitos sociais. Esses “métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser” (HAGUETTE, p. 55, 1987).

Nas décadas de 1920 e de 1950, Sauer e Eric Dardel, respectivamente, iniciaram uma ruptura com o modelo cartesiano – positivista até então vigente na disciplina geográfica. Contudo, somente na década de 70, do século XX, o “projeto” humanista se consolidou. Registra-se a grande importância dos *Annals of the Association of American Geographers* de 1976, para a estruturação dessa corrente. Pontualmente, destaca-se o papel de três professores que articularam as ideias para configuração do que conhecemos por Geografia Humanística atualmente: Eduard Relph, Anne Buttimer e Yi-Fu-Tuan (BUTTIMER, 1974, 1976, 1982; TUAN 2012; 2013; RELPH, 1976, 2012; HOLZER, 2008).

Relph “foi o primeiro a colocar em um artigo as possibilidades de a fenomenologia ser o suporte filosófico capaz de unir todos os geógrafos” (HOLZER, 2008, p. 140). Anna Buttimer, por sua vez, com sua abordagem fenomenológica/existencialista, pretendeu emancipar a Geografia dos ditames cartesianos e positivistas. Para a autora, a Geografia deveria adentrar a esfera subjetiva da sociedade (HOLZER, 2008). Tuan defende dois modos da leitura dos conceitos geográficos: o primeiro, a partir dos processos físicos que afetam as formas da Terra e o segundo, pelas marcas que o homem imprime na natureza como agente (HOLZER, 2008). Tuan:

Levantava e enumerava diversas “aproximações humanistas”, tais como: as atitudes do indivíduo em relação a um aspecto do ambiente; atitudes do indivíduo com relação às regiões; a concepção individual da sinergia homem-natureza; a atitude dos povos acerca do ambiente; e as cosmografias nativas. Outra destas aproximações ele considerava como que totalmente negligenciada: a das atitudes em relação à natureza focalizando a atenção nas paisagens que adquirem um significado simbólico especial. (HOLZER, 2008, p. 139)

A Geografia Humanista sobressaiu-se por alicerçar-se no método fenomenológico, esse que “seria utilizado para se fazer uma descrição rigorosa do mundo

vivido da experiência humana e, com isso, através da intencionalidade, reconhecer as essências da estrutura perceptiva” (HOLZER, 2008 p.141). Essa corrente da Geografia “[...] tenta especificamente entender como as atividades e os fenômenos geográficos revelam a qualidade da conscientização humana” (TUAN, 1985, p. 144).

Para Tuan,

A oportunidade, para o humanista, reside na tentativa de entender em profundidade a natureza das crenças, atitudes e conceitos; a força com a qual são mantidos; suas ambivalências e contradições inerentes; e seus efeitos, tanto diretos como indiretos, sobre as ações. (TUAN, 1985, p. 158)

A rigor, uma pesquisa voltada para os preceitos humanistas requer do pesquisador um grau acentuado de disciplina. Para abranger na totalidade seu objeto geográfico é preciso vivenciá-lo e, assim, “alcançar melhor entendimento do homem e de sua condição, [*procurando*] um entendimento do mundo humano através dos estudos das relações das pessoas com a natureza” (TUAN, 1985, 143, grifo nosso). Para tal feito, faz-se mister inserir-se como observador e reduzir – numa atitude de método, os fenômenos apreendidos por meio de uma ‘descrição densa’ dessa observação (GEERTZ, 2013).

Desse objetivo de desvelar o mundo intersubjetivo, surge a necessidade indissociável de adotar metodologias que deem subsídios para que o pesquisador possa inserir-se no universo do objeto geográfico para apreender a vivência dos sujeitos em relação ao seu mundo vivido. Tuan (2013) apresenta a necessidade de apreender, em campo, todas as nuances do espaço e do tempo: as sazonalidades do clima; as horas de convívio entre as pessoas e os lugares. Observar os fluxos de transeuntes nos mais variados horários; captar as relações sensíveis das pessoas para com o mundo constitui uma forma de apreensão do espaço e do tempo (TUAN, 1985; 2013; DARDEL, 2011; BUTTIMER, 2015).

Essa forma de abordagem não pode correr o risco de cair num solipsismo pseudocientífico (TRIVINÕS, 2008); deve procurar coerência entre o método estudado e a metodologia, disciplina, o rigor e a ética. Como a natureza da pesquisa em tela é fenomenológica, isso pressupõe o estudo centrado nas estruturas intersubjetivas, nos fenômenos e nas suas essências (TRIVINÕS, 2008).

Em outras palavras, o pesquisador que adota a abordagem qualitativa, dentro da perspectiva da Geografia Humanista, deve lançar-se no “campo” desprovido de

apriorismos hipotéticos ou outra forma de premeditação pelo resultado final da pesquisa (TRIVIÑOS, 2008).

[...] a competência do humanista repousa na interpretação da experiência humana em sua ambiguidade, ambivalência e complexidade. Sua principal função como geógrafo é esclarecer o significado dos conceitos, dos símbolos e das aspirações, à medida que dizem respeito ao espaço e ao lugar [...] uma das funções do humanista é tornar explícitos as virtudes e defeitos de uma cultura. Deve ser capaz de sugerir ao planejador que em algumas culturas as pessoas preferem viver bem próximas; por outro lado, deve ser capaz de lembrar às pessoas que a proximidade, muito embora aconselhável, é alcançada à custa de certos e outros valores humanos. (TUAN, 1985, p. 158)

Para Triviños (2008), o pesquisador, ao optar pela perspectiva fenomenológica, dentre outras, deve “salientar [a] necessidade de observar os sujeitos não em situações isoladas, artificiais, senão na perspectiva de um contexto social, coloca ênfase na ideia dos significados latentes do comportamento do homem” (TRIVINÕS, 2008, p. 117).

Sabe-se das dificuldades inerentes a uma pesquisa que visa chegar ao entendimento da experiência íntima dos sujeitos sociais. Por essa razão, há de se “considerar uma série de estratégias metodológicas, marcadas, fundamentalmente pela flexibilidade da ação investigativa” (TRIVINÕS, 2008, p. 123). Essa é a razão também para o caráter dialógico com outras disciplinas do campo das humanidades, como é o caso da Antropologia/Etnologia, cuja contribuição teórica e metodológica é substancial para dar conta da abrangência do fenômeno estudado. Sabe-se, também, que a

pesquisa qualitativa, de fundamentação teórica fenomenológica, pode usar recursos aleatórios para fixar a amostra. Isto é, procura uma espécie de representatividade do grupo maior nos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador) para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para encontrar com as pessoas; tempo dos indivíduos para as entrevistas etc. (TRIVIÑOS, 2008, p. 132)

Existem pontos específicos na pesquisa qualitativa de base fenomenológica. Triviños (2008) postula cinco características importantes (**Quadro 1**):

Quadro 1: As características e a base fenomenológica da pesquisa qualitativa.

PESQUISA QUALITATIVA DE CUNHO FENOMENOLÓGICO	
CARACTERÍSTICAS	BASE FENOMENOLÓGICA DA PESQUISA QUALITATIVA
I A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento- chave.	Ressalta a importância do ambiente na configuração da personalidade, problema e situação de existência do sujeito. Ambiente constituído por elementos culturais. Parte do fenômeno social concreto. O importante e verdadeiro é o conteúdo da percepção.
II A pesquisa qualitativa é descritiva.	Essencialmente descritiva. Descrição dos fenômenos impregnados de significado que o ambiente outorgou. Produto de uma visão subjetiva [intersubjetiva], rejeita toda expressão quantitativa. A interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto. Por isso, não é vazia, mas coerente, lógica e consistente. Os resultados são expressos, por exemplo, em retratos (ou descrições), em narrativas, ilustradas com declarações das pessoas para dar o fundamento concreto necessário, com fotografias, acompanhados de documentos pessoais, fragmentos de entrevistas.
III Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com os processos e não simplesmente com os resultados e com o produto.	Individualização como atividade científica da pesquisa qualitativa. A pesquisa com base fenomenológica estuda o processo dos fenômenos. Interpretação a-histórica que estuda as circunstâncias imediatas que envolvem o fenômeno.
IV Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente.	Parte do fenômeno social e diretamente sobre este começa a análise. Os significados, a interpretação, surgem da interpretação do fenômeno visto num contexto. Assim, chega-se ao nível de abstração, ao conceito. A pesquisa é qualitativa, com fundamentos fenomenológicos,
V O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.	Uma das postulações da pesquisa qualitativa é a de sua atenção preferencial pelos pressupostos que servem de fundamento à vida das pessoas. O enfoque fenomenológico privilegiou essa análise porque considerou que os significados dados pelos sujeitos aos fenômenos dependiam, essencialmente, dos pressupostos culturais próprios do meio que os alimentavam na sua existência. Por isso, os investigadores dessa corrente aprofundam, por meio da entrevista semiestruturada e da observação livre, o estudo do que pensavam os sujeitos sobre suas experiências, sua vida, seus projetos. Na busca do que estava aí, muitas vezes, invisível, os pesquisadores procuravam detectar os significados que as pessoas davam ao fenômeno.

Fonte: Adaptado de Triviños (2008).

Para Bachelard (2008), essa postura do pesquisador frente ao objeto de pesquisa e na relação com os sujeitos sociais, deve ser comparada à prática da leitura. A metáfora da leitura de Bachelard (2008) diz respeito à atitude de um leitor que, imerso na obra literária, tem a sensação de participar do trabalho do escritor (BACHELARD, 2008). O autor escreve que:

Tal atitude não pode ser tomada facilmente na primeira leitura. A primeira leitura é feita com excessiva passividade. O leitor é ainda um pouco criança. Uma criança que a leitura distrai. Mas todo bom livro, deve ser relido imediatamente. Após o esboço que é a primeira leitura, vem a obra de leitura. É preciso, então, conhecer o problema do autor. A segunda leitura, a terceira etc., vão nos ensinando pouco a pouco a solução desse problema. Insensivelmente, temos a ilusão de que o problema e a solução são nossos. Essa nuance psicológica: “eu é que devia ter escrito isso”, transforma-nos em fenomenólogos da leitura. (BACHELARD, 2008, p. 39)

A Geografia Humanista necessita, invariavelmente, do contato íntimo e empático do pesquisador com o universo particular e singular das pessoas e, assim, apreende a geograficidade – laço profundo entre sujeito e mundo.

2.1.1 Observação participante p.56

A “observação participante não tem gozado de uma definição clara nas ciências sociais” (HAGUETTE, 1987, p. 60). No entanto, talvez por sua versatilidade e flexibilidade, uma definição rígida não seja mesmo apropriada. A observação participante “avança em seus delineamentos sistemáticos apresenta, em nosso meio, tentativas muito valiosas, frente aos problemas da pesquisa qualitativa e na busca de alternativas metodológicas para a investigação (TRIVINÕS, 2008, p. 118). A observação participante é, antes de tudo, uma “metodologia, na qual o pesquisador se coloca no campo como uma antena de rádio, captando de forma sensível os elementos que interessam para sua proposta, interagindo com o grupo, vivendo com ele, influenciando e sendo influenciado” (TURRA NETO, 2004, p. 42-43).

Essa abordagem demanda “uma relação humana, na qual empatia é importante, mas o confronto, quando exigido, também o é, já que se torna o pressuposto para as

relações baseadas na autenticidade pessoal e não na representação de papéis” (TURRA NETO, 2004, p. 42-43).

A escolha da ‘observação participante’, como metodologia, está intrinsecamente ligada à necessidade de uma aproximação entre o pesquisador e o colaborador. Os recursos próprios da prática proporcionaram uma imersão no cotidiano dos sujeitos sociais. Contudo, vale a ressalva dos perigos que acompanham a prática da observação participante; tê-los em mente por todo o processo de investigação é fundamental para obter resultados confiáveis.

Para Haguette (1987):

O calcanhar de Aquiles da observação participante, entretanto parece situar-se, principalmente: a) na relação observador/observados e a ameaça constante de obliteração da percepção do primeiro em consequência do seu envolvimento na situação de pesquisada, envolvimento que inerente à própria técnica, que lhe confere a natureza que a distingue das outras técnicas; b) na impossibilidade de generalização dos resultados, por ser uma técnica que busca mais os sentidos do que a aparência das ações humanas ela coloca seus próprios limites; por exemplo, não pode pretender a abrangência do “survey” embora o supra em termos de profundidade dos dados. Sua força é, também, sua fraqueza”. (HAGUETTE, 1987, p. 67)

Para o trabalho em tela, a abordagem (tipo de participação) deu-se de forma flexível, mudando as relações, na medida em fosse permitida ou necessária tal mudança (Quadro 2).

Quadro 2: Tipos de observação participante

TIPOS DE PARTICIPAÇÃO	CARACTERÍSTICAS	DEFICIÊNCIAS DAS ABORDAGENS
Participante total	Não é conhecido pelas pessoas que observa; interação natural.	Falta de ética para com as pessoas que estão sendo observadas.
Participante-como--observador	Consciência por parte dos observados da figura do pesquisador; construção de relações entre informante /pesquisador.	Compartilhamento de erros e dilemas que atrapalham o participante total.
Observador-como--participante	Observação formal; risco menor de virar nativo.	Má articulação nas ideias pelo perfil superficial da pesquisa.
Observador total	Não é um papel dominante por parte do pesquisador; usa--se essa técnica como subsidiária de outras.	Retira completamente o pesquisador do campo; não há interação social.

Fonte. Baseado em Cicourel (1969). Adaptado pelo autor.

Optar pelo tipo de participação como Observador – Participante-como-Observador – consistiu em uma aproximação gradual, um processo de negociação para que houvesse maior aceitação da presença do pesquisador. No primeiro momento da pesquisa, pretendeu-se uma aproximação com os indivíduos-chave.

Segundo Whyte (1980), há uma

importância crucial de obter o apoio de indivíduos-chave em todos os grupos ou organizações que estivesse estudando. Ao invés de tentar explicar a minha presença a cada um, descobri que estava fornecendo mais informação sobre minha pessoa e o meu estudo a líderes como Doc do que daria espontaneamente a qualquer rapaz da rua. (WHYTE, 1980 p. 79-80)

A escolha pela participação-como-observador justifica-se pelo seu caráter menos impactante, em comparação à observação-como-participante, pois se considera a escala da abordagem, que é o lar, a moradia, a vida particular e familiar das pessoas que lá habitam, exige, a nosso ver, um grau de empatia e zelo por essa que é uma esfera íntima e existencial: o lar (TUAN, 1985). Turra Neto (2012, p. 246) considera a aceitação, como “um dos principais desafios da metodologia em foco”.

Trata-se de um processo de negociação, de conquista da confiança e também de tensões. Os sujeitos sociais não têm obrigação nenhuma em aceitar uma pessoa diferente do grupo e que pretende observá-los constantemente. Rejeições sutis ou mais explícitas podem levar os/as pesquisadores/as menos persistentes a desistirem, ou a procurarem outras metodologias menos interativas. (TURRA NETO, 2012, p. 246)

Observar as condições postas e organizar um roteiro de campo adequado à realidade, esse é um dos fundamentos essenciais da observação participante. O momento inicial é uma adequação à metodologia e aos elementos insurgentes, até então ignorados ou despercebidos na fase de elaboração do projeto (WINKIN, 1998). Quando passamos a participar ativamente do ato de habitar, a pesquisa em tela naturalmente deixou de ser apenas uma atividade de observação, passando a observador-como-participante. Turra Neto (2012) relata que essas mudanças ocorrem de maneira natural, em conformidade com a aceitação e integração no convívio cotidiano dos sujeitos. Ir a campo é sempre um “estar lá”, e que requer sempre um algo mais: mais do que leituras, mais do que apenas anotações, é uma atividade, que exige muito de nosso corpo e mente (GEERTZ, 1989).

Exige, também, uma “espécie de paciência capaz de suportar uma busca interminável de invisíveis agulhas em infinitos palheiros” (GEERTZ, 1989, p. 58).

Para Turra Neto (2012)

durante o campo, muitas das atividades observadas só são conhecidas no momento da observação. Não foram previstas nas teorias – que fundamentaram a elaboração do plano de trabalho, por exemplo – de modo que tendem a causar certo espanto e sensação de vertigem. O trabalho de campo é sempre imponderável. Não há como prever o que pode acontecer, nem o que se vai dialogar com os sujeitos da pesquisa. Dessa forma, o campo é uma aventura, na qual as questões formuladas pelo projeto de pesquisa podem, rapidamente, perder importância, diante de novas questões que não haviam sido sequer formuladas. É preciso manter uma escuta atenta para não deixar escapar aquilo que pode colocar em xeque as teorias, no afã de querer confirmá-las no campo. (TURRA NETO, 2012, p. 247)

Complementarmente, o autor afirma que:

no processo de registrar as informações, já pode (e deve) estar presente, também, um esforço de interpretação, de modo que a descrição dos fatos, dos diálogos, dos lugares e tempos seja também uma elaboração teórica – no sentido de confronto com a teoria existente – daquilo que está sendo registrado. (TURRA NETO, 2012, p. 248)

A instrumentalização dos recursos necessários à participação como observador será testada e aprimorada nessa primeira etapa: uso do diário¹⁴, croquis e fotografias. Essa primeira etapa também é para amadurecimento do pesquisador diante dos seus instrumentos de campo, para que lhe sejam objetos ‘familiares’.

Em um segundo momento, após a elaboração do roteiro embasado na interpretação da observação anterior, é importante e fundamental realizar uma aproximação mais contundente de participante-como-observador. Isso significa ampliar os dias de estadia na vila, de dias e semanas para meses, num mínimo de quatro meses e

¹³ Para Winkin (1998), o diário tem três funções basilares: 1) É preciso que o diário tenha uma função catártica; 2) A segunda função do diário é empírica; 3) A terceira função do diário é reflexiva e analítica (WINKIN, 1998).

o máximo seis de meses, residindo, assim, algumas temporadas nas casas, no convívio familiar, entrevistando e buscando identificar e descrever as experiências com o lugar.

2.1.2 Pesquisa-ação

A pesquisa colaborativa depende do interesse do pesquisador e dos sujeitos sociais, flexibilização metodológica para adaptabilidade às demandas locais, respeitando as diferenças culturais. Essa prática visa ao engajamento mútuo entre as partes envolvidas na construção de bases sólidas para a tomada de decisões dos sujeitos; em um sentido mais amplo, visa-se à autonomia (SILVA, 2012).

O objetivo consiste em evidenciar dentro das experiências vivenciadas com o patrimônio cultural as narrativas e tramas que envolvem os aspectos materiais e imateriais, indissociavelmente dos sujeitos sociais. Não é o pesquisador que interpreta o passado unilateralmente, as narrativas dos sujeitos têm um papel de destaque nesse enfoque, complementando as interpretações (SILVA, 2012).

Em um sentido mais amplo, a pesquisa colaborativa encaixa-se no que se considera nas pesquisas qualitativas como uma pesquisa-ação. A utilização do conceito de ‘pesquisa-ação’ no trabalho em tela é fruto de uma reflexão atenta sobre sua implicância enquanto conceito e práxis.

Enquadrar este trabalho no patamar colaborativo/ativo não foi um processo deliberativo; primeiro, porque sempre se corre o risco de ser uma pretensão do pesquisador; segundo, porque não é algo que o próprio pesquisador possa decidir, é preciso haver um consenso entre os colaboradores de que a prática foi, efetivamente, de colaboração.

Pesquisa-ação enquadra-se no hall de metodologias típicas de pesquisa social. Seu diferencial reside na transformação impulsionada por ação coletiva em busca de resoluções de questões evidenciadas no decorrer da pesquisa participante (THIOLLENT, 2009).

A pesquisa-ação não substitui a pesquisa participante (observação-participante). A pesquisa-ação resultou da pesquisa participante, como uma necessidade, diagnosticada com o tempo de convívio com os colaboradores.

Segundo Thiollent (2009), a pesquisa-ação, “além da participação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro, que nem sempre se encontra em propostas de pesquisa participante” (THIOLLENT, 2009, p. 9-10 grifo nosso). O autor define a pesquisa-ação como:

Um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com uma resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo [...] uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação. Além disso, é preciso que a ação seja uma ação não trivial, o que quer dizer uma ação problemática merecendo investigação para ser elaborada e conduzida. (THIOLLENT, 2009, p. 16)

A escala de alcance da pesquisa-ação em tela é a dos indivíduos. Contudo, essa metodologia pode abranger diferentes escalas, chegando até mesmo ao nível macrosocial. As temáticas são pautadas pelo contato empírico de onde se formulam diagnósticos e prognósticos de ação para as problemáticas levantadas. Apesar do aparente pragmatismo, a pesquisa-ação tem como objetivo maior, a valorização do ser humano em sua esfera social (THIOLLENT, 2009).

A metodologia depende da empatia mútua entre o pesquisador e os colaboradores. A palavra-chave para o desenvolvimento de um trabalho dessa natureza é a confiança. O campo de atuação é o educacional.

A rede paulista de educação patrimonial (REPEP) apresenta seis princípios sobre a atuação: 1) transversalidade; 2) dimensão política; 3) respeito à diversidade; 4) interlocução; 5) autonomia e centralidade dos sujeitos; 6) transformações sociais (REPEP, 2015).

Transversalidade

O primeiro item, transversalidade, objetiva desconstruir o modelo vigente de uma educação patrimonial difusora de cultura. Primeiramente, a educação será encarada como atividade dialógica, ou seja, prima-se pela ação coletiva e o patrimônio cultural é “entendido como um conjunto de manifestações culturais cujas significações e sentidos são socialmente construídas e celebradas pelos variados grupos sociais, em contínuo processo de reconfiguração e reconstrução” (REPEP, 2015, p. 1).

Neste sentido, é **na totalidade do processo de patrimonialização, ou seja, na identificação, preservação e valorização do patrimônio cultural, que se deve salientar e propiciar a constituição de uma dimensão dialógica**, transversal a todas as demais ações patrimoniais (inventariação, tombamento, registro, conservação, restauro, celebração, entre outras, trate-se de patrimônio material ou imaterial). Não se trata, portanto, de um elemento isolado do ciclo de ação patrimonial, mas de uma dimensão desta ação (seja ela qual for). (REPEP, 2015, p. 1, grifo do autor)

O trecho objetiva, assim, uma relação que propusesse fundamentalmente uma “afirmação e contínua transformação dos valores produzidos diretamente pelos sujeitos” (REPEP, 2015, p. 3). Com esse intuito, o trabalho em tela colheu narrativas, histórias de vida, impressões sobre os valores atribuídos ao patrimônio cultural pela perspectiva dos moradores no decorrer do campo.

Anteriormente a essa etapa de relação com sujeitos, travamos contato, primeiramente, com os trabalhos sobre memória, identidade e o patrimônio cultural que estão ou estavam em andamento na Vila de Paranapiacaba, com o intuito de diagnosticar problemáticas atinentes à cultura e identidade, já trabalhadas por outros colegiados, tais como: Plataforma Paranapiacaba: memória e experimentação¹⁵; Rede Paulista de educação Patrimonial¹⁶; Projeto Infinito Olhar¹⁷ e diálogos com pesquisadores que tem como tema a vila de Paranapiacaba¹⁸.

Essa etapa-diagnóstico teve por intuito compreender as dinâmicas entre os moradores, poder público e coletivo, acerca das discussões sobre identidade e patrimônio cultural. Assim, construir vínculos e parcerias para garantir o caráter contínuo e transformador da ação educativa, e modo a somar orgânica e horizontalmente todas essas

¹⁵ Plataforma Paranapiacaba: memória e experimentação – laboratório em residência funciona como elemento interconector entre redes regionais, estaduais, nacionais e internacionais e aposta na revalorização do Patrimônio cultural por meio da criação e engajamento cultural da população local / visitantes, colocando em relação aspectos e especificidades do mundo rural/serra e o urbano, através da revisão de nossas noções de identidade individual e coletiva em relação ao território (Plataforma Paranapiacaba, 2015).

¹⁶ A Repep - Rede Paulista de Educação Patrimonial é um coletivo de profissionais das mais variadas áreas de atuação e de diferentes instituições. Fazem parte dela educadores, pesquisadores, arquitetos, historiadores, alunos de graduação e pós-graduação [...] a Rede se propõe a ser um espaço de articulação entre os vários segmentos na área de cultura e educação, envolvidos com projetos e temáticas da proteção e valorização da memória coletiva e do patrimônio cultural. Queremos, com isso, propiciar a troca de experiências práticas, a reflexão sobre os significados e alcances destas iniciativas, o debate sobre os princípios da Educação Patrimonial e a construção de ações em parceria (REPEP, 2015).

¹⁷ O projeto “Infinito Olhar” nasceu da união das experiências entre dois profissionais: a psicóloga, neuropsicóloga e arteterapeuta Elisângela Cristina de Oliveira e do fotógrafo e publicitário Paulo Riscala Madi. Destaca-se a oficina intitulada “mora gente aqui” que dá voz a crianças e adolescentes de Paranapiacaba para, através da fotografia, dizer o como é ser jovem na Vila (Infinito Olhar, 2015).

¹⁸ Há, atualmente, pesquisa em andamento, de cunho participativo, que objetiva aprender a experiência de se habitar o patrimônio arquitetônico de Paranapiacaba.

ações. Soma-se também a participação como observador dos fóruns e de reuniões consultivas, realizadas na Vila de Paranapiacaba pela Prefeitura de Santo André.

A Participação deu-se de forma passiva, não havendo intervenções autorais por parte da equipe de Educação Patrimonial; houve, contudo, amplo debate e troca de experiências sobre o campo da educação e do patrimônio cultural de Paranapiacaba. O objetivo dessa primeira etapa consistiu em realizar aproximações entre os sujeitos sociais da Vila de Paranapiacaba, as entidades envolvidas nas ações culturais e sociais e, por fim, diagnosticar as lacunas existentes, a fim de elaborar um programa de educação patrimonial salutar para a realidade da vila.

Dimensão política

O segundo princípio, dimensão política, tem como pressuposto básico que a “educação é um processo de diálogo entre sujeitos que se dá preferencialmente no espaço público, a fim de que se potencialize como processo formativo — trata-se, portanto, de uma ação eminentemente política” (REPEP, 2015, p. 2).

Negar à ação educativa sua condição política é neutralizá-la de qualquer efeito sobre os sujeitos que nela se inserem: envolve, em última instância, a afirmação de uma posição política por meio de sua negação [...] Patrimônio cultural, por outro lado, configura-se como um campo tenso marcado por disputas constantes pela construção (e institucionalização) de significados e narrativas sobre objetos e práticas sociais. Este é o momento em que se dá a valorização de determinadas memórias, sob determinados pontos de vista, mas também e contraditoriamente, é o momento no qual se dá a ocultação de outras tantas memórias. É igualmente político em todas as suas dimensões. (REPEP, 2015, p. 2)

A dimensão política, presente em toda discussão acerca do patrimônio cultural, deve estar explicitada em suas totalidades aos sujeitos sociais. Porém, comumente o que se apresenta é a desarticulação dessas esferas, política e social, respectivamente. Essa desarticulação de que falamos pode vir a gerar conflitos no campo cultural. Cultura e conflito, nos termos em que Menezes (1996) coloca, evidenciam o caráter não inerente da cultura, pois:

sendo o universo da cultura um universo historicamente criado, os sentidos e valores que sustentam precisam ser explicitados, declarados, propostos. Em outras palavras, os valores culturais não são espontâneos, não se impõem a si próprios. Não nascem com o indivíduo, não são produtos da natureza. Decorrem da ação social. As seleções e opções feitas pelos indivíduos e grupos, para serem socializadas e se transformarem em padrões, necessitam de mecanismos de identificação, enculturação, aceitação. (MENESEZ, 1996, p.92)

É salutar trazer esses aspectos da realidade concreta para a discussão e para as ações de educação patrimonial, haja vista ser importante mostrar “a multiplicidade de visões e interpretações possíveis, bem como interferir na própria institucionalização das narrativas e significações do patrimônio cultural” (REPEP, 2015, p. 2).

Sobre esse tópico, as intervenções deverão ser feitas em diálogo com os moradores, num processo de desconstrução dos discursos oficiais, trazendo à superfície a diversidade das memórias existentes, contrapondo-as com as memórias institucionalizadas (MENESES, 1996; SCIFONI, 2015; REPEP, 2015). A Plataforma Paranapiacaba vem desenvolvendo, ao longo dos anos ações nesse sentido, utilizando a cartografia colaborativa – registrando lugares de memória e afeto para os moradores. Realizaremos rodas de conversas sobre o papel da arqueologia na valorização de tal conhecimento, tendo como temática a importância das narrativas de vida nas representações da cultura imaterial.

Respeito à diversidade

O terceiro princípio, respeito à diversidade, tem como conjectura a configuração do campo do patrimônio cultural como um campo de disputa de significados, pois “qualquer ação que ocorra a seu respeito deve se nutrir pelo respeito à diversidade de possibilidades de construção de narrativas, interpretações e sentidos sobre o patrimônio (e até mesmo sobre sua própria existência)” (REPEP, 2015, p. 2).

Esse princípio centra-se no respeito às trajetórias de vida dos sujeitos, respeitando-as todas. O patrimônio cultural, como tal, não se desvincula das apreensões desses sujeitos, uma vez que “a cultura não é externa aos sujeitos sociais, mas, onipresente, incorpora-se à vida social” (MENESES 1996, p.88).

O princípio de respeito à diversidade intenciona levar as análises de contexto cultural “para além das interpretações e ressignificações daquilo que já está dado, decorre-

se disto ainda a necessidade de reconhecer como potencialmente patrimoniais as práticas e os suportes de memória dos mais variados tipos e origens” (REPEP, 2015, p. 2). Um exemplo simples disso é a recorrência, na esfera das toponímias, do que é oficial e do que é popular. Nomes de lugares, ruas e outros tipos de logradouros, por vezes, possuem nomes que em nada representam as comunidades, muitas vezes caem em desuso e, em casos mais extremos, podem até ser ofensivos para a comunidade. Em Paranapiacaba temos o exemplo do “morro”, termo usual no cotidiano dos moradores, mas que, oficialmente, no plano diretor e na ZEIPP e nos banners de localização dos turistas, consta como “Parte Alta”.

Vê-se que “tais práticas e objetos não devem, portanto, ser considerados meramente como análogos aos bens institucionalizados, mas como centrais no conjunto de representações relevantes para aquele grupo específico” (REPEP, 2015, p. 2).

Interlocução

O quarto princípio diz respeito à interlocução. Segundo a REPEP (2015), citando a Carta Magna de 1988, escreve que a “memória e o patrimônio cultural” no Brasil passaram a ser compreendidos como direitos sociais amplos, cuja proteção e valorização devem envolver não somente o poder público, mas toda a sociedade, em uma tarefa que deve ser compartilhada (REPEP, 2015, p. 2).

Neste sentido, estas práticas devem ser realizadas em constante interlocução com as comunidades, desde os processos de escolha, passando pela proposição das ações educativas. Os projetos e ações não devem se impor aos lugares como estratégias concebidas de cima para baixo. Devem partir e dialogar com as condições e necessidades das localidades nas quais se atua. (REPEP, 2015, p. 2-3)

Autonomia e centralidade dos sujeitos

Uma vez que a “cultura é o universo da escolha, da seleção e da opção” (MENESES, 1996, p.90), deve-se primar pela “autonomia e centralidade dos sujeitos” (REPEP, 2015, p. 3). O quinto princípio reforça o papel dos sujeitos sociais, retirando-os da periferia da discussão acerca do patrimônio cultural e reconhecendo seu papel de centralidade em todo o processo de inventariado.

Segundo REPEP (2015) “os valores relacionados às manifestações culturais dotadas de sentido patrimonial são sempre atribuídos aos sujeitos e grupos sociais, não sendo nunca naturais ou imanes aos objetos e manifestações em si. Neste sentido, todo processo que tome o patrimônio cultural como referência deve considerar os sujeitos como protagonistas — nunca os objetos” (REPEP, 2015, p. 3).

Em se tratando de educação patrimonial, o quinto princípio — “autonomia e centralidade dos sujeitos”, visa:

[...] compreender o patrimônio a partir das histórias e dos significados atribuídos pelos seus moradores, reconhecendo a existência de um saber local, considerando o olhar e a vivência desses, e criando uma perspectiva de participação social no processo de identificação e proteção do patrimônio. (SCIFONI, 2015, p. 199)

Assim, “[...] qualquer processo educativo que naturalize os valores de outrem e os imponha aos demais sujeitos estará, em última instância, contrariando o próprio sentido de origem do patrimônio cultural [...]”. (REPEP, 2015, p. 3)

As ações educativas configuram-se, portanto, em última instância, como ações patrimoniais cujos protagonistas são os sujeitos, mais do que as instituições e os objetos ou práticas patrimoniais — e é por parte dos sujeitos (ou em diálogo horizontal com eles) que devem surgir os objetivos, princípios, procedimentos e conclusões das ações patrimoniais. (REPEP, 2015, p. 3)

Transformação social

Por fim, no sexto princípio — transformação social —, “reconhece-se a condição dinâmica dos sentidos e significações atribuídas ao patrimônio cultural: enquanto manifestação cultural de grupos e sujeitos sociais, o patrimônio necessariamente se transforma na medida em que ele seja vivido e praticado” (REPEP, 2015, p. 3).

Nesse sentido, tendo a transformação social como objetivo maior da educação patrimonial, torna-se imprescindível para o trabalho em tela, garantir que haja, através de um processo dialógico, a desconstrução do sentido de preservação do patrimônio cultural como sendo esta externa aos sujeitos sociais, pois, “já que se trata de cultura, não faz

sentido falar em preservação: a cultura é inerentemente mutante, fluida e transformável” (REPEP, 2015, p. 3).

Construir horizontalmente uma apreensão para o real significado do patrimônio cultural é assumir que “toda ação patrimonial deve reconhecer a possibilidade da mudança e a perspectiva da transformação: nem o patrimônio cultural se constitui de um dado naturalizado, alheio aos sujeitos, nem a cultura propriamente é manifestação passiva” (REPEP, 2015, p. 3).

Desta forma, as ações educativas no campo do patrimônio devem permitir a contínua reflexão a respeito do patrimônio, colaborando para a sua transformação e, em consequência disto, para a transformação da sociedade que o produz e que o vive, a partir dos demais princípios de dialogicidade e respeito, já enumerados. Tais ações devem reconhecer até mesmo a possibilidade da negação do patrimônio como institucionalizado. (REPEP, 2015, p. 3)

Os princípios expostos norteiam uma mudança qualitativa para os trabalhos de segmento técnico e científico. Aumentam, de certa forma, a responsabilidade dos que, diretamente ligados aos órgãos de preservação, sejam técnicos ou gestores, e mesmo segmentos privados, acostumados com metodologias verticalizadas a, principalmente, horizontalizar o processo próprio do inventário (seja nas etapas iniciais ou já concluídas do tombamento).

Busca-se um revés, ou mesmo uma solução, para a afirmação, realista de que não há como “avançar coletivamente na discussão de forma a colocar a Educação Patrimonial em um novo patamar, aquele da reflexão crítica, ou seja, sob uma perspectiva epistemológica” (SCIFONI, 2015, p. 196), pois a autora entende que há uma tendência para que os profissionais fiquem dispersos “cada qual em um segmento individualizado” (SCIFONI, 2015, p. 196, grifo do autor).

Portanto, deve-se reforçar a dialogia, cooperação e integração com os sujeitos sociais – e isso engloba integralizar projetos em andamento e que possuem caráter contínuo dentro da comunidade-alvo (sejam eles de iniciativa governamental ou acadêmica, no caso do trabalho em tela, ambos); em suma, por se entender “que as ações educativas sejam elas próprias potenciais momentos de reflexão sobre esta condição e de sua superação” (REPEP, 2015, p. 3) e mesmo para “superar esta problemática inicial, buscando nas iniciativas de ações e nos projetos inovadores que estão ocorrendo pelo

país, os novos desafios e as questões norteadoras para repensar a Educação Patrimonial” (SCIFONI, 2015, p. 196).

Por fim, os produtos gerados pela ação da educação patrimonial para a vila de Paranapiacaba, serão dados posteriormente, pois serão construídas em coletividade com os moradores e as entidades já citadas. Os objetivos ora apresentados estão intrínsecos aos princípios norteadores da Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP).

2.2 Diário de campo

O diário de campo é um objeto catalizador: toda a apreensão da experiência vivenciada é nele transcrita, de forma que traz à luz as escolhas mais pessoais do pesquisador. Nada é por acaso: o estilo de escrita e de narrativa, as notas de leituras soltas nas folhas, insights e devaneios, todo o conteúdo passa pelo cunho crítico de quem escreve e, por isso, o diário de campo vem a ser o documento mais crível de uma pesquisa qualitativa (WINKIN, 1998).

Por essa razão, faz-se necessário pensar o diário de campo não como uma ferramenta ou um suporte metodológico, mas como sendo indissociável da metodologia em si e como tal, problematizá-lo e pô-lo à luz de uma teoria. Procurei, nesse processo, questionar como deve ser o diário de campo de um Geógrafo, voltado para o enfoque humanista da Geografia?¹⁹ Uma pergunta simples, é verdade, mas que em sua simplicidade guiou-me nos acertos e erros – principalmente erros. O resultado apresentado diz respeito a um processo de aprendizado, que constitui meus diários de campo.

A bibliografia consultada orientou a utilização binária de um diário. Dividi-lo em colunas entre as informações coletadas e registradas e um outro espaço para o uso pessoal.

¹⁹ Para Tuan (1985) [...] um geógrafo humanista deve ter um interesse penetrante na filosofia, pois esta levanta questões fundamentais de epistemologia para as quais podemos buscar exemplificações do mundo real. A filosofia proporciona, também, um ponto de vista unificado a partir do qual toda gama de fenômenos humanos pode ser sistematicamente avaliada [...] o humanista deve procurar uma filosofia adequada ao seu objetivo. Sem um ponto de vista fundamental, seu trabalho tende a uma esotérica desarticulada. Ter um tal ponto de vista é confessar as limitações, mais do que as tendências. Estas ocorrem quando ignoramos as nossas pressuposições filosóficas ou quando insistimos que uma perspectiva é um sistema totalmente inclusivo (TUAN, 1985, p. 161).

Ou, ainda, escrever de forma corrida do início ao fim com as “coletas” e num sentido contrário, do “fim ao início” as escritas expurgatórias (WINKIN, 1998; GEERTZ, 1989;).

Optei, contudo, por utilizar dois diários distintos. Um exclusivamente para o uso catártico (e com isso quero dizer, desabafo das frustrações, medos, inseguranças); como Winkin (1998) escreve, esse diário de uso catártico deve ser “privado”. A relação entre você e seus diários é um trabalho de controle da contratransferência. O diário será o lugar do corpo-a-corpo consigo mesmo, ante o mundo social estudado (WINKIN, 1998, p. 138). DaMatta (1978) faz uma proposição metodológica para Etnografia, na qual dá importância aos aspectos periféricos da prática de campo. Com esse intuito, o autor sugere que o antropólogo traga à “luz o outro lado”, anedótico, das rotinas etnológicas/etnográficas, propondo que o pesquisador vá mais além, trazendo à tona um lado mais humano e humilde de seu trabalho, ou como ele prefere, o lado mais “romântico” da disciplina (DAMATTA, 1978). A função desse diário é a complementação, por isso a finalidade, do segundo diário, que segue uma sistematização. Minhas impressões mais profundadas ficaram contidas no diário catártico e quando uma experiência dessa natureza se tornava relevante à pesquisa em tela passava a compor o escopo do segundo diário. Assim confluíam-se e retroalimentavam-se, uma vez que são indispensáveis e indissociáveis.

Um outro diário serviu-me como um condensador da minha perspectiva de experiência e de meus colaboradores. Registrei nesse 2º diário as narrativas da experiência vivida – uma fenomenologia geográfica²⁰. O segundo diário exigiu-me bem mais que uma sistematização. Nesse processo de escrita, adotei uma técnica na qual para cada temática (lugar; paisagem; identidade) adotei uma cor de caneta diferente. Separava as narrativas por temas, quando necessário, inseria anexos ao diário de campo. Imprescindivelmente, destaquei o que era minha apreensão dos fenômenos (caneta preta) das anotações que fizera dos colaboradores em sua relação com a realidade geográfica (caneta azul). Anotei todos os títulos em caneta vermelha. Os trechos de livros foram compilados em caneta verde. Uma caneta ‘marca-texto’ auxiliou-me no destaque das narrativas que apresentassem alto valor, no que diz respeito à relação das pessoas com o

²⁰ Implicações epistemológicas de uma fenomenologia geográfica, a qual visa os fenômenos tais como aparecem na experiência. Isso significa lidar com a dimensão material e imaginal do mundo ao mesmo tempo, nas quais a atividade humana produz espaço geográfico fundando uma geograficidade, composta tanto por mundos interiores quanto por espacialidades (MARANDOLA JR, 2008, p. 99).

mundo. No mais, esse segundo diário de campo segue os moldes de um hypomnemata (FOUCAULT, 2009).

2.2.1 A escrita do diário de campo

Quando folheei as páginas intocadas dos meus diários de campo pela primeira vez, lembrei-me de imediato dessa passagem biográfica de Tolkien ao deparar-se com uma folha de papel vazia: Lá estavam páginas incrivelmente brancas, pensou Tolkien e, então, como por impulso, começou a preenchê-las (TOLKIEN, 2012).²¹ Essa sensação de admiração diante das páginas ainda a serem tocadas por um lápis ou caneta, a pausa reflexiva que antecede o gesto da escrita enquanto nos questionamos: então, o que escrever? Como preencher aquelas centenas de folhas? – Responderia um etnólogo: ‘escreva tudo’ ” (WINKIN, 1998, p. 135).

O “tudo” a que se refere o etnólogo pode não ser o “tudo” de que um geógrafo precise – então, o que um geógrafo escreveria? Poucos são os geógrafos que se ocuparam de diários campos, dando a devida importância metodológica a esse objeto. Turra Neto (2004), Marandola Jr (2008) chamam a atenção para a importância do diário de campo nos estudos de Geografia. Afinal, o diário de campo é um espaço de exercício de método e metodologia, o conteúdo escrito diz respeito do olhar do pesquisador sobre a realidade. O diário de campo de um geógrafo nunca será igual ao de outro, pois nele escrever-se-á, de forma muito particular, a forma de observar e compreender o mundo de cada um desses geógrafos.

Como, então, um geógrafo inclinado a questões humanistas²² escreveria seu diário de campo? Decerto o olhar é outro – não querendo entrar em dicotomias de método, mas a natureza da Geografia Humanista é particular. O interesse foi o de tornar meus diários de campo algo mais do que uma mera ferramenta, queria torná-los um produto fidedigno – indissociável da metodologia de pesquisa.

²¹ Alusão a celebre frase de J. R. R Tolkien. Segundo o autor, certa vez pegou uma folha incrivelmente branca e nela escrevera, quase que inconscientemente, a seguinte frase: “Numa toca no chão vivia um Hobbit.” Dessas palavras nasceu um dos seus mais famosos livros – O Hobbit (TOLKIEN, 2012).

²² A geografia humanista reflete sobre os fenômenos geográficos com o propósito de alcançar melhor entendimento do homem e de sua condição [...] procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar [...] o uso histórico, então, permite-nos definir o humanismo como uma visão ampla de que a pessoa humana é e do que ela pode fazer [...] (TUAN, 1985, p.143-144).

“Um diário no sentido estrito do termo”, como o de Malinowski, pareceu-me um tanto quanto catártico por demais, bem verdade que necessário, então o fiz à parte, ao ponto que as indicações pontuais de Geertz (2013) foram mais condizentes com o meu propósito de segundo diário: “uma descrição densa”. Para o autor, manter um diário, em si, não significa muita coisa – o diário pelo diário passa ser apenas uma técnica. Contudo, “o que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma ‘descrição densa’ ” (GEERTZ, 2013). O seu conteúdo, ou seja, o que deve ser anotado ultrapassa o que, por obrigação, devemos fazer: coletar dados rotineiros automatizados: entrevistar colaboradores, observar os fluxos e as redes das pessoas, escrever em seu diário, enfim, tarefas essenciais (GEERTZ, 2013).

Winkin (1998), pontuando uma das funções do diário de campo, ressalta a sua natureza empírica. Para o autor, nesse primeiro enfrentamento com o campo, tendemos a anotar tudo que nos chama atenção durante a observação. Em seguida, com um pouco mais de familiaridade com o diário, passamos a assumir uma postura mais analítica, que é eficaz na organização das informações observadas e descritas. Por fim, já estaremos escrevendo com mais avidez os acontecimentos e com mais rigor quanto à frequência (WINKIN, 1998, p. 139).

Geertz (2013) nos orienta a observar a realidade como quem “tenta ler um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerência, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos ou não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios do comportamento modelado” (GEERTZ, 2013, p. 7). Essa convicção da Hermenêutica Geertziana norteou minha postura em campo; contudo, o trato com o diário ainda carecia de uma estrutura que se adequasse aos intentos de uma Geografia Humanista.

Para Tuan (2012), a pesquisa humanista de qualidade requer por parte do praticante um olhar sensível à realidade. Exige um apreço pela literatura e pela arte, fazendo com que esses saberes dialoguem com o saber geográfico.

A ciência cartesiana, ao ignorar a linguagem dos poetas e escritores, deixa de lado a capacidade de exprimir verdadeiramente ou traduzir sentimentos alheios difíceis de descrever na linguagem acadêmica: Quem não consegue vislumbrar os ânimos de Capitu na descrição de Machado de Assis: “olhos de ressaca”?

Portanto, quis que meu diário contivesse as minhas anotações literárias – livros de literatura e poesia, que me acompanharam durante o campo, então se fizeram presentes nos escritos, mesclando-se por vezes a trechos de literatura acadêmica. Outras tantas notas

de livros, vieram de lampejos, lembranças de citações de livros outrora lidos – isso sempre me ajudou a descrever sentimentos que a empatia, às vezes, me fazia perceber nos semblantes das pessoas, suprimindo de fato o que nos falta, mas sobra nos poetas: capacidade de descrever o intangível.²³ O diário, com isso, tomou corpo e imprimiu minha personalidade, minha vivência, minha apreciação humana dos sujeitos com quem travei relações. Essa postura dá o tom, mas ainda não é tudo. Os meus anseios foram saciados quando me deparei com um tratado Foucaultiano sobre a “escrita de si”: “Askesis” “Hypomnemata” (FOUCAULT, 2009).

2.2.2 “Escrita de si”; “Askesis” e “Hypomnemata”

Acredito que o diário de campo seja algo a ser exposto, com responsabilidade e ética, mostrando o lado humano do pesquisador. Indo além, que ele exponha – num confronto consigo mesmo, os erros cometidos e os acertos, na mesma medida. Quando se tem em mente que ele não será algo seu, que será público – em parte, pelo menos, o diário torna-se um guia, um companheiro, condutor de virtudes.

Para Foucault (2009), o ato de escrever sobre si faz suscitar ao diário – o que não deixa de ser um antropomorfismo – uma qualidade de companheiro, que atenua a solidão e possibilita ao que vemos e sentimos uma outra perspectiva – um vigia sobre si mesmo. À medida que escrevemos, dialogamos com atos que nos fazem esvanecer, caso seja vergonhoso. Por exemplo, quando não fomos cordiais e respeitosos para com nossos colaboradores, ou quando, num ato não pensado, agimos contrariamente ao costume da pessoa ou da família que nos recebe. Atos falhos e comuns, mas que não podem passar sem uma análise reflexiva e corretiva, haja vista que diz respeito a outrem, ou seja, não afeta somente a nossa consciência, na maioria das vezes (FOUCAULT, 2009). Por isso, Foucault escreve:

[...] não apenas sobre os atos, mas precisamente, sobre o pensamento: o constrangimento que a presença alheia exerce sobre a ordem da

²³ “A contribuição da geografia humanista para a ciência está na revelação de materiais dos quais o cientista, confinado em sua própria estrutura conceitual, pode não estar consciente. O material inclui a natureza e a gama da experiência e pensamentos humanos, a qualidade e a intensidade de uma emoção, a ambivalência e a ambiguidade dos valores e atitudes, a natureza do poder do símbolo e as características dos eventos, das intenções e das aspirações humanas” (TUAN, 1985, p, 159-160).

conduta, exercê-lo-á a escrita na ordem dos movimentos internos da alma [...] a escrita dos movimentos interiores surge [...] como uma arma de combate espiritual: uma vez que o domínio é um poder que engana e que faz com que nos enganemos sobre nós mesmos [...] a escrita constitui uma prova e como uma pedra de toque: a trazer à luz os movimentos de pensamento, dissipa a sombra interior onde se tecem a sobra dos inimigos [...] (FOUCAULT, 2009, p. 130-131).

Nessas circunstâncias, a escrita assume duas possibilidades, a primeira assume a forma “[...] de uma série “linear”; vai da meditação à atividade da escrita e desta ao *gymnazein*, quer dizer, ao treino em situação real e à prova: trabalho de pensamento, trabalho pela escrita, trabalho em realidade” (FOUCAULT, 2009, p. 130-131).

Outra possibilidade, segundo Foucault (2009), é quando a circunstância da escrita é “circular: a meditação precede as notas, as quais permitem a releitura que, por sua vez, relança a meditação” (FOUCAULT, 2009, p. 133-134). O diário de campo, nessa circunstância, dinamiza-se com o movimento circular, com notas atuais de reflexão sendo sobrepostas a anotações de meses atrás e situações anteriores voltando a tona em insights recentes.

Ambos os processos são parte essencial da escrita e assumem conceitualmente o que Foucault (2009) entende como sendo um processo “para qual tende toda a *askesis*: a saber, a elaboração dos discursos recebidos e reconhecidos como verdadeiros em princípios racionais de ação” (FOUCAULT, 2009, p. 130-131, grifo nosso).

O treino de si, pela escrita, teria então uma função etopoética que nada mais é do que “um operador de transformações da verdade em ethos [...] esta escrita etopoética parece ter-se estabelecido no exterior de duas formas já conhecidas e utilizadas com outros fins: os hypomnemata e a correspondência” (FOUCAULT, 2009, p. 133-134). Nesse sentido, guiei-me por essa estrutura de escrita em um dos meus diários de campo (hypomnemata e a correspondência), enquanto outro o diário me servia para o uso catártico.

2.2.3 O discurso e a constituição de si

Escrever sobre si – nossa apreensão do mundo vivido — e sobre os outros, os sujeitos em sua inter-relação com o “mundo”; e, também, sobre o “mundo” na sua constituição existencial, não é tarefa fácil. Exige uma redução das coisas mesmas, portanto, um constante vislumbrar, que vem do movimento intencional da consciência à

“coisa” que se apresenta tal como é (HEIDEGGER, 2011). Quero dizer com isso que o diário de um geógrafo humanista tem como característica, ou a isso deve se dedicar laboriosamente, uma descrição rigorosa dos fenômenos tais como aparecem na consciência, libertando-nos, ao descrever, dos apriorismos e pré-conceitos e descrevermos a apreensão do fenômeno, ou seja, a experiência vivida como realmente se apresenta a nós.

A escrita deve inclinar-se ao movimento de espírito, como orienta Foucault (2009). Nesse sentido, o diário de campo, tal como “os Hypomnemata não deveriam ser encarados como um simples auxiliar da memória, que se poderiam consultar de vez em quando, se a ocasião se oferecesse” (FOUCAULT, 2009, p. 136-137). Ou seja, sua função vai muito além de registrar os fatos para mais tarde serem revisados e transcritos, pois não objetivam substituir “a recordação porventura desvanecida. Antes, constituem um material e um enquadramento para exercícios a efetuar frequentemente: ler, reler, meditar, entreter-se a sós ou com outros etc. E isto com o objetivo de tê-los ter “à mão” (FOUCAULT, 2009, p. 136-137).

“Ter à mão” aqui tem a conotação da ação e relação. Como se dialoga com uma pessoa, expondo as ideias, impressões e reflexões, isso quer dizer, como quem narra uma situação e tece conexões entre o acontecido e as complexas inter-relações entre o que se viveu com o que se leu e com o que está a escrever. Ou, ainda, para fazer-me companhia em momentos de solidão. Essas situações fizeram, sem exagero, meu relacionamento com o campo mais suportável, pois não se está sozinho quando se tem à mão os pensamentos.

Em consonância ao estilo dos Hypomnemata, o diário de campo constitui um “*logos boethikos*, um equipamento de discurso a que se possa recorrer, sucessivas vezes [...] E para isso é preciso que eles não sejam simplesmente arrumados como num armário de recordações, mas profundamente implantados na alma [...]” (FOUCAULT, 2009, p. 136-137). Nele registrei as impressões – dotadas de sinestesia do mundo que me cercava; as notas de pesquisa em conformidade com os acontecimentos do cotidiano; meus Haikai²⁴ soltos, fragmentos de obras que me acompanharam²⁵, as conversas entre os meus

²⁴ “O haikai é uma modalidade poética de origem japonesa que prima pela simplicidade, concisão e plasticidade [...] é uma pequena composição poética japonesa, em que se cantam as variações da natureza e a sua influência na alma do poeta. Consta de dezessete sílabas, divididas em grupos de cinco, sete e cinco” in SOUSA, T. A, **Haikais de Bashô**: o oriente traduzido no ocidente. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE. 2007.

²⁵ As obras referidas são: *Vagabundos Iluminados*, de Jack Kerouac; *O idiota* de Dostoiévski; *O poder do Silêncio* de Carlos Castaneda; *Walden* de Thoreau; *Bashô* de Leminski; *O guardador de rebanho* de Alberto Caeiro (Fernando Pessoa) dentre outros, alguns inacabados...

colaboradores e eu. Desse modo, o diário/hypomnemata torna--se parte fundamental de nós mesmos, “[...] em suma, que a alma os faça não apenas seus, mas si própria. A escrita dos *hypomnemata* é um veículo importante desta subjetivação do discurso” (FOUCAULT, 2009, p. 136-137).

Esse diário, inspirado pela Askesis, não pode ser confundido com um diário de uso catártico. Ele é pessoal, porém, não são diários íntimos, no sentido estrito ou como “aqueles relatos de experiências espirituais tentações, lutas, fracassos e vitórias [...] Não constituem uma ‘narrativa de si mesmo’, não tem por objetivo trazer à luz do dia as *arcana conscientiae* cuja confissão – oral ou escrita – possui valor de purificação” (FOUCAULT, 2009, p. 136-137).

Tal o objetivo do hypomnemata: fazer da recolocação do *logos* fragmentário e transmitido pelo ensino, a audição ou a leitura, um meio para o estabelecimento de uma relação de si consigo próprio tão adequada e completa quanto possível. Aos nossos olhos, há nisto qualquer coisa de paradoxal: como se pode ser posto em presença de si mesmo por intermédio de discursos velhos como o tempo e oriundos de toda a parte? Com efeito, se a redação dos hypomnemata pode constituir para a formação de si através desses *logoi* dispersos, é em virtude de três razões principais: os efeitos limitadores devido ao emparelhamento da escrita com a leitura, a prática refletida do contraste de determinada escolhas. Apropriação que leva a cabo (FOUCAULT, 2009, p. 138).

Dessa feita, correlacionei três aspectos circunstanciais do Hypomnemata para o uso do diário de campo seguindo os postulados apresentados por Foucault (2009). Primeiro, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a temática desta pesquisa – a Geografia Humanista, Antropologia cultural de base fenomenológica e literatura. Sempre tive à mão algum exemplar, a que me dediquei nos intervalos da observação. Dessas leituras vinham fragmentos e ideias a minhas observações de campo, constituindo assim, na escrita, uma convergência do que se escreve e do que se lê. Segundo Foucault (2009), esse auxílio é muito necessário e não deve ser separado da escrita (FOUCAULT, 2009).

Ao passar sem descanso de livro e para livro, sem nunca parar, sem voltar de tempos a tempos ao cortiço com a nossa provisão de néctar, sem tomar notas, por consequência, nem nos dotaremos por escrito de um tesouro de leitura, sujeitamo-nos a não reter nada, ao dispersarmos--nos por diferentes pensamentos e a esquecermo-nos por diferentes pensamentos e a esquecermo-nos a nós próprios [...]. (FOUCAULT, 2009, p.139).

Assim, tal como o hypomnemata, a escrita do diário de campo será uma oposição a um tipo de dispersão para com o futuro. As observações da experiência vivida situam-se no dia a dia, ou seja, uma atividade do presente. Mas, ao mesmo tempo, sua consulta é sempre uma volta dialética ao passado ao qual podemos sempre regressar e nos recolhermos. “[...] o contributo dos hypomnemata é um dos meios pelos quais libertamos a alma da preocupação com o futuro, inflectindo-a para a meditação do passado” (FOUCAULT, 2009, p. 140).

Um segundo ponto diz respeito a um ponto de inflexão importantíssima que se baseia no momento vivido. A atividade de observação e a subsequente escrita é uma convergência diversa entre o momento apreendido com pontos de reflexão e/ou resgate de pensamento de outros autores/ou dos próprios colaboradores que se transformam em “verdades locais máximas” (FOUCAULT, 2009). O diário de campo é redigido por dois princípios que Foucault (2009) denomina como verdade local máxima. Nessa circunstância eu, seguindo essas orientações, considere as narrativas dos sujeitos sociais, os colaboradores, como uma máxima verdadeira naquilo em que afirma adequada naquilo que indica, e [seria] utilitária somente nas circunstâncias do momento vivido, da experiência direta – a coisa mesma. Para tomar nota, tomava o cuidado e a descrição é, nessa perspectiva, essencial pelo fundo a que se põe o discurso.

A verdade local máxima também se aplica para aquele fragmento de pensamento de outros autores que vêm à luz do momento observado e pela complementaridade circunstancial ao momento apreendido. Essa metodologia Foucaultiana inspirada nesse ensaio é um treinamento pessoal, cuja prática é uma introspecção. Segundo o autor, uma “arte da verdade contrativa; [...] uma maneira refletida de combinar a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade da verdade que nela se afirmar e a particularidade das circunstâncias que determinam seu uso” (FOUCAULT, 2009, p. 141).

Por último, esse contraste em si da coisa observada/escrita e a verdade local máxima das narrativas/textos, por si só, não é suficiente para uma ‘unificação’. Essa, “porém, não se realiza na arte de compor um conjunto; deve estabelecer-se no próprio escritor, como resultado dos hypomnemata, da sua constituição (e, portanto, no próprio gesto de escrever), da sua consulta (e, assim, nas respectivas leituras e releitura)” (FOUCAULT, 2009, p. 142-143), equilibrando, assim os dois processos, de escrita e leitura.

Esses dois processos – o gesto de escrever e as respectivas leituras (o que inclui a leitura advinda da observação do mundo vivido) distinguem-se. “Trata-se, por um lado, de unificar esses fragmentos heterogêneos por intermédio da sua subjetivação no exercício da escrita pessoal [...]” (FOUCAULT, 2009, p. 142). No ato de transcrever as minhas leituras da realidade – fruto da observação, bem como das narrativas das pessoas com quem travei relações aposso-me dessas leituras/narrativas e faço-as minhas em suas respectivas verdades (FOUCAULT, 2009). Assim, “a escrita transforma a coisa vista ou ouvida “em força e sangue” (*in vires, in sanguinem*) [...] em contrapartida, porém, o escritor constitui sua própria identidade mediante essa recolocação das coisas ditas” (FOUCAULT, 2009, p. 142-143).

2.2.4 Indissociabilidade entre o sujeito e o objeto: reflexões

A “escrita de si” fomenta outra discussão: a indissociabilidade entre sujeito e objeto. Postula-se, no trabalho em tela, que o pesquisador também seja sujeito, na interação com outros sujeitos, apreendendo como esses. Percebem o mundo, ao mesmo tempo que, inserido em seu cotidiano, o pesquisador, também experimenta; numa relação corpo-sujeito apreenda, também, a experiência espacial dos sujeitos sociais com quem trava relações. Nessa perspectiva não há “passividade” de nenhuma das partes. A interação prescinde da ação – movimento intencional para com o mundo (BUTTIMER, 1985; TUAN, 1985, 2013; MARANDOLA JR, 2008; 2010).

Segundo Santos (2009), a ciência moderna vem, até agora, encarcerando o sujeito no domínio epistêmico, privando-o enquanto sujeito empírico, negando aos sujeitos a autonomia para expor seu próprio conhecimento do mundo. Surge, então, a necessidade de recolocar-nos, enquanto sujeitos, na circunstância apreendida. Nesse processo, faz-se necessária a quebra dicotômica entre o sujeito e objeto, pois eles estão imbricados e se constituem. (SANTOS, 2009; BERDOULAY, ENTRIKIN, 2014).

A apreensão dessa experiência sujeito-mundo carece de cuidado. Deve-se apreender por meio da observação, relação e inter-relação a narrativa do sujeito (insere--se nessa perspectiva o próprio pesquisador como sujeito da pesquisa) sobre seu mundo vivido (fenômeno). Nesse quadro, a Observação participante é apontada por

Santos (2009) como sendo fundamental para superar o abismo instituído, até então, pela ciência convencional entre os sujeitos e os objetos (SANTOS, 2009).

Para tanto, o diário de campo, torna-se uma força catalizadora, aberto para as narrativas que resultam da relação entre o pesquisador e os sujeitos sociais. A ‘escrita sobre o outro’ deve ultrapassar a ideia de um instrumento de coleta e transcrição para se tornar o campo de apreensão dos elementos sensíveis dessa experiência vivenciada das pessoas para com seu mundo. A narrativa escrita equilibra-se entre a apreensão pessoal do pesquisador e a descrição da experiência vivida dos sujeitos sociais. O “sujeito não pode mais ser posto entre parênteses, nem ser considerado como uma entidade passiva, determinada por circunstâncias exteriores: ele forja sua própria identidade, sua consciência de si mesmo, em interação com o contexto e suas ações” (BERDOULAY; ENTRIKIN, 2014, p. 94). Para Santos (2009)

O investimento epistemológico da ciência moderna na destituição entre sujeito e objeto é uma das mais genuínas características. Esta distinção garante a separação absoluta entre condições do conhecimento e objeto do conhecimento. No entanto, e apesar de fundamental para a ciência moderna, esta separação contém algumas contradições que de algum modo são ocultadas pela sua aparente linearidade. Sabe-se hoje que as condições do conhecimento científico são as mais ou menos arbitrárias, assentando em convenções que, entre muitas outras condições possíveis, selecionam as que garantem o desenrolar eficiente das rotinas de investigação. O objeto de investigação não é, a final, mais do que o conjunto das condições não selecionáveis. Se, por hipótese, fosse possível levar até o fim a enumeração das condições do conhecimento, não restaria objeto para conhecer. A ciência moderna existe num equilíbrio delicado, entre a relativa ignorância do objeto do conhecimento e a relativa ignorância das condições do conhecimento que pode ser obtido sobre ele. (SANTOS, 2009, p. 82).

Os geógrafos humanistas têm levantado o debate sobre essa questão desde a década de 1970 e derrubado algumas premissas da ciência positivista. Suas reflexões “expuseram uma crítica radical do reducionismo, da racionalidade e da separação dos sujeitos e objetos na pesquisa empírica” (BUTTIMER, 1985, p. 167

“Mundo vivido” – conceito fenomenológico – propicia uma apreciação das experiências vividas dos sujeitos sociais, pois, por meio das noções de “corpo-sujeito”; “intersubjetividade” e a noção de “ritmos e tempos-espaço” aproxima-nos cada vez mais das resoluções dessa problemática dicotômica (BUTTIMER, 1985).

O conceito de mundo vivido, por exemplo, presume uma descrição da experiência humana do “mundo, do espaço e do tempo, também há tendências de enfatizar os sujeitos humanos como os iniciadores primários e determinantes da experiência [...] mundo é o contexto no qual a experiência é revelada” (BUTTIMER, 1985, p, 171-172).

Para apreender a experiência dos sujeitos sociais tem-se que ignorar os postulados cartesianos que nos conduzem a repartir as experiências em dois modos. Uma é da ordem interiorizada (pessoal) a outra se que se dá no exterior (espaço), postura que reafirma a dicotomia entre corpo e mente. O contrassenso dessa divisão binária entre mente e corpo, a intersubjetividade é o modo pelo qual podemos aclarar as narrativas dos sujeitos sociais e a ‘subjetividade’ de seu mundo, sem que com isso nos destitua binariamente (BUTTIMER; 1985; 2015; MARANDOLA JR, 2010; 2013). Nessa abordagem, busca-se um relacionamento mais capital entre os sujeitos dentro “do drama do mundo vivido” (BUTTIMER; 1985, p. 175).

Deve-se, aconselha Buttimer (1985), “rejeitar quaisquer modelos científicos de causa e efeito, de sujeito e objeto, e conceitualizar o relacionamento entre corpo-sujeito e o mundo como reciprocamente determinantes um do outro” (BUTTIMER; 1985, p. 175). Adentrar o domínio das experiências espaciais dos sujeitos é uma reafirmação da importância de apreciar as essências dessa relação.

2.2.5 Corpo-sujeito e narrativas

Quando iniciei a pesquisa, adentrei uma das esferas mais íntimas dos sujeitos sociais – a Casa. Presume-se dessa situação que tive que tomar cuidados especiais para não ultrapassar os limites permitidos de privacidade, pois estão ali o sujeito e o objeto (o mundo, a Casa). A solução para essa problemática é a paciência. Só é possível alcançar essa “[...] exigência de extrair dessa expressividade do corpo em sua relação com o mundo vivido, pelo desvio da interpretação, os símbolos, signos e, mais precisamente, os textos pelos quais a linguagem, constituída historicamente, apreende esse mundo e esse gesto e pede por ser lida (ANDRADA, 2007, p. 25-26), quando o sujeito permite que, como convidado, participem comumente daquela paisagem doméstica, das suas atividades corriqueiras, das suas andanças e permanências. A escrita torna-se um produto dessa leitura. Mas a leitura só é possível quando o livro está aberto para nós.

As narrativas surgem da descontração e não da pressão. É necessário que o narrador esteja à vontade para devanear sobre sua própria história, trazendo à tona sua temporalidade intrínseca. A história “nunca é o que consolidou no tempo passado, mas a possibilidade de interação entre presente, passado e futuro” (ANDRADA, 2007, p. 26).

A narrativa oral não é a única fonte de informação possível no envolvimento com os sujeitos sociais. A paisagem doméstica tem muito a nos contar: retratos dos antepassados postos na parede; *souvenirs* oriundos de outros lugares – presentes de amigos ou lembranças de viagem, seja qual for, constituem um indicador dos horizontes de alcance dessa pessoa; ídolos (santos), livros sagrados (Bíblia; Alcorão; Torá) dispostos em criados-mudos indicam preferências religiosas (BUTTIMER, 2014). Essas marcas de temporalidade devem ser registradas para compor a narrativa dos sujeitos, pois elas representam interação com o sujeito social.

É muito importante que o geógrafo seja sensibilizado com essa relação “essencial dos laços entre os sujeitos e seu mundo”. Nessa perspectiva, o sujeito e o lugar tornam-se tão intrinsecamente ligados que eles se instituem mutuamente (BERDOULAY; ENTRIKIN, 2014, p. 102).

Para Berdoulay e Entrikin (2014), apreender as construções espaciais ligadas às atividades dos sujeitos é uma forma de testemunhar sua própria formação enquanto sujeito, que transforma o mundo, no qual está inserido (BERDOULAY; ENTRIKIN, 2014).

[...] apreender as construções espaciais ligadas a atividades dos sujeitos, inclusive na produção do próprio sujeito. Procuramos, com efeito, insistir sobre essa parte ativa de um sujeito que se transforma, ele próprio, ao transformar o mundo no qual se insere. É o jogo do distanciamento do sujeito, ativo e autônomo, em relação ao seu ambiente que prende nossa atenção, a fim de perdermos a construção do “entre dois”, que constitui, em nossa perspectiva. Este exprime um trabalho do sujeito sobre o mundo e sobre sua relação com o mundo; ele é assim, tensão a dois títulos, mas também tensão de sua própria singularidade, que ele constrói, e sua inscrição no universal. É preciso recolocar o sujeito na perspectiva das relações que a consciência de si mesmo mantém com o lugar. (BERDOULAY; ENTRIKIN, 2014, p. 103).

Assim “[...] do mesmo modo que a história, o sujeito não é aquilo que já somos, mas o que nos tornamos, quando a consciência imediata se deixa descentrar, entra em crise e, transtornada, aceita perseguir os signos de seu passado” (ANDRADA, 2007, p.

26). Ao engajar-me nesse universo e tentar penetrá-lo, tomo uma autoconsciência de mim mesmo e, também, apreendo a consciência do sujeito sobre si mesmo e com a história por meio da narrativa (RICOUER, 2003; ANDRADA, 2007).

[...] A formação do sujeito ocorre no lastro da descoberta de si como descoberta desse mundo histórico como material a ser explorado numa experiência hermenêutica; ela se dá através dessa tarefa de exploração, ou melhor, de extração de sentido, modo específico de a pessoa lidar com o mundo histórico e interpretar os textos, signos e símbolos de sua existência, com o fito de constituir-se a si mesma e nisto reconhecer-se como tal, como pessoa [...] O sujeito, pois, nunca está no começo; ele é o resultado desse processo hermenêutico baseado na correlação entre a interpretação de si e a interpretação dos signos. Os signos, porque são sempre signos de alguma coisa, marcas deixadas pela vida dos homens no tempo – vestígios com que se tece uma história – são o que assegura a dimensão objetiva frente a qual o sujeito se acha, se perde e se procura (ANDRADA, 2007, p. 30).

Essa perspectiva que centraliza o sujeito no âmago da Geografia²⁶ trouxe à pesquisa em tela a possibilidade de presenciar as pessoas transformando a “terra” – no sentido que Dardel (2012) nos apresenta – fazendo dela seu habitar, construindo, transformando-a e, com reciprocidade, sendo transformados por ela. O sujeito aqui é detentor de um saber geográfico que nos importa, enquanto pesquisador. “[...] o sujeito e o lugar funcionam como duas noções primordiais da experiência humana [...] o sujeito e o lugar são, cada um, constitutivos um do outro” (BERDOULAY; ENTRIKIN, 2014, p. 108).

A apreensão da ‘trama narrativa’ dos sujeitos é um aspecto primordial para compreendê-lo como pessoa possuidora de uma historicidade única enquanto indivíduo, mas partilhada enquanto membro de um grupo. Isso certifica a força do relato. Somente o sujeito é capaz de dar conta das interpretações do seu mundo. O relato é a essência emancipatória do sujeito (BERDOULAY; ENTRIKIN, 2014).

²⁶ Mas a Geografia tem, ultimamente, se preocupado com a introdução de uma abordagem mais reflexiva: reconheceu-se o sujeito como um observador e, de maneira mais limitada, como criador de mundos. O papel do sujeito, seja como observador, seja como ator, inscreveu-se, na problemática da geografia contemporânea, mas ainda pouco – salvo em um nível muito geral – nas discussões e pesquisas que dizem respeito ao território e a identidade. As discussões tomaram, sobretudo, a posição do “si mesmo descentrado”, quer dizer, de um sujeito produzido por forças externas da cultura, da sociedade e da economia. A tradição da geografia humanista e a herança Kantiana da disciplina oferecem, contudo, uma concepção mais “centrada” do sujeito, uma concepção que vê esse último como um agente ativo no seio do *maëlstrom* [turbilhão] das outras forças (BERDOULAY; ENTRIKIN, 2014, p. 107-108).

O que faz a força do relato é o poder que ele confere ao sujeito de interpretar seu mundo, de lhe dar sentido, qualquer que seja a heterogeneidade dos fenômenos envolvidos. Esse trabalho se efetua, com efeito, a partir de elementos que podem ser muitos discordantes, quer dizer, que dependem de lógicas diferentes. A especificidade espaço-temporal da experiência e da memória coletiva que veiculam os lugares molda-se bem de maneira narrativa. É por intermédio do relato que o sujeito organiza seus laços com ambiente e com a coletividade a ponto de, para certos filósofos, a trama narrativa aparecer como estruturante na vida do sujeito moderno. (BERDOULAY; ENTRIKIN, 2014, p. 109).

Seguindo a metodologia e a epistemologia do conhecimento humanístico, compreendemos os sujeitos sociais na sua mais consolidada relação com o lugar e na sua constituição imbricada com a paisagem. “Essa trama serve ao sujeito tanto para estruturar o dizer quanto o fazer: o trabalho do sujeito não se deixa ver somente no enunciado narrativo, mas também na sua instanciação, constituída pelo lugar. Assim se desenha uma forte convergência conceitual e metodológica do sujeito, do relato e do lugar” (BERDOULAY; ENTRIKIN, 2014, p. 109).

2.3 Fundamentos do habitar e do construir: a casa

[Sobre a essência do habitar]

Minha casa pegou fogo.

Nada mais oculta à lua deslumbrante [Koan japonês]

Se minha casa pegasse fogo, eu salvaria o fogo. (Leloup, 2002, p. 33).

O célebre trabalho de Heidegger (1954), “construir, habitar e pensar”, apresenta os fundamentos ontológicos²⁷ do habitar²⁸, assegurando que o construir é

²⁷ “A ontologia refere-se ao questionamento sobre o ser, que implica a reflexão sobre a existência. A partir de um questionamento fenomenológico da ontologia, podemos dizer que a questão é a essência do ser, que se refere à própria existência”. (MARANDOLA JR, 2008, p. 70).

²⁸ [...] Martin Heidegger “[...] trouxe no devir de seu pensar o sentido da existência fundado no habitar. O habitar é a própria expressão da espacialidade do ser, enquanto forma de ser-e-estar-no-mundo, poeticamente. Seu pensamento evoluiu em direção ao espaço e à linguagem, a partir de um repensar o

em si mesmo uma forma de habitar, pois não habitamos porque construímos – construímos porque habitamos e na medida em que habitamos (HEIDEGGER 2001; RICOEUR, 2003; MALPAS, 2015).

“Nem todas as construções são habitações” (HEIDEGGER 2001, p. 2) nos termos conceituais aqui empregados, mesmo uma casa, enquanto uma estrutura construída pode não ser uma habitação. Uma ferrovia ou uma estrada, *a priori*, não são habitações, porém, todas essas construções estão ao alcance de nosso habitar (HEIDEGGER 2001), num âmbito que ultrapassa essas construções sem limitar-se a uma habitação. Na autoestrada, o motorista de caminhão está em casa, embora ali não seja a sua residência; na tecelagem, a tecelã está em casa, mesmo não sendo ali a sua habitação (HEIDEGGER, 2001).

Habitar é estar em movimento, estar em harmonia com o deslocamento e o repouso – a experiência viva do corpo. O corpo como referência do que está próximo e do que está distante, do que se inclui ou se exclui, em outras palavras, uma topologia do ser: alto e baixo; frente e atrás; direita e esquerda (HEIDEGGER 2001; RICOEUR, 2003; MALPAS, 2015).

Assim “é sobre essa alternância de repouso e de movimento que se enxerta o ato de habitar, o qual tem suas próprias polaridades: residir e deslocar-se, abrigar--se sob um teto, frequentar o umbral e sair para o exterior” (RICOEUR, 2003, p. 158).

Portanto, habitar não se restringe a limites geométricos das estruturas arquitetônicas, extrapola os limites cartesianos. Em termos conceituais, habitamos o mundo. O horizonte que vislumbramos pela janela de nossas casas é a extensão delas mesmas. Não há limite físico para aquilo que não está acabado. A casa nunca está terminada, assim como nós mesmos nunca estamos – como habitantes, nunca cessamos o movimento, contudo sabemos onde nos resguardar (HEIDEGGER, 2001; INGOLD, 2012).

O resguardo é a essência do habitar, o resguardo é o aspecto fundamental. O tempo em que nos demoramos em um lugar, ali nos assentamos e tão logo esse lugar irá nos resguardar. O Ser consiste em habitar (HEIDEGGER, 2001; PÁDUA, 2005).

sentido da ciência, da filosofia e do pensamento. Na sua busca incessante de retirar o ser do esquecimento que a metafísica o lançou, Heidegger fez revelar o sentido geográfico da espacialidade e, no caminho, anteviu o próprio significado da existência na era do império da técnica e da incerteza: nosso mundo”. (MARANDOLA JR, 2009, p. 3).

Heidegger (2001) escreve que habitar é unir-se à unidade originária, ou seja, à quadratura²⁹: terra, céu, o divino e os mortais. A terra como morada e sustento; o céu por sua amplitude; o divino pela capacidade humana de nomeação dos seus deuses³⁰; os mortais somos nós, na inter-relação com os outros três elementos. “Em *habitando*, os mortais são na quadratura. O traço fundamental do habitar é, porém, resguardar. Os mortais habitam resguardando a quadratura em sua essência. De maneira correspondente, o resguardo inerente ao habitar tem quatro faces” (HEIDEGGER, 2001, p. 4).

Habitar é bem mais um demorar-se junto às coisas. Enquanto resguardo, o habitar preserva a quadratura naquilo junto a que os mortais se demoram: nas coisas. A demora junto às coisas é, no entanto, a mencionada simplicidade a quatro [...] no habitar, a quadratura se resguarda à medida que leva para as coisas o seu próprio vigor de essência. As coisas elas mesmas, porém, abrigam a quadratura apenas quando deixadas como coisas em seu vigor. Como isso acontece? Quando os mortais protegem e cuidam das coisas em seu crescimento. Quando edificam de maneira própria coisas que não crescem. Cultivar e edificar significa, em sentido estrito, construir. Habitar é construir desde que se preserve nas coisas a quadratura. (HEIDEGGER, 2001, p. 4, grifo nosso).

Se habitar é construir, “então em que medida construir é um habitar?” (HEIDEGGER, 2001, p. 5). Construir é o mesmo que edificar alguma coisa? Tomemos o exemplo a casa³¹.

²⁹ “Embora a quadratura não possa ser tomada, em si mesma, como um conceito topológico, ela remete inevitavelmente ao espaço e ao lugar, na medida em que é essencialmente proximidade, movimento, habitar, mundo, terra e céu. Essa qualidade espacial ou topológica se deixa vislumbrar, contudo, na palavra mesma, no nome quadratura [...] a concepção do mundo como quadratura terá consequências bastante evidentes nas considerações sobre o habitar humano e sua relação com o ambiente que o envolve, ambiente esse que se define não apenas a partir da reunião de regiões distintas – terra e o céu – mas antes como o *entre* a terra e o céu. Pois é precisamente esse *entre* que habita o homem”. (SARAMAGO, 2014, p. 11).

³⁰ “E essa aproximação com o sagrado acontece para Heidegger, no âmbito da vida concreta, do familiar, em meio aos afazeres diários e aos objetos mais simples. Interessa a Heidegger a presença dos deuses no âmbito do doméstico, no próprio lugar da habitação. É precisamente no seio do ordinário que o extraordinário se dá a conhecer, numa reunião, ou mais ainda, numa unidade e o mundo cotidiano”. (SARAMAGO, 2014, p. 11).

³¹ No original, Heidegger (1954) utiliza como exemplo a ponte. Dado o propósito do trabalho em tela, utilizamos o exemplo da casa – enquanto coisa construída, para mostrar o que Heidegger (1954) chama de reunião integradora dos elementos da quadratura. (HEIDEGGER, 1954).

A casa necessita da solidez da terra para se firmar. Funde os elementos construtivos ao solo, unindo-os. A casa é pensada para acolher os elementos externos, por essa razão, as janelas e as portas que, quando necessário, ficam abertas. Ou, ao contrário, fecham-se para nos proteger das intempéries do clima. Seja como for, a casa não se limita ao seu interior, ela se estende ao mundo. Ingold (2012) escreveu que a casa “é uma reunião de vidas, e habitá-la é se juntar à reunião” (INGOLD, 2012, p. 30).

Os elementos da quadratura estão presentes na essência da casa. A chuva que acumula na calha, o musgo que cresce nos vãos do acabamento. A casa volta-se para o horizonte e podemos, através de suas aberturas, contemplar o entardecer. Em diversas culturas, famílias mantêm altares para a prática religiosa e dão suporte para nossa realização como Ser-no-mundo. A casa, a seu modo, “reúne integrando a terra e o céu, os divinos e os mortais juntos” (HEIDEGGER, 2001, p. 5).

Seguindo o pensamento de Heidegger (1954), a casa seria uma *coisa* com atributos próprios e que em si mesma é um lugar. O lugar não está dado a priori na casa e a casa não se situa em um lugar, é da casa que se origina o lugar.

A casa seria a reunião integradora da quadratura, onde “reúne integrando no modo de propiciar à quadratura estância e circunstância. A partir dessa circunstância determinam-se os lugares e os caminhos pelos quais se arruma, se dá espaço a um espaço” (HEIDEGGER, 2001, p. 5).

Denominamos provisoriamente de construções as coisas que, como lugares, propiciam estâncias e circunstâncias. Têm esse nome porque se produzem através de uma construção edificante. Só podemos, no entanto, fazer a experiência de como deve ser essa produção, isto é, essa construção, quando tivermos pensado a essência de cada coisa que a construção, entendida como produzir, exige para a sua consecução. Essas coisas são lugares que propiciam à quadratura uma estância e circunstância, que por sua vez arrumam e dão a cada vez espaço. Não só a relação entre lugar e espaço como também o relacionamento entre o lugar e o homem que nele se demora residem na essência dessas coisas assumidas como lugares. (HEIDEGGER, 1954, p. 5).

A casa enquanto “coisa” construída pode ser pensada como fundamento edificado dos lugares. As “coisas” construídas - como a casa - dão suporte aos espaços que, por sua vez, configuram os lugares. Criamos raízes com esses alicerces: o piso, o teto, as colunas. Essa base onde se firma a raiz é o próprio habitar (HEIDEGGER, 1954; SARAMAGO, 2014).

2.4 A casa: ensaios sobre a geograficidade

A avidez humana pelo desconhecido, pelo desejo de desvendar o mundo precede a ciência geográfica. A geograficidade é “a inserção do elemento terrestre entre as dimensões fundamentais da existência humana” (BESSE, 2011, p. 120).

A geografia não é de início, um conhecimento; a realidade geográfica não é, então, um objeto; o espaço geográfico não é um espaço em branco a ser preenchido e a seguir colorido. A ciência geográfica pressupõe que o mundo seja conhecido geograficamente, que o homem se sinta e se saiba ligado a terra como ser chamado a se realizar em sua condição terrestre. (DARDEL, 2011, p. 1-2).

A realidade geográfica é o lugar onde nós nos encontramos, manifesto pelos lugares onde estivemos e pelo lugar em que hoje estamos. Essa realidade geográfica diz respeito aos lugares do trabalho, de nossos lares, ruas ou bairro. Essa realidade está intrincada em nosso cotidiano (DARDEL, 2011).

A casa é uma realidade constituinte desse cotidiano. É dito que “toda grande imagem simples revela um estado de alma. A Casa, mais ainda que a paisagem é ‘um estado de alma’. Mesmo reproduzida em seu aspecto exterior, ela fala de uma intimidade” (BACHELARD, 2008, P. 84). A casa evoca um estado de união entre a pessoa e o lugar. Relph (1976) compreendia a casa como sendo fundamento da nossa identidade. A casa seria a morada do Ser, não sendo apenas a casa em que vivemos, pois não podemos banalizar seu sentido ontológico, pois ela é centro de irrevogável importância. E o que pode parecer algo complexo, na verdade, apresenta-se, como sendo algo crível, do domínio do cotidiano e da experiência vivida (RELPH, 1978).

A “geograficidade é a característica daquilo que possui existência [...] Esta resiste a nós, convocando nossa presença e intencionalidade. Por isso, a consciência do lugar e a vontade são elementos centrais dessa realidade fora-de-mim” (MARANDOLA JR, 2005, p. 71).

Dessa forma, a casa, enquanto lugar é algo ligado a uma noção primitiva, originária: “o lar, o país natal, o ponto de ligação [...] o lugar onde eles dormem, a casa, a cabana, a tenda, a aldeia. Habitar uma terra, isto em primeiro lugar se confiar pelo sono àquilo que está [...] abaixo de nós: base onde se aconchega nossa subjetividade (DARDEL, 2011, p. 41).

Para Bachelard (2008), “a casa natal é uma casa habitada [...] ela está fisicamente inserida em nós [...] em suma, a casa natal gravou em nós a hierarquia das diversas funções do habitar” (BACHELHARD, 2008, p. 33-34). “A casa nos ajuda a dizer: serei um habitante do mundo, apesar do mundo [...] nessa comunhão dinâmica entre homem e a casa [...] entre a casa e o universo, estamos longe de qualquer referência a simples geometria” (BACHELHARD, 2008, p. 62). Não habitamos o cárcere das linhas e limites aparentes na fisionomia arquitetônica da casa, pois “a casa vivida não é uma caixa inerte. O espaço habitado transcende o espaço geométrico” (BACHELHARD, 2008, p. 62) e, neta senda, “existir é para nós partir de lá, do que é ‘fundamental’, para destacar no mundo circundante ‘objetos’ aos quais se reportarão nossos cuidados e nossos projetos” (DARDEL, 2011, p. 41).

Embora em nossas vidas diárias possamos ser indiferentes com os profundos laços psicológicos e existenciais que temos com lugares onde vivemos, isso não os torna menos importantes para nós. Lugar pode ser apenas uma aparência física, a paisagem de um lugar que é importante para nós, ou pode ser a consciência da persistência de lugar ao longo do tempo, ou o fato de que aqui é onde nós conhecemos e somos conhecidos, ou onde a experiência mais importante de nossas vidas tenha ocorrido. Mas, se estamos realmente enraizados em um lugar e ligados a ele, se esse lugar é autenticamente nossa casa, todas essas facetas do lugar, do nosso lar, de nossa casa, tornam-se profundamente significativas e inseparáveis. Tais lugares de origem são, de fato, fundamentos da existência das pessoas, proporcionando não só o contexto para toda a atividade humana, mas também a segurança e identidade para indivíduos e grupos (RELPH, 1976).

2.5 Habitando a paisagem: a casa e o mundo

Não se pode mensurar a paisagem, pois ela não é quantificável. Podemos dizer: “a paisagem dessa casa”, mas não a limitar a casa. Se vivenciamos a casa, bem como o mundo lá fora, a paisagem seria esse *plenum*, a reunião dos elementos internos e externos.

Em casa, imóveis, rodeados por objetos, o mundo, ou essa imensidão, pegando emprestada a metáfora de Bachelard (2008), está em nós, “está ligada a uma espécie de expansão do ser que a vida refreia, que a prudência detém [...] quando imóveis, estamos algures; sonhamos com um mundo imenso” (BACHELARD, 2008, p. 190). A imensidão

é o movimento, mesmo imóveis, ao vivenciar a paisagem do lar, nos transportamos para experiências anteriores que nos conectam ao mundo lá fora.

Essa afirmativa, embora paradoxal, corrobora o que Bachelard (2008) escreve: “muitas vezes é essa imensidão interior que dá verdadeiro significado a certas expressões referentes ao mundo que vemos” (BACHELARD, 2008, p. 191). A paisagem, nesses termos, é “muito mais que uma justaposição de detalhes pitorescos, a paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma lição interna, uma ‘impressão’, que une todos os elementos” (DARDEL, 2011, p. 30).

A heterogeneidade da paisagem: os objetos espalhados pela casa, os livros que ganhamos, os discos que colecionamos, as pessoas que recebemos. A paisagem é uma reunião desses elementos humanos e não humanos (DARDEL, 2011; INGOLD, 2002). “Por vivenciá-la, a paisagem torna-se uma parte de nós, assim como nós somos parte dela. Além disso, o que se passa pela sua componente humana vale para outros componentes também” (INGOLD, 2002): a casa, o quintal, o alpendre. A paisagem da casa também é composta pelo que enxergamos além das janelas e portas. A paisagem, segundo Ingold (2002), é cada componente que envolve na sua essência, a totalidade das suas relações com todos e cada um dos outros (INGOLD, 2002).

Para Dardel (2011) a “paisagem não é um círculo fechado, mas um desdobramento. Ela não é verdadeiramente geográfica a não ser pelo fundo, real ou imaginário, que o espaço abre além do olhar” (DARDEL, 2011, p. 31).

Para fins conceituais, definimos a paisagem como sendo “um escape para toda a terra, uma janela sobre as possibilidades ilimitadas: um horizonte. Não uma linha fixa, mas um movimento um impulso” (DARDEL, 2011, p. 31).



CAPÍTULO III: DIÁRIO DE CAMPO

3.1 Muito prazer, a Casa. Os tons, sons e cheiros do habitar: espaço, tempo e corpo

*Era uma casa, muito engraçada, não tinha teto [...]
não tinha chão [...] não tinha parede [...]
(adaptado de Vinicius de Moraes).*

A Casa³² que se encontra no Morro (Parte Alta ou Vila dos Aposentados, como também é chamada) conta com uma localização privilegiada: de frente e acima do pátio ferroviário e da torre do relógio. De lá, a visão que se tem da vila (Parte Baixa) é panorâmica. No solstício de verão, é possível, por vezes, observar os entardeceres únicos: quando a neblina avança pelo Vale do Rio Mogi e fica rente aos telhados das casas da Parte Baixa, compondo uma miscelânea de cores: ao cair da tarde, o céu com o azul noturno; um pouco mais horizontalmente vê-se o mesmo céu de um grená crepuscular, que sobrepuja o cume serrano. Ainda se pode ver o verde da Mata Atlântica que contrasta com os lilases das quaresmeiras. A noite cai rápida, pois o sol se põe por detrás da Serra que envolve a vila. Conforme a neblina avança, as luzes dos postes se acendem, anunciando definitivamente o anoitecer.

A Casa em questão localiza-se na Rua Rodrigo Quaresma, que se inicia em frente à Igreja do Bom Jesus de Paranapiacaba. É uma rua peculiar, inicia-se lá “em cima”, no largo da Igreja e “vem descendo”, fazendo uma curva nas costas da Casa e continua até sua frente, quando finalmente acaba. Literalmente, a rua abraça a Casa, já que, por esse lado da rua, essa é a última casa do quarteirão. O calçamento de paralelepípedo rege num tom audível as pessoas lá fora. Da janela do quarto da casa vê-se sempre o fluxo dos transeuntes. Quando a rua está molhada - que é quase sempre, vez ou outra, uma pessoa desatenta leve um escorregão.

A primeira vez que se vislumbra seu interior pode-se assustar, pois a casa “está desmontada”. No lugar do teto havia uma imensa lona fazendo às vezes de cobertura. Em alguns lugares do teto, estava descoberto. Via-se o céu de dentro da casa, isso me fez adaptar um pensamento de um poema de Paul Éluard (1941): “só quando as cumeeiras de nosso céu se juntarem, ainda nesta noite, essa casa terá um telhado”. Suas telhas francesas

³² Optei por utilizar a “Casa”, com letra maiúscula inspirado nos argumentos de Cavalcante (2011) (1985) Para o autor, tal posicionamento visa representar a propriedade humana que a Casa possui. Essa premissa metodológica corrobora o argumento de que há necessidade de superação de preceitos da ciência positiva e um desafio a racionalidade e à separação de “sujeitos” e “objetos” na pesquisa (CAVALCANTE, 2011)

estavam empilhadas no chão do quintal, esperando para ser recolocadas no seu lugar original (Foto 4).

Foto 4: Casa que faz frente para a janela do quarto. Rua Rodrigo Quaresma.



Fonte: Maria Frizarin (2016).

A parede, em parte, fazia-se ausente. Boa parte do madeiramento havia sido retirado, bem como o piso. Para circular de um lado para o outro é preciso o equilíbrio sobre algumas vigas, pequenas pontes improvisadas que impediam que andássemos no chão nu, uma vez que a falta de piso deixava à vista o chão de terra a uns 10 centímetros de altura do assoalho original. Por todos os lados havia inúmeras ferramentas espalhadas.

De maneira geral, todos os cômodos estavam abarrotados de materiais de construção. A única exceção era um pequeno cômodo que, daquele momento em diante, seria o meu “dormitório”. Um cômodo que possui entrada independente e janelas com vista para a rua. Vale ressaltar que essa porção da casa em particular contava com telhado e paredes – apesar de possuir algumas frestas na parede e vãos largos entre a porta e o chão. Pedro, o guardião da casa, usava esse espaço para dormir, às vezes. Mesmo

auxiliado por uma lâmpada improvisada, o ambiente era escuro. Piso de tacos de madeira, com alguns buracos fundos.

Levou algum tempo para que eu me acostumassem com o barulho dos meus passos. Foi uma experiência interessante essa, de passar semanas tomando conhecimento de cada passo que dava. O ranger do assoalho de madeira sempre acusa a chegada e saída de alguém da casa, sem contar que, a cada choque dos pés com o chão, subia uma considerável quantidade de serragem de madeira (**Foto 5**).

Foto 5: Vista para a Igreja de Bom Jesus de Paranapiacaba. Rua Rodrigo Quaresma.



Fonte: Maria Frizarin (2016).

A mobília era coberta por panos e plásticos para não acumularem pó, com exceção de duas poltronas, antiquíssimas, que fizeram vez de cama. Durante as noites, a escuridão só possibilitava identificar os objetos com auxílio do tato. A pouca luz que penetrava era a que provinha dos postes da rua. Acostumar-me com a Casa durante a noite levou tempo (**Foto 6**).

Foto 6: Interior da Casa vista da cozinha em direção a sala.



Fonte: o autor (2016).

Por volta das quatro horas da madrugada, dessa primeira noite, um frio intenso adentrou a Casa. Agasalhos e cobertores não venciam o ar gelado que circulava no seu interior. A neblina esfumaça o ambiente, tornando-o, também, úmido. Acordado, comecei a ouvir os primeiros vagões da MRS movimentando-se ruidosamente no pátio ferroviário. O ranger do aço em decorrência do atrito entre os trilhos e das rodas dos vagões era estridente demais. Seu retinir parecia ecoar por grandes distâncias. Pelas junções dessas duas condições, frio e barulho, adormecer tornava-se um desafio. Uma longa espera pelo amanhecer.

E, assim, foram inúmeras madrugadas perdidas que serviam para tomar notas no diário de campo. Com a pouca luz de uma lanterna de chão foi possível ler, escrever e esperar pelo amanhecer, contudo “a neblina [sempre] era tanta que a muito custo

[alvorecia]”³³. - Algo tão comum à vila nessa época do ano [verão], manhãs de uma neblina que se demora a dissipar, tardando o amanhecer. Os raios solares somente vencem a densa neblina por volta das oito horas da manhã.

As impressões noturnas de um desalento quase inocente, devido à penumbra, esvanecem e tomava lugar um sentimento de acolhimento. Uma dialética do dia e da noite que impacta a percepção e os sentimentos.

Não que a noite em si me atormentasse, mas a fisionomia da Casa transformava--se. Sua incompletude, seus espaços vazios, o barulho do vento mexendo a lona do teto e o ranger das madeiras causadas pela variação térmica criavam um cenário desconfortável. A noite amplificava os sentimentos menos requeridos por nós: ansiedade, solidão e insegurança – “por que realmente estou aqui? ”. Tratava-se de uma espécie de medo psicológico por, talvez, ter feito a escolha errada. Precisava realmente passar por aquilo? A paisagem noturna daquela Casa inacabada trazia à tona uma espécie de medo conhecido por aqueles que realizam pesquisas de cunho imersivo – há questionamento e auto avaliação sobre o real propósito da observação participante.

“[...] paisagens do medo são reais e/ou psicológicas [...]” (TUAN, 2005, p.232). Devo dizer que a paisagem noturna daquela Casa sempre me causou um sentimento tofóbico (TUAN, 2013). Acredito que pelo seu estado de “quase” ruína, como se fosse um espectro arquitetônico, ou um ser moribundo, que nos causa melancolia por presenciar seu estado, seja pela ação do tempo ou pelas mãos das pessoas que “[...] há muito causam danos aos lugares, às paisagens, aos espaços vividos e às porções significativas da natureza [...]” (TUAN, 1983, p.144). A Casa, durante a noite, reforçava seu estado de decrepitude.

O próprio conceito de tofobia tem sua gênese ligada a sentido de topocídio que, em outras palavras, fala daquilo que está aniquilado, da ruína e da morte dos lugares (TUAN, 1983). Mas, enquanto um espaço for vivido, ele será um lugar e um habitar. Nesse sentido, estar lá, principalmente para o Pedro, é um ato de resistência pela “vida da casa” (**Foto 7**).

³³ DOSTOIÉVSKI, F. O idiota. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: editora 34. 2002. Uma feliz coincidência estar lendo esse livro e me deparar, já em suas primeiras páginas, com esse trecho. Anotei-o em meu diário uns dias atrás por achar a passagem muito pertinente.

Foto 7: Interior da casa do Pedro.



Fonte: o autor (2015)

Inversamente às impressões noturnas, o dia revigorava-me. Com a claridade, era de costume caminhar pelo quintal e observar a grande quantidade de musgo incrustado nas madeiras – nas paredes e telhados, mas também o que estava encrustado nas duas árvores do terreno – uma de limão cravo e outra de romã. A incidência solar no musgo ainda encharcado com orvalho faz com que a casa cintile um verde esmeraldino. Com atenção, podia ver a água esvaindo-se em forma de vapor e sentir o cheiro de madeira molhada mesclada com o odor leve de algumas orquídeas crescidas nas paredes. Era outra casa. Nessa dialética de claro e escuro e dia e noite, medo e reconforto, a sensação era a mesma: estranhamento.

Aquele ambiente, até então estranho, tirou-me da zona de conforto – à qual, constantemente, ansiava por voltar. Seria desonesto dizer que não preferiria minha casa à

outra, minha cidade à outra. Revendo agora minhas anotações, vejo que há sempre a menção ao estranhamento que sentia em estar em outro lugar³⁴.

Mas, paradoxalmente, tinha noção de que aquela era uma experiência de um constante aprender – não com os livros, mas com meus próprios sentidos. Eu já conhecia a vila, nesse sentido, ela não me era estranha, mas nunca a havia ‘habitado’. Sobre essa nova experiência, sim, não havia nada igual. Merleau-Ponty (2006) escreve que a melhor forma de compreender a redução fenomenológica é nos desprendermos, surpreendermos, admirarmo-nos com o mundo. O desconforto é um efeito colateral. Um princípio singular, é verdade, mas difícil de realizar. Esse paradoxo de transformar, às vezes, o que nos é próximo em algo distante, ou de “romper a familiaridade com ele” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 10), é desafiador (DAMATA, 1978). Contudo, ao deparar-me com um turbilhão de novos sentimentos, consegui compreender o princípio, ao menos, do que escrevera Merleau-Ponty (2006).

Aos poucos, dia a dia, fui me acostumando aos sons – paisagens sonoras. Com o tempo, já não acordava assustado com o barulho dos vagões que iam e vinham subindo e descendo a Serra do Mar. Além do mais, os dias, ao contrário das noites, sempre me animavam. Depois de um tempo, deixei de ouvir, hora a hora o relógio tocar, com exceção de um momento do dia, quando chega a “hora de Maria” – quando ressoam as badaladas do relógio, às 18 horas. Na Igreja do Bom Jesus de Paranapiacaba, entoam a “Ave Maria” de Franz Schubert, como é costume em igrejas católicas. Costumam dizer que essa tradição objetiva marca o fim de um dia de trabalho.

* * *

Já havia algumas semanas que eu auxiliava Pedro nas reformas da casa. Trabalho extenuante e que refletia diretamente na minha disciplina com a observação. Por alguns dias, deixei de lado meu diário de campo. Para ter uma ideia, em um desses dias eu ficara tão absorto na faina que não vi a luz do dia. Um dia todo imerso com a resolução de consertar a calha d’água que, quando dei por mim, o sol já estava atrás da serra. Cansaço físico, câimbra e dores nas costas eram constantes, já que minha função, muitas vezes, era segurar a calha para que ele a arrumasse, fazendo-me ficar em uma mesma posição por alguns minutos. Porém, algumas vezes, minha função resumia-se em simplesmente

³⁴ Afinal, como aconselha Tuan (2013), experienciar é vencer as incertezas e os desconfortos. “É necessário aventurar-se no desconhecido e experimentar o ilusório e o incerto. Para se tornar um experto, cumpre arriscar-se e enfrentar os perigos novos” (TUAN, 2013, p. 18).

fazer companhia ao Pedro, distraí-lo com conversas. Nessas circunstâncias, aproveitava para fazer-lhe muitas perguntas sobre a vila e as pessoas e, eventualmente, passar-lhe alguma ferramenta (**Foto 8**).

Foto 8: Vista para a Parte Baixa do alpendre da Casa.



Fonte: o autor (2016).

Em parte, e para minha sorte, ele precisava que alguém ocupasse a casa para dar impressão de que ali havia residentes e, assim, evitasse saques. Também precisava, eventualmente, de alguém que o ajudasse com aqueles reparos. Devo dizer que compreendi, de imediato, os termos tácitos de nosso “contrato”, inclusive as “entrelinhas”. Esforcei-me muito para não me fazer de desentendido, uma vez que ansiava por perambular pelas ruas e conversar com toda sorte de gente. Anotar tudo que fosse possível e realizar factualmente uma pesquisa como observador participante em tempo integral. A simples ideia de passar tardes realizando consertos, principalmente tendo plena faculdade da minha total inaptidão com essa natureza de trabalho, me desanimava. Mas, todavia, era justo e assim eu o fiz nos dias que se seguiram a partir do nosso primeiro encontro.

* * *

Os dias iam e vinham. Nos períodos da manhã, eu sempre descia à Parte Baixa para “observar” e “interagir” – sem muito sucesso, devo confessar. Os primeiros meses foram difíceis nesse aspecto. No período da tarde, como combinado, passava-os com Pedro, na Casa.

Algumas vezes, Pedro percebia minha inquietação, dizia-me coisas do tipo “acho que consigo arrumar o restante sozinho. Você não quer ir ‘fazer a pesquisa’ ” ou “agora dou conta, pode ir”. Essa atitude, na verdade, só fizera com que eu tivesse mais motivos para ficar e ajudar. Primeiro, porque mostrava uma total empatia para comigo. Segundo, em determinado momento, eu percebi que Pedro me ensinara mais coisas sobre a vila do que qualquer outra pessoa. Ele apresentou-me a um número considerável de moradores que, se não me conheciam muito bem, ao menos sabiam que eu andava para cima e para baixo com ele; e isso, por si só, era uma grande contribuição. Por fim, ficar parado, assim como andar, também é uma atitude que promove o pensamento (TUAN, 2013).

Na verdade, dentro da casa, eu perambulava circularmente, entre um buraco da parede, por debaixo de andaimes, no quintal e por entre as portas. Afinal, diante do desconhecido, a melhor forma de familiarizar-se é a atitude perambulante. Para Tuan (2013), percursos circulares tornam-se familiares pela repetição – um primeiro passeio no interior da Casa e o cenário me absorveram por completo, tomando minha atenção. Mas, com o passar do tempo, andar pelos cômodos da casa já não exigia muito dos meus olhos e sim do meu tato; depois do sentir e, bem depois, caminhar pela casa já me permitia uma atitude de pensamento (TUAN, 2012).

As conversas com Pedro naquele ambiente lapidaram minha noção de lugar. Com o tempo, já não considerava as atividades da casa como fardo da minha pesquisa, mas como minha própria experiência de lugar, portanto, minha experiência vivida do patrimônio arquitetônico. Para Tuan (2013), por vezes, “estar no lugar pode ser sensorialmente ingrato”, mas a falta de distrações externas é adequada para o pensamento e a reflexão. A experiência na Casa do Morro deu origem, mesmo que eu não soubesse naquela época, a questões norteadoras da minha pesquisa: O que é habitar o patrimônio? E como o fenômeno da paisagem se manifesta nessas circunstâncias?

* * *

Nas pausas que dávamos, descíamos à parte baixa, no largo dos padeiros, para tomar café – ritual repetido, várias vezes ao dia, todas as vezes que estávamos juntos trabalhando. Quando isso ocorria, encontrávamos outros moradores, os quais Pedro energicamente cumprimentava. Pedro é o tipo de pessoa que se faz notar. Tem uma energia sem igual, no que diz respeito a conversar. Quando esses encontros ocorriam, geralmente, ele cumpria um ritual: “Esse – apontava para mim. É o Thiago. Ele está fazendo uma pesquisa aqui na vila”. E assim me apresentava. Nessa época, eu não tinha muito claro o que realmente estava fazendo ali. Por essa razão, evitava prolongar-me nas explicações acerca do tema – resumia-a ao temário do patrimônio cultural, da memória e identidade – temas muito familiares aos moradores, já que, com certeza, eu não era o primeiro dessa “espécie” (pesquisador) naquelas cercanias. Completava, dizendo o nome da instituição e minha área de atuação – a Geografia – e voltava minha cabeça para Pedro, como quem solicita que haja uma retomada da conversa.

Com uma atitude de escuta, fazia-me de sombra de Pedro. A sua personalidade forte me ajudava muito nisso, pois, tão logo tomava a palavra, o ouvinte de pronto prestava atenção. Os temas das conversas eram os mesmos. Pedro, com razão, carregava em sua mente o mesmo assunto: a reforma da casa. Por esse motivo sempre pedia conselhos aos que podiam ajudá-lo: carpinteiros (principalmente); pedreiros; eletricitas e encanadores. O Largo dos Padeiros parecia ser um ponto de convergência dos mestres desses ofícios – como se provou mais tarde. Confesso que aprendi muito – mesmo que muito eu já tenha esquecido completamente sobre esses assuntos.

Lembro-me de uma ocasião em especial na qual o tema da conversa era a preservação das madeiras e a prevenção contra cupins. Em uma nota em meu diário, observei a beleza descontraída daquela conversa. A forma como trataram do assunto fez-me remeter à literatura à qual me dedicava na ocasião – a poética do espaço de Bachelard, mas também alguns trabalhos de Relph (2012) e Tuan (2013) sobre acuidade e percepção ambiental.

Um dos presentes recomendou a Pedro que utilizasse uma espécie de óleo de máquina específico para vagões de trens, algo aprendido/transmitido pelos antigos ferroviários e que perdurava, pelo visto, no trato com a matéria-prima de seus lares ainda nos dias de hoje - o pinho-de-riga - bem como outras madeiras nobres presentes nas estruturas das casas. O óleo, de espessura densa e de cor preta, deveria ser aplicado sobre a madeira de forma a torná-la impenetrável para os cupins.

Um outro senhor, que aparentava ter em torno de uns 70 anos, tomou a palavra e disse-nos, num tom de propriedade, que talvez não fosse uma boa ideia usar o óleo em questão, pois ele tinha um odor forte e penetrante, que demorava a deixar a madeira. Disse-nos, ainda, que o cheiro de uma casa construída com essas madeiras antigas, o pinho-de-riça, também fazia parte do patrimônio e que era um cheiro único. Disse que era umas das coisas de que mais sentia falta da vila: “cheiro de casa de madeira boa, velha, ajustada à nossa vida difícil naquela época” (acredito que se referia à vida na vila ferroviária, à dificuldade laboriosa desse ofício). Segundo Pedro, aquele homem era um antigo ferroviário da vila, que vez ou outra retornava para visitá-la, pois havia uns dez anos que se mudara para a cidade de Ribeirão Pires. Depois desse dia, nunca mais o encontrei.

Com o tempo, porém, familiarizei-me com outros rostos – esses a quem considero conhecedores dos ofícios ligados à madeira (e eles com o meu). Encontrava--os, a princípio, sempre nos arredores do Largo dos Padeiros, tomando café em algumas das barraquinhas do lugar.

Quando tomei conhecimento de seus nomes e endereço, arriscava abordagens, com acanhados “bom dia” e chamava-os já pelo nome. Esforcei-me muito para guardar o nome de cada um deles, e isso me ajudou, de certa forma, a mostrar que eu não desdenhava de nossos pontuais encontros e sempre prestara muito atenção nas conversas.

Descobri que, além do conhecimento empírico e prático da vivência com o patrimônio de madeira, havia também, complementarmente, algumas incipientes obras do PAC (em 2015 ainda eram bem incipientes as obras de restauro). Contudo, muitos ainda não estavam empregados – e isso era sempre um outro assunto, a insegurança de não conseguirem se engajar nesse grandioso projeto de restauro. Muitos desses homens – incluindo Pedro –, são ex-alunos do antigo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), fizeram diversos cursos profissionalizantes de restauro e marcenaria, mas queixavam-se recorrentemente de não serem “aproveitados” na Vila. Dessas conversas e desabaços, pude constatar o quão difícil é conciliar o discurso de sustentabilidade (turismo e desenvolvimento) com a prática efetiva (engajamento dos sujeitos com o patrimônio de forma orgânica).

* * *

Essa rotina que se estabelecia, entre as fainas na Casa, as pausas no Largo dos Padeiros e as muitas conversas com o Pedro deram-me muito em que pensar. Afinal, tantos temas surgiam, a cada dia mais. Tantos aprendizados. Geralmente, eu aproveitava as atividades diárias da casa para processar todas essas informações. Aprender na prática. Como o exemplo do óleo de locomotiva que aplicamos nas madeiras da Casa. De fato, o cheiro era insuportavelmente forte. Estonteante, para dizer a verdade. Depois que aplicamos em boa parte das madeiras, ambos, Pedro e eu, tivemos fortes dores de cabeça e chegamos à conclusão de que, realmente, o antigo morador que nos aconselhara a não usá-lo estava certo: o cheiro do óleo, apesar de efetivo para seu fim – proteger a madeira de cupins – também se sobrepôs ao odor natural da casa. Por vários dias, não pude mais sentir o perfume das orquídeas que ficam próximas à janela do quarto e nas paredes externas. Ao mesmo tempo, não pude deixar de apreciar o fato de que a técnica do aplique era uma antiga “manha” dos ferroviários de outrora, que chegara a Pedro pela oralidade.

* * *

Havia um tema em específico que eu relutava em conversar com Pedro: os objetos que compunham o mobiliário doméstico da Casa. Eram em sua maioria bens arqueológicos. A relutância provinha de um cuidado para não assumir um papel “fiscalizador”, haja vista que Pedro sabia de minha ocupação profissional na área de Arqueologia. O silêncio sobre o tema foi quebrado quando ele me flagrou separando tijolos da SPR por tipologias. Registrava as marcas, os tipos de inscrições e tamanhos – confesso que mais por hobby do por qualquer outra coisa. Pareceu-me incomodado, sentou-se perto, abaixo do limoeiro, enquanto eu estava de cócoras por sobre os tijolos. Por fim perguntou-me “é patrimônio, não é?”. Respondi-lhe que sim e iniciei uma longa explicação da razão de minha ocupação com os tijolos e a conversa acabou se tornando agradável. Ele explicou-me que herdara boa parte dos objetos com a Casa, outros, coletara pelas ruas da vila. Alguns, contudo eram fruto de trocas. Disse-me que fazia isto para guardar, afinal eram da Vila, bem como suas casas, também patrimônio cultural. Este foi meu primeiro contato com os acervos domésticos.

* * *

Aqueles objetos espalhados pela casa carregam em si a História. Os objetos do interior das casas canalizam, em si, a história cotidiana de moradores e moradoras, predecessores daquele momento presente e vívido. O tempo era sentido, ouvido e tocado. Merleau-Ponty escreve sobre a “reversibilidade”: conceito que complementa a capacidade sensível por interdependência diferencial, ou seja, faz crer que não podemos dar conta da realidade utilizando cada um de nossos sentidos de maneira isolada. Cada faculdade do sentir é complementar à outra. No dia a dia, no trabalho com a Casa, quando alinhava as madeiras para serem pregadas, sentia, nas mãos, suas rugosidades e estrias, uma umidade que vinha dos musgos incrustados, mas também o cheiro de mofo, sentia, através dessa comunhão de sentidos, o tempo materializado.

Sinestesia, nesse sentido, seria essa inseparabilidade de experiências corpóreas que trocam de lugar, pois se tornam reversíveis e reconvertíveis. Trata-se de uma aderência a uma nova linguagem, entendida pelo plano relacional das coisas. Tanto a Casa quanto os objetos nela contidos formam uma linguagem que diz muito dos valores de identidade e pertencimento (MERLEAU-PONTY, 2006). Dá-nos, enquanto sujeitos que vivenciam essa dada experiência corpórea, a “possibilidade de reportar e de revirar segundo a qual o pequeno mundo privado de cada um não se justapõe àquele de todos os outros, mas é por ele envolvido, colhido dele, constituindo. Todos juntos” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 138).

No tempo em que habitei a Casa, presenciei a fluência material dos objetos – trocas e doações de materiais de descarte, provenientes do Sítio Histórico de Paranapiacaba. Madeiras, tijolos, telhas, ferro, porcelanas, faianças e vidro. Alguns com a marca do tempo e de outros usos, sendo reciclados. As maneiras e formas de uso, como construir, foram passadas como dicas e conselhos. Nessa comunhão de relações em torno da Casa – um esforço coletivo para que não venha a ruir – a paisagem da Casa unifica em primeira instância a afetividade. Não se fecha, pois não se limita à Geometria; ela se desdobra e escapa pelas fendas da Casa, pelas frestas entre as madeiras, pelas janelas e portas, pelos rombos no teto. Movimenta-se, impulsiona-se para além de seu âmbito circumspecto (DARDEL, 2011).

Essa reversibilidade da apreensão sensorial – sinestésica reversibilidade – indica uma circularidade de atos e de ações que afetam nosso corpo e ao outro, reciprocamente. O relato sucinto de minha vivência como habitante do patrimônio arquitetônico (podemos dizer do pesquisador enquanto sujeito) intenciona articulações entre corpos; entre experiências, em outras palavras, uma espacialidade – ou como a literatura

fenomenológica trata: corporeidade dos corpos. “Assim há uma reversibilidade daquele que vê e daquilo ou daquele que é visto. A intersecção de suas metamorfoses consiste numa percepção” (MERLEAU-PONTY, 2005, p. 148).

Se pensarmos a dimensão cotidiana do habitar a Casa, a fluidez da paisagem é percebida na movimentação dos corpos da Casa para vila, da vila para a casa – uma habitualidade que exprime nossa relação geográfica com o mundo, como consertar calhas e lixar madeira a partir de tarefas cotidianas (DARDEL, 2011). A paisagem, como escreve Dardel (2011), é a Geografia que está no entorno do ser humano. Tomamos a Casa como nosso referencial do mundo – um ente dentro da dimensão ampla do ambiente terrestre (DARDEL, 2011).

3.2 Biografia do sujeito e “biografia da Casa”: a tramas que se entrecruzam

Essa é a coisa que tudo devora Feras, aves, plantas, flora. Aço e ferro são sua comida, E a dura pedra por ele moída; aos reis abate, a cidade arruína, e a alta montanha faz pequenina.

(TOLKIEN, 2012, p. 77)

A resposta para essa adivinha de Tolkien é o ‘Tempo’. O tempo que fez com que a Casa beirasse à ruína, inúmeros problemas estruturais assolavam os alicerces – a madeira, em algumas partes putrificava-se dada à ação da umidade e dos fungos. Os pregos corroídos pela ferrugem e as telhas, muitas delas ao chão, em cacos. A presença de ninhos de pássaros nos vãos das paredes, vida encrustada por todos os lados da casa: orquídeas enormes, musgo saliente, trepadeiras que “revestiam” algumas colunas e que floriam o interior da Casa. Todos esses elementos acusavam a ação do ‘tempo. Tempo esse que se materializa na paisagem decrepita da Casa moribunda. Porém afetava ainda mais seu proprietário: “todo dia é uma luta. Se eu parar de mexer a Casa cai de vez ou vem alguém dizer que [a casa] é ruína e me tiram daqui”, disse-me Pedro, certa vez. Esses

problemas minavam os ânimos de Pedro e de I,³⁵ pois, caso viesse a ruir, nada poderia se erguer em seu lugar³⁶, ou seja, perder-se-ia a casa definitivamente.

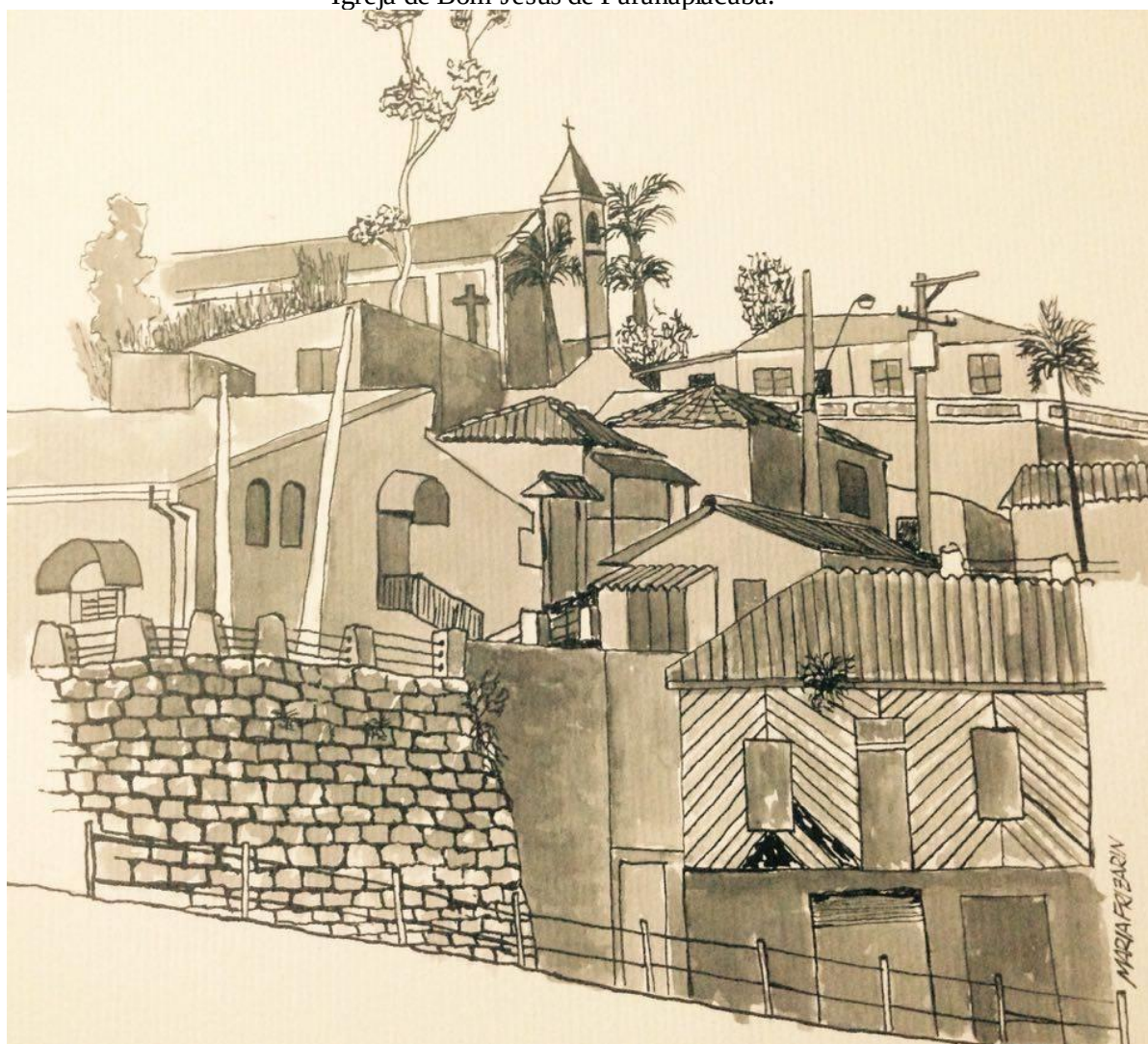
Quando Pedro me apresentou à Casa pude notar em seus olhos um misto de orgulho e preocupação. A casa, da qual ele era guardião, sem dúvida tem um charme encantador, daquele tipo de fisionomia que só o tempo pode dar as coisas, um corpo velho e o interior cheio de histórias. A luta de Pedro era contra o tempo: “ela [a Casa] ainda tem muito a contar, não deixarei que vire uma ruína”, disse-me ele, certa vez (**Figura 9**).

Essa frase remeteu-me a uma passagem de Starobinski (1994) na qual discorre sobre a poética da ruína. Segundo o autor, para que a ruína se torne bela diante nossos olhos é preciso que a destruição seja antiga e que as circunstâncias que levaram ao estado de ruína não sejam precisas em nossas memórias. Geralmente, atribuímos seu destino aos agentes anônimos que, segundo Starobinski (1994), podem ser o tempo e a história, pois, não há como nos tranquilizarmos diante das ruínas recentes, muito menos quando são os restos materiais de nosso habitar (STAROBINSKI, 1994).

³⁵ Pedro adquirira a casa em comunhão com sua companheira, que chamarei aqui de I, contudo, com o tempo, a casa ficará definitivamente com I, já que Pedro, posteriormente a minha estadia, havia vendido sua parte a ela. Durante tempo de permanência na Casa não cheguei a conhecer I pessoalmente, pois mantinha residência perto de seu trabalho, em São Paulo. Raramente aparecia na vila. Geralmente era Pedro que se deslocava ao seu encontro. O Encontro, entre I e eu, ocorreu um ano após o término do campo. Por essa razão, o relato que se segue é um recorte de tempo em que Pedro ainda era o proprietário, juntamente com I. ...

³⁶ Quando uma casa deixa de ser uma casa e transforma-se em ruína? É uma discussão complexa que tanto a arquitetura quanto a arqueologia vêm discutindo. Primeiramente, diferem a ruína e a ruína arqueológica pelo distanciamento temporal. Enquanto a ruína arqueológica nos provoca o “culto do valor de antiguidade que se manifesta pelo aspecto de velhice e da sensação de decomposição do passado”. Ao contrário, as ruínas recentes guardam potencialmente a imagem vivenciada pela nossa geração de sua integridade [...] O Arruinamento recente de um monumento sempre é traumático. A carga simbólica atribuída ao edifício como ‘forma e função’, participe da identidade individual e coletiva, induz à negação de aceitá-lo como ‘monument mort’ (MORI, 2006, p. 129).

Figura 9: Desenho do Morro visto da passarela. Destaque para a Igreja de Bom Jesus de Paranapiacaba.



Fonte: Maria Frizarin (2016).

Compreender-se-á a obstinação de Pedro para manter aquelas paredes de pé: vê-lo trabalhar diariamente, protegendo a casa dos olhares das autoridades e dos vizinhos que rondam por ali, ora bisbilhotando os afazeres barulhentos de Pedro, fez com que imaginasse ele próprio dizendo os versos de Thoreau: “eis a casa que [reconstruo]; eis quem mora na casa que reconstruo [...] eis o pessoal que amola o homem, que mora na casa que [reconstruo]” (THOREAU, 2015, P. 151).

Pedro apontava todas as imperfeições da Casa, com uma atitude inquietante, mostrando-se bastante preocupado. Por vezes, quase que inaudível, murmurava a sequência dos seus afazeres: “tenho que arrumar essa calha logo”; “preciso reforçar isso”;

“aquela parte está descoberta, logo choverá”, entre outros dizeres, tateava a memória³⁷ em busca de novas tarefas. Depois de um longo período de convivência percebi que se tratava de um cacoete.

Quando irrompia esse mantra, era para realizar “curadorias” das coisas: mobiliário em geral, mas também artefatos memoráveis, que guardavam a história dos moradores predecessores. À medida que Pedro me apresentava a Casa – esse processo perdurou por toda minha estadia – também me mostrava, mesmo inconscientemente, sua história, sua origem, seus sonhos. A história de ambos, Pedro e Casa, convergiam para aquele momento presente de Observação e escuta.

Na primeira visita fiquei horas circulando no interior da Casa na companhia de Pedro. Não que a casa fosse muito grande, pelo contrário, apesar de ser uma das maiores do Morro conta com cinco cômodos, fora o anexo externo, banheiro, uma área de serviço e quintal.

A Casa térrea é um híbrido de alvenaria e madeiramento. A maior parte consiste em madeira, com exceção da porção voltada à Rua Rodrigo Quaresma, que tem paredes de alvenaria. Os alicerces da casa feita com blocos, revestido, no pé direito, por azulejos de um vermelho-alaranjado. Essa casa se enquadra dentro do conjunto de casa térreas da Rua Rodrigo Quaresma. O morro pode ser dividido em mais três partes com características particulares. Há um conjunto de sobrados na Rua William Speers; o largo da igreja e conjuntos de casas (CRUZ, 2007).

Próximo à entrada principal havia um andaime por baixo do qual tínhamos que passar para acessar a casa pela sala e nessa andança, diariamente, batia a cabeça nele.

Apesar da situação delicada que presenciava, eu estava maravilhado pela Casa, sim. Mas, principalmente, com a afetividade de Pedro para com o imóvel e pelo orgulho de ter adquirido aqueles objetos juntamente com a casa.

³⁷ Encontrei essa expressão em Dostoiévski: “o idiota”

Foto 9: Vista da casa da lateral esquerda, tomando como referência o portão de entrada. Andaime para realização dos trabalhos e as telhas francesas empilhadas ao lado. No horizonte, a vista para a parte baixa.



Fonte: o autor.

Havia toda sorte de coisas: móveis e cadeira da antiga escola da vila; peças de composições ferroviárias; objetos utilitários artesanais pertencentes a um cotidiano passado. Todos tiveram a devida contextualização por parte do Pedro.

Pude notar que, por de trás da frustração por conta do estado da casa, Pedro nutria um peculiar orgulho por ser proprietário de uma casa histórica. Poucas pessoas teriam a sensibilidade de ver um valor inestimável de uma casa, que mesmo à beira da ruína, transpirava história. Esse sentimento que Pedro nutria, contagiou-me (**Foto 10**).

A cada vez que Pedro recordava de algum objeto de potencial histórico, ele descambava a procurar por entre entulhos – enquanto dizia “você vai ver, é um objeto muito antigo, histórico”. Quando em posse do referido objeto, contava-me toda sua história – a que pertencera, sua forma e função, histórias emaranhadas a vidas e pessoas. No início, não dei a devida atenção aos objetos e para a história que os envolvia. Quase me passaram despercebidos. Não fosse a insistência de Pedro em chamar-me atenção a essas pequenas “coisas”, talvez continuassem esquecidas nos cantos da Casa.

Foto 10: Pedro mostrando os pequenos detalhes construtivos que atestam o “tempo” da casa.
Um protetor de tomada da SPR, na parede do anexo da casa.



Fonte: o autor

* * *

Quando o conheci Pedro já habitava a vila há aproximadamente 12 anos, exercendo a atividade de monitor ambiental, respondendo, também, pela marcenaria e carpintaria. Escolhera a vila de Paranapiacaba por assemelhar-se a seu “lugar de infância”, também serrano.

Dizia ele: — “Paranapiacaba me remete ao meu lugar de infância. Queria criar meus filhos em um lugar como esse”. Pedro é divorciado e não mora com os filhos, mas estes o visitam periodicamente. Nasceu na divisão de Taboão da Serra, SP, mas foi registrado em Campo Limpo, região de Santo Amaro, SP. Tempos depois, em sua adolescência mudou-se para Mauá – cidade do Grande ABC, SP, por motivos familiares. Quando atingiu a maioridade, começou a trabalhar de forma itinerante e, assim, morou em Peruíbe, SP; na capital teve experiências em alguns Bairros, tais como Pinheiros; Fradique Coutinho e Vila Madalena. Sobre essa época ele diz:

Virei Hippie. Comecei a fazer uns trabalhos artesanais e vender em feiras, viajando por aí, morando em alguns lugares, mas sempre ficando

pouco. No período em que morei na Vila Madalena entrei para um grupo de performance, teatro de Rua onde conheci vários lugares. Conheci a mãe dos meus dois primeiros filhos, voltei a Campo Limpo. Logo nos separamos. Passado um tempo conheci a mãe do meu filho mais novo. Fui morar no Rio de Janeiro, em Volta Redonda. A vida deu umas voltas, não deu muito certo. Voltei para São Paulo, em Artur Alvin e de lá vim direto para Paranapiacaba. Muita coisa, né? Mas perceba, sempre gostei de serra [risos].

Pedro conseguiu, via licitação, uma casa na Rua Nova, parte Baixa da Vila. Dessa forma, tornou-se permissionário por um período de cinco anos com possibilidades de renovação. Dificilmente um morador não consegue renovar o contrato de permissionário. Há casos em que, o morador, tendo acumulado um número considerável de infrações, perde o direito de moradia sendo-lhe solicitada a entrega da casa. A infração mais comum é a falta do pagamento mensal previsto em contrato. Há ainda outras infrações consideradas graves e que podem também acarretar a quebra de contrato, tal como a depredação do Patrimônio. No caso de Pedro, nunca houve problemas maiores entre ele e a Secretaria de Paranapiacaba, estando ele em sua terceira renovação de contrato.

A vontade de adquirir um imóvel próprio na vila de Paranapiacaba, segundo ele, foi casual. Não pensara sobre isso antes de surgir a oportunidade. Contudo, quando chegou ao seu conhecimento a venda dessa Casa, surgiu-lhe a ideia de ter um pouco mais de estabilidade. Segundo ele: “Aqui [parte baixa, como permissionário] pode-se viver a vida inteira. Mas nunca se sabe, essas trocas de partido na Prefeitura, vem um aí de repente e pede para todo mundo sair. Eu vim para cá [Vila] para ficar. Quero ficar velho aqui.”. A compra de um imóvel na parte alta permitiria maior “estabilidade” para planejar abrir uma pousada, por exemplo, e Pedro nunca escondeu essa vontade.

Inicialmente, conta Pedro: –“Quando eu estava negociando a casa com os herdeiros do antigo proprietário, ela aparentava boas condições ou pelo menos não aparentava ter tantos problemas”. Segundo Pedro, houve má fé por parte dos ligados que estavam na frente das negociações: “Estava tudo bem disfarçado [sic]. Para ter-se uma noção, os móveis mais pesados estavam em cima dos buracos no chão. Havia reformas recentes, mas tudo para aparentar um bom estado”. Oportunamente, mostrou-me como haviam feito para esconder as falhas estruturais da casa. No teto, um forro recém-colocado escondia o madeiramento e as telhas quebradas. O mesmo ocorria no piso, defeitos ocultados na ocasião por tapete e móveis. As paredes e as partes de alvenaria, no entanto,

davam mostras de seu estado, mas Pedro julgou a situação remediável na ocasião. Quando começou a reformar a Casa todos os problemas existentes afloraram de vez

Desde então, diariamente realiza uma série de tarefas para “manter a casa de pé”. Seu otimismo é surpreendente. Todos os dias, ao ajudá-lo, eu mesmo desanimava. Arrumávamos uma janela onde a parede praticamente inexistia; consertávamos uma calha, onde não havia telhado; consertávamos um pedaço de piso em meio a muitos buracos. Dificilmente podia-se imaginar o fim dessas “tarefas hercúlanas”. Mas com tempo e persistência, aos poucos, fui notando as transformações de uma ruína em um lar (Foto 11).

Foto 11: Lona utilizada para cobrir algumas partes do teto.



Fonte: o autor (2014).

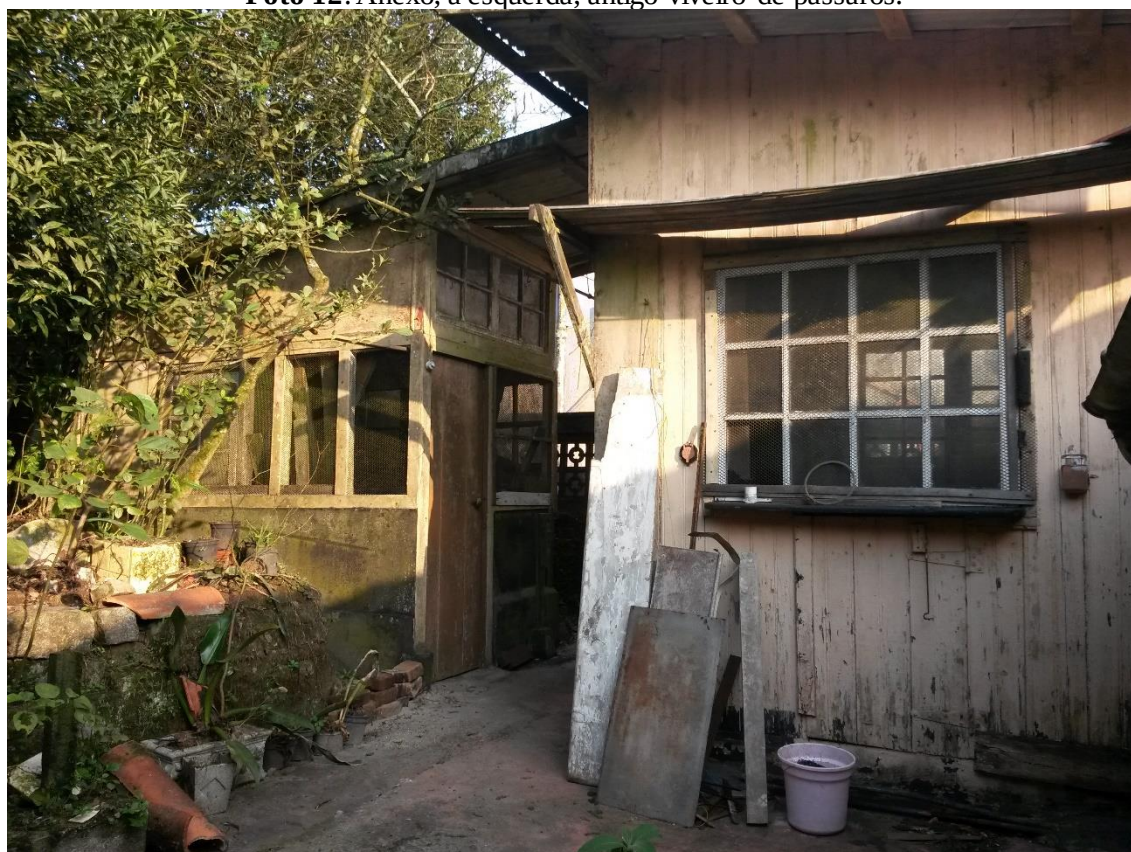
Quando conversávamos, confessou-me em tom de brincadeira, que, quando finalmente terminadas as obras, iria sentir falta da visão privilegiada para o céu. Das noites em que acordava para pegar água e da cozinha, consegui observar as estrelas – ou a neblina. De fato, há uma poética naquela Casa sem teto. Thoreau (2015) escreve que, no final, realmente “[...] não sabemos o que é viver ao ar livre, e nossa vida é mais

doméstica do que pensamos. Seria bom, talvez, que passássemos mais dias e mais noites sem qualquer obstáculo entre nós e os corpos celestes” (THOREAU, 2015 [1854], p. 39). Contudo, acredito que Pedro, involuntariamente, já tenha desfrutado suficientemente da paisagem zenital de sua Casa.

* * *

Voltando minha atenção ao quintal, pude conferir um anexo da casa – Pedro me havia dito que o antigo morador, conhecido como Manoel Gato, era um antigo ferroviário da Rede Ferroviária Federal; também era um caçador profissional (que detinha o direito à caça). “Ele tinha até mesmo uma carteirinha”, disse-me Pedro.

Foto 12: Anexo, à esquerda, antigo viveiro de pássaros.



Fonte: o autor (2016).

Esse anexo era outrora um viveiro de pássaros, seu interior estava repleto de apetrechos para confecção de gaiolas. Havia muitas gaiolas usadas e espalhadas pelo viveiro, todas vazias, claro. Pedro é monitor ambiental, repulsa a atividade de caça e/ou aprisionamento de pássaros. Disse-me que as invasões a sua propriedade decorriam do

interesse de algumas pessoas pelas gaiolas, e por essa razão estava dando outro destino a elas, reaproveitando-as como suportes de flores (**Foto 13**).

Foto 13: Exemplar de gaiola e documentos de Alfredo Gomes da Silva. Termo de autorização de caça com Gaiolas e carteira de membro do Clube União Lira Serrano.



Fonte. Pedro (2015).

Os objetos e móveis remanescentes na casa diziam muito sobre o cotidiano ferroviário da época. Boa parte era de fabricação artesanal, incluindo sinalizadores de mão para segurança na via férrea aos transeuntes, haja vista serem comuns acidentes envolvendo as pessoas e as composições. Seu Dito, um morador antigo da ferrovia, hoje aposentado e morador do Morro, disse-me que situações de morte ocorriam o tempo todo, pois para suportar o frio era comum o consumo de bebidas alcoólicas, principalmente conhaque, entre os ferroviários; isso, somado ao barulho das composições e maquinários

e a neblina, a chance de acidentes era sempre alta e recorrente. Por essa razão, funcionários mantinham sempre à mão um sinalizador.

Foto 14: Sinalizador caseiro, feito, provavelmente, por Alfredo Gomes da Silva, antigo proprietários da casa.



Fonte: o autor (2015).

A maioria das histórias desses objetos passou pelo crivo oral dos moradores antigos. Pedro levava-os consigo e perguntava sobre suas funções originais. Presenciei algumas situações que pareciam verdadeiros seminários científicos, com debates acalorados. Isso ocorria não somente com os objetos, mas com a história dos antigos moradores sobre as pessoas que por ali passaram. O próprio Alfredo Gomes da Silva, antigo proprietário da casa de Pedro, dividia opiniões. Numa tarde, estávamos sentados nas proximidades do Largo da Igreja, conversando com outros moradores, perguntei a um deles se havia conhecido Alfredo e, de pronto, ele me respondeu que sim, que era uma pessoa de personalidade forte, mas de bom coração.

Essa opinião gerou desconforto em alguns moradores que alegaram que Alfredo era arrogante, caçador (alguns moradores simplesmente não gostam desses personagens,

mesmo sabendo do contexto histórico em que os caçadores estavam inseridos, na maioria dos casos associam tal prática como uma falha de caráter). Diziam, eles, que Alfredo prendia pássaros num lugar como aquele, em que os bichos voam soltos: “isso é maldade, ele vendia os bichos pro [sic] povo de fora” disse o seu Luís, com tom melancólico.

Pedro era dessa opinião. Mas o fato de ter sido passado para trás no negócio da Casa, ajudara a formar uma opinião negativa de toda a família Gomes Silva: –“Bem se vê que isso (caráter) é hereditário”. No mais, esses colóquios acerca de artefatos e pessoas sempre agregaram conhecimento sobre a Vila, os objetos e as pessoas. E explica de certa forma, como os moradores se mantêm a par dessas histórias, e que, de fato, existe um exercício lúdico para isso.

* * *

A relação de Pedro com a Casa é a de uma constante guerra, e não me refiro a questões de afazeres. Refiro-me a outro tipo de conflito entre um constante sentimento de nostalgia e um sentimento de anseio. Essa nostalgia é um sentimento que remete à memória enquanto a ansiedade nos impele para o futuro.

Essa luta pela estabilidade, que se confronta na narrativa de Pedro, pelo ensejo da mudança, lembrou-me de uma passagem de Buttimer (1982) na qual se refere às dificuldades de se deparar com as múltiplas facetas da experiência diária, nossas mesmas e das outras pessoas. Afinal,

[...] o comportamento diário demonstra uma busca pela ordem, credibilidade e rotina, bem como a busca da aventura e mudança. O mundo vivido diário, visto sob o ponto vantajoso do lugar, poderia ser compreendido como uma tensão (orquestração) de forças estabilizantes e inovativas, muitas das quais não poderiam ser conscientemente apreendidas até que uma tensão ou doença revelasse alguma desarmonia entre pessoa e o mundo. Esta tensão entre estabilidade e mudança dentro do ritmo de diferentes escalas, expressa pelo relacionamento entre lugares e espaço, lar e amplitude na experiência do mundo. (BUTTIMER, 1982, p. 180).

Todas as vezes em que tocou em algum objeto e me contou histórias, ou quando me contava como “era”, “outrora” a casa, como era bonita, como era ligada à ferrovia e à Vila, Pedro nutria em sua fala um sentimento de uma nostalgia de algo que ele não vivera, mas que reafirmava, a meu ver, sua conduta de apego pelo lugar. Ao mesmo tempo,

quando estávamos trabalhando e as coisas davam certo – como quando terminávamos de arrumar algo, ele se projetava, junto à Casa para o futuro, via nela algo promissor “será uma bela pousada”. Ambas as narrativas são sim, subterfúgios do presente, do labor, da frustração real. Mas ambas as atitudes, a nostalgia, como história e ansiedade como imaginação, nesse caso confluíam-se. Uma blindagem às problemáticas das externalidades. Um lugar como resistência (BUTTIMER, 2014; RELPH, 2015).

3.3 Casas fechadas: o adentrar como um “ser aceito”

Como tudo se torna concreto no mundo de uma alma quando um objeto, quando uma simples porta, vem dar imagens da hesitação, da tentativa, do desejo, da segurança, da livre acolhida, do respeito! Narrar-se-ia toda uma vida se fizesse uma narrativa de todas as portas que se fecharam, que se abriram, de todas as portas que se gostaria de abrir. (BACHELARD, 1978, p. 343).

Depois de passar metade do verão e todo outono de 2015 instalado no Morro, isto é, vivenciando o cotidiano com a Casa, relacionando-me com meus vizinhos e ouvindo histórias dos moradores mais antigos, finalmente voltei minhas atenções para a parte baixa da Vila. Era chegada a hora de começar a adentrar uma outra esfera de realidade: a dos moradores permissionários. Mas como?

Os dias durante a semana são entediantes. Dificilmente se vê alguém pelas ruas da Vila, a não ser os trabalhadores da MRS (Malha Regional Sudeste) ou os comerciantes. Eventualmente, surgem uns e outros, com pressa para não perder o ônibus. Ninguém para, ou olha para trás, quando o relógio está para fechar uma hora inteira (13:00; 14:00; 17:00) é a hora de chegada; sempre nas “meias horas” (13:30; 15:30 etc.) vê-se algum fluxo de pessoas exauridas provavelmente pelo dia extenuante. Mas poucos são os que acham energia para um “bom dia”, “boa tarde” ou “boa noite”.

As casas, durante os dias de semana, sempre estão fechadas. Há uma impressão de vazio e abandono. O nevoeiro intenso, oculta-as dos nossos olhos. Essa paisagem dá a impressão de que os lares são inescrutáveis aos “de fora”. Imagina-se que o morador deva estar lá dentro, abrigando-se do frio – tendo em vista o inverno na ocasião.

Com o tempo, pude notar que muitos dos moradores acompanham o dia a dia da vila das frestas das janelas. Ao andar pelas ruas, principalmente as mais estreitas, é possível ver o discreto mexer das cortinas das pequenas janelas, e, pelas frestas, olhos

curiosos para saber quem pisoteia as ruas cascalhadas. A sensação de ser observado por esses olhos em nenhum momento cessou. Acredito que não seja aquele olhar “bisbilhoteiro” – no sentido pejorativo do termo. Andar nas ruas, em meio ao silêncio, só é interrompido pelos cantos de pássaros do entorno e pelas grandes máquinas que se batem no pátio ferroviário.

Em meio a esses dois contrastes da paisagem sonora, uns singelos passos não podem passar despercebidos e fazem com que as pessoas voltem a atenção para o que ocorre nas ruas. Com certeza, de tantas e tantas vezes que fiz trajetos por aquelas ruas, sem destino, muitas vezes andando em círculos, as pessoas possam ter criado alguma espécie de curiosidade. Os olhos nas frestas da janela, de alguma forma, examinavam--me. Posso dizer que eu mesmo vim a adquirir esse hábito durante minha estadia na parte alta, haja vista que a janela do meu quarto dava de frente para rua, sem ao menos um recuo da calçada..

A experiência na Casa do Morro me fez crer que havia um grande potencial no interior das casas da vila, ainda nada muito evidente para mim na ocasião, mas que chamava a atenção. Fiquei extremamente impaciente nos primeiros dias, pois me habituara com o Morro, e de como as coisas fluíram por lá, mas não parecia que se tal se repetiria na parte baixa.

Fascinou-me esse clima enigmático. Queria adentrar as casas, conhecer as pessoas e seus mobiliários; a paisagem vivida que se inicia ali na casa, no despertar e que termina ao anoitecer, em seus descansos: compreendendo seus horizontes de alcance. Mas deparava-me com casas fechadas – física e metaforicamente. A casa fechada é o símbolo concreto da intimidade. Tal condição lega à Casa uma valorização e, ao imaginário, uma inquietação: – O que há lá dentro? Na verdade, escreve Bachelard (2008), sem esses objetos – tal como a casa trancada – “nossa vida íntima não teria modelo de intimidade. São objetos mistos, objetos-sujeitos. Têm, como nós, para nós, por nós, uma intimidade” (BACHELHARD, 1978).

Como pesquisador, é importante a curiosidade. Afinal, o que mais nos fascina: o cofre aberto ou o cofre fechado? Bachelard (1978) nos dirá que o cofre fechado nos fascina mais. Na metáfora Bachelardiana, o cofre fechado sempre será o espaço do desconhecido e, portanto, da imaginação. Um lugar que oculta o conteúdo que ora queremos desvendar. O cofre fechado atiza umas de nossas melhores qualidades: a curiosidade. Afinal, o que há no seu interior? Não saberemos, até que seja revelado ou até que seu dono o abra. Entretanto, ele não o fará; não, diante de desconhecidos. E, por essa razão, o teor do cofre

nos será privado até que resolvam abri-lo e isso só correrá quando a confiança for conquistada (BACHELHARD, 1978).

Para conquistar a confiança é importante que haja tempo: tempo para tornar-se conhecido; tempo para criar e fortalecer laços; tempo para clarear quais as reais intenções, se boas ou más; tempo necessário para que surja respeito mútuo e, por que não, tempo para que surja a amizade. Então, somente com o tempo e envolvimento, as condições necessárias para que a confiança alicerce o dono/dona do ‘cofre’ que, finalmente, poderá abri-lo.

Assim também é, parece-me, com a pesquisa participativa. Ela não acontece porque que o pesquisador deseja realizá-la. Necessita-se de que os sujeitos sociais averiguem o caráter do pesquisador e as intenções da pesquisa. Se nenhuma dessas condições for atendida, a pesquisa tornar-se-á impraticável. Tal fato preocupou-me por algum tempo, tendo em vista que o acaso, como ocorrera na parte alta, talvez não acontecesse na parte baixa.

Um mês havia se passado. Havia tentado algumas investidas, todas muito artificiais. Não muito, conversava com as pessoas na porta, raramente consegui adentrar um cômodo e, quando o conseguia, sentia uma clara resistência. As dinâmicas da casa mudavam, adaptando-se a mim, temporariamente. Tão logo saía da casa, via-se uma expressão de alívio no anfitrião. Esse tipo de relação não era o que eu buscava.

Whyte (2005) fez menção ao desconforto que é a investida à porta da casa: “comecei a bater às portas, olhar para dentro dos apartamentos e a conversar com os moradores sobre as condições de habitação. Sentia-me muito desconfortável com essa intromissão e tenho certeza de que as pessoas também” (WHYTE, 2005, p. 291). Segundo o autor, este é um dos modos mais inadequados de dar início a uma relação de pesquisa participante (WHYTE, 2005).

Muitos desses moradores confundiam-me com os funcionários da vila, encarregados de fazer vistorias no patrimônio arquitetônico. Isso era claro. Era evidente que as mesmas relações estabelecidas no Morro para com a Casa, ocorriam também na Parte Baixa: reformas corriqueiras e clandestinas, pequenos reparos (como repor madeiras, arrumar encanamentos, até mesmo retirar uma parede ou outra para alargar os cômodos). Dessa constatação, presumi que, enquanto eu fosse um desconhecido completo poderia ser, na verdade, qualquer pessoa: funcionário da Prefeitura ou do IPHAN, alguém apto a realizar vistorias no imóvel. Ou até mesmo um pesquisador que, por acaso, fosse

às autoridades realizar algum tipo de denúncia. Por essa razão, quase sempre “estava da porta para fora”.

Berremán (1975) elucida que por acaso, pesquisadores podem vir a ser confundidos com funcionários de instâncias governamentais destinadas à fiscalização ou à cobrança de impostos. A situação se agrava quando essa população se encontra num quadro de vulnerabilidade perante as autoridades locais. Em Paranapiacaba, entretanto, não há uma ação truculenta dos órgãos públicos para com os moradores. Pelo contrário, há aberturas para diálogo e negociação assegurada por lei própria que garante os direitos da população no usufruto do patrimônio arquitetônico (ZEIPP). O problema, contudo, refere-se às obrigações dos mesmos moradores para com a preservação do Patrimônio arquitetônico. Ninguém quer ser pego praticando nem mesmo pequenas infrações. O tombamento engessa as transformações do mobiliário doméstico e das estruturas da casa. Algumas pessoas, porém, tentam flexibilizar as restrições por conta própria, realizando obras e reformas no bem tombado. Por essa razão, é compreensível querer evitar visitas inesperadas. A figura do pesquisador, diante desse quadro perturba a segurança do habitar (BERREMAN, 1975).

Não bastasse a insegurança com a vistoria do imóvel, havia também a insegurança com a descoberta dos móveis e objetos. Presumi que, tal como os habitantes do Morro, os da Parte Baixa também teriam coleções arqueológicas na composição do mobiliário doméstico. Agravar-se-ia, no imaginário das pessoas que, se eu me deparasse com os artefatos, elas teriam problemas. Se, fatalmente, averiguasse que algum desses artefatos estivesse danificado (ressignificados com trabalho manual da pessoa, por exemplo), o problema seria maior.

Seria mais confortável se as pessoas soubessem que eu conceberia aquele tipo de situação com naturalidade, já que os artefatos, em si, compunham o patrimônio envoltório a vila e seu ciclo “biográfico” não termina com sua função primeira, incorporando-se à casa, ganhando novas funções (BACHELHARD 1978; INGOLD, 2012). Naquele momento, ainda era delicado tentar realizar alguma intervenção “educacional” com o trato do material arqueológico, pois carecia, e muito, de uma base sólida de confiança.

Pareceu-me que, realmente, existe uma vontade absoluta das pessoas de se resguardarem: não somente a elas próprias, mas as coisas que as constituem, tal como as lembranças e memórias, que ora podem estar canalizadas na materialidade da casa, dos objetos, dos móveis. A casa, tal como a metáfora do cofre de Bachelard (2009), guarda as coisas inesquecíveis: “inesquecíveis para nós, [e] inesquecíveis para quem daremos

nossos tesouros. O passado, o presente, um futuro estão aí condensados. E, assim, o cofre é a memória do imemorial” (BACHELARD, 1978, p. 252). Assim, a Casa resguarda para o morador, as marcas de sua vida, de suas lembranças.

A lembrança pura, imagem que é unicamente nossa, não a queremos comunicar. Não lhe confiamos senão detalhes pitorescos. Mas seu próprio ser nos pertence e nós nunca queremos dizer muito tudo sobre ele. Não há nada aí que se assemelhe a recusa. A recusa é um dinamismo incompetente. Eis por que ela tem sintomas tão evidentes. Mas, se a cada segredo tem seu pequeno cofre, o segredo absoluto, bem fechado, escapa a qualquer dinamismo. A vida íntima reconhece aqui uma síntese da memória e da vontade. Aqui está a *vontade de ferro*, não contra o exterior, contra os outros, mas além de qualquer psicologia do contra. Em torno de algumas lembranças do nosso ser, temos a segurança de um cofre absoluto. (BACHELARD, 1978, p. 252).

Na dialética do exterior e do interior³⁸, eu vislumbra as portas e janelas do lado de fora. Aparentemente, quando polarizo essa relação entre exterior e interior, não quero fazer crer que haja uma barreira material entre o que está dentro e o que está fora; ao contrário, presume-se que dessa dialética exista uma relação que se retroalimenta. Isto é, há uma relação entre quem está dentro e quem está fora. Ambas as situações causam curiosidade: estão habitadas pela imaginação (BACHELARD, 1978). De minha parte, querer ser aceito para o interior. Da parte de quem está no interior, querer saber quem quer adentrar sua moradia. O episódio relatado da espreita pelas frestas da janela elucida muito bem essa situação. Pude perceber, recentemente, que a situação posta, na qual eu julgava um insucesso metodológico (não conseguir adentrar os domínios da casa), na verdade mostrou-se ser uma rica narrativa sinestésica – olhar. Eu espreitava o interior, e as pessoas o exterior da casa. Ambos os sujeitos interagiam mutuamente numa linguagem corporal.

Certa vez arrisquei-me a abordar uma senhora, que aparentava ter uns 70 anos, quando ela ia abrindo o portão de sua casa. Era um dia claro, com sol e sem nuvens – algo que me deu certa coragem para arriscar-me um pouco mais. Abordei-a com gesto de mão

³⁸“Antes de tudo, é preciso constatar que os dois termos: exterior e interior colocam, em antropologia metafísica, problemas que não são simétricos. Tomar concreto o interior e vasto o exterior, são, parece, as tarefas iniciais, os primeiros problemas de uma antropologia da imaginação. Entre o vasto e o concreto, a posição é clara. Ao menor toque, porém a dissimetria aparece. E é sempre assim: interior e exterior não recebem esses qualitativos que são a medida de nossa adesão às coisas. Não se podem viver da mesma maneira os qualitativos vinculados ao interior e ao exterior” (BACHELARD, 1978, p. 338).

aberta, como quem solicita um tempo para conversa. Ela esperou-me, mas quando me aproximei desejando-lhe uma boa tarde, ela interrompeu-me bruscamente dizendo: — “Sei quem você é, todo dia, te vejo andando para cima e para baixo feito tonto. Eu havia te visto com o Pedro, por esses dias. Pedro, disse-me que você é pesquisador, né? Mais um [pesquisador]!? Vocês vêm aqui e não fazem nada por nós. É tudo a mesma coisa”. O desabafo foi certo, não tive tempo de reação. Confesso que naquele momento não soube como contornar o rumo da conversa. Apenas acompanhei mudo ela cruzar o portão e ir em direção à porta de sua casa.

Dessa situação pude tirar algumas conclusões: 1) por mais que eu não percebesse, as pessoas me observavam – afinal, em dias de semana, no período da tarde, quando boa parte está realizando suas ocupações, eu apenas perambulava pela vila; 2) pesquisadores realmente não eram benquistos na vila. Apenas fortaleci essa constatação por experiências anteriores sobre esse assunto; 3) não conseguia encontrar uma opção de abordagem menos evasiva, pois, como se pede para presenciar o cotidiano doméstico de alguém, sem que se torne um estorvo ou perturbe drasticamente o comportamento natural das coisas? Encontrava-me estarecido.

Outra questão chamou-me atenção: o fato de a senhora inquirir sobre minha pessoa com Pedro. Em campo, realmente nos sentimos discretos, ao ponto de passarmos despercebidos. No entanto, isso se dá de forma inversa: aos olhos acostumados com o cotidiano de um lugar, um personagem, como é o caso de um pesquisador-observador, deve parecer, a esses olhos, um alvo com neon. As pessoas naturalmente notaram que eu não era um turista, pois passava a semana toda com roupas formais, uma bolsa e, por vezes, uns livros na mão, andando por toda a vila e conversando com as mais diferentes pessoas. Não obstante, minha estadia na Parte Alta – que é um ponto de passagem obrigatório para todos que utilizam transporte público – deve ter contribuído para familiarização, em parte, de minha pessoa.

Geertz (2012) relata um episódio alusivo. O autor acredita que os balineses o consideravam invisível, simplesmente ignoraram sua presença na aldeia, por um tempo considerável, até que, em um episódio em que se viu obrigado a fugir das autoridades locais por estar observando a briga de galos – que era ilegal foi defendido por um morador local, que sabia a origem e as intenções do pesquisador, para total espanto dele (2012).

Quanto ao enfrentamento ocasional com aquela senhora, encontrei nos escritos de Bachelard (1978) um trato sobre esse dado fenômeno dialético que experimentei: enfrentamento do exterior com o interior:

O ser é, alternativamente, condensação que se dispersa explodindo e dispersão que retorna até um centro. O no exterior e o no interior são ambos íntimos; estão sempre prontos a inverter-se, a trocar suas hostilidades. Se há uma superfície entre interior e exterior, essa superfície é dolorosa dos dois lados (BACHELARD, 1978, p. 339).

O enfrentamento entre o de fora e o de dentro é inevitável. Outrossim, aquela Senhora estava coberta de razão. Coube-me ser mais paciente e esperar a ocasião oportuna para me encontrar dentro da pesquisa e, assim, com clareza nos objetivos, encontrar um motivo plausível para adentrar um lar. Temi que, se insistisse em forçar o processo, arruinaria as reais chances de uma interação sincera, posteriormente.

3.3.1 Zé da Cabra

*Meados de inverno
os ventos gélidos
enrijecem os trópicos
(David Lugli)*

Meu objetivo – conseguir passar algum tempo dentro das casas dos moradores – parecia-me ficar cada vez mais distante. Não só falhara nas abordagens com as pessoas, como também não tinha a mínima noção de como reestruturar-me para, quem sabe, tentar nova alternativa. Estava obcecado com a ideia de participar um pouco do ambiente doméstico – vivenciar o patrimônio arquitetônico das mais diferentes formas. Contudo, meus ânimos estavam abatidos.

O episódio em que fui questionado de forma direta e dura me fez pensar se realmente valeria a pena continuar com a pesquisa. Desde o começo, eu tinha poucas certezas sobre o destino daquele trabalho. Em maior número, tinha as dúvidas e questionamentos. Um questionamento em especial: qual a validade da minha pesquisa para as pessoas da Vila? Não encontrava uma resposta que me convencesse, o que dirá, então, convencer as pessoas. Era muito cedo ainda para saber no que a pesquisa estava se transformando – apesar de ter algumas ideias na mente, na ocasião, nada era definitivo, pois eu precisava apreender as demais variáveis para distinguir os fenômenos ora apresentados. Mas, minha intuição guiava-me para as questões atinentes à paisagem

doméstica, compreendida como *plenum*, na qual, a cultura material da vila compunha – como aconteceu na Casa da Parte Alta.

Pedro me havia dito que era um costume comum colecionar: mas precisava ver com meus próprios olhos e, principalmente, ter a confiança das pessoas para tratar de um assunto tão delicado. Como minhas investidas não deram certo, resolvi passar alguns dias em alguma pousada denominada B&B. Essa estratégia poderia dar certo, afinal os B&B's são casas que recebem hóspedes. Não era a ideia inicial, pois estaria pagando para permanecer na casa alheia, mas poderia abrir algumas 'portas', se não reais, pelo menos no plano das ideias.

Conheço a Vila de Paranapiacaba desde a adolescência – na verdade conhecia bem as trilhas envoltórias da Vila. Quando acampava, só chegava próximo à vila para tomar o ônibus para Rio Grande da Serra e, de lá, tomar o trem – como muitas baldeações – para Osasco. Naquela ocasião, houve um episódio em que uma tempestade se precipitou sobre a mata, encharcando nossas barracas e, conseqüentemente, seus usuários. Como se mostrou insensato tentar voltar à nossa cidade, resolvemos, uns amigos e eu, hospedar-nos em alguma pousada. Encontramos a mais econômica possível na época. A pousada encontra-se na Avenida Campos Sales. Na ocasião, tive um breve contado com o cunhado do permissionário que toca o negócio – Zé da Cabra. Embora ele não se lembre desse encontro antigo, eu resgatei essa memória e me foi útil, como se provou, pois nada melhor que o passado para iniciar uma boa conversa.

Por esse histórico com a pousada, decidi-me por ela. Contatei o proprietário e reservei uma data – final de semana. Pretendia encontrar as pessoas da vila em seus dias de folga e com sorte, conversar com os comerciantes e donos de outras pousadas: nos finais de semana, uma considerável parcela dos moradores, embora não a maioria, ocupa-se do turismo. A pousada em questão faz frente ao primeiro campo de futebol do Brasil³⁹. É uma das casas da vila que foram construídas posteriormente à concessão da SPR. Em meados da década de 1945 – sob a concessão da RFFSA, locomotivas japonesas HITACHI chegaram à Vila e, com elas, os técnicos japoneses. Essas casas – quatro no total – foram construídas no mínimo modelo: portanto, não constavam na planta original da SPR para a Vila Martin Smith. Popularmente, são chamadas de casas japonesas. Na ocasião, eu não pude ficar na pousada devido à lotação – mesmo tendo comunicado antecipadamente, um casal resolveu estender a estadia: Evanir (esposa do Zé da Cabra),

³⁹ Segundo Medina (2003) em sua obra: caminho do café, A Vila de Paranapiacaba foi ponto motriz do futebol brasileiro. O chute inicial data de 1894, atribuído a Charles Miller.

para não me deixar ao relento, ofereceu-me um quarto na casa de sua irmã, Célia, a um valor muito convidativo. Aceitei. A casa em questão era a primeira da rua – na perspectiva de quem vem de cima – e pousada era a terceira casa, de modo que havia uma outra casa entre as duas. Rapidamente, alojei-me no quarto e pude passar meu primeiro pernoite na Parte Baixa, bem como eu queria, numa casa que não fosse pousada – embora tivesse pago pelo pernoite.

Essa casa tem dois quartos amplos, uma sala e cozinha. Possui um alpendre na parte frontal. Um toco de madeira faz as vezes de um banco e uma rede ficava pendurada por ali. Sob a janela, uma carranca que foi talhada pelo próprio Zé. Há uma garagem improvisada no lado direito da casa e um sistema de escoamento d'água contorna a casa, de modo a não haver problemas com deslizamentos. A rua à sua frente possui os resquícios de paralelepípedo da rua nova, mas o restante é recoberto de cascalhos. Olhando com atenção, pode-se notar que, em meio às britas de rocha, existem ferros fundidos, pedaços de trilhos aglutinados ao chão da rua, o que cria uma sonoridade única, quando os carros passam por ali (**Foto 15**).

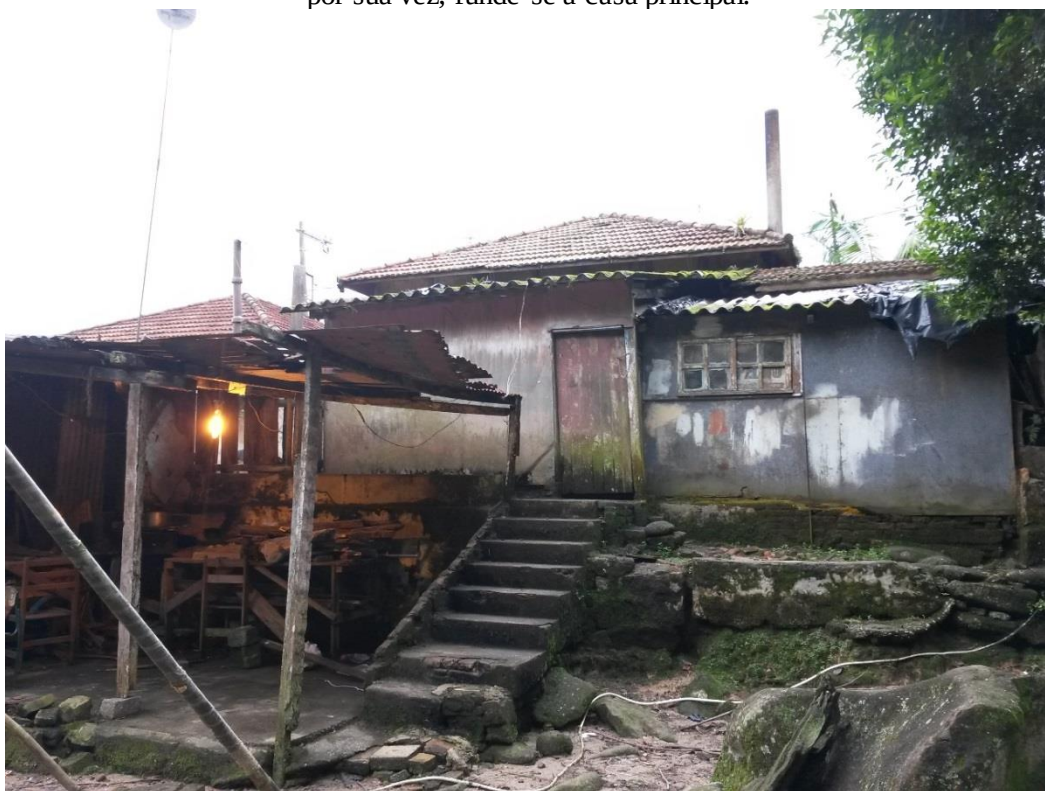
Na parte de trás do imóvel há um extenso quintal de terra, com alguns matacões de rocha sobressaindo-se do solo. Inúmeras galinhas e um cachorro dividem o espaço. Após o quintal, depois de uma cerca feita de trilhos de trem serrados e cabos de aço – material de reuso da ferrovia existe uma mata que quase abraça a casa. Essa área verde já faz parte do parque municipal das nascentes (**Foto 16**).

Foto 15: Casa do Zé e da Célia. Vila Martin Smith.



Fonte: o autor (2015).

Foto 16: Vista da Casa pelo quintal. Vê-se a pequena marcenaria acoplada ao anexo maior que, por sua vez, funde-se à casa principal.



Fonte: o autor (2016).

Acrescenta-se à casa um anexo (trataremos do tema dos anexos, posteriormente). O anexo é extenso, junta-se à casa de maneira quase imperceptível. No seu interior fica uma lavanderia, um quartinho com uma pequena cama e um espaço, onde o Zé coloca os alimentos dos bichos e pendura as bananas, ainda verdes, para madurar. Existe um segundo anexo, na parte exterior, que lhe serve de marcenaria. Esse anexo não tem paredes, apenas uma queda de telha para proteger a madeira das chuvas e do sol.

Foto 17: Anexo externo da casa do Zé.



Fonte: o autor (2016).

No dia seguinte, acordei com o cheiro de café recém-passado. Levantei-me demasiadamente cedo naquela manhã. Assim que saí do quarto, o Zé, lá mesmo da cozinha e com voz alta, desejou-me um bom dia. Retribui quase que sussurrando. Presumi que a Célia ainda estivesse dormindo. Chegando à cozinha, o Zé começou a conversar comigo, atropelando os assuntos e com voz altíssima. Então, dei a entender que queria ir para fora da casa, pois assim ficaria mais confortável para falar àquela hora da manhã. Passamos pelo anexo dos fundos e chegamos ao quintal, sentamos nas pedras, cada qual com sua xícara de café e Zé, imperceptivelmente, já havia acendido um cigarro.

Era um dia frio de inverno, névoa baixa, quase não se via a mata. No fundo, um canto bonito chegava aos ouvidos. Perguntei ao Zé que pássaro era – “jacu do mato” respondeu-me. “Tem um casal aí nos fundos, são muito grandes, tem quem goste da carne da ave aqui na vila. Eu gosto deles vivos para poderem cantar”- sorriu para mim, ou melhor, gargalhou.

Zé é mineiro de origem, mas está há quase 40 anos morando na Vila. Segundo ele, outrora fora funcionário da ferrovia Santos-Jundiaí. Chegou a morar em outros patamares

da Serra – o terceiro⁴⁰. Veio a São Paulo para poder trabalhar, assim como a Célia, sua esposa e Evanir, seu cunhado, ambos mineiros. Anos atrás, no meu primeiro contato com o Zé, ele ficava lá na rua da estação, próximo ao Largo dos Padeiros, pintando paisagens em azulejos para vender aos turistas. Era um homem forte e enérgico naquela época. Ainda realizava viagens pelo Brasil para vender sua arte. No momento da pesquisa, no entanto, um AVC já o havia acometido. Apesar de possuir um animo jovial para falar e gesticular, não caminha na rua com tanta frequência e só saía da Vila para poder ir ao médico, em Rio Grande da Serra.

Zé é um ótimo informante, mas no geral é muito calado. Contudo, não fosse a amizade que iniciamos naquela manhã, a estadia em campo teria sido muito mais extenuante. Naquele mesmo dia, soube tudo o que precisava saber sobre o Zé. Ele contou-me sua vida inteira num folego só. Ensinou-me a diferença de quaresmeira e manacá-da-serra. Contou-me lendas locais que se originaram no período da SPR.

Principalmente, naquele mesmo dia, toquei no assunto das moradias e ele respondeu todas as questões sem se fazer rogar. “Antes [década de 70 e 80] você chegava aqui, escolhia a casa, quebrava o cadeado, entrava e morava. Aí começava a pagar um aluguel pequeno para a ferrovia [RFFSA – aparentemente, a rede não tinha o mínimo interesse nas vilas, tanto que só não desmanchou a Vila de Paranapiacaba por conta da intervenção do CONDEPHAAT] e ia ficando. Tinha muita troca de casa naquela época, era na palavra mesmo. Às vezes, enjoava da casa, conversávamos entre nós e nos mudávamos para outra. Às vezes, trocava com alguém ou quebrava outro cadeado. Eu mesmo já morei em várias casas aqui na vila e resolvi ficar nesta”.

Eu já ouvira narrativas sobre as ocupações na Vila de Paranapiacaba por outros moradores, mas creio que o Zé foi o primeiro a falar abertamente sobre o assunto – na condição de ocupante. “A maioria dessas casas estavam vazias, parecia uma cidade fantasma. Os moradores antigos [ferroviários ligados à época áurea da vila e seus descendentes] não gostavam muito. Tinha até briga. Principalmente com os ‘malucos de BR’⁴¹. Mas, depois, foram se acostumando com os invasores”.

⁴⁰ Em cada patamar – ao todo são cinco, houve vilas habitadas por funcionários. Paranapiacaba é o quinto patamar da Serra – Piaçaguera é o primeiro, já na baixada santista. Essas vilas foram todas desmontadas pela rede durante seu período de concessão. Paranapiacaba é última vila desse período.

⁴¹ Termo designa artesões itinerantes. Termo correto de autodenominação por parte dos indivíduos adeptos desse estilo de vida. O próprio Zé se considerava um maluco de BR – mesmo sendo ex-funcionário da RFFSA – seu ofício é de arteção, e assim ficou conhecido na vila.

Passei o dia todo dentro daquela casa conversando com Zé. Pela primeira vez, senti o conforto de um lar em Paranapiacaba. Pela primeira vez, o inverno não ardeu na pele. Estava com as roupas secas e descansado, pois não perambulei pela vila. Pautado em minha experiência com a Casa do Morro – onde umidade e os ventos penetravam nos cômodos – a Casa do Zé – com carpete, janelas devidamente fechadas para deixar o frio e a chuva do lado de fora era ótima. Comentei com ele a respeito dessa sensação de conforto – permiti-me comparar com a casa à qual me abrigara.

Acredito que ele percebeu meu enfrentamento com o clima e disse em tom audível: “Eu protesto!⁴² Quem não gosta de chuva não pode morar em Paranapiacaba, pô! Aqui chove todo dia e quase todo dia tem neblina. Tem que gostar. Eu gosto, tem gente que já enlouqueceu aqui (risos). Mas é esse clima que me encantou, daqui não saio”. Só paramos de conversar quando a Célia chegou. Ela estava na casa de uma irmã, em outra cidade, por essa razão, não a havia encontrado anteriormente.

Saudei-a, desejando uma boa noite! Ela disse algo, acredito que uma saudação também e, de pronto, me abraçou. “Perguntou-me se havia ficado o dia todo com o Zé, respondi que sim, então, complementou: não faça isso, ele fala demais, se você deixar ele fala o dia todo”. Célia não se demorou. Embrenhou-se para o quarto para descansar. Célia tem aproximadamente 64 anos. Ao contrário do marido, é mais reservada, mas igualmente conversadora. Ótimas histórias – geralmente ligadas às coisas que acontecem na Prefeitura, pois tem um cargo comissionado por lá. Sempre me deu ótimos conselhos no que diz respeito à abordagem com os funcionários da Secretaria de Paranapiacaba, quem e como abordar, horários adequados para as abordagens etc.

No dia a dia, sempre foi muito difícil encontrá-la por conta dos seus turnos longos no trabalho. Voltava sempre pela hora do almoço, para averiguar se o Zé havia tomado os remédios e se alimentado – sempre deixava a comida pronta na véspera. Gostava que eu passasse as tardes fazendo companhia a ele. Daquele dia em diante, sempre iniciava minhas manhãs na casa deles, tomando café e, do alpendre, ficava vendo as pessoas passarem. Mais de uma vez quiseram que eu ficasse por lá, não como hospede, mas como visita. Em algumas oportunidades, realmente o fiz. A Célia e o Zé foram grandes colaboradores da pesquisa, não exatamente informantes, principalmente o Zé, pois suas histórias são sempre atemporais. Mas o apoio emocional que me ofereciam, sem mesmo o saberem, fortalecia as convicções para a continuidade do trabalho.

⁴² Expressão que ele usa (grita) toda vez que toma a palavra para expressar sua opinião.

No último dia de hospedagem – no total de duas noites e três dias – perguntei ao Zé o motivo de as casas estarem sempre fechadas. Ele não respondeu de pronto, franziu a testa, abriu os braços como quem diz “não é óbvio?”. Nesse momento, por esse gesto, senti que minha pergunta era realmente banal. De fato: “Ficam fechadas por conta da umidade. Se deixarmos as portas e janelas abertas, a neblina entre e estraga os móveis, mofa o carpete e arruína os eletrodomésticos. Como o clima aqui é louco é melhor deixar sempre fechadas, porque a neblina avança do nada, mesmo em dias de céu aberto virou uma hábito”. Realmente, a resposta para minha pergunta era muito óbvia. Ao menos soube naquele momento por que as pessoas apenas espreitam de suas janelas.

3.4 Um estudo de caso: o Projeto dos Ateliês-Residência e a ressignificação das coleções domésticas

Em meados de 2001, a Vila de Paranapiacaba já era conhecida por contar com uma amálgama de artistas das mais diversas vertentes. A beleza cênica da vila era difundida por mídias e isso atraía um número considerável de pessoas ligadas às artes e à cultura em geral.

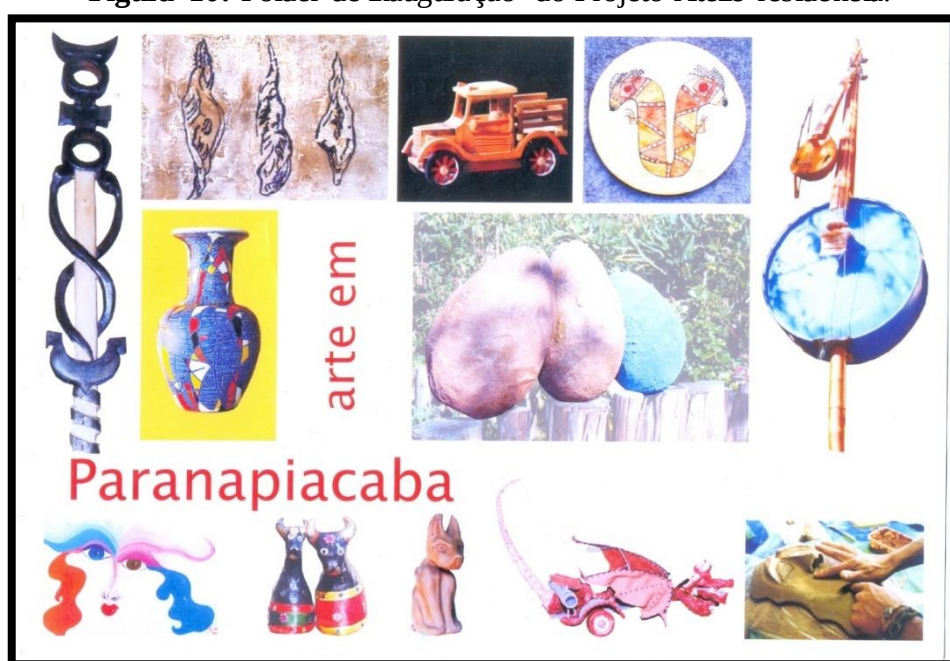
Antes disso, na década de 1970, filmes renomados, como os longas metragens do cineasta “Zé do Caixão” e o filme “Doramundo”, de Geraldo Ferraz (de 1978), constituíram fator importante para construir um imaginário de um lugar inspirador. A Prefeitura de Santo André, antevendo o “Plano Patrimônio”, instituído em 2002, criou o “Projeto Ateliês-residência”, para incentivar a permanência dos moradores na Vila de Paranapiacaba.

Meu primeiro contato com os Ateliês-residência deu-se por acaso. Fui convidado a participar de uma ‘performance artística’ no Morro, cuja atividade estava ligada à Plataforma Paranapiacaba, sob curadoria da pesquisadora Lilian do Amaral. A intervenção era referente a receitas tradicionais dos moradores antigos – as famosas quituteiras da Vila. A casa em questão pertence à Cida e seu Flor. Estavam presentes: um chefe de cozinha, que realizou uma releitura das receitas, dois fotógrafos, a própria Lilian do Amaral e três artistas da Vila de Paranapiacaba: Lisa; Tony e Lalas. A atividade durou algumas horas. Nesse tempo, pude conversar um pouco com os três. Eles explicaram-me como funciona o projeto Ateliê-residência e convidaram-me para visitá-los. Em

contrapartida, expliquei a todos os presentes o objetivo da pesquisa e o porquê do interesse no habitar da Vila. contei sobre a situação do abrigo em que me encontrava e Tony, inesperadamente, convidou-me para pernoitar por alguns dias em sua casa. Aceitei imediatamente.

Logo depois, realizei um levantamento do Projeto Ateliê-residência. O Programa é um bom exemplo das ações da gestão pública na política habitacional da Vila. A experiência de participar do cotidiano de um ateliê-residência foi salutar para a apreensão da temporalidade da paisagem canalizada nos acervos domésticos (**Figura 10**).

Figura 10: Folder de inauguração do Projeto Ateliê-residência.



Fonte: Projeto Ateliê-residência (2014).

De início, 18 artistas participaram do projeto, dividindo-se em 13 Ateliês-residência: 1) Ateliê-residência Cia da terra; 2) Ateliê-residência Tony Gonzagto; 3) Ateliê-residência Deboche Oficina Arte; 4) Ateliê-residência Antonio Lus; 5) Ateliê-residência Olho D'água; 6) Ateliê-residência Meirion; 7) Ateliê-residência Aguataporã; 8); Ateliê-residência Sons e Tons da Terra; 9) Ateliê-residência Pau D'arco; 10) Ateliê--residência Doce-lar; 11) Ateliê-residência Colibri Arts Canudos; 12) Ateliê-residência do Bicho Folha e 13) Ateliê-residência Galpão da Elétrica, Os cinco ateliês grifados são os remanescentes do programa. No período da pesquisa, no entanto (2015), apenas três ainda exerciam as atividades para quais foram criados: Ateliê Cia da Terra,

Ateliê do Tony e Ateliê Pau D'Arco. Vale destacar que os cinco ateliês citados formam, atualmente, um coletivo de artista, no que diz respeito à participação nas decisões da comunidade de Paranapiacaba, junto à Prefeitura e outras entidades presentes na Vila de Paranapiacaba.

O Ateliê Cia. da Terra (**Foto 18**) ocupa uma casa em madeira pinho-de-riça, construída em meados de 1867 na Vila Velha de Paranapiacaba. Concebida como um escritório 'provisório' da inglesa SPR – São Paulo Railway Company, a casa possui dois espaços de 12m² cada, uma pequena saleta/cozinha, um banheiro e quintal externo (CIA. DA TERRA, 2015).

Foto 18: Ateliê-residência Cia da terra.



Fonte: o autor (2014).

Atualmente, o Ateliê-Residência Cia. da Terra passou a ser um espaço para “Residências Artísticas”, abrigando artistas, artesãos e artesãs que expõem seus trabalhos na casa, por um período determinado. Em 2015, o ateliê tinha como residente o fotógrafo Paulo Riscala, curador de o projeto Infinito Olhar⁴³.

⁴³ O projeto “Infinito Olhar” nasceu da união das experiências entre dois profissionais: a psicóloga, neuropsicóloga e arte terapeuta Elisangela Cristina de Oliveira e o fotógrafo e publicitário Paulo Riscala Madi. Destaca-se a oficina intitulada “mora gente aqui” que dá voz as crianças e adolescentes de Paranapiacaba para, através da fotografia, dizer como é ser jovem na vila (INFINITO OLHAR, 2015).

Ao lado do Ateliê-residência Cia da Terra (**Foto 19**), encontra-se outro, com portas fechadas (à direita). Trata-se do Ateliê-residência Antônio Lus. O pintor⁴⁴ Antônio Lus, ou Lalas, por motivos pessoais, não abre sua residência à visitação. Durante todo o trabalho, não pudemos observar o interior de sua casa.

Foto 19: Ateliê-residência Cia da terra.



Fonte: o autor (2015).

O Ateliê-residência Tony Gonzagto (**Foto 20**) também se situa na Vila Velha, na Rua da Varanda Velha. O artista plástico, Tony Gonzagto, trabalha com arte autoral: pinturas, desenhos, gravuras, bordados e esculturas.

⁴⁴ Pintura em tela.

Foto 20: Ateliê-residência Tony Gonzagto.



Fonte: o autor (2014).

O Ateliê-residência Sons e Tons da Terra (**Fotos 21 e 22**) trabalha com intervenções de musicalização e construção de instrumentos (Luthier). O espaço é aberto para eventos musicais. Lisa é arte-educadora especializada em experiências com a musicalização, mas diversifica as atividades com pintura e cestaria. A oficina de confecção dos instrumentos é o ponto forte do Ateliê-residência Sons e Tons da Terra. O Ateliê encontra-se na Rua Nova.

Foto 21: Ateliê Sons e Tons da Terra.



Fonte: Lisa (2014).

Foto 22: Ateliê Sons e Tons da Terra.



Fonte: Lisa (2014).

Por fim, o Ateliê-residência Pau-D'arco (**Foto 23**), desenvolve trabalhos em marchetaria, com madeiras nobres de reuso: baús envelhecidos e brinquedos alternativos em material reciclado. O ateliê localiza-se na Rua Nova e conta com os trabalhos de Sérgio Chistou e Regina Chistou, que são casados.

Foto 23: Ateliê-residência Pau-D'arco.



Fonte: o autor (2016).

Foto 24: Ateliê-residência Pau-D'arco. Baú em confecção.



Fonte: Ateliê Cia da Terra (2014).

É válido destacar o caráter emergencial em que o projeto dos ateliês foi instituído, haja vista que, após a aquisição da Vila pelo Município de Santo André, havia a necessidade imediata de iniciar a revitalização do local, após o período de abandono. Segundo Miguel (2012), há de se reconhecer a complexidade exigida dos artistas para “criarem condições de participação institucionalizada nos planejamentos governamentais regulando as condições de trabalho com a abertura dos espaços de suas casas para visitação turística” (MIGUEL, 2012, p. 2).

Aliados à vontade de desenvolver potencialmente seus trabalhos alternativos, os artistas do projeto formavam um grupo heterogêneo cuja característica era ser composto por artistas “fósseis” – consagrados em exposições, catálogos e envolvidos em projetos de cultura e, portanto com certa legitimação no campo das artes, e artistas espontâneos à medida que era formado por artistas de vanguarda com ausência de sinais de consagração artística e sem o devido reconhecimento, ambos os tipos desenvolvendo arte experimental que envolvia o uso de materiais reciclados visando a uma arte social vinculada a ideia de inserção, auto gestão e geração de renda para a comunidade da Vila como um todo. (MIGUEL, 2012, p. 05).

Dos principais desafios do projeto, os mais citados dizem respeito às limitações da ‘liberdade’ criativa em ambiente tombado e as obrigações a serem atendidas pelo Plano Patrimônio, tal como a abertura contínua das residências à visitação turística. Para evitar

o desmantelamento do Projeto, em 2003, foram reunidos todos os artistas para, por meio da Secretária de Orçamento e Planejamento Participativo, diagnosticar o desenvolvimento do bem e dialogar com os artistas para apreciar as expectativas deles (MIGUEL, 2012).

Naquele período, o diagnóstico constatou que, quanto à gestão e organização do projeto, havia insatisfação com a organização coletiva, com a falta de divulgação do projeto e com o escoamento das produções. A Prefeitura constatou o descontentamento com o repasse de verba (PMSA, 2003; MIGUEL, 2012).

A partir de 2003, houve abertura para a inserção de outros ‘empreendimentos’ artísticos e culturais na Vila, atraindo outros artesãos, mas em outro formato. São eles: Arte e Artesanato antiquários; Anita tapeçarias; Artes e decorações; Centro cultural; ferromodelismo; loja do turista; Sebo casa das letras e Locobreque presentes e Souvenires. Pouco depois, surgiram alguns estabelecimentos que tinham permissão para fazer uso misto da casa – lembrando o antigo formato dos ateliês-residência, tais como: Gregos e Troianos; Casa da Cerâmica; Ateliê da Ana Rosa e Ateliê do Kiko de Oliveira. Os ateliês remanescentes são: Anita Tapeçarias; Gregos e Troianos; Casa da Cerâmica (MIGUEL, 2012).

O Projeto Ateliê-residência, enquanto recorte de pesquisa, é um exemplar das dinâmicas do habitar em um contexto de patrimônio arquitetônico regido por tombamentos e instituições responsáveis pelo resguardo. O sucesso ou o fracasso de projetos desse porte afetam sobremaneira a vida dos envolvidos. As dinâmicas iniciadas em 2001 tiveram forte impacto com a implantação da ZEIPP. Os ateliês, em uso misto de ocupação, foram assegurados, mesmo que não amparados, no nível de incentivos específicos pela nova configuração da gestão do patrimônio arquitetônico.

3.5 Habitando o ateliê-residência: o imaginário, espírito do lugar e concepções vicárias

Tão logo comecei a me envolver com os ateliês/residências também comecei a estudar o conceito de ateliê. Por sorte, Tony, que é formado em artes visuais sempre contribuiu com as referências e também com sua ideia de ateliê. Dizia-me: “Meu ateliê é um lugar mágico, meu canto”. Alguns lugares, realmente, trazem consigo uma vocação que desperta o imaginário: uma áurea circundante que dá corpo à imaginação. A

arquitetura, o mobiliário, o estilo de vida do habitante e a história, ou o mito do lugar. Lugares que possuem essas características substanciais têm o “espírito do lugar”. Para Relph (2014) o espírito do lugar é

uma ideia que deriva da crença segundo a qual certos lugares foram ocupados por deuses ou espíritos cujas qualidades sobrenaturais eram evidentes no cenário, cuja a presença pode ser reconhecida por meio de cerimônias religiosas e construções. Os sítios de igreja e templos são ressignificados pelo poderoso espírito de lugar. Atualmente o termo “espírito de lugar” foi amplamente secularizado e refere-se a lugares que têm uma identidade muito forte e todas as partes parecem funcionar perfeitamente em conjunto. Todos os lugares possuem uma fisionomia própria (a fisionomia do lugar), mas o espírito do lugar é associado apenas a lugares excepcionais. (RELPH, 2014, p. 23).

A secularização da ideia de que certos lugares têm um “espírito”, uma identidade marcante, aplica-se ao sítio ateliê-residência. Genericamente, são lugares que trazem em si toda uma amálgama de estereótipos, pré-conceitos, ideias romantizadas. Cenário e palco da criação, retiro do artista, repouso das obras de arte. Sempre se quer saber o que há dentro, como se habita, o que se guarda por detrás das paredes do ateliê-residência.

Para Relph (1978), algumas afeições criadas por lugares excepcionais podem interiorizar-se de forma indireta, ou seja, lugares nos quais nunca estivemos paisagens que nunca vislumbramos presencialmente, mas apenas por fotografias, filmes, pinturas. Esses lugares e essas paisagens são experimentados de forma vicária (substitutiva), ou seja, por meio do imaginário e das imagens, permitindo o envolvimento por meio da comunicação criativa (RELPH, 1978). Os ateliês-residência aguçam esse tipo de empatia; queremos adentrá-lo. Bachelard (2008) utiliza-se da alegoria do cofre: “sempre haverá mais coisas num cofre fechado do que num cofre aberto. A verificação faz as imagens morrerem. *Imaginar* será sempre maior que viver” (BACHELARD, 2008, p. 100).

Antes de adentrar esse lugar - o ateliê-residência – eu mesmo experimentei esse sentimento vicário: pela literatura e pela cinematografia encontrava inúmeras referências sobre esse tema. Essa paisagem já estava presente no meu imaginário. Vivenciá-la era pôr à prova a imagem outrora criada, que se confrontaria com a realidade apreendida.

Às vezes, quando me alojava na sala de Tony, sentia todas essas feições. Como dormia em um colchão, no chão, podia ver inúmeros objetos esculpidos e esquecidos embaixo nas mesas e dos caixotes. No teto, por exemplo, observava as intervenções com casulos de papel machê e várias xilogravuras penduradas nas paredes. No ar, o cheiro de

tinta e papel. Para mim, sem dúvida, aquele era um lugar que tinha um espírito (não no sentido metafísico; leia-se, identidade própria).

O ateliê, segundo Tony em sua vivência artística, é o lugar em que se recebe o aprendiz, que reúne os críticos de arte, os clientes e que também chama atenção do transeunte. O ateliê também é reunião de pessoas, de personagens aptos à trama de vida e de convergências culturais.

Essa imagem do ateliê tem raízes profundas na escola realista da história da arte. Tony apresentou-me a história da arte, datando a origem do conceito de ateliê em Gustave Courbet, precursor e líder desse movimento (**Figura 11**). O autor retratou, em “O Ateliê do Artista” (1854-1855), a diversidade humana e social (FARTHING, 2010). Observa-se na obra que:

À esquerda da pintura estão representantes de todos os tipos de vida – ricos e pobres – entre eles um padre, um comerciante, um caçador e um mendigo. À direita, Courbet retrata seus amigos, entre eles seu patrono, Alfred Bruyas (1821-1877), o filósofo anarquista Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), o romancista e crítico Champfleury (1821-1889) o poeta Charles Baudelaire (1821-1867). O artista é mostrado no centro, com uma musa nua, um gato e uma criança. (FARTHING, 2010, p. 300).

Figura 11: Gustave Courbet (1819-1877) L'Atelier du peintre



Fonte: Musée d'Orsay (2015).

O cinema e a literatura captaram sublimemente esse “espírito de lugar” da coisa que é um ateliê-residência. O ateliê de Sabina, imortalizado na obra prima de Milan

Kundera, era a encarnação da sensualidade crepuscular da primavera de Praga. Para Sabina, personagem do livro, o ateliê era a mudança, a constância, a segurança existencial que a protegia do “mundo”. Estar lá era uma resistência à mesmice dos lugares fabricados:

[...] “ouça a história de um poeta do começo do século. Era muito velho e seu secretário o levava para passear. Um dia, disse-lhe: ‘levanta a cabeça, Mestre, e olhe! É o primeiro aeroplano que passa sobre a cidade!’ [Palermo, Itália] ‘Posso imaginá-lo’, respondeu o mestre a seu secretário, sem levantar os olhos. Pois eu também posso imaginar Palermo. Terá os mesmos hotéis e os mesmos automóveis que todas as cidades. No meu ateliê, ao menos meus quadros são sempre diferentes”. (KUNDERA, 1999, p. 102).

O Ateliê-residência (ou casa ateliê) é a vida: uma cotidianidade em seu acerto ou desvio existencial (HEIDEGGER, 2002). Todas essas alegorias, advindas das artes, cinema e literatura retratam, sintética e/ou genericamente, a essência mesma do ateliê como uma residência. Dessa forma:

o ateliê se caracteriza, então, como fluxo e, para além de suas dimensões espaciais adquire, também, aspectos temporais. Muito mais do que entre, ou sem paredes, o ateliê contemporâneo se caracteriza pelo fluxo de tempo e de pessoas, trânsito e a troca com o outro. Se a contemporaneidade discute o ser exclusivo e induz a pensar um ser múltiplo e provisório, provisoriedade e processo são instâncias a serem valorizadas, tornando-se evidentes. (SILVA, 2002 p. 72).

Esse é um sentido insólito no habitar de um ateliê-residência: estar em seu interior a convite do artista faz com que nos desperte a “áurea do hóspede”,⁴⁵ um convite interminavelmente íntimo ao “pequeno caos cotidiano e os pequenos delírios das coisas, da ordem, das palavras dentro de quatro paredes” (NEPOMUCENO, 2007, p. 41).

Entre a origem (na qual ecoa a promessa de uma revelação da essência artística) e a margem (como o intermediário que inscreve a obra em um campo, em uma circunstância), o ateliê é uma passagem. É, sobretudo, um entre, uma trama que articula e confunde os universos que deveria delimitar: um intervalo e um trânsito entre o sagrado e o profano, a arte

⁴⁵ Preceito Taoísta de um estado de espírito exigido aos sábios. Denota tensão e atenção: “sua seriedade a de um hóspede; seu descanso era do gelo a ponto de derreter” (LAO TSE – o Essencial do Tao).

e a vida, a arte e o mundo, o íntimo e o público, o centro e a periferia. (CESAR, 2002, pg. 18).

Habitar o ateliê “é ao mesmo tempo um fazer-artístico que se entrelaça com um estar-no-mundo e viver os dias nesse lugar específico que é a casa, e que se torna ainda mais complexo quando abriga tanto as funções de habitar, quanto o espaço do atelier” (NEPOMUCENO, 2007, p. 14).

Cesar (2002) definiu o ateliê como uma “moldura habitável” (CESAR, 2002, p. 18). O atelier é um acontecer⁴⁶. Se a “casa é uma reunião de vida”, como escreve Ingold (2012) o ateliê como residência é o exponencial dessa abertura, dessa reunião, onde “vários acontecimentos se entrelaçam” (INGOLD, 2012, p. 29).

Essa narrativa pautada numa metalinguagem evoca uma experiência que se iniciou de forma indireta para com o lugar “Ateliê residência”. Uma experiência indireta, nos termos de Relph (1970), contudo, íntima e vicária. O lugar em que almejamos estar, do qual nos sentimos próximos, familiarizados, seja pela pintura, literatura, fotografia ou cinema. A imagem do ateliê denota intimismo, labor. Aos poucos, o ateliê-residência em seu cotidiano, apresentado por Tony, foi ganhando uma outra concepção, mais clara e real – que não é outra senão do próprio Tony. Esse lugar, palco dos atos mais criativos e sublimes que, no entanto, continua sendo um cenário da vida comum a todos os seres humanos em suas angústias, alegrias e tristezas. Uma dualidade a altura do pensamento fenomenológico de Heidegger, um conflito entre a experiência autêntica e a inautêntica (HEIDEGGER, 2012).

⁴⁶ Heidegger (1971).

3.5.1 O Ateliê-residência Tony Gonzagto: paisagens habitadas

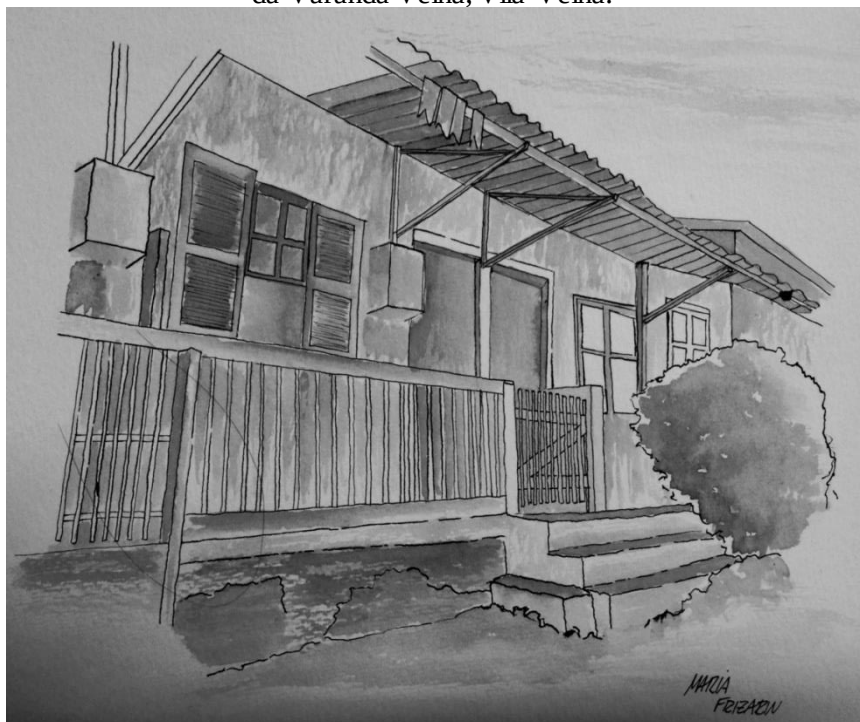
*Eis o alpendre
Afagando a nuca
D'porta: entre...*

...

*O inverno:
Voraz sopra frio,
Vida a fio*

A casa, nas palavras de Thoreau (2015), é “essa roupa mais externa de todas” (p. 41), cuja forma é a extensão dos nossos hábitos, personalidades e afazeres. O ateliê, enquanto residência é, ao mesmo tempo, um fazer-artístico que se entrelaça com um estar-no-mundo. Viver os dias nesse lugar específico, que é a casa, torna-se ainda mais complexo quando abriga tanto as funções de habitar, quanto o espaço do ateliê (NEPOMUCENO, 2007) (**Figura 12**).

Figura 12: Ilustração do exterior da casa do Tony, com destaque para o alpendre, típico da Rua da Varanda Velha, Vila Velha.



Fonte: Maria Frizarin (2016).

Complica-se, ainda mais, quando a “casa é tombada”. Como, então, o fenômeno da paisagem se apresenta nessa circunstância? Se a paisagem é “um escape para toda a terra, uma janela sobre as possibilidades ilimitadas: um horizonte” (DARDEL, 2011, p. 31), como, então, a paisagem se polariza com a realidade rígida do tombamento?

Para responder essas questões, tomamos como fundamento a experiência vivida no “Ateliê-residência Tony Gonzagto”. Esse ateliê-residência existe desde os primórdios do Projeto Ateliê-residência, em meados de 2001. Tony, na época, já tinha certo prestígio na cena artística da região do ABC. Oriundo do nordeste brasileiro, (Piauí), Tony vivenciou algumas experiências na região Sudeste. Passou por Atanaí, litoral de São Paulo e São Caetano (ABCD) quando, então, um amigo o convidou para morar na Vila de Paranapiacaba.

Eu já era bastante conhecido no ABC, já tinha um tempo de trabalho, já era bastante conhecido, participava de muita mostra no ABC quando começou aqui logo de cara já começou os ateliês, aí vieram outros artistas do ABC, começamos muito nós somos pioneiros quase, mas aí a Regina já morava há muito tempo [30 anos de casa já] eram 13 ateliês, vinham bastante os ateliês no festival de inverno não dava nem para entrar, tinha eventos nos ateliês, teatro e mudou bastante agora os ateliês no festival de inverno tinha evento mudou bastante uns foram embora porque ficaram desanimados não tinham um respaldo, não dá para viver só de arte já tenho faço oficina faço palestra sou convidado para ser jurado.

De início, o Projeto Ateliê-residência era tutelado pelo Plano Patrimônio de Paranapiacaba. A Vila, recém-adquirida pela Prefeitura de Santo André, contava com o tombamento do CONDEPHAT, de 1987. Tony tornou-se permissionário de uma pequena casa, localizada na Vila Velha, Rua Varanda Velha, uma das mais antigas de Paranapiacaba (**Foto 25**).

Foto 25: Ateliê-residência. Vila Velha. Rua Varanda Velha, Paranapiacaba.



Fonte: o autor (2015)

A casa, em madeira de pinho-de-riça e construída em meados de 1867, é uma dentre tantas que serviam de escritório ou depósito provisórios da inglesa São Paulo Railway Company. A casa possui três espaços de 10m² cada, uma pequena sala, cozinha, quarto, um banheiro e quintal, voltado para os fundos.

A parte frontal da casa dá nome à rua onde está localizada: Rua da Varanda Velha. Pequenos alpendres compõem a paisagem da rua. O ateliê-residência não possui recuo de frente e a única janela está voltada para o pátio ferroviário. Passamos a maior parte do tempo conversando sob esse alpendre, vendo o movimento da rua. Com o passar do tempo, Tony acabou por deixar-me à vontade, a ponto de sentar-me na frente de sua casa, sem que ele tivesse que deixar seus afazeres para me receber. Aquele lugar transformou-se em um recanto de escrita, leitura e observação.

A Rua Varanda Velha permanece tal como era em tempos pretéritos, ainda sem calçamento. Do interior da casa ouvem-se os passos ruidosos dos transeuntes, pisando por sobre os cascalhos. Não há nenhum elemento externo à casa que seja produto artístico de Tony. A fachada, tombada, é um invólucro de um amálgama artístico guardado em seu interior. A pátina grená integra a homogênea coloração das outras casas da Vila Velha (Foto 26).

Foto 26: Rua Varanda Velha, Vila Velha, Paranapiacaba.



Fonte: Camila Silva (2015)

O interior da casa contrasta vigorosamente com seu exterior. Objetos de todos os tamanhos, cores e materiais: madeira, tecido, papel, aço e mesmo a luz (no caso da fotografia). O ateliê-residência tem mesmo esse estado de “coisa” quase que elementar. Um ambiente de constante transformação, um atributo próprio da *lapis philosophorum*⁴⁷, transmutando os objetos em seu estado bruto em coisas, em arte. A inserção da natureza bruta perscruta os cômodos. O projeto autoral de Tony, com a pigmentação da terra dos arredores da vila está presente nas paredes da cozinha, com a tinta artesanal por ele feita. A Vila de Paranapiacaba, para o Tony, é a fonte de inspiração, ou, em suas palavras, “é um cenário, é um lugar que tem muita coisa para fazer, para retirar, para fazer o trabalho de material à Arquitetura, os pigmentos de terra” (Tony, 2015) (**Foto 27**).

⁴⁷ Pedra filosofal: termo utilizado para designar transformações de um material em outro.

Foto 27: Parede pintada com tinta artesanal a base de pigmentos da terra.
Ateliê do Tony.



Fonte: Camila Silva (2015).

Desse ofício aglutinador temos o artesão que transforma a paisagem da casa, revigorando-a com os elementos externos. A casa cresce, estende-se (BACHELARD, 2008), nunca fica pronta (INGOLD, 2012) e, mesmo na aparente rigidez do tombamento, o morador/artista faz vigorar esse fenômeno que amalgama a expressão criativa dos ateliês-residência. O patrimônio habitado eleva exponencialmente a experiência vivida da casa (DARDEL, 2001; BACHELARD, 2008; HEIDEGGER, 2008; INGOLD, 2012).

Na paisagem, escreve Ingold (2012), identificamos tanto as características naturais, como o curso de um rio ou uma escarpa, ou com estruturas construídas, como muros e cercas. Mas esses limites não são uma condição de constituição de lugares, nem são eles segmentos da paisagem, para os recursos com os quais eles são identificados; são, eles próprios, uma parte integrante da paisagem. É importante observar que nenhuma característica da paisagem por si só é um limite (INGOLD, 2012).

Em suma, a paisagem é o mundo como ele é conhecido por aqueles que nele habitam, que habitam os seus lugares e percursos, ao longo dos caminhos que os ligam a eles. A sobreposição de tempos lhe é inerente. O tempo é o tempo da vida cotidiana (RICOEUR, 2003) (**Foto 28**).

Foto 28: Parede pintada com tinta artesanal à base de pigmentos de terra.



Fonte: Camila Silva (2015).

A paisagem vivenciada é um acumulado de tempos: o tempo da vida e da natureza, necessários para o musgo que quase entope a calha sobre o telhado do ateliê – de telhas francesas; o tapete-inglês - *Polygonum capitatum* - muito comum na Vila de Paranapiacaba, que aparece sobre o alicerce da casa ou nas guias das ruas da vila; do cheiro do pinho-de-riga, mesclado com o odor doméstico.

A poeira da madeira serrada; mancha da tinta sobre o piso – que, há anos, está ali por descuido e, depois, por charme. Dos restos de argila ocultos em cantos e buracos da casa, esses são vestígios do ofício do artesão. Engrenagens de vagões, lascas de pinho-de-riga, tijolos com as identificações da Cia. Inglesa, são artefatos arqueológicos que compõem a paisagem doméstica (**Figura 13**).

Figura 13: Ilustração da chaminé de uma das casas da vila. A confluência de elementos arquitetônicos com a natureza incorporada elucida o conceito da casa como reunião de vida – uma temporalidade da paisagem.



Fonte: Maria Frizarin (2016).

O patrimônio material, por vezes, toma ares de matéria-prima nas mãos dos moradores. Para Tony, essa reunião de objetos de todos os tempos, naturais e artificiais, compõe sua matéria-prima:

Aqui destruiu muita coisa... tem um projeto que é continuado tudo que eu encontro na vila que ia ser jogado no lixo eu transformo em artes aqui nos fragmentos era uma casa que pegou fogo, isso aqui era uma boneca que estava na caçamba. Pedacinhos de madeira tudo parte dos fragmentos tudo que eu encontro faço uma seleção e depois o que vou usar aproveito desse lixo porque estou cooperando com o planeta porque o lixo está terrível tem muito lixo muita coisa tem plástico, mas o lixo não tem mais lugar para colocar lixo tem muito consumo além de reciclar o material tem que reciclar a cabeça abrir a mente, senão não dá. (TONY) (Foto 29).

Foto 29: Tony Gonzagto junto a sua obra



Fonte: o autor (2015)

O Ateliê-residência Tony Gonzagto caracteriza-se como fluxo e, para além de suas dimensões espaciais, adquire, também, aspectos temporais. Muito mais do que entre, ou sem paredes, o ateliê caracteriza-se pelo fluxo de tempo, de pessoas e objetos (SILVA, 2004). A incorporação desses artefatos elucida a fluidez da paisagem – é como um vetor, que contorna a rigidez do tombamento. Na Vila de Paranapiacaba, porém, essa experiência do tombamento que pode parecer um aspecto limitante para a atividade criativa, na verdade configura-se como agente potencializador. A necessidade de transbordar a arte pelas paredes causa efeitos *sui generis* na paisagem. A abertura sistemática a visitação coloca-se no cerne desse “movimento”.

Sempre lido com coisas cotidianas: os móveis, os objetos, as coleções, as repetições, os pequenos exercícios de ordem, os pequenos desvarios. Isso vem da casa. Mas a participação da casa na minha produção nasce em outro nível e se prolonga de várias maneiras. O motivo de ser considerada como uma essência é justamente por causa dessa situação casa-atelier e as implicações que isso gera não só em cada objeto, mas no conjunto do trabalho como um todo (NEPOMUCENO, 2007, p. 64).

Na **Foto 30**, podemos observar o varal feito com trilhos da ferrovia. Alguns outros objetos esparsos mesclam-se com o cultivo de flores nativas da Mata Atlântica. Vê-se, também, ao centro, um móvel feito de material reciclado, cujo prisma reluz os raios do Sol, em determinadas horas do dia.

Foto 30: Trabalhos de artes plásticas no jardim do Ateliê-residência do Tony.



Fonte: o autor (2015).

Nepomuceno (2007) aponta para essa característica do ateliê-residência, em que o “dia a dia, insípido a princípio, que vai se revelando, e deixando entrever por frestas e vãos e transparências. Dilatar as coisas comuns, observar atentamente cada uma delas. Extrair elementos do cotidiano e fundi-los em objetos possíveis” (NEPOMUCENO, 2007, p. 45).

O ateliê-residência, enquanto casa, reúne vida. No âmbito da sua visão cotidiana e de sua movimentação diária e habitual, vemos o artesão exprimindo sua relação geográfica com o mundo, a partir do ordenamento dos elementos postos para ele. No caso do Tony, a terra da Mata Atlântica, os materiais construtivos da antiga SPR (vigas de ferro, dormentes de trilhos, madeiramento de ruínas de casas de Paranapiacaba). O próprio ateliê-residência é uma arte arquitetônica do século XIX (DARDEL, 2011). Surgem espontaneamente as expressões vernaculares da paisagem e da Geografia, quando apreendemos uma fala tal como esta:

Paranapiacaba é um cenário, é um lugar que tem muita coisa para você retirar para fazer para fazer o trabalho não só da natureza, de material à arquitetura, como o tempo como foi construída a vila [...] Esse trabalho eu uso como tinta para esculturas como aquele trabalho lá, pigmento de terra, eu processo, aglutino [...] (TONY).

Esse trecho que corrobora as palavras de Dardel (2011), quando escreve que a “geografia pode assim exprimir, inscrita no solo e na paisagem, a própria concepção do homem, sua maneira de se encontrar, de se ordenar como ser individual e coletivo” (DARDEL, 2011, p. 31), pois, “uma verdade emerge da paisagem, contudo não como teoria geográfica ou mesmo com valor estético, mas como expressão fiel da existência” (DARDEL, 2011, p. 31). E é assim que um ateliê-residência de uma Vila Ferroviária centenária constitui parte integrante da Geografia local, como testemunho de uma presença humana que dá sentido a seu entorno. A paisagem não é só “paisagem da história”, insere-se na história linear e cronológica dos grandes feitos (**Figura 14**). A

paisagem pressupõe uma presença do homem, mesmo lá onde toma forma de ausência. Ela fala de um mundo onde realiza sua existência como presença circumspecta e atarefada [...] o passado revelado na paisagem atesta que a superfície e o volume do espaço terrestre se abre para uma outra dimensão que é atemporal [...] há, na paisagem, uma fisionomia, um olhar, uma escuta, como uma expectativa ou uma lembrança. Toda espacialização geográfica, por que é concreta e utiliza o próprio em sua existência e porque nela o homem se supera e se evade, comporta também uma temporização, uma história, um acontecimento. (DARDEL, 2011, p. 32-33).

Figura 14: Ilustração do vagão abandonado na Rua da Estação, Vila Velha.



Fonte: Maria Frizarin (2016).

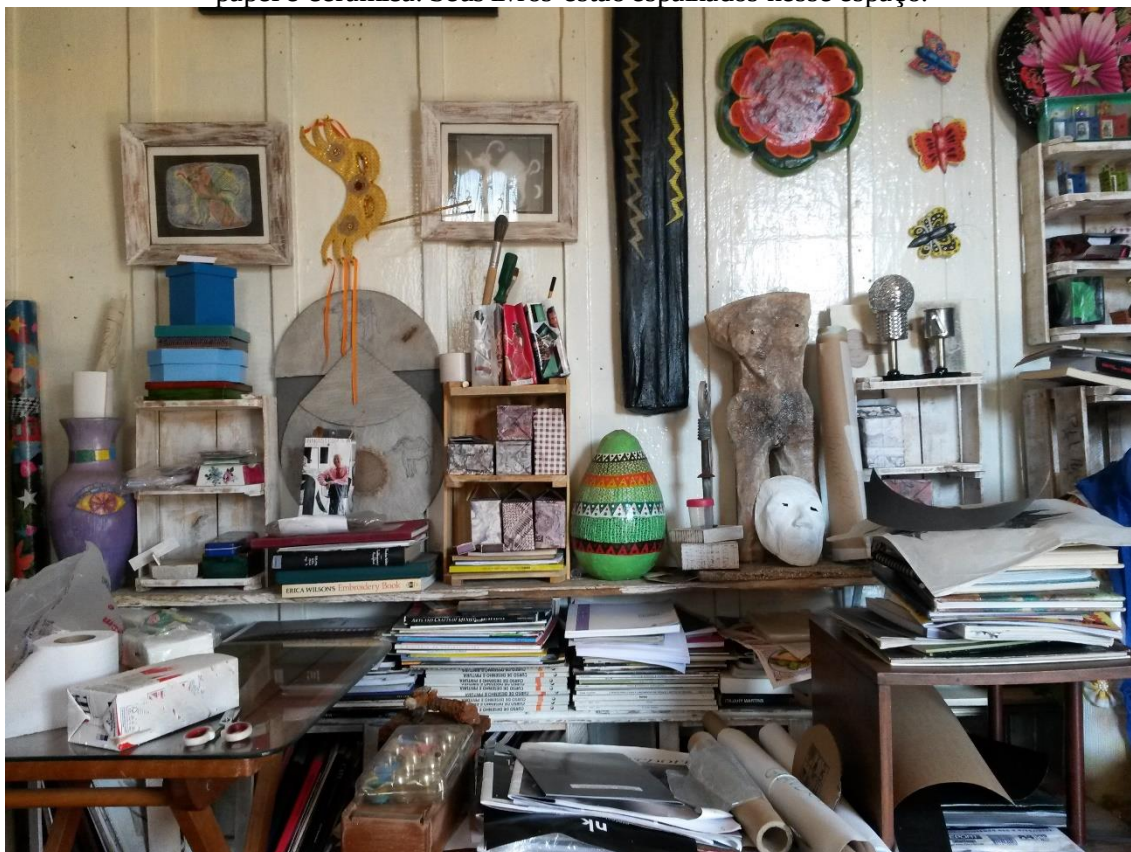
Os valores, sentimentos e realizações nessa conexão ateliê-residência e mundo diz respeito a essa evasão, sobre a qual escreve Dardel (2011). São valores do abrigo da casa, do fenômeno apreendido, da paisagem manifestando-se na vida cotidiana, pelo trabalho, pelo descanso.

Permaneci o inverno todo frequentando o Ateliê-residência do Tony. Sentava--me na varanda, sob o alpendre e observava seu cotidiano. Raramente ele saía da vila. Quando o fazia, geralmente dirigia-se para São Caetano ou São Bernardo do Campo para trabalhar em alguma galeria ou em outros ateliês de conhecidos. No mais, acordava, caminhava pela vila atento aos materiais de descartes – principalmente madeira. Sempre voltava com um objeto “novo”. Frequentemente, mesmo quando eu deixava de passar na casa dele, designava alguém para me informar sobre seus novos achados. Sabia do meu interesse por aqueles objetos e sempre se dispunha a levar-me ao local de encontro deles. Sua coleção era variada, mas chamava-me a atenção a vidraçaria, quase toda proveniente da área de descarte do antigo hospital da Vila de Paranapiacaba.

Tony geralmente começava seus afazeres depois do almoço. Como sua casa encontra-se muito próxima da Rua Direita, ao caminhar por ela é possível vê-lo, nas

tardes, sentado na varanda, iniciando ou terminando algum trabalho. Nas pausas, vagueia no seu jardim, na parte dos fundos da casa, para cuidar de suas plantas. Têm o costume de fumar somente do lado de fora da casa (**Foto 29**).

Foto 31: Interior da casa do Tony, a sala: quadros pintados por ele; esculturas; trabalho em papel e cerâmica. Seus livros estão espalhados nesse espaço.



Fonte: o autor (2015)

O período em que comecei a compartilhar o cotidiano com Tony mostrou-se frutífero para a pesquisa. Com ele, passei a ter acesso a outros convívios. Já com Pedro, o círculo de pessoas era basicamente constituído pelos moradores do Morro, geralmente moradores antigos. Tony, ao contrário, tinha ótimas relações com os moradores novos. Berreman (1990) escreve que a alternância de colaboradores em dada circunstância permite que o pesquisador se insira em diferentes lugares dentro de um contexto social. (BERREMAN, 1990). Nesse período, por exemplo, convivi muito mais com os artistas da Vila: escultores, ceramistas, tapeceiros, cada qual com sua vivência naquele pedaço de chão. Contudo, não consegui repetir a relação que travei com Pedro e Tony, ou seja, a

experiência de vivenciar um cotidiano de forma concebida, mas pude compreender como funcionava o fluxo desses materiais arqueológicos. Tony, geralmente, também os recebia como presente de outros moradores, que sabiam de seu interesse de salvaguarda (**Foto 30**).

Foto 32: Tony sentado à porta. Garrafas artesanais de elixir da antiga farmácia do Sr. Genofre, em Paranapiacaba. Da esquerda para direita: copo medidor, garrafa de água inglesa (perfumaria) e garrafa de tônico (o copo medidor pertence a essa garrafa).



Fonte: o autor (2015)

Nos termos heideggerianos, o resguardo do habitar, da simplicidade, que estão arraigados no inconsciente, está presente nas narrativas do Tony; nas minuciosas descrições dos objetos esparsos pela casa: “tudo compõe o ateliê, não vendo as peças históricas. Elas são patrimônio da vila”. Nas palavras de Bachelard, uma “biografia da casa”, que tem em sua trajetória a composição fluída dos objetos extra casa (BACHELARD, 2008). As tramas se entrecruzam e a história ganha adjetivo de temporalidade: uma história que não é linear, mas cíclica.

Reafirma-se, portanto, a premissa de que a casa nunca está acabada. Cada novo objeto/artefato é uma peça que muda a dinâmica da casa, sua paisagem. O fenômeno da

paisagem, mesmo em um contexto de tombamento, flui, extrapola para além das janelas e portas. Há o acúmulo das funções do habitar: patrimônio tombado, moradia e ateliê (portanto, trabalho/tarefa).

Na paisagem do Ateliê-residência, parafraseando Dardel (2011), unifica-se em torno de uma tonalidade afetiva, uma totalidade do ser humano em sua ligação existencial com a terra, o alicerce da casa. Uma geograficidade original (DARDEL, 2011).

Nessa experiência do habitar, pude encontrar um dado fenômeno da paisagem: a experiência compartilhada entre diversos sujeitos, que se unem numa prática social: curar a Vila, a casa e os artefatos. O fenômeno das curadorias domésticas é uma experiência do habitar – uma forma de identidade com a vila, apropriação do direito de se chamar morador – conhecedor da história. O tempo que passei com Pedro e com Tony abriu-me outras tantas portas na vila. Mas, substancialmente, fez com que fosse evidenciado esse traço marcante: os moradores seriam curadores. A resposta para nossa questão: —“O que é habitar o patrimônio arquitetônico?”, é incorporar esse mesmo patrimônio na trama da vida dos sujeitos e isso quer dizer, vivenciar a temporalidade da paisagem.



CAPÍTULO IV: CURADORES DE PARANAPIACABA

4.1 Levantamentos de coleções de particulares na Vila de Paranapiacaba

No Brasil, a normativa constitucional protege o patrimônio arqueológico, resguardando o direito de salvaguarda desse tipo de objeto aos órgãos competentes. As pessoas que, porventura, possam destruí-los, a lei pune por meio de processo judicial, que pode variar de multa à prisão (MENEZES, 2011; BRASIL, 1988).

O conhecimento sobre essas questões legais não é socialização para muitos dos moradores da vila. Contudo, sabe-se, por alto, que estar de posse desses objetos pode trazer complicações. Por essa razão, ocultam-se os artefatos ou resguardam-nos no ambiente doméstico, colocando-os longe da vista de estranhos.

Quando iniciamos as atividades de cadastro das coleções domésticas, os moradores, aos poucos, mencionavam estar de posse de objetos pertencentes a épocas passadas. Alguns indicaram a procedência. Esses primeiros informantes foram essenciais para que tivéssemos a confiança dos demais.

Procuramos tranquilizar os moradores, esclarecendo nosso papel como pesquisador e não como fiscal. Com isso, o processo dialógico se iniciou. Realizamos uma curadoria prévia em algumas coleções domésticas, para dimensionar o potencial das coleções para continuidade das ações futuramente.

A curadoria de objetos arqueológicos é um hábito cultural consolidado pelos moradores da Vila de Paranapiacaba e ignorado pelos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio. As ações futuras devem dimensionar e problematizar tais questões, ao ponto de enriquecer ainda mais o ideário patrimonial, por meio de ações que estimulem a salvaguarda dos artefatos, respeitando os moradores. Permitir que os moradores mantenham a guarda desses objetos e que abram as suas residências para os turistas, pode ser uma forma de preservar o patrimônio e garantir alguma renda para os moradores da Vila.

As intervenções junto aos seus moradores indicaram que muitos, apesar de não possuírem vínculo direto com a SPR ou RFFSA, são moradores “antigos”. Esses moradores veem na coleção dos artefatos, uma forma de autoafirmação identitária para com a Vila de Paranapiacaba, conseguindo identificar objetos a partir de seus pedaços. Muitas vezes sabem sua história e de onde foram retirados. Enfim, esses moradores fazem um legítimo e, por vezes, sistêmico trabalho de curadoria. Os objetos, nessas situações, trazem a diversidade das memórias existentes, contrapondo-as com as

memórias institucionalizadas (MENESES, 1996; SCIFONI, 2015; REPEP, 2015), naturalizando o *habitus* enraizado da “curadoria” desses artefatos ao longo dos anos.

Alguns moradores, desde há muitos anos, vêm trabalhando sobre novas leituras do patrimônio cultural. Um caso emblemático é o do Tony, que utiliza os materiais de “reúso” da vila, também conhecido como “lixo”. São artefatos encontrados pelos moradores, tal como a coleção do Tony, encontrada no antigo lixão do hospital velho. Tony utiliza esses materiais para realizar intervenções artísticas ou, como ele as denomina, “incorporações”. Em seu ateliê-residência, é possível observar uma composição heterogênea de artefatos: tijolos, telhas francesas, engrenagens e garrafas de várias tipologias. Somam-se a essa coleção, dormentes de trem e madeiramento descartado das casas, principalmente Pinhos-de-Riga.

Contempla-se pelo escopo desse tópico os aspectos concernentes para as interpretações e ressignificações dos artefatos arqueológicos e a sua inserção na paisagem doméstica ou para o uso em criações artísticas.

4.2 Coleções domésticas possíveis de serem musealizadas na Vila de Paranapiacaba

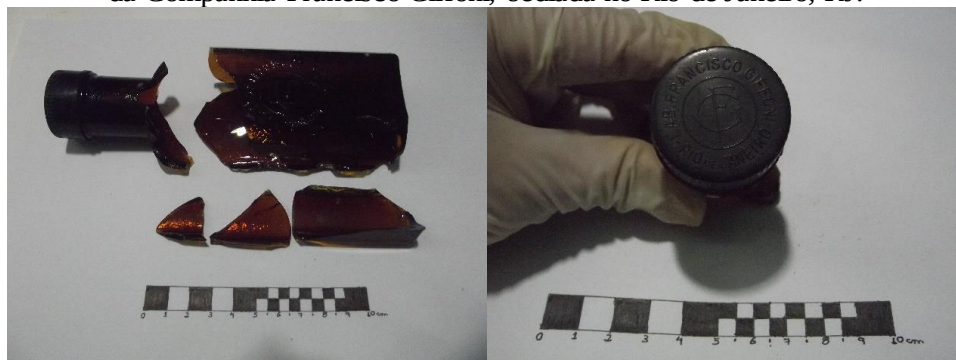
Uma casa tem muitas vezes as suas relíquias, lembranças de um dia ou de outro, da tristeza que passou, da felicidade que se perdeu. Supôs que o dono pense em as arejar e expor para o teu e meu desenfado. Nem todos serão interessantes, não raras serão aborrecidas, mas, se o dono tiver cuidado, pode extrair uma dúzia delas que mereçam sair cá. (ASSIS, 1997, p. 5).

São objetos de toda sorte: tijolos de várias tipologias, oriundos de diversas olarias ao longo da ferrovia Santos-Jundiaí, com destaque para a região do ABCD. As telhas francesas, boa parte da região de Marselha, França. Algumas foram aproveitadas nos anexos improvisados das casas. Outras ocupam lugares em prateleiras ou ficam empilhadas no quintal expostas às intempéries do clima. Inúmeros frascos de remédios, ampolas e vidros de elixir também compõem o cenário doméstico.

Outros artefatos, embora com menor recorrência, como: maquinários da antiga SPR, peças de composições, de locomotivas, placas antigas, carteiras escolares da antiga escola, ferramentas e mesmo artefatos de uso cotidiano das antigas famílias de

ferroviários, técnicos e engenheiros que habitavam a Vila na época áurea da SPR, podem ser encontrados adornando os imóveis da vila (**Fotos 33 e 34**).

Fotos 33 e 34: Peças em vidro da farmácia do Sr. Genofre. Frasco de vidro e tampa de plástico da Companhia Francisco Giffoni, sediada no Rio de Janeiro, RJ.



Fonte: Pereira et all (2016)

Os moradores apontaram as áreas de maior ocorrência dos artefatos. Destaca-se a área da antiga farmácia do Senhor Genofre, de onde é proveniente boa parte dos frascos para manipulação de remédios, garrafas e ampolas de vidro provenientes de outros lugares. Esse tipo de material – frascos e garrafas de vidros – são comumente observados nas coleções domésticas dos moradores. A área onde a antiga farmácia estava instalada apresenta uma abundância de objetos em superfície, um facilitador para as coletas dos moradores.

Por meio de pesquisa sistemática em anúncios de jornais da cidade do Rio de Janeiro, como o Correio da Manhã, pudemos traçar uma faixa cronológica da Francisco Giffoni & Cia. de grande atuação no mercado. Os anos em que os anúncios foram encontrados são 1901, 1902 (antes da junção com seu irmão João Giffoni), 1914, 1929, 1931 e 1950. As datas em apreço coincidem com as datas de anúncios de jornais sobre o Elixir de Nogueira de João da Silva Silveira. Acreditamos que parte da população da vila de Paranapiacaba utilizou-se destes medicamentos obtendo-os e descartando-os em locais especializados. Como dito, o frasco de Elixir foi encontrado no depósito de lixo do Hospital Velho e o frasco da Francisco Giffoni foi detectado em prospecção na antiga farmácia do Sr. Genofre. (PEREIRA et al., 2016).

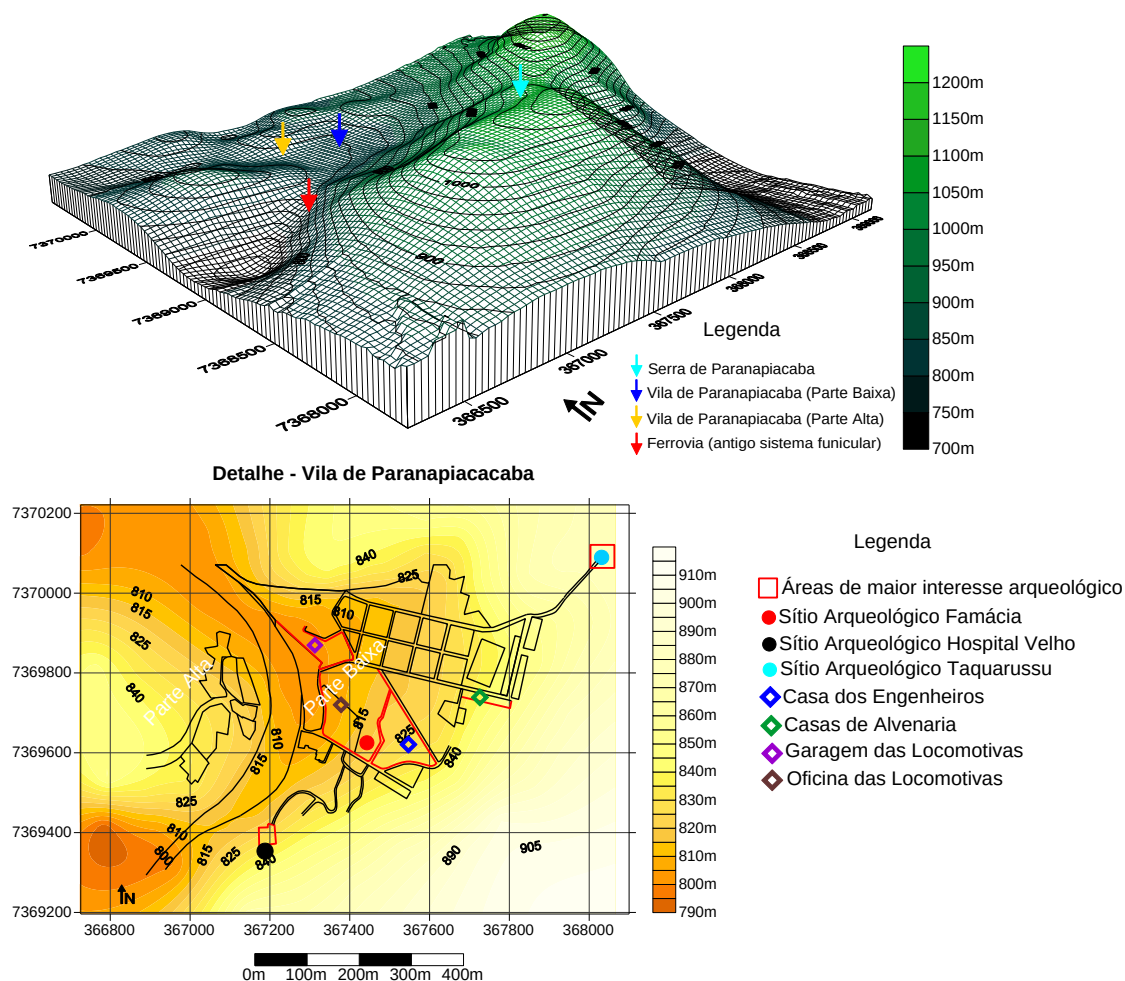
A **Foto 35** apresenta a coleção de frascos de vidro da antiga farmácia do Senhor Genofre e artefatos do cotidiano dos ferroviários (**Foto 35 e Figura 15**).

Foto 35: Coleção de frascos de vidro da antiga farmácia do Senhor Genofre e artefatos da ferrovia da SPR, pertencente a morador da Vila de Paranapiacaba.



Fonte: o autor (2016)

Figura 15: Localização dos sítios arqueológicos, onde os moradores recolhem objetos para compor as suas coleções.
Modelo Digital do Terreno



Fonte: Produção gráfica Hiuri Di Baco. In: Pereira et al. (2016)

A Figura 34 apresenta dos sítios arqueológicos conhecidos na Parte Baixa da Vila de Paranapiacaba. Um deles, o Sítio Arqueológico Farmácia, localizado na Rua Direita, referente às ruínas da antiga farmácia do Senhor Genofre, farmacêutico da Vila, anos 40, em cujo local, é possível verificar material arqueológico em superfície: frascos de remédios, ampolas e garrafas de tônicos. O Sítio Arqueológico Hospital Velho, localizado em um lugar isolado da Vila Velha, apresenta artefatos hospitalares do início do século. Há uma área de deposição de lixo hospitalar rente a uma trilha por onde os moradores circulam. Isso justifica a razão de boa parte dos materiais encontrados nas coleções domésticas serem garrafas de elixires. A área do Sítio Arqueológico do Taquarussu constitui outro depósito de lixo da Vila, onde os moradores também coletam materiais, situa-se no antigo caminho do sal e vai em direção à fazenda homônima. Já o Sítio 1Arqueológico Casa dos Engenheiros apresenta edificações em alvenaria, como casas,

garagem e a oficina de trens que, embora também possuam grande potencial, poucos objetos são coletados na sua área.

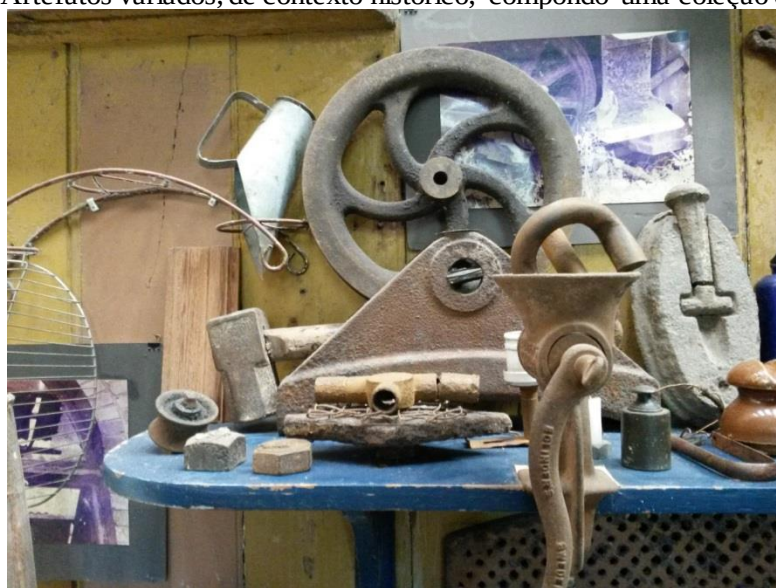
Durante as conversas com os moradores, verificamos que histórias são apresentadas, a partir dos artefatos retirados das áreas dos sítios arqueológicos – como é o caso da garrafa de elixir, encontrada por um morador atrás do hospital velho, que hoje carrega aguardente de Cambuci. — “Essa garrafa [Frasco de Elixir de Nogueira] eu não dou para ninguém, carrego meu Cambuci nela. Mas posso emprestar para tirar foto”. Ou a coleção bem cuidada de outro morador, que reconhece o valor histórico daqueles objetos e disse-nos que só os recolheu, ao longo desses anos, pois, segundo ele, estavam todos espalhados e abandonados nas ruas e quintais – como lixo doméstico acumulado na parte de trás das casas e nos “lixões”, principalmente o do antigo hospital (**Fotos 36 e 37**).

Foto 36: Frasco de Elixir de Nogueira (Chimia Pharmaceutico) sediada em Pelotas, RS, da coleção particular de João da Silva Silveira.



Fonte: Pereira et all. (2016).

Foto 37: Artefatos variados, de contexto histórico, compondo uma coleção doméstica.



Fonte: o autor

As **Figuras 16** e **17** mostram a origem dos objetos identificados nas coleções dos moradores de Paranapiacaba. Verifica-se a presença de produtos nacionais e importados.

Figura 16: Origem dos objetos arqueológicos encontrados nas residências dos moradores de Paranapiacaba.



Produção gráfica: Maria Frizarin. Elaboração: David Lugli e o Autor (2016)

Figura 17: Origem dos objetos arqueológicos encontrados nas residências dos moradores de Paranapiacaba.



Fonte: produção gráfica Maria Frizarin. Elaboração David Lugli e Autor (2016)

Rastreamos a origem dos objetos por meio da metodologia de “anunciologia”, que consiste em análise dos anúncios dos objetos ou fatos sociais em mídias impressas. Essa metodologia é proveniente da História, tendo sido elaborada por Freyre (2012).

Freyre desenvolve o que ele mesmo chama de Anunciologia. Pondera o autor que o anúncio de jornal é história social e antropologia cultural da mais idônea e confiável. Assim, a utilização destes anúncios em pesquisas históricas pode levar a reconstrução de quadros sociais em diferentes etapas do desenvolvimento nacional. Um tema clarificado por Freyre (2012) no âmbito cultural é a questão dos estudos de impactos de inovações ou importações de produtos de várias espécies. Assim, questões que a nós, arqueólogos, são de suma importância, como os artigos de vestuário, higiene, móveis e arte foram avaliadas por Freyre. Nesse ínterim, analisando os anúncios, pôde o autor notar que mesmo sobre uma sociedade do tipo brasileira, situada em espaço tropical, não havia no século XIX a intenção de deseuropeizar os seus estilos de vida. (PEREIRA et al, p. 59, 2016).

Há pouquíssimos estudos que tratam da Anunciologia. Menezes (2011) relata um estudo de caso na Amazônia, nas ruínas do Sítio Histórico da Vila Joanes, localizado na ilha do Marajó. Assim como na Vila de Paranapiacaba, a população de Joanes, na Amazônia, cultivou o hábito de colecionar peças provenientes do Sítio Histórico da Vila Joanes.

Os moradores formam pequenas coleções de louças, cerâmicas e moedas coletadas, sobretudo, pelas crianças. A formação dessas ‘coleções domésticas’ é recorrente na Amazônia, em especial nas vilas assentadas sobre antigas aldeias. Contudo, não há pesquisas sobre o tema, que tem desdobramentos importantes para as reflexões acerca das relações entre ‘pessoas e coisas’ (Bell e Geismar, 2009) e para a gestão do patrimônio arqueológico na região. (MENEZES, 2011, p. 58).

Segundo o autor a natureza dessa prática deve ser diferenciada do que consideramos vandalismo, depredação ou pirataria arqueológica. Trata-se de prática do colecionismo e da preservação do patrimônio cultural em comunidades de pequena escala, com demarcação de fronteiras bem estipuladas, como ocorre no caso da Vila de Paranapiacaba (MENEZES, 2011).

O Sítio Histórico da Vila de Paranapiacaba constitui um patrimônio ambiental, arquitetônico, tecnológico, centenário. Contudo, até recentemente – década de 1945 – tinha uma “vida ativa”, sob a concessão da SPR, sendo, posteriormente, encampada, pela RFFSA, que manteve algumas das famílias de funcionários na vila, para operar as vias férreas.

Foto 38: Placa da SPR utilizada nos porões das casas da Vila Martin Smith (Vila Nova). Paranapiacaba, SP.



Fonte: o autor.

Muitos dos objetos, patrimônio material, estavam dispersos pela Vila, até que alguém os encontrou e os levou para sua casa. Essa situação não se limita ao Sítio de Paranapiacaba. Um jovem morador realizou várias incursões na “via da conservação” do sistema funicular, descendo os patamares da Serra, coletando inúmeros objetos (ferramentas, material construtivo e louça). Como lembra Menezes (2011), “sob a ótica da legislação brasileira, todos praticam atos ilegais, que contrariam as perspectivas patrimoniais de preservação” (MENEZES, 2011, p. 58). Contudo, há de se distinguir esse tipo de prática, daquelas que são evidentemente – em sua intencionalidade – criminosas (Foto 37).

Foto 39: Coleção de louças de um morador da Vila de Paranapiacaba.

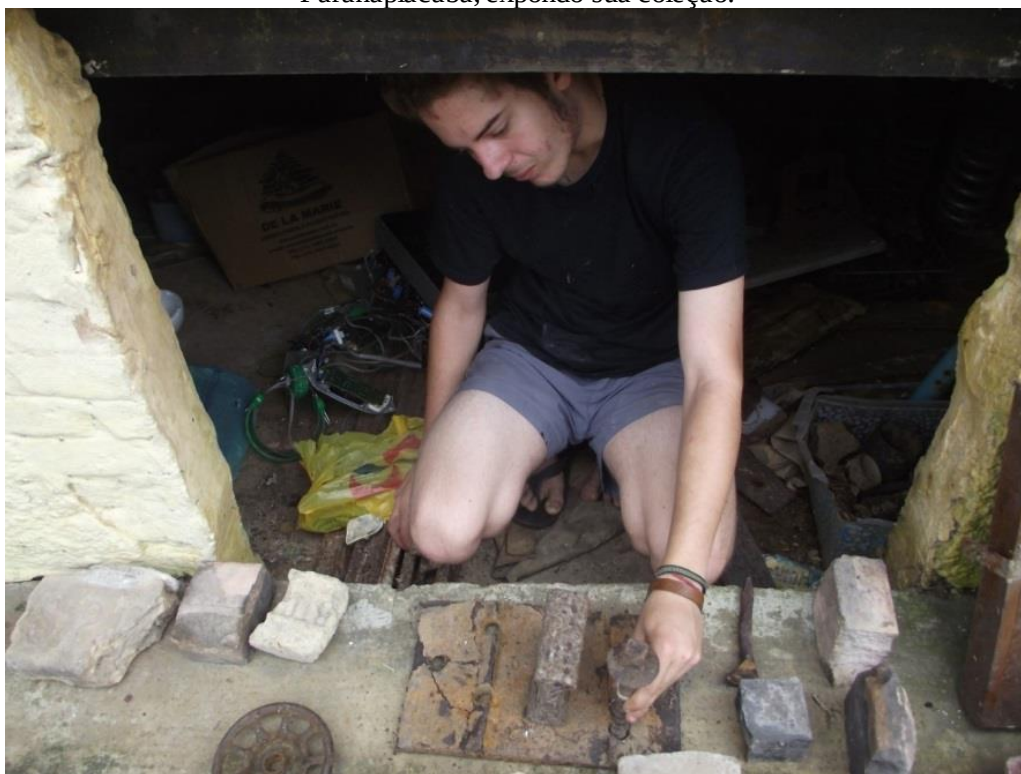


Fonte: o autor

As questões sobre o patrimônio cultural não podem valer-se apenas da perspectiva da cultura material. Os sujeitos sociais têm que assumir o centro das preocupações (REPEP, 2016). Nesse sentido, concordamos com Menezes (2011) quando este afirma que, mesmo não estando de acordo com nenhum tipo de depredação do patrimônio cultural, temos que considerar casos como os da Vila Joanes, na ilha de Marajó e o caso da Vila de Paranapiacaba, em Santo André, merecendo ser profundamente estudados.

Nos diálogos informais com os moradores da Vila de Paranapiacaba, verificamos disposição para doar as peças, desde que sejam devidamente expostas em Paranapiacaba. Convidamos alguns jovens aficionados por coleções e escavações para participarem da rotina operacional de um trabalho de prospecção arqueológica, mostrando a eles o quanto um contexto arqueológico pode oferecer em termos de conhecimento a respeito do grupo que ocupou o local. Com o tempo, esses jovens tornaram-se os maiores colaboradores do trabalho em tela (**Foto 38**).

Foto 40: Morador que participou dos trabalhos de campo na área da Arqueologia de Paranapiacaba, expondo sua coleção.



Fonte: o autor

A guarda de matérias arqueológicas na Vila de Paranapiacaba (Parte Baixa ou Vila Velha e Martin Smith) é costume de considerável proporção.

Foto 41: Louça inglesa (J&G Meakin Hanley, England), produzida no período de 1851 – 1968. Coleção doméstica.



Fonte: o autor

Habitar o patrimônio arquitetônico em Paranapiacaba – no contexto da Parte Baixa – significa ser um permissionário do imóvel, ou seja, mora-se mediante contrato que pode variar de cinco a 20 anos, dependendo do uso da moradia. Esse contrato pode ser renovado por tempo igual. A situação como permissionário é complexa: —“Nunca sabemos com certeza se os contratos vão ser renovados. Sabemos que a Prefeitura, por meio da Lei de Zoneamento, garante que uma parte das casas sejam moradias. Mas é sempre uma incerteza. Moro há mais de 13 anos aqui [na vila], e pretendo passar o resto da minha vida aqui”. Quando perguntado sobre seu acervo esse informante respondeu: —“Isso não é nosso [moradores] é de todo mundo, porque é patrimônio. Mas se deixarmos por aí, o pessoal [turistas] leva embora. Eu sempre guardo. Mesmo sendo morador novo, eu conheço muito daqui. Só de olhar uma peça eu sei se é antiga ou não. Sei a história daqui⁴⁸”. Observa-se, na narrativa, uma noção de pertencimento ao patrimônio cultural no enfrentamento com as condições externas ligadas ao poder público ou, como denomina Menezes (2002), aqueles que fazem um uso cultural da cultura (MENEZES, 2002).

Nessa peculiar condição, um morador novo⁴⁹, em posse de suas coleções, reúne o maior conhecimento possível acerca da biografia desses objetos, dignos de zelosos curadores, a fim de se afirmarem pertencentes àquele “Lugar”, pois são conhecedores de sua história. Essa inferência é constatada em uma declaração de Expedito Pedro para a equipe: — “Aqui somos sempre moradores novos, já moro aqui há mais de dez anos e ainda sou morador novo. Às vezes, nós sabemos a história da vila melhor do que os moradores antigos”. O ato de colecionar torna-se, simbolicamente, uma afirmação de pertencimento ao patrimônio cultural por esses sujeitos sociais (**Foto 42**).

⁴⁸ Expedito Pedro, guia ambiental.

⁴⁹ É considerado morador novo a pessoa que não possui um “passado”, mesmo que familiar ligada à ferrovia ou atividade ligada à ferrovia, podendo, assim, uma pessoa que more na vila há 15 ou 20 anos, ainda se considerado um morador novo. Em contraponto, o Morador antigo ou é ferroviário aposentado, descendente de ferroviários, técnicos, enfermeiros ou exercido outras funções e que tenha morado na vila na época da SPR.

Foto 42: Ferro à brasa, encontrado nas dependências da casa do morador Expedito Pedro. A peça compõe adorno dentro do mobiliário doméstico.



Fonte: o autor.

Ainda sobre o ato de colecionar, acreditamos “que é preciso pensar na materialização das relações e não na sua materialidade” (MENEZES, 2011, p. 67). O Patrimônio de Paranapiacaba envolve um processo de ressignificação e incorporação dos objetos a vidas das pessoas (INGOLD, 2012; REPEP 2016), que deve ser alvo de reflexão, para não cairmos nos moldes discursivos de uma arqueologia colonialista (BEZERRA, 2011).

Foto 43: Pedro mostrando um “farolete” artesanal feito por um antigo ferroviário que morou na sua atual casa



Fonte: o autor

De maneira geral, os artefatos mantêm-se íntegros e compõem a paisagem doméstica. Os moradores têm o cuidado de limpar as peças e de deixá-las esteticamente atrativas. Há, porém, alguns casos em que as peças assumem outras funcionalidades que não a original, podendo ter sua forma e função alteradas. Schiffer (2010) utiliza a noção de reúso e reutilização, essa última que seria uma mudança no uso dos artefatos, bem como nos usuários ou mesmo na forma desse artefato.

Tomemos como exemplo um antigo armário que, originalmente, tinha como funcionalidade o mostruário de remédios e elixires. Atualmente sua função é estética e compositora da paisagem doméstica, sendo reutilizado. Houve uma mudança no uso, consequentemente no seu significado, mas não em sua forma. Esse artefato tem sua função modificada – é um objeto decorativo, fora de seu contexto original – mas, ao mesmo tempo, serve para que o morador guarde outros artefatos do passado igualmente reutilizados – ou seja, deu-se um processo de “reutilização”, conforme conceituado por Schiffer (2010). O mesmo autor relaciona quatro tipos de processos de reutilização: ciclismo lateral, reciclagem, uso secundário e processo de conservação.

O ciclismo lateral, como processo de reutilização, foi o mais comum nas casas da Vila de Paranapiacaba. Boa parte dos artefatos que compõem as coleções tem sua forma inalterada, mudando apenas o contexto, o usuário e a função. Constituem esse grupo os

materiais construtivos, tais como tijolos e telhas de contexto histórico, que são encontrados em abundância nas propriedades de Paranapiacaba (**Foto 44**).

Foto 44: Coleção de tijolos da SPR, compondo o acervo doméstico.



Fonte: o autor

Os materiais construtivos assumem uma função decorativa. Boa arte desse material permite análises, por conter as inscrições que indicam a origem de suas fabricações, conforme mostra o **Quadro 3**.

Quadro 3: Tijolos, segundo suas inscrições.

BAIXO RELEVO (BR) ALTO RELEVO (AR)	INSCRIÇÃO	MEDIDAS
BR	C.M. S.P	26X12X6,5
AR	*	28X14X7
BR	L.C.F	27X12X7
AR	N. C	24,5X12X6,5
AR	C&J	23X12X7
AR	G *J	27,5X12X7
BR	F&R	25X14X6,5
AR	P*U	26X12X7
BR	C^PP	24X12X6,5
AR	C&R	26X13,5X6,5

BR	S.D	28X12X7
AR	L.P.J	26X12X6,5
BR	G&F	27,5X12X7
BR	C.F.B	24X13X7
BR	A.Z	26X12X6,5
BR	BA -RTC	25X12X6,5
AR	A*P	26X13,5X6,5
BR	PILAR	24X12X7
AR	SPR	23,5X12X7
AR	A.M	26X12X6,5

Fonte: Adaptado de Plens (2010)

Um segundo tipo de processo de reutilização diz respeito à reciclagem. Por esse processo, os artefatos, outrora descartados ou descontextualizados, passam por um novo processo de manufatura. Assim, obviamente, a forma do artefato é alterada, podendo seu uso também ser alterado (Ibid. 2010) (**Foto 45**).

Aplica-se também a reciclagem aos artefatos fragmentados, já sem utilização funcional, mas que ganham outra significação dentro do contexto doméstico: adornos. Esse é o caso dos fragmentos de louça (porcelanas e faianças), com grande variabilidade de motivos e formas (pires, pratos e xícaras), que são guardadas nos porões das casas ou dispostos nas prateleiras das cozinhas para exibir seus brasões, incisões e pinturas (**Foto 46**).

Foto 45: Suporte de barris, encontrado nas proximidades da residência e que passou pelo processo de reutilização, do tipo reciclagem. De suporte passou a ser utilizado como banco.



Fonte: o autor

Foto 46: coleção de louça de um dos moradores de Paranapiacaba. Os artefatos foram encontrados nos fundos de sua casa.



Fonte: o autor

O uso secundário prevê alteração no uso do objeto, mas não em sua forma. No caso do exemplo acima – o armário de mostruário – podemos dizer que ele sofreu o processo de reutilização de uso secundário. De um uso farmacêutico, contextualizado historicamente e socialmente, para mostruário de peças antigas (Ibid. 2010).

Por fim, o processo de conservação, para Schiffer (2010), constitui-se de uma variedade de usos secundários, levando, assim, a uma preservação, em longo prazo, que garante que artefatos sejam conservados, visando fornecer conhecimento histórico e arqueológico. O autor considera que muitos museus, arquivos e bibliotecas são agentes desse processo de conservação (Ibid. 2010). Contudo, acreditamos que, no contexto específico dos acervos domésticos, eles também serviram e ainda servem como agentes desse processo de conservação. Salvo exceções, os moradores de Paranapiacaba possuem pleno conhecimento de muitos dos artefatos de que fazem curadoria e os contextualizam na História da Vila (**Foto 47**).

Foto 47: Armário de mostruário da antiga farmácia de Paranapiacaba, atualmente utilizado para expor objetos antigos encontrados na Vila.



Fonte: o autor

Tal fato faz-nos retornar à discussão proposta por Menezes (2011), quando este entende que, em tais circunstâncias, tal como se apresenta com os curadores de Paranapiacaba, a relação estabelecida com “o ‘patrimônio arqueológico’ não é de destruição, de desconhecimento. Nesse caso, a lógica patrimonial é contrária à percepção de que essas populações têm de ‘lugares e coisas’” (BEZERRA, 2011, p. 68).

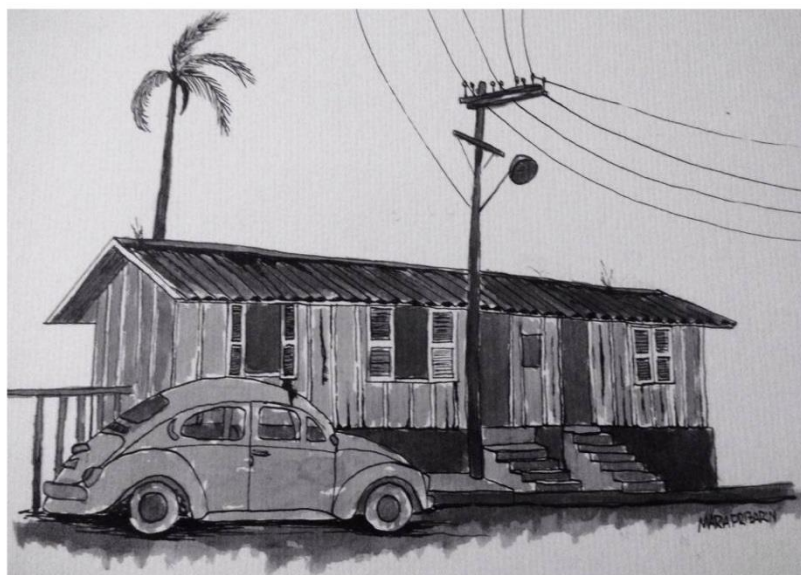
O discurso do patrimônio essencializa a sacralização do passado e seus testemunhos materiais; os moradores, por sua vez, sacralizam o passado ao ressignificar ‘lugares e coisas’ em suas vidas cotidianas. Esse processo se dá quando os moradores transformam um fragmento de louça histórica ‘jogado’ no meio da rua em semióforo de sua conexão com o passado. Não há desvalorização nesse processo. Talvez seja pertinente perguntar o que se entende por ‘valorização’? (BEZERRA, 2011, p. 68).

Discussão à parte, cabe-nos, ao menos, realizar proposições no campo das ações. O trabalho até aqui realizado teve um alcance além do esperado. Estreitamos laços de confiança e colaboração; realizamos articulações entre os sujeitos sociais e o poder público. Conhecemos uma população engajada com o patrimônio, que os envolve e que, na medida do possível, preservou boa parte desse contexto. Mas o caminho apenas se iniciou. Há enfrentamentos e questionamentos. Afinal, qual foi o sentido das atividades ora realizadas? Onde se resguardarão os acervos resgatados nas etapas de prospecção? E os acervos domésticos, o que fazer com eles?

E ainda há um campo totalmente inexplorado, seja nos quintais das casas nos outros patamares, em outros caminhos – como o do sal ou os caminhos do peabiru. Dito isso, é importante buscar a continuidade nos trabalhos de resgate e educação patrimonial nos moldes colaborativos, pois os moradores da Vila são plenos conhecedores de sua história e do seu habitar. A etapa de diagnóstico e prospecção foi concluída, cabe avançar para ações efetivas em colaboração com seus moradores e moradoras.

Está em processo a discussão sobre a musealização dos acervos. Os pontos levantados são os de tornar a casa um Museu. Para aqueles moradores, tais como os artesões dos ateliês-residência, que possuem um acervo considerável e já estão inseridos na lógica turística da Vila, criar-se-á um selo de turismo arqueológico – qualificando o morador, por meio de cursos de inventariança arqueológica e de preservação. Em conversas preliminares, alguns moradores levantaram a possibilidade de utilizar, por exemplo, as pinturas das louças inglesas em estampas de camisas para fomentar a renda das famílias.

Como resultado deste trabalho, auxiliamos a musealização e contextualização dos artefatos, a partir da articulação com os órgãos responsáveis pela salvaguarda, como é o caso do IPHAN/SP. A experiência concreta da curadoria dos materiais, que justificará um trabalho de resgate na área da vila por parte do IPHAN/SP, juntamente com os moradores e, além disso, já iniciamos uma conversa preliminar com a Prefeitura de Santo André, para uma capacitação dos moradores/monitores para turismo arqueológico.



CONSIDERAÇÕES

A complexidade inerente à temática da pesquisa (o habitar o patrimônio arquitetônico) se dá pela sobreposição concêntrica de temáticas periféricas: políticas públicas, turismo e gestão do patrimônio cultural. Todas elas fizeram parte da composição da pesquisa, mesmo quando colocados como um pano fundo. Talvez isso seja um déficit da pesquisa em tela, contudo, pareceu-me mais adequado centrar em um dado fenômeno da realidade apreendida que, por si só, traz uma complicação: falar da paisagem e do tempo na sua inter-relação com vidas humanas que confluem no habitar.

Nessa perspectiva, devemos dar atenção não somente para a casa, mas também para o mobiliário, que se constitui em materialidade do tempo, por meio de objetos velhos, relíquias de um passado requerido e ressignificado. Assim, em um dado momento, as “biografias” das pessoas e dessas “coisas” fundem-se. As narrativas tratam da trama humana que envolve a passagem do tempo e que, nesse processo de vida também constitui a paisagem na qual se inserem.

O fluxo dos artefatos arqueológicos, desde sua origem até a sua composição na paisagem doméstica realça o que Ingold (2000) coloca: “a paisagem é constituída como um registro permanente de vida e obras de gerações passadas que habitaram e deixaram algo de si mesma” (INGOLD, 2000, p. 251).

Estar de posse desses objetos, saber sua origem ou reinventar suas histórias, dar-lhes outras funções e incorporá-los na paisagem doméstica é uma forma de atrelarem os objetos, às suas próprias histórias de vida. A paisagem, como aqui a concebemos, é mesmo um personagem vivo que nos narra uma façanha de superação do tempo – uma história da habitação, que envolve a vida e o tempo de outrora – quando a ferrovia era o ápice da tecnologia; quando a vila era o centro do “mundo”. Ela carrega em si uma lufada de vida de gerações anteriores à nossa e nos presenteia com a oportunidade dialética de fazermos parte desse fluxo de temporalidade (INGOLD, 2000).

Quando consegui, enfim, encontrar duas questões norteadoras: – “O que é habitar o patrimônio arquitetônico?” e – “Como o fenômeno da paisagem se manifesta nessas circunstâncias?”, não esperava que viesse a me deparar com as respostas no passado da paisagem e muito menos que fossem as “coisas” pequenas que, timidamente, ornamentavam as estantes e paredes, que me dariam algo próximo ao que seria uma resposta às perguntas formuladas. Essas pistas quase me passaram despercebidas, mas são importantes para a compressão da constituição da identidade dos moradores de Paranapiacaba.

Habitar o patrimônio arquitetônico é estar no entremeio do passado, do presente e do futuro. Essa afirmação pode parecer um tanto óbvia, sem dúvida, pois inúmeros lugares possuem uma história, que por mais singela que seja, é digna de ser resgatada e contada, para afirmação da identidade. São Paulo possui inúmeros bairros de origem operária, tal como a Vila de Paranapiacaba, cada qual com uma experiência de habitar única.

A Vila, por muito tempo, ocultou-se nas sombras da história “oficial” uma Vila Inglesa – jogadas no anonimato, as pessoas que realmente constituíam o lugar, os operários, maioria esmagadora, eram praticamente invisíveis naquela vila vitoriana. O hábito de colecionar objetos e incorporá-los no cotidiano doméstico mostra a grande riqueza cultural de um lugar historicamente rico. Os moradores criam laços afetivos com as “coisas”. Essa realidade só foi passível de ser verificada pela permanência em campo, quando se apreendem elementos de identidade e as dinâmicas da paisagem vivida, que é heterogênea e qualitativa (INGOLD, 2000; DARDEL, 2012).

Quando moradores e moradoras perambulam pela Vila num dia corriqueiro, eles compõem a paisagem – quando conversam ao pé de um alpendre de alguma casa da Parte Baixa, ou quando param na passarela para ver a neblina chegar; quando coletam tijolos da SPR e os recolhem aos cuidados do lar; ou se deparam com fragmentos de louça antiga e, por acharem-nos bonitos ou saber do que se trata, os tomam para si. Isto é a plenitude da paisagem, que conflui ciclicamente, também é a temporalidade permitindo assim novas releituras (INGOLD, 2000; INGOLD, 2012; DARDEL, 2012).

Habitar o patrimônio é fazer parte intrínseca dele, pois a paisagem é em sua condição de habitar, uma parte fundante das pessoas da vila e as pessoas que ali vivem são igualmente parte dessa paisagem. Isso se aplica, também, aos componentes não humanos: a casa e seu mobiliário, os vagões e a ferrovia, a mata circundante, tudo. (INGOLD, 2000).

Os artefatos incorporados na paisagem doméstica não são destituídos do seu contexto histórico, pelo contrário, ligam sobremaneira todos os elementos exteriores, espacialmente falando e, principalmente, ligam todos os tempos, não cronológica ou linearmente, mas ciclicamente se inserem novos sujeitos na trama. Esses Objetos catalisam a “vocalização do lugar”, como Relph (2014) propõe.

Qualquer que seja sua natureza, esses objetos tornam-se “entidades independentes”, interagindo com os outros através de algum tipo de contato externo. Em uma paisagem, cada componente envolve na sua essência, a totalidade das suas relações com todos e cada um dos outros (INGOLD, 2000, p. 251).

O engajamento que as pessoas têm com a Vila, sejam elas artesãs e comerciantes locais ou mesmo apenas moradores e que seus fluxos se dão na dimensão espacial da metrópole paulista, é um ato deliberado de tentativa de tornar a experiência vivida cada vez mais autêntica. A Vila proporciona características únicas de uma vivência que nenhum outro lugar lhes poderá oferecer com as mesmas nuances sensoriais. Nesse sentido é compreensivo que as pessoas queiram fazer parte, ser aceitas, reforçar identidades por meio de aquisição do saber que incluem o conhecimento dos artefatos que compõem o patrimônio e por isso são parte desse saber.

É bom deixar claro que essa reafirmação da identidade se dá pelo enfrentamento com as externalidades. Por essa razão, verifica-se em todos os cantos algum tipo de engajamento com o lugar, o que se dá das mais variadas formas, e é nessas circunstâncias que os lugares se tornam únicos. Ao depositar nossa confiança sobre os espaços, aos poucos eles se tornam lugares. A paisagem é a reunião de todos esses elementos, o engajamento no mundo (INGOLD, 2000; DARDEL, 2012).

Observar as variáveis aqui postas: a casa; artefatos; patrimônio; a Vila; a cidade e a centralidade dos sujeitos fazem com que não limitemos os horizontes – a integração desses elementos canalizados no *habitus* de incorporarem aos artefatos que compõem um aspecto central da paisagem. Habitar o patrimônio arquitetônico é um ato de incorporação da historicidade (RELPH, 1976; INGOLD, 2000; DARDEL, 2012).

A composição de elementos domésticos de valor histórico na paisagem da casa escapa à sua materialidade, elevando o horizonte de alcance, como demonstramos nos capítulos III, a “biografia” desses objetos, portanto sua história, confunde-se ou mescla--se, com as narrativas de vida das pessoas (INGOLD, 2000; BACHELARD, 2009; DARDEL, 2012; BUTTIMER, 2014). Nesse aspecto, a contribuição de Ingold (2000; 2012) para o presente trabalho é fundamental, pois traz, conceitualmente, a ideia de incorporação como uma forma de inscrição: a paisagem como um movimento em que as formas são geradas.

Existem narrativas que se reportam na vila, onde se ouve: – “a vila é histórica”; “aquela pessoa é mais antiga”; “aquele objeto da época da ferrovia é mais valioso”. A narrativa – que vem no sentido de reafirmar o valor de algo ou de alguém pelo tempo de permanência é uma constante na Vila. Isto indica a inerência de um pensamento linear do tempo. Uma hierarquia cronológica e histórica que se dá pelos intervalos de tempos, a ordem em que os eventos ocorreram e histórica pelas séries de eventos datáveis.

Contudo, o fenômeno da incorporação de artefatos na paisagem doméstica vem a reforçar um aspecto inerente da temporalidade. A temporalidade é imanente na passagem de eventos, correlacionando-os, inserindo-nos em nossa dimensão cotidiana envolvendo todos os padrões, passados, presentes e futuros. “Assim, a temporalidade e historicidade não são opostas, mas mesclam na experiência daqueles que, em suas atividades, levam adiante o processo de vida social” (INGOLD, 2000, p. 258).

Na perspectiva de Ingold (2000), o “habitar” nos coloca no fluxo dessa temporalidade. Quando descrevemos um fenômeno no âmbito da esfera cotidiana, tal como fizemos com a incorporação dos objetos na paisagem doméstica; do trato com a casa, as pequenas reformas e restauros nas casas, estamos tratando na realidade das tarefas, que o autor chama de *taskscape*, que é “definida como qualquer operação prática, realizada por um agente especializado em um ambiente, como parte da sua atividade normal da vida” (INGOLD, 2000, p. 00).

Restauro das madeiras de reúso (advindas ou das casas ou dos dormentes de trem), atividade que pode acompanhar inúmeras vezes sendo realizadas pelos moradores são, assim, atos constitutivos da habitação. As coleções de artefatos, evidenciadas em maior ou menor grau por moradores e moradoras da vila, constitui-se como uma tarefa (o resguardo, o cuidado, a curadoria amadora, a exposição) que, ao ser realizada individual ou coletivamente, faz com haja uma inserção dessas pessoas numa espécie de corrente de sociabilidade (INGOLD, 2000).

O ato ou a tarefa de resguardar artefatos ligados à história da Vila e inseri-los dentro da casa, quintal ou acoplá-los de maneira sistemática ao ‘corpo’ da casa, ou ainda, quando o trato sistemático de “pequenas reformas” é de consenso cultural e tarefa que exige uma rede de relacionamento para abranger todas as faculdades necessárias para se manter um lar em pé constituem o que Ingold (2000) trata por “*taskscape*”. Assim como a paisagem é uma série de recursos relacionados, por analogia, o *taskscape* é um conjunto de atividades relacionadas” (INGOLD, 2000, p. 289)

A temporalidade da “*taskscape*” (em uma tradução livre, seria Paisagem-tarefa) ao contrário do trabalho que é medido em tempo cronológico, é medida em tempo social (INGOLD, 2000). Há uma rede de trocas e favores em torno do patrimônio arquitetônico de Paranapiacaba. Pela oralidade e/ou pela ajuda mais direta, quando um morador se dispõe a auxiliar outro em suas funções, ambos se inserem na temporalidade da “*taskscape*” O mesmo vale para as curadorias domésticas, o ato deliberativo de colecionar e curar os artefatos pô-los para circular em um sistema de presentes e empréstimos, eis

uma efetivação da inserção dos sujeitos num tempo social (INGOLD, 2000; 2013; DARDEL, 2014).

Curar os artefatos é uma prática social, em que as pessoas estão engajadas, compartilhando desses movimentos. Por essa razão, a temporalidade da “taskscape” tem seu ritmo regido por uma rede de inter-relações entre outros tantos ritmos constituinte da paisagem: por exemplo, na mesma medida em que há o hábito de colecionar, também há a trabalho sobre a madeira, as reformas pontuais no patrimônio, realizadas individual e coletivamente.

E, assim, como a vida social consiste no desdobramento de um campo de relações entre as pessoas que frequentam um ao outro no que fazem, sua temporalidade consiste no desdobramento do padrão resultante de ressonâncias. As formas da “taskscape” passam a existir através do movimento. A taskscape só existe enquanto as pessoas estão realmente envolvidas nas atividades de habitação (INGOLD, 2000).

Contempla-se pelo escopo desse tópico os aspectos concernentes para as interpretações e ressignificações dos artefatos arqueológicos e a inserção desses na paisagem doméstica ou para o uso em criações artísticas.

Os princípios, ora expostos, norteiam uma mudança qualitativa para os trabalhos de segmento técnico e científico. Aumentam, de certa forma, a responsabilidade dos que, diretamente ligados aos órgãos de preservação, sejam técnicos ou gestores, e mesmo segmentos privados, acostumados com metodologias verticalizadas a, principalmente, horizontalizar o processo próprio do inventário (seja nas etapas iniciais ou já concluídas do tombamento).

Deve-se reforçar, portanto, a dialogia, cooperação e integração com os sujeitos sociais e isso engloba integralizar projetos em andamento e que possuem caráter contínuo dentro da comunidade-alvo (sejam eles de iniciativa governamental ou acadêmica, no caso do trabalho em tela, de ambos).

Por fim, os produtos gerados pela ação da educação patrimonial, serão dados posteriormente, pois serão construídas em coletividade com os moradores e entidades. Em levantamento prévio, elencamos como prioridade o espaço para exposição do acervo sobre tutela dos moradores, ou seja, a institucionalização dos acervos, mesmo que continuem em posse dos moradores da vila. Os objetivos ora apresentados compõem os princípios norteadores da Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP, 2015).

Diante do exposto, a pesquisa desenvolvida nesta dissertação de mestrado encontra possibilidade de continuidade em uma pesquisa de doutorado.

Nesse âmbito, devemos ressaltar a natureza do trabalho em tela, cuja finalidade ainda esbarra no que diz respeito a diagnosticar. Embora o objetivo seja o de avançar no envolvimento horizontal com os sujeitos sociais envolvidos, não foi possível deixar de notar a necessidade de uma curadoria sistemática dos acervos; de exposição em lugar específico ou nas próprias casas; de cursos de capacitação na área da Arqueologia para monitores ambientais e professores que atuam na vila; da continuidade do mapeamento e resgate dos vestígios arqueológicos e do uso das áreas dos sítios arqueológicos para finalidades pedagógicas e turísticas.

O atendimento dessas necessidades não constitui o objeto da presente pesquisa, mas foram conhecidas a partir do convívio com os moradores. Dessa forma, tais necessidades apresentadas por eles, quando atendidas, contribuirão para que o turismo arqueológico seja realizado na Vila, pois os moradores na lida com os artefatos domésticos tornaram-se curadores de suas coleções, ainda que de forma empírica, muito bem feita, porque conhecem bem o que colecionam.

Recomendamos que os próprios moradores sejam curadores destes acervos, que eles sejam protagonistas nas exposições de acervo, que narrem a trajetória desses objetos, escrevam sobre elas. Nessa perspectiva, agentes externos, tais como pesquisadores, terão papéis de apoio técnico e consultivo.

Nesse sentido, o papel do arqueólogo será o de elucidar sobre as práticas arqueológicas e da importância das preservações do contexto – isto para que não haja mais escavações amadoras – e no caso de se encontrarem novos objetos, informar profissionais da área sobre os achados. Nesse caso, os moradores devem ser convidados a participar das escavações, mas, para que possam colaborar na preservação do patrimônio é necessário um programa de educação patrimonial que, por meio de um processo dialógico, garanta a desconstrução do sentido de preservação do patrimônio cultural como sendo este externo aos sujeitos sociais.

Construir, horizontalmente, uma apreensão para o real significado do patrimônio cultural é assumir que toda ação patrimonial deve reconhecer a possibilidade da mudança e a perspectiva da transformação (REPEP, 2015).

Os princípios, ora expostos, norteiam uma mudança qualitativa para os trabalhos de segmento técnico e científico. Aumentam, de certa forma, a responsabilidade dos que, diretamente ligados aos órgãos de preservação, sejam técnicos ou gestores, e mesmo segmentos privados, acostumados com metodologias verticalizadas a, principalmente,

horizontalizar o processo próprio do inventário (seja nas etapas iniciais ou já concluídas do tombamento).

Deve-se reforçar, portanto, a dialogia, cooperação e integração com os sujeitos sociais e isso engloba integralizar projetos em andamento e que possuem caráter contínuo dentro da comunidade alvo (sejam eles de iniciativa governamental ou acadêmica, no caso do trabalho em tela, de ambos).

Por fim, os produtos gerados pela ação da educação patrimonial, serão dados posteriormente, pois serão construídas em coletividade com os moradores e entidades. Em levantamento prévio, elencamos como prioridade o espaço para exposição do acervo sobre tutela dos moradores, ou seja, a institucionalização dos acervos, mesmo que continuem em posse dos moradores da Vila. Os objetivos ora apresentados compõem os princípios norteadores da Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP, 2015).

REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, A. N. O tombamento da Serra do Mar no Estado de São Paulo. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 21, p. 7-20, 1985

ASSIS, M. **Relíquias de Casa Velha**. O Globo – obras completas. 1997.

ALAMINO, C. A. M. Vila de Paranapiacaba: paradoxo de um patrimônio histórico e um ponto turístico. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo**, 2001.

ANDRADA, A. C. Paul Ricoeur: O sujeito na história. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 34, n. 108, 2007.

BACHELARD, G. **A poética do Espaço**. 2ª Ed. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes. 2008.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BERDOULAY, V; ENTRIKIN. J. N. Lugar e sujeito: perspectivas teóricas. In MARANDOLA JR, E; HOLZER, W; OLIVEIRA, L (organizadores) **Qual o espaço do lugar?:** geografia, epistemologia e fenomenologia. São Paulo: perspectiva 2014.

BESSE, J.-M. Geografia e existência: a partir da obra de Eric Dardel. In: DARDEL, E. **O homem e a terra:** natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BEZERRA. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan.- abr. 2011.

BERREMAN. Desvendando mascaras sociais. In **desvendando mascaras sociais**. 1975.

BRASIL. Constituição Federal. 1988.

BUTTIMER, Anne. **Values in geography**. Washington: Association of American Geographers, 1974.

_____. Grasping the dynamism of lifeworld. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v. 66, n. 2, p. 277-292, jun. 1976.

_____. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.) **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

_____. Lar, horizontes de alcance e o sentido de lugar. *Geograficidade* | v.5, n.1, Verão 2015.

CAMPOS, E **A vila de São Paulo do Campo e seus caminhos**. Eudes Campos. 30 anos de DPH. Departamento Histórico de São Paulo. 2006.

CESAR, Marisa Flório. O Ateliê do artista. In: **Arte & Ensaios**. Revista do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais. Rio de Janeiro: EBA-UFRJ, ano XIV, nº 15, 2012.

CICOUREL, A. Teoria e Método em pesquisa de campo. **Method and measurement in sociology**. The Free Press, Nova Iorque, 1969.

COLOGNESE, S. A; MÉLO, J. L. B. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de sociologia**, Porto Alegre, RS. Volume 9, p. 143-159, 1998.

CONSELHO DA EUROPA. Cartas. 1991.

CONDEPHAAT. Tombamentos. Acesso em 2016.
<http://www.cultura.sp.gov.br/porta/site/SEC/menuitem.fe8f17d002247c2c53bbcfeae2308ca0/?vgnnextoid=963c6ed1306b0210VgnVCM1000002e03c80aRCRD>

CORRÊA, S. R. M **FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE CIDADES HISTÓRICAS (PCH): 1972/1979**. V SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS CULTURAIS – 7 a 9 de maio/ Setor de Políticas Culturais – Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil. 2014.

CLAVALL, P. A Experiência Humana da Terra, a Abordagem Cultural em Geografia. Capítulo 8. **Epistemologia da Geografia**. Tradução: Margareth de Castro Afeche Pimenta; Joana Afeche Pimenta. Florianópolis,SC: Ed. da UFSC. 2001.

CRUZ, T. F. S. **PARANAPIACABA**: arquitetura e o urbanismo de uma vila ferroviária. Dissertação de mestrado do programa de Pós-graduação em teoria e história da arquitetura e do urbanismo. Escola de engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. 2007.

DARDEL, E. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. (Trad. Werther Holzer) São Paulo: Perspectiva, 2011.

DAMATTA, R. O Ofício de Etnólogo; ou, como ter 'Anthropological Blues'. **Cadernos de Antropologia e Imagem (UERJ)**, v. 1, 1978.

ÉLUARD, P. **Dignes de vivre**. Ed. Julliard, 1941.

ELLIS JR, A. **O Bandeirantismo Paulista e o Recuo do Meridiano**. Companhia Editora Nacional. Brasileira. Série 5. Volume 36. 1938.

FARTHING, S. **Tudo Sobre Arte**. Editora Sextante. 2010. LOCAL ?

FERRÃO; FERREIRA; Estudo sobre os antigos caminhos do planalto no **Período colonial Anais do XV Encontro de Iniciação Científica da PUC-Campinas** ISSN 1982-0178- 29 e 30 de setembro de 2010.

FRANCO, C. **Bandeiras e bandeirantes de São Paulo**. Companhia Editora Nacional. Brasileira. Série 5. Volume 181. 1940.

LAVANDER JR, MENDES, **Memórias de uma Inglesa**. São Paulo, Brasil, 2005

FOUCAULT, M. Verdade e subjetividade. Tradução: Antônio Fernando Cascas. In **Revista de comunicação e linguagens** nº 19. Lisboa, Portugal editora: cosmo, 1993.

_____. **O que é o autor?** Ed. Nova Veja-Passagens. 7º edição. Lisboa Portugal. 2009.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. (trad. António Gonçalves) Coimbra, PT: Almedina, 1980.

FIGUEIREDO, V. G. B. Paranapiacaba: um caso de preservação sustentável da paisagem cultural. **Revista Labor & Engenho. Campinas, Brasil V.5, n. 3**. 2011.

_____. O Patrimônio e a Lei: o Papel das Zonas Especiais na Preservação da Paisagem e no Desenvolvimento Urbano. **VI Encontro Nacional da Anppas. Belém – PA – Brasil**. 2012.

_____. Zonas Especiais na Preservação do Patrimônio Cultural e no Desenvolvimento Sustentável: questões sobre a experiência de São Paulo e Santo André. In: **XV ENANPUR - Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2013, Recife. Anais do XV ENANPUR. Recife: UFPE, 2013**.

_____. Patrimônio Cultural, Cidade, Sustentabilidade: qual o papel da legislação urbanística na preservação e no desenvolvimento? **Ambiente & Sociedade, vol. XVII, núm. 2, pp. 91-110 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade** Campinas, Brasil. 2014

FLORENCIO, S. R. R. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial / Organização Adson Rodrigo S. Pinheiro**. – Fortaleza. CE: Secultfor: Iphan, 2015.

LELOUP, J. J. Nomes de Deuses. Editora: Unesp. 2002.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

HAGUETTE, T. M. F. Metodologias Qualitativas. In: **Metodologias qualitativas na sociologia**. Ed. Vozes. p. 53 – 68, 1987.

HEIDEGGER. M. **Sobre o problema do ser**; O caminho do campo /Martin Heidegger ; tradução de Ernildo Stein ; revisão de José Geraldo Nogueira Moutinho. São Paulo: Ed.Duas Cidades, 1969

_____. **Ser e Tempo**. Tradução de Maria Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, RJ: Ed.Vozes. 4 ed, 2012.

HEIDEGGER, Martin. **Carta sobre o humanismo**. São Paulo: Ed.Moraes, 1991.

_____. Identidade e diferença. In: _____. Os pensadores. (trad. Ernildo Stein) São Paulo: Abril Cultural, 1999.

_____. Construir, habitar, pensar. In: **Ensaio e conferências**. (trad. Emmanuel C. Leão) Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2001a.

_____. "... poeticamente o homem habita..." In: **Ensaio e conferências**. (trad. Emmanuel C. Leão) Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2001b.

HOLZER, W. O lugar da geografia humanista. **Revista Território**. Rio de Janeiro. Ano IV, nº 7. p. 67-78. jul./dez. 1999.

_____. A GEOGRAFIA HUMANISTA: uma revisão. **ESPAÇO E CULTURA**, UERJ, RJ, EDIÇÃO COMEMORATIVA, P. 137-147, 2008

INFINITO OLHAR. Quem somos. Acesso 11 de dezembro de 2015.
<http://www.infinitoolhar.com.br/>

INGOLD, T. Trazendo as Coisas de Volta à Vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, RS ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

_____. The temporality of the landscape. In: T. INGOLD. **The perception of the environment**. Essays in livelihood, dwelling and skill. London/New York: Routledge. 2001.

KAFKA, F. **A Metamorfose**. Editora Riddel. 2007.

KUNDERA, M. **A insustentável leveza do ser**. Tradução Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca. Ed. Companhia das letras, São Paulo, SP. 352 páginas. 1999.

MARRE, J. A. L. A construção do objeto científico na investigação empírica. Cascavel, PR: **Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná** – UNIOESTE, 1991.

MATOS, O. N. **Café e Ferrovias**. Editora Alfa-Omega 1974.

MALPAS, J. Pensar topograficamente: Lugar, espacio y geografia. **Documents d'Anàlisi Geogràfica** 2015, vol. 61/2 199-229.

MATUS, C. **Planejamento Situacional Estratégico**. Caracas, 1993.

MARANDOLA JR., E. Heidegger como matriz do pensamento fenomenológico em Geografia. In: **Encontro Nacional de História do Pensamento geográfico**, 2, 2009.

_____; Identidade e Autenticidade dos Lugares: o pensamento de em *place and placelessness*, de Edward Relph. **XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre, Julho 2010.

_____.; Heidegger como matriz do pensamento fenomenológico em Geografia. In: **Encontro Nacional de História do Pensamento geográfico**, 2, 2009. LOCAL

_____. Identidade e Autenticidade dos Lugares: o pensamento de em *place and placelessness*, de Edward Relph. **XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre, Julho 2010.

_____. **Fenomenologia e pós-fenomenologia**: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea. *Geograficidade* | v.3, n.2, Inverno 2013.

MENEZES, U. T. B. Os usos “culturais da cultura”: contribuição para uma abordagem crítica práticas e políticas culturais. In *Turismo: espaço paisagem e cultura*. Ed. Hucitec, São Paulo. 1996.

_____.: O **campo do Patrimônio Cultural**: uma revisão de premissas. In IPHAN. 1º Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. *Anais, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN, 2012.*

MINAMI, I. Vila de Paranapiacaba: patrimônio ambiental, tecnológico e arquitetônico. : YÁZIGI, E., CARLOS, A. F. A., CRUZ, R. de C. A. da, **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **União e Iphan terão que recuperar patrimônio histórico, artístico e cultural de Paranapiacaba, em Santo André.** Disponível em <http://www.prsp.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/noticias_prsp/10-06-13-2013-uniao-e-iphan-terao-que-recuperar-patrimonio-historico-artistico-e-cultural-de-paranapiacaba-em-santo-andre> Acesso em 10 de junho de 2013.

MIGUEL, R. Ateliês residência da Vila de Paranapiacaba. **Trabalho de conclusão de curso para obtenção de título de especialista em sociologia.** Universidade Municipal de São Caetano do Sul 2012.

MORETTO NETO, M. Protagonismo Comunitário Em Paranapiacaba: O impacto das ações governamentais no desenvolvimento socioeconômico-comunitário da Vila de Paranapiacaba no período de 2001 a 2004. **Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.** 2005

NEPOMUCENO, K. T. **A casa e a vertigem da ordem.** Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Artes. Belo Horizonte Escola de Belas Artes da UFMG 2007.

PASSARELLI, S. H. SOBRE A VILA DE PARANAPIACABA. In **Paranapiacaba: estudos e memórias.** Santo André PUBLIC gráfica e fotolito. 1989.

PÁDUA, L. T. S. A “**topologia do ser**” lugar, espaço e linguagem no pensamento de **Martin Heidegger**. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUC-Rio. 2005.

PEREIRA, et al. **Programa de prospecção e monitoramento arqueológico da parte baixa da Vila de Paranapiacaba**, Santo André São Paulo, Relatório Final, IPHAN, 2016

PESSOA, V, R. S. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **Geo UERJ** - Ano 14, nº. 23, v. 1, 1º semestre de 2012 p. 4-18.

PLATAFORMA PARANAPIACABA. Projeto. Acesso, 12 de dezembro de 2015.
<https://plataformaparanapiacaba.wordpress.com>.

PLANS, M. Da força repressora à coesão sutil: a arqueologia da vila operária. **REVISTA DE ARQUEOLOGIA**. 2010

PRADO, A. **Primeiros Povoadores do Brasil**. Companhia editora nacional. Brasileira. Série 5. Volume 37. 1939.

PMSA, *Memorial da ZEIPP - Zona Especial de Interesse do Patrimônio de Paranapiacaba*. Santo André. Prefeitura de Santo André, 2005.

PMSA, **Sumário de Dados de Paranapiacaba e Pq. Andreense**. Santo André. Prefeitura de Santo André, 2008.

_____. **Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Paranapiacaba**. Santo André. Prefeitura de Santo André, 2008.

REPEP. Princípios da educação patrimonial. <http://repep.fflch.usp.br> acesso 7 de dezembro de 2015.

RELPH, Edward. **Place and placelessness**. London: Pion, 1976.

_____. O Sentido de Lugar. In: marandol jr. Eduardo; holzer, Werther; oliveira, Livia de. (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.

RICHARDSON, R. J. **Observação**. In Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo. Ed. Atlas, pag. 259 – 264. 2010.

RICOUER, P. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Editora Unicamp. 2003.

SANTOS, J. PARANAPIACABA. In **Paranapiacaba: estudos e memórias**. Santo André PUBLIC gráfica e fotolito. 1980.

SANTO ANDRÉ, Prefeitura Municipal. Plano de Desenvolvimento Sustentável da Vila de Paranapiacaba. Santo André: **FAUUSP-LUME**, 1999..

SANTO ANDRÉ, Prefeitura Municipal. **Plano Patrimônio**. Santo André: PMSA, 2001

SANTO ANDRÉ, Prefeitura Municipal. **Secretaria de Gestão de Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense**.

Acesso em <http://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/2013-03-20-17-29-08/2013-03-20-17-30-14/institucional-sgrnppa> 2015.

SILVA, Fabíola Andréa. Arqueologia e Etnoarqueologia na Aldeia Lalima e na Terra Indígena Kayabi: Reflexões sobre Arqueologia Comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 19, p. 205-219, 2012.

SILVA, P. F. **Ateliês contemporâneos: possibilidades e problematizações**. 2002

SCIFONI, S. Para repensar a Educação Patrimonial. **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial** / Organização Adson Rodrigo S. Pinheiro. – Fortaleza, CE: Secultfor: Iphan, 2015.

SCHIFFER, M. B. **Behavioral Archaeology**: principles and practice. London: Equinox Pub.; Oakville (Conn). 2010.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2009.

THOREAU, H. D. **Walden**. Tradução Denise Bottman -Ed. L&PM. Porto Alegre, 2015.

TOLKIEN, J. R. R. **O hobbit**. 6ª ed. São Paulo: editora WMF Martins fontes. 2012.

TRIVIÑOS, A, N. S. **Pesquisa Qualitativa**. In introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo. Ed. Atlas, pag. 116 – 170, 2008.

TUAN, I. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. (Trad. Livia de Oliveira) São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, I. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. (Trad. Livia de Oliveira) São Paulo: eduel, 2012

TUAN, YI-FU. Geografia humanística in perspectivas da geografia. Org. Christofolletti Humanistic Geography. Tradução do texto original: Annals of the Association Americans Geographers, v.66, n.2, p.266-276, 1976. [1982]

TURRA NETO, N. **Enterrado vivo!:** identidade punk e território em Londrina – Pr. São Paulo: EDUNESP, 2004.

_____, Vivendo entre jovens: a observação participante como metodologia de pesquisa de campo. **Terra Plural**, Ponta Grossa, v.6, n.2, p. 241-255, jul/dez. 2012.

ZEIPP. Santo André. <http://www2.santoandre.sp.gov.br/> acesso 2007.

WINKIN, Y. Descer ao campo. In: _____. **A nova comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. Campinas: Papirus, 1998.

WHYTE, W. F. Treinando a observação Participante. In: **Desvendando máscaras sociais**. 2ª ed. Rio.

APÊNDICE I

Ações realizadas na Vila de Paranapiacaba: educação patrimonial

As ações realizadas na Vila de Paranapiacaba referentes à educação patrimonial tiveram a colaboração ativa dos moradores, Prefeitura Municipal de Santo André, SP; da Plataforma Paranapiacaba: memória e experimentação⁵⁰; da Rede Paulista de Educação Patrimonial⁵¹; do Projeto Infinito Olhar⁵² e diálogos com pesquisadores, que têm como tema a Vila de Paranapiacaba⁵³. Soma-se, ainda a atuação da equipe de Arqueologia responsável pelo “Programa de Prospeção e Monitoramento Arqueológico da Parte Baixa da Vila de Paranapiacaba, Santo André São Paulo⁵⁴”, que atuou de janeiro a agosto de 2016, na Vila de Paranapiacaba, realizando intervenções arqueológicas para monitoramento dos restauros vinculados ao PAC2 - cidades históricas.

Essa etapa de pesquisa teve, num primeiro momento, o propósito de diagnosticar os elementos atinentes às dinâmicas entre os moradores e poder público, acerca das discussões sobre identidade e patrimônio cultural. Em um segundo momento, firmados os vínculos e parcerias para garantir o caráter contínuo e transformador da ação educativa e diagnosticado o “fenômeno das curadorias domésticas”, realizamos ações de cunho educativo. Em um terceiro momento, traçamos um prognóstico para as ações a serem realizadas em caráter de continuidade.

Plano Municipal Cultural, Santo André, SP

O Plano Municipal Cultural de Santo André, SP, foi realizado, em parte, a partir de reunião consultiva, realizada em maio de 2016, na Vila de Paranapiacaba. Tratou-se de uma reunião territorial – distrital. Segundo o secretário de cultura, Ricardo Di Jorge, que abriu a reunião, o intuito consistiu em descentralizar as ações para atender às demandas particulares dos lugares. Segundo o Secretário, Paranapiacaba, por ter o apelo cultural e

⁵⁰ Plataforma Paranapiacaba: memória e experimentação – laboratório em residência funciona como elemento interconector entre redes regionais, estaduais, nacionais e internacionais. Prioriza a valorização do Patrimônio (PLATAFORMA PARANAPIACABA, 2015).

⁵¹ A Repep - Rede Paulista de Educação Patrimonial é um coletivo de profissionais das mais variadas áreas de atuação e de diferentes instituições. Fazem parte dela educadores, pesquisadores, arquitetos, historiadores, alunos de graduação e pós-graduação [...] a Rede se propõe a ser um espaço de articulação entre os vários segmentos na área de cultura e educação, envolvidas com projetos e temáticas relacionados à proteção e à valorização da memória coletiva e do patrimônio cultural (REPEP, 2015).

⁵² O projeto “Infinito Olhar” nasceu da união das experiências entre dois profissionais: a psicóloga, neuropsicóloga e arteterapeuta Elisângela Cristina de Oliveira e do fotógrafo e publicitário Paulo Riscala Madi. Destaca-se a oficina intitulada “mora gente aqui” (Infinito Olhar, 2015).

⁵³ Há, atualmente, pesquisas em andamento, de cunho participativo, que objetiva aprender a experiência de habitar o patrimônio arquitetônico de Paranapiacaba.

⁵⁴ O Programa de prospeção e monitoramento arqueológico teve como membros, os arqueólogos Ms. David Lugli Turtera Pereira; Ms Hiuri Di Baco; os geógrafos Thiago de Moraes dos Passos e André Felipe Alves.

turístico, apresentava-se como ponto estratégico para a aplicação do plano. Acrescentou, ainda, que a Vila estava apresentando “um momento único”, referindo-se à candidatura da Vila de Paranapiacaba a patrimônio da humanidade pela UNESCO. Diante desses argumentos, justificou a necessidade de planejamento na área de cultura na Vila de Paranapiacaba (**Foto 1**).

Foto 1: Moradores e técnicos da prefeitura reunidos no Clube união Lira-serrano, para discutirem o Plano Cultural da Vila de Paranapiacaba.



Fonte: o autor (2016)

Na ocasião, foi proposto que os moradores relacionassem os pontos positivos e negativos no âmbito das práticas culturais da Vila de Paranapiacaba. Os moradores, juntamente com funcionários da Secretaria de Paranapiacaba e visitantes, se reuniram em grupos de sete pessoas para elencar tais pontos (**Figura 1**).

Figura 1: Folder oficial do Plano Municipal de Cultura.



Fonte: Santo André (2016)

As reivindicações mais recorrentes entre os moradores presentes na reunião diziam respeito à falta de representatividade nas decisões acerca do calendário turístico e eventos culturais; editais de cultura não direcionados para moradores da Vila de Paranapiacaba e falta de espaços culturais para os jovens.

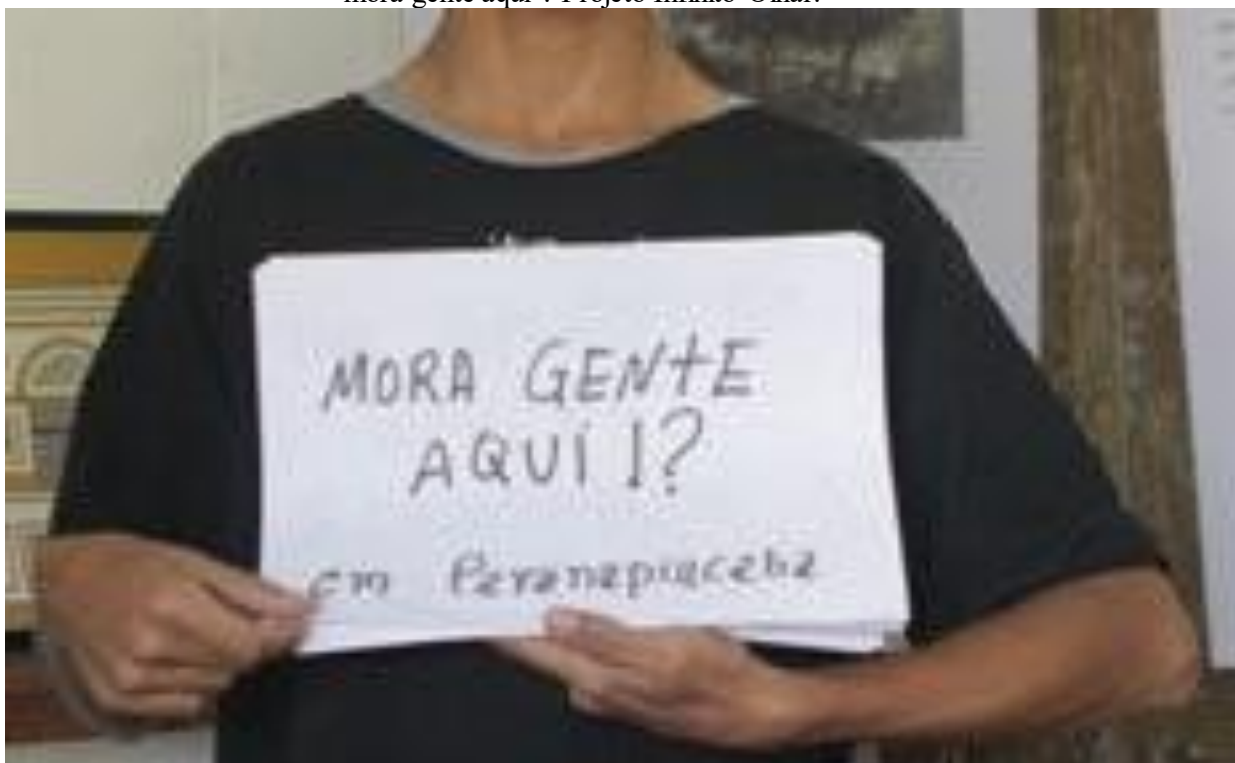
Com relação a esse último tópico, os jovens reivindicaram espaços para grafitar. A Vila constitui um patrimônio tombado e não há como esses “artistas” expressarem-se artisticamente utilizando-se do grafite, pois impactariam a paisagem cultural e depredariam o patrimônio da Vila. Foi proposto, nesse sentido que, periodicamente, fossem organizados espaços para intervenções em tapumes e feiras de grafite.

O tema “protagonismo jovem” fez-se presente por meio do Projeto Infinito Olhar, que trabalhou com intervenções culturais, apresentando formas de evidenciar a juventude da Vila de Paranapiacaba. A fala de um dos membros foi notória: “Somos jovens como quaisquer jovens da região metropolitana de São Paulo, queremos nos divertir. Na Vila não tem nada pra gente, temos sempre que ir a outras cidades”.

Na sequência, houve a apresentação do ensaio: “Mora gente aqui” em referência à invisibilidade da juventude e dos moradores frente ao turismo. “A Vila não é só feita de casas” (**Foto 2**).

A exposição “Mora gente aqui !?”, é o trabalho de jovens que fazem parte do Projeto Infinito Olhar. Uma mostra de como os jovens, pensam e vivem Paranapiacaba, a partir da ótica de quem aqui nasceu, cresceu e vivenciou transformações. Os jovens participantes da exposição são nascidos ou vieram muito pequenos para Paranapiacaba. Vivenciam o dia a dia da vila, em suas transformações sociais e políticas, sem ter uma voz que os representa. (INFINITO OLHAR, 2016, p. 1)

Foto 2: Jovem realizando intervenção com cartaz na mostra fotográfica “mora gente aqui”. Projeto Infinito Olhar.



Fonte: Infinito Olhar (2016).

Os organizadores da reunião para discutir o Plano Cultural de Paranapiacaba pediram para que os moradores ressaltassem aspectos positivos da Vila. Dentre os pontos positivos, ressaltou-se o potencial turístico/cultural do lugar. Os mesmos propuseram que o plano cultural fomentasse o “selo” de turismo cultural – valorizando os saberes locais e o estreitamento das relações entre os moradores e turistas.

Essa ação da Prefeitura de Santo André visou ao planejamento participativo do município como um todo e foi base de parte do texto da proposta de lei para a Câmara dos vereadores de Santo André.

A **Foto 3** mostra, do lado esquerdo, técnicos e funcionários da Prefeitura. Moradores, em pé, entregam as propostas elaboradas nos grupos.

Foto 3: Reunião da Prefeitura de Santo André com os moradores da Vila de Paranapiacaba para elaboração do Plano Cultural da Vila de Paranapiacaba.



Fonte: o autor (2016)

A nossa participação nessa reunião se deu de forma ativa, uma vez que contribuímos na discussão dos conceitos patrimônio cultural, identidade e turismo.

Tapumes interativos

A intervenção denominada “Tapumes Interativos”, nos pátios de obra do PAC - Cidades Históricas foi promovida pelo IPHAN/SP e desenvolvida pela empresa “Memórias Assessoria e Projetos”. A atividade objetivou o resgate do valor da cultura local, incentivando o pertencimento e a identidade dos moradores nas suas relações com o patrimônio habitado.

O público-alvo dessa atividade foram os trabalhadores das obras do PAC2 – cidades históricas, Paranapiacaba e os jovens moradores da vila (**Fotos 4 e 5**).

Foto 4: Reunião das atividades dos tapumes interativos, realizado no Club Lira Serrano, Paranapiacaba. A Professora Marly, da empresa Memórias Assessoria e Projetos, apresentou questões relacionadas ao pertencimento e identidade dos moradores da Vila de Paranapiacaba.



Fonte: o autor (2016)

Foto 5: Conversa da Professora Marly com idealizadores do Projeto Infinito olhar e jovens participantes do projeto.



Fonte: o autor (2016)

A primeira fase da intervenção teve como conteúdo gravuras e poemas, feitos com tintas coloridas, representando a percepção individual da Vila. No término, os participantes expunham seus tapumes, sempre os associando a lugares e memórias de suas vivências na Vila de Paranapiacaba (**Foto 6**).

Foto 6: Tapumes Interativos. Ação da Prefeitura de Santo André na Vila de Paranapiacaba.



Fonte: o autor (2016)

O caráter pontual das atividades foi um elemento limitador do seu potencial. A paisagem da vila foi o tema mais recorrente entre os desenhos: vistas panorâmicas da vila, vista das casas e da ferrovia.

Alguns dos tapumes interativos apresentaram linguagem textual: poemas, histórias, nomes. Um dos jovens moradores escreveu: “Somos mais que trêm[sic] ou big bem. Somos mais que mata ou queda d’água. Somos moradores” (**Foto 7**). Nesse texto, verificamos o sentimento de pertencimento, de afeto pelo lugar. Também notamos a identidade com o lugar, pois são moradores de uma área tombada, na qual, enquanto quem ali mora, nem sempre é respeitado. O jovem está dizendo, no tapume, que é mais que um trem, que é mais que a mata, que é mais que a queda d’água, que certamente são importantes para o turista, mas ele, morador também deve ser importante para o turista.

Foto 7: A atividades dos “Tapumes Interativos”. Vila de Paranapiacaba.



Fonte: o autor (2016)

Cartografias colaborativas

A atividade denominada Cartografia Colaborativa foi organizada pela Plataforma Paranapiacaba, com curadoria de Lilian Amaral, colaboração de Maryclea Maués Neves – IPHAN/SP e palestra do arquiteto Júlio Abe. Foram apresentados conceitos sobre Cartografia Colaborativa para o trabalho de comunicação e escuta (**Fotos 8 e 9**).

O objetivo da atividade foi o de reunir experiências criativas dos moradores, relatos de memória coletiva e educação patrimonial. O formato da atividade deu-se de forma expositiva, seguida de uma roda de conversa, que resultou na elaboração das cartografias colaborativas (PLATAFORMA PARANAPIACABA, 2016).

Foto 8: Palestra com apresentação dos conceitos sobre cartografia colaborativa.



Fonte: Plataforma Paranapiacaba (2016)

Foto 9: Elaboração das cartografias colaborativas. Moradora de Paranapiacaba expondo suas memórias no Mapa da Vila.



Fonte: Plataforma Paranapiacaba (2016)

As narrativas de vida dos moradores foram referenciadas no mapa de forma a especializar as experiências afetivas no território da Vila de Paranapiacaba. Essas memórias compartilhadas eram de ordem espacial e temporal e devidamente registradas no escopo do mapa. O produto final da cartografia colaborativa será divulgado por meio impresso e digital para a comunidade.

Ações conjuntas com institutos de ensino e pesquisa

Enquanto membro da equipe de Arqueologia que trabalhou na prospecção arqueológica da área da Vila de Paranapiacaba, a fim de identificar locais com significados históricos, pude verificar a presença de muita história enterrada.

Os resultados das escavações trouxeram questões para o campo de estudo. Assim, dentro das atividades de educação patrimonial a serem desenvolvidas pela equipe de Arqueologia, propusemos receber alunos da pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP para conhecer a área e as ações colaborativas com os moradores da Vila de Paranapiacaba (**Foto 10**).

Foto 10: Pós-graduandos da UNESP visitando os lugares de intervenções arqueológicas na Vila de Paranapiacaba.



Fonte: o autor (2016)

Essa ação teve vários objetivos. Dentre eles, elencamos três: 1) divulgar o trabalho arqueológico para a comunidade científica; 2) fomentar as discussões sobre paisagem e patrimônio cultural em áreas de restauro; 3) reunir sugestões ou mesmo críticas ao trabalho de prospecção em realização (**Foto 11**).

Foto 11: Pós-graduandos da UNESP visitando os lugares de intervenções arqueológicas, na Vila de Paranapiacaba.



Fonte: o autor (2016).

Apesar de a Vila de Paranapiacaba ser conhecida como Rota do Peapiru, nenhum vestígio arqueológico da Tradição Tupiguarani foi encontrado nas áreas das prospecções. Contudo, foram encontrados louças e vidros ingleses, que puderam dizer mais a respeito dos moradores da Vila De Paranapiacaba. As discussões com a equipe da FCT/UNESP nos fez refletir sobre os lugares a serem escavados e sobre a necessidade de encontrar os lugares de assentamentos ou acampamentos indígenas na área, pois essa é uma história que foi apagada na Vila de Paranapiacaba. O Cambuci (fruta característica do local – nome indígena), idêntico à forma de um cambuchi (vasilha feita em cerâmica pelos índios tupi-guarani na forma de uma fruta cambuci) não deixa um profissional com alguma formação em Arqueologia Brasileira esquecer esse passado (**Fotos 12 e 13**).

Foto 12: Vasilha cerâmica Guarani na forma de uma fruta Cambuci.



Foto: Faccio (2011)

Foto 13: Fruta Cambuci da Vila de Paranapiacaba.



Fotografia: Faccio (2016)

A possível relação do cambuchi com o cambuci, aliada à Rota do Peabiru foi colocada para os moradores da Vila e um dos meus informantes, que é guia, solicitou uma réplica de um cambuchi ao Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da FCT/UNESP, para que possa mostrar aos turistas.

Ações dialógicas com os moradores de Paranapiacaba

Organizamos duas palestras para a divulgação dos resultados dos trabalhos realizados na área da Arqueologia na Vila de Paranapiacaba. A primeira palestra foi realizada na Escola Estadual Lacerda Franco (2016), a segunda na Biblioteca da Vila (2016).

Para a primeira palestra, tivemos a colaboração da diretoria da escola, do corpo docente e discente. Ambas as palestras contaram com apoios institucionais da Biblioteca de Paranapiacaba; IPHAN; Museu de Arqueologia de Iepê/MAI; Laboratório de Arqueologia Guarani da FCT/UNESP; Museu de Arqueologia Regional da FCT/UNESP, Prefeitura de Santo André; REVER/Arquitetura em Patrimônio e PCS/ Services. Além do apoio, contamos com a presença de representantes de cada uma dessas instituições (**Fotos 14 e 15**).

Foto 14: David Lugli mostrando o acervo oriundo das prospecções arqueológicas para os alunos da escola.



Fotos 15: Apresentação dos resultados dos trabalhos de Arqueologia em Paranapiacaba para os alunos da escola.



Fonte: o autor

A palestra de divulgação dos trabalhos deu-se em três etapas. A primeira etapa contemplou a exposição teórica e metodológica dos trabalhos arqueológicos na Vila de Paranapiacaba – onde expusemos os conceitos de patrimônio cultural; cultura material e imaterial. A segunda etapa deu lugar a um debate com o objetivo de sanar curiosidades e dúvidas sobre o tema. A terceira etapa constituiu-se de uma exposição dos acervos arqueológicos, reunidos durante o trabalho de prospecção arqueológica, com a finalidade de apresentar para os moradores da Vila as tipologias de artefatos, que reuniu peças em vidro, louça e ferro. A oportunidade foi utilizada para perguntar aos participantes se tinham algum tipo de objeto semelhante aos apresentados na exposição em suas casas e se sabiam onde tinham sido encontrados. Muitos confirmaram ter objetos semelhantes em casa ou saber os locais onde foram e ainda podem ser encontrados. Para realizar a exposição do acervo, elaboramos mapas temáticos com as localizações dos sítios arqueológicos encontrados. Em seguida, colocamos os artefatos próximos aos mapas, para que os jovens, professores e moradores da Vila pudessem conhecer a sua localização. **(Foto 16).**

Foto 16: Exposição dos artefatos arqueológicos e dos mapas temáticos com a localização em Paranapiacaba.



Fonte: o autor (2016)

Contamos com a presença de diversos moradores que, ao longo deste trabalho, foram verdadeiros colaboradores. Tê-los no debate foi essencial para confrontar os resultados da pesquisa teórica com saberes vivenciados e conhecimento de causa sobre a História da Vila de Paranapiacaba, saberes sobre arquitetura, vegetação, mitos e lendas. As intervenções dos moradores durante o debate colaboraram com a produção final deste trabalho (**Fotos 17 e 18**).

Foto 17: Apresentação dos resultados aos moradores da Vila de Paranapiacaba.



Fonte: o autor (2016)

Foto 18: diálogo sobre Arqueologia colaborativa.



Fonte: David Lugli Turtera Pereira (2016)

Esta etapa compreendeu, não o final, mas o início de uma relação profícua com os moradores de Paranapiacaba.

Vila de Paranaapiacaba

APÊNDICE II

Termo de consentimento de uso da entrevista

TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DA ENTREVISTA

A Pesquisa “A experiência do Lugar em Paranapiacaba, Santo André, SP”, visa investigar o significado de morar em uma vila que é, ao mesmo tempo, patrimônio arquitetônico e ambiental, além de compreender, também é a relação dos moradores com seus lares.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não deverão ser divulgados até o momento da publicação da pesquisa, de modo que ela não ofereça nenhum risco ao/a informante. O pesquisador responsável pela pesquisa é o Aluno de Mestrado acadêmico pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela FCT/UNESP de Presidente Prudente, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as informantes, antes, durante e depois das entrevistas, podendo ser contatado pelos telefones: (11) 4188-9705 ou (11) 9 8575-3424 ou ainda pelo correio eletrônico: passosogeograficos@gmail.com

Eu Aguinaldo Gonçalves,
Portador/a do documento 9.949.834-SSP,
Residente Av. Pedro Américo, 688 - V. América. São André - SP.

Declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à FCT/UNESP, Presidente Prudente, SP, que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa. Também informo que ☒ permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa (☐ não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.

Santo André, SP, 21 de Agosto de 2015.

Aguinaldo Gonçalves
Participante da Pesquisa

Thiago de Moraes dos Passos
Pesquisador
Thiago de Moraes dos Passos

TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DA ENTREVISTA

A Pesquisa “A experiência do Lugar em Paranapiacaba, Santo André, SP”, visa investigar o significado de morar em uma vila que é, ao mesmo tempo, patrimônio arquitetônico e ambiental, além de compreender, também é a relação dos moradores com seus lares.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não deverão ser divulgados até o momento da publicação da pesquisa, de modo que ela não ofereça nenhum risco ao/a informante. O pesquisador responsável pela pesquisa é o Aluno de Mestrado acadêmico pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela FCT/UNESP de Presidente Prudente, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as informantes, antes, durante e depois das entrevistas, podendo ser contatado pelos telefones: (11) 4188-9705 ou (11) 9 8575-3424 ou ainda pelo correio eletrônico: passosgeograficos@gmail.com

Eu Expedito Roberto do Nascimento,
Portador/a do documento R.G. 12.271.266-3,
Residente Rua Nova, 32 - Paranapiacaba
Santo André - SP.

Declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à FCT/UNESP, Presidente Prudente, SP, que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa. Também informo que (Sim) permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa () não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.


Participante da Pesquisa

Santo André, SP, de Setembro de 2015.


Pesquisador
Thiago de Moraes dos Passos

TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DA ENTREVISTA

A Pesquisa “A experiência do Lugar em Paranapiacaba, Santo André, SP”, visa investigar o significado de morar em uma vila que é, ao mesmo tempo, patrimônio arquitetônico e ambiental, além de compreender, também é a relação dos moradores com seus lares.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não deverão ser divulgados até o momento da publicação da pesquisa, de modo que ela não ofereça nenhum risco ao/a informante. O pesquisador responsável pela pesquisa é o Aluno de Mestrado acadêmico pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela FCT/UNESP de Presidente Prudente, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as informantes, antes, durante e depois das entrevistas, podendo ser contatado pelos telefones: (11) 4188-9705 ou (11) 9 8575-3424 ou ainda pelo correio eletrônico: passosogeograficos@gmail.com

Eu João Carlos do Nascimento,
Portador/a do documento 6-969-441-2,
Residente Paranapiacaba.

Declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à FCT/UNESP, Presidente Prudente, SP, que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa. Também informo que (sim) permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa () não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.

Santo André, SP, 02 de agosto de 2015.

[Assinatura]
Participante da Pesquisa

[Assinatura]
Pesquisador
Thiago de Moraes dos Passos

TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DA ENTREVISTA

A Pesquisa “A experiência do Lugar em Paranapiacaba, Santo André, SP”, visa investigar o significado de morar em uma vila que é, ao mesmo tempo, patrimônio arquitetônico e ambiental, além de compreender, também é a relação dos moradores com seus lares.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não deverão ser divulgados até o momento da publicação da pesquisa, de modo que ela não ofereça nenhum risco ao/a informante. O pesquisador responsável pela pesquisa é o Aluno de Mestrado acadêmico pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela FCT/UNESP de Presidente Prudente, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as informantes, antes, durante e depois das entrevistas, podendo ser contatado pelos telefones: (11) 4188-9705 ou (11) 9 8575-3424 ou ainda pelo correio eletrônico: passosogeograficos@gmail.com

Eu Ana Monica de Carvalho,
Portador/a do documento RNE 5.767.680,
Residente Rua Direita, 357,
Paranapiacaba, Sto André.

Declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à FCT/UNESP, Presidente Prudente, SP, que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa. Também informo que (☒) permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa (☐) não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.

Santo André, SP, 22 de Agosto de 2015.

Ana Monica de Carvalho
Participante da Pesquisa

Thiago de Moraes dos Passos
Pesquisador
Thiago de Moraes dos Passos

TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DA ENTREVISTA

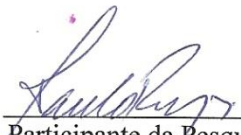
A Pesquisa “A experiência do Lugar em Paranapiacaba, Santo André, SP”, visa investigar o significado de morar em uma vila que é, ao mesmo tempo, patrimônio arquitetônico e ambiental, além de compreender, também é a relação dos moradores com seus lares.

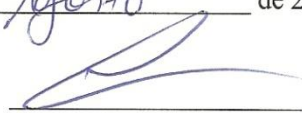
Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não deverão ser divulgados até o momento da publicação da pesquisa, de modo que ela não ofereça nenhum risco ao/a informante. O pesquisador responsável pela pesquisa é o Aluno de Mestrado acadêmico pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela FCT/UNESP de Presidente Prudente, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as informantes, antes, durante e depois das entrevistas, podendo ser contatado pelos telefones: (11) 4188-9705 ou (11) 9 8575-3424 ou ainda pelo correio eletrônico: passosgeograficos@gmail.com

Eu Paulo Riscalq Modi,
Portador/a do documento RG 15.783.604-6,
Residente AV. EFORDE, 528 PARANAPIACABA - Sto André

Declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à FCT/UNESP, Presidente Prudente, SP, que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa. Também informo que () permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa () não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.

Santo André, SP, 22 Agosto de 20 15.


Participante da Pesquisa


Pesquisador
Thiago de Moraes dos Passos

TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DA ENTREVISTA

A Pesquisa “A experiência do Lugar em Paranapiacaba, Santo André, SP”, visa investigar o significado de morar em uma vila que é, ao mesmo tempo, patrimônio arquitetônico e ambiental, além de compreender, também é a relação dos moradores com seus lares.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não deverão ser divulgados até o momento da publicação da pesquisa, de modo que ela não ofereça nenhum risco ao/a informante. O pesquisador responsável pela pesquisa é o Aluno de Mestrado acadêmico pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela FCT/UNESP de Presidente Prudente, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as informantes, antes, durante e depois das entrevistas, podendo ser contatado pelos telefones: (11) 4188-9705 ou (11) 9 8575-3424 ou ainda pelo correio eletrônico: passosgeograficos@gmail.com

Eu Rosana Marfim Silva,
Portador/a do documento RG 11.775.052,
Residente Av. Campo Falso 460

Declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à FCT/UNESP, Presidente Prudente, SP, que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa. Também informo que (☒) permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa (☐) não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.

Santo André, SP, 01 agosto de 2015

Participante da Pesquisa

Pesquisador
Thiago de Moraes dos Passos

TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DA ENTREVISTA

A Pesquisa “A experiência do Lugar em Paranapiacaba, Santo André, SP”, visa investigar o significado de morar em uma vila que é, ao mesmo tempo, patrimônio arquitetônico e ambiental, além de compreender, também é a relação dos moradores com seus lares.

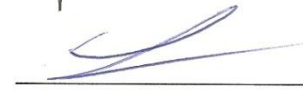
Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não deverão ser divulgados até o momento da publicação da pesquisa, de modo que ela não ofereça nenhum risco ao/a informante. O pesquisador responsável pela pesquisa é o Aluno de Mestrado acadêmico pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela FCT/UNESP de Presidente Prudente, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as informantes, antes, durante e depois das entrevistas, podendo ser contatado pelos telefones: (11) 4188-9705 ou (11) 9 8575-3424 ou ainda pelo correio eletrônico: passosgeograficos@gmail.com

Eu MANOEL ANTONIO DINIZ,
Portador/a do documento Rg 8217094,
Residente EM PARANAPIACABA.

Declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à FCT/UNESP, Presidente Prudente, SP, que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa. Também informo que (☒) permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa (☐) não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.


Participante da Pesquisa

Santo André, SP, 31 de Julho de 2015


Pesquisador
Thiago de Moraes dos Passos

TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DA ENTREVISTA

A Pesquisa “A experiência do Lugar em Paranapiacaba, Santo André, SP”, visa investigar o significado de morar em uma vila que é, ao mesmo tempo, patrimônio arquitetônico e ambiental, além de compreender, também é a relação dos moradores com seus lares.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não deverão ser divulgados até o momento da publicação da pesquisa, de modo que ela não ofereça nenhum risco ao/a informante. O pesquisador responsável pela pesquisa é o Aluno de Mestrado acadêmico pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela FCT/UNESP de Presidente Prudente, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as informantes, antes, durante e depois das entrevistas, podendo ser contatado pelos telefones: (11) 4188-9705 ou (11) 9 8575-3424 ou ainda pelo correio eletrônico: passosogeograficos@gmail.com

Eu

Regina Alsi Rosa - (Re)

Portador/a do documento

16.782.036-9

Residente

Comunidade da Bela Vista 311-A. (Residência)
Rua Diniz da Silva 345/345-A.

Declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à FCT/UNESP, Presidente Prudente, SP, que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa. Também informo que (x) permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa () não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.



Participante da Pesquisa

Santo André, SP,

Paranapiacaba 3 Jul 2015

Pesquisador
Thiago de Moraes dos Passos

TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DA ENTREVISTA

A Pesquisa “A experiência do Lugar em Paranapiacaba, Santo André, SP”, visa investigar o significado de morar em uma vila que é, ao mesmo tempo, patrimônio arquitetônico e ambiental, além de compreender, também é a relação dos moradores com seus lares.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não deverão ser divulgados até o momento da publicação da pesquisa, de modo que ela não ofereça nenhum risco ao/a informante. O pesquisador responsável pela pesquisa é o Aluno de Mestrado acadêmico pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela FCT/UNESP de Presidente Prudente, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as informantes, antes, durante e depois das entrevistas, podendo ser contatado pelos telefones: (11) 4188-9705 ou (11) 9 8575-3424 ou ainda pelo correio eletrônico: passosgeograficos@gmail.com

Eu Infancia Gonzaga Neto,
Portador/a do documento RG 6.138.445-8,
Residente Rua Varanda Velha, 363 - PARANAPIA-
CABA - STO. ANDRÉ - SP.

Declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à FCT/UNESP, Presidente Prudente, SP, que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa. Também informo que sim permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa () não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.

Infancia
Participante da Pesquisa

Santo André, SP, 23 de julho de 20 15.

Thiago de Moraes dos Passos
Pesquisador
Thiago de Moraes dos Passos

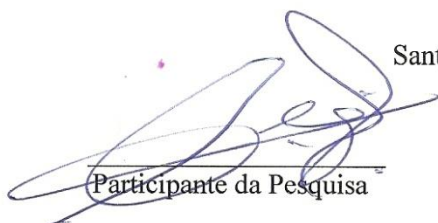
TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DA ENTREVISTA

A Pesquisa “A experiência do Lugar em Paranapiacaba, Santo André, SP”, visa investigar o significado de morar em uma vila que é, ao mesmo tempo, patrimônio arquitetônico e ambiental, além de compreender, também é a relação dos moradores com seus lares.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não deverão ser divulgados até o momento da publicação da pesquisa, de modo que ela não ofereça nenhum risco ao/a informante. O pesquisador responsável pela pesquisa é o Aluno de Mestrado acadêmico pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela FCT/UNESP de Presidente Prudente, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as informantes, antes, durante e depois das entrevistas, podendo ser contatado pelos telefones: (11) 4188-9705 ou (11) 9 8575-3424 ou ainda pelo correio eletrônico: passosogeograficos@gmail.com

Eu SERGIO CHISTOU,
Portador/a do documento RG 12.025.151.6,
Residente AV. MANOEL FERRAZ DE CAMPOS SALLES,
566, VILA MARTIN SMITH, PARANAPIACABA.

Declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à FCT/UNESP, Presidente Prudente, SP, que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa. Também informo que ☒ permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa () não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.


Participante da Pesquisa

Santo André, SP, 22 julho de 2015.


Pesquisador
Thiago de Moraes dos Passos

TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DA ENTREVISTA

A Pesquisa “A experiência do Lugar em Paranapiacaba, Santo André, SP”, visa investigar o significado de morar em uma vila que é, ao mesmo tempo, patrimônio arquitetônico e ambiental, além de compreender, também é a relação dos moradores com seus lares.

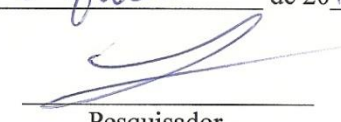
Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não deverão ser divulgados até o momento da publicação da pesquisa, de modo que ela não ofereça nenhum risco ao/a informante. O pesquisador responsável pela pesquisa é o Aluno de Mestrado acadêmico pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela FCT/UNESP de Presidente Prudente, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as informantes, antes, durante e depois das entrevistas, podendo ser contatado pelos telefones: (11) 4188-9705 ou (11) 9 8575-3424 ou ainda pelo correio eletrônico: passosogeograficos@gmail.com

Eu REGINA AZEVEDO MIGUEL,
Portador/a do documento RG 12 166 2287,
Residente AV. MANOEL FERRAZ DE CAMPOS SALLES,
nr 566, VILA MARTIN SMITH, PARANAPIACABA

Declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à FCT/UNESP, Presidente Prudente, SP, que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa. Também informo que (sim) ☒ permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa () ☐ não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.


Participante da Pesquisa

Santo André, SP, 22 julho de 2015.


Pesquisador
Thiago de Moraes dos Passos

TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DA ENTREVISTA

A Pesquisa “A experiência do Lugar em Paranapiacaba, Santo André, SP”, visa investigar o significado de morar em uma vila que é, ao mesmo tempo, patrimônio arquitetônico e ambiental, além de compreender, também é a relação dos moradores com seus lares.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não deverão ser divulgados até o momento da publicação da pesquisa, de modo que ela não ofereça nenhum risco ao/a informante. O pesquisador responsável pela pesquisa é o Aluno de Mestrado acadêmico pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela FCT/UNESP de Presidente Prudente, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as informantes, antes, durante e depois das entrevistas, podendo ser contatado pelos telefones: (11) 4188-9705 ou (11) 9 8575-3424 ou ainda pelo correio eletrônico: passosgeograficos@gmail.com

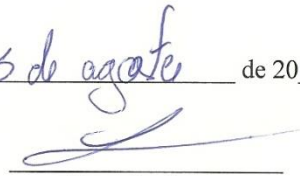
Eu Evair da Silva Furtunes,
Portador/a do documento 175429789.
Residente Av. Manoel Ferraz de Campos Sales
563 Paranapiacaba - Santo André - SP.

Declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à FCT/UNESP, Presidente Prudente, SP, que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa. Também informo que (Sim) permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa () não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.



Participante da Pesquisa

Santo André, SP, 05 de agosto de 2015.



Pesquisador
Thiago de Moraes dos Passos

TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DA ENTREVISTA

A Pesquisa “A experiência do Lugar em Paranapiacaba, Santo André, SP”, visa investigar o significado de morar em uma vila que é, ao mesmo tempo, patrimônio arquitetônico e ambiental, além de compreender, também é a relação dos moradores com seus lares.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não deverão ser divulgados até o momento da publicação da pesquisa, de modo que ela não ofereça nenhum risco ao/a informante. O pesquisador responsável pela pesquisa é o Aluno de Mestrado acadêmico pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela FCT/UNESP de Presidente Prudente, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as informantes, antes, durante e depois das entrevistas, podendo ser contatado pelos telefones: (11) 4188-9705 ou (11) 9 8575-3424 ou ainda pelo correio eletrônico: passosgeograficos@gmail.com

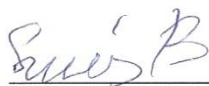
Eu LUIS BALBINO DOS SANTOS,

Portador/a do documento 24.793.692-3,

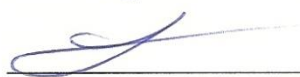
Residente RUA ANTONIO OLIVEIRA, 480

Declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à FCT/UNESP, Presidente Prudente, SP, que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa. Também informo que ☒ permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa () não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.

Santo André, SP, 22 de agosto de 2016.



Participante da Pesquisa



Pesquisador
Thiago de Moraes dos Passos